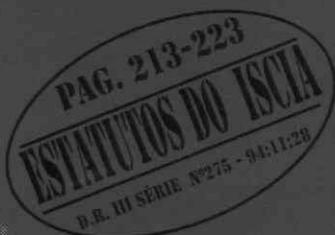
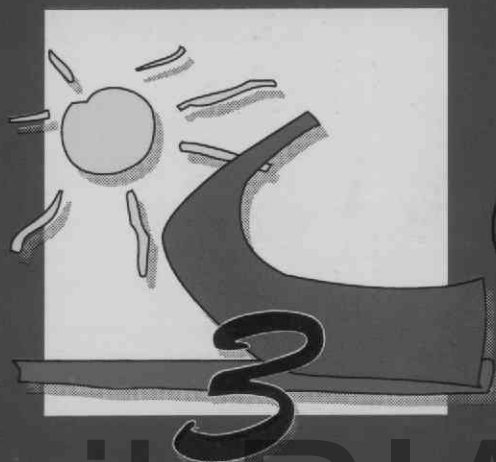


estudos aveirenses

revista do iscia



biblioteca

Informática ao serviço do Auditor
Américo Vieira F. Grego

*Tecnologias de Informação. Modelos de gestão e sócio-organizativos
na Administração Pública. Alguns contributos*
Arminda Neves

Gestão da Qualidade Total. Contributo para uma rápida evolução
F. Gonçalves Ramos

Tecnologias de Informação em Transportes
João Pedro Barbosa

Código do Processo Administrativo versus Desburocratização
José Amaral

De Portugal a Coimbra pela Estrada Mourisca
Luís Seabra Lopes

Os Portugueses e o Tratado de União Europeia
Manuel Gonçalves Martins

Comité das Regiões
Maria de Jesus Beselga Pais e Paula Cristina dos Santos Mendes

Toponímia aveirense
Manuel Ferreira Rodrigues e Manuel Barreira

bibRIA

1. Introduction	1
2. Theoretical Framework	10
3. Methodology	25
4. Results	40
5. Discussion	55
6. Conclusion	70
7. References	85
8. Appendix	95
9. Bibliography	105
10. Index	115

bibRIA

A INFORMÁTICA AO SERVIÇO DO AUDITOR

Introdução

O presente trabalho, desenvolvido na óptica do utilizador de informática não especialista, pretende ser uma ferramenta de orientação e de apoio àqueles que, no desempenho das suas funções, utilizam o computador como base para o desenvolvimento de toda a sua actuação.

A primeira parte, intitulada «A Informática ao Serviço do Auditor», pretende dar a conhecer as possibilidades actuais dos meios informáticos, quando direccionados para a execução das tarefas de auditoria. A rapidez de execução dos procedimentos, a possibilidade de processar dados recolhidos anteriormente, de os ordenar, inserir em novas situações, a vantagem de os ter arquivados em local bem definido e de os poder consultar rapidamente, são algumas características da informática, de extrema utilidade para o Auditor.

Neste trabalho não se pretende ensinar a trabalhar com qualquer dos programas integrados, disponíveis no mercado, a partir dos quais se podem constituir as bases de dados e folhas de cálculo electrónicas que satisfarão as exigências da auditoria. A utilização de cada uma dessas aplicações será condicionada em função das condições mais favoráveis, quer pela formação já obtida, quer pelos recursos que são possíveis face ao meio em que se insere ou, ainda, pela possibilidade de recurso a ajudas que, muitas vezes, são indispensáveis.

Na segunda parte, sob o título «Informatização de uma PME», pretendo transmitir ideias gerais do modo de desenvolver um projecto de informatização numa pequena ou média empresa, segundo o conhecimento das dificuldades com que se debatem as pessoas que, por diversas circunstâncias, se encontram directamente responsáveis pela informatização de uma empresa. Há conjuntos de programas bem desenvolvidos, com características e capacidades próprias, que poderão adaptar-se a um nível diferente de cada organização, dependendo de um conjunto de factores que caracterizam essa empresa e a distinguem das suas concorrentes. É necessário conhecer em profundidade a

* Licenciado em Auditoria Contabilística. Docente do ISCIA.

empresa, os seus recursos humanos e a sua área de negócio, o que implica conhecer os clientes e os fornecedores e só com esse conhecimento se estará apto a seleccionar as melhores soluções.

PARTE I – A INFORMÁTICA AO SERVIÇO DO AUDITOR

1.1. Vantagens da auditoria apoiada por sistemas informáticos

Quando existam meios informáticos de que o auditor se possa servir para a concretização do seu trabalho, as vantagens revestem-se de múltiplas formas na medida em que:

- As tarefas exaustivas tornam-se menos trabalhosas, explorando as características e a dimensão do sistema instalado.
- As amostras sobre ficheiros de clientes, fornecedores, existências ou outras que se pretendam seleccionar, podem ser maiores, uma vez que a execução é mais rápida e menos exigente de mão de obra.
- Podem ser utilizadas rotinas mais elaboradas para testar a segurança dos procedimentos.
- É possível executar testes cruzados que comprovem os resultados.

Há no mercado diversas soluções que podem servir de apoio ao auditor na execução do seu trabalho. Para tirar o máximo partido dessas soluções, o auditor deve socorrer-se, o mais possível, do pessoal informático da empresa, se existe, ou dos técnicos da empresa vendedora, conforme o caso. As diversas ferramentas disponíveis variam consoante as soluções informáticas e os sistemas operativos utilizados. Assim, com tempo, o auditor deverá criar a sua própria biblioteca de soluções para o trabalho de auditoria, de acordo com os meios disponíveis na empresa, ou mesmo, num pequeno sistema, para sua exclusiva utilização. É um trabalho que poderá, a prazo, fornecer completamente elaboradas as folhas de trabalho, os mapas, relatórios e todo o dossier de auditoria.

O auditor deve definir o seu *software* aplicacional, tendo em vista:

- As saídas de que necessita, de acordo com a auditoria que faz, as quais farão parte dos seus papéis de trabalho.
- O diário das consultas efectuadas, listagem na qual anotarás as questões que se lhe tenham levantado e que arquivará para consulta posterior.
- O diário de todas as diligências efectuadas, problemas surgidos, chamadas de atenção aos serviços correspondentes e anotações a ter em conta em futuras auditorias.

Por norma, a exploração que o auditor faz na consulta é do tipo sequencial para apurar que registos cumprem determinadas condições que interessa explorar; neste caso, a tarefa mais demorada e árdua é executada pelo sistema, dependendo, o tempo, apenas da dimensão do ficheiro e do sistema que se está a utilizar; no final serão impressos determinados registos. Com o tempo, este tipo de rotinas pode ser desenvolvido até se alcançar um grau de sofisticação elevado, de acordo com as necessidades do auditor.

1.2. As soluções informáticas

O auditor deve procurar obter um conhecimento geral do sistema informático da empresa a auditar e do seu sistema contabilístico.

Os sistemas informáticos implantados variam de empresa para empresa: desde os mais pequenos onde se concentra a organização geral aos grandes sistemas centralizados, com tratamentos em *batch*, pode haver também sistemas mistos, departamentais, com ligações entre utilizadores ou em rede local. Conforme o tipo de instalação assim deverá o auditor preparar o seu trabalho de auditoria.

O auditor precisará de ter um conhecimento tão profundo quanto possível das soluções disponíveis no mercado, que possam fazer face às suas necessidades profissionais e, dentro da empresa a auditar, onde existam já implantadas soluções, deve haver o levantamento do que existe, verificar até que ponto estão operacionais, para poder contar com esse apoio.

No decorrer do levantamento, que visa conhecer o que em termos de aplicações existe fora e dentro da empresa, o auditor tem de dialogar com o pessoal informático, que lhe dará as referências das aplicações existentes, as quais poderá ajustar à sua utilização. O que se diz é válido em empresas onde a informática é um departamento próprio, mesmo que com um *staff* reduzido, onde sejam desenvolvidas e exploradas aplicações próprias, complementadas com aplicações adquiridas no exterior. Em particular este trabalho está orientado para as empresas onde não existe suporte humano especialista em informática, e em que as necessidades são apontadas ao delegado comercial ou ao técnico de *software* duma empresa fornecedora que, por sua vez, sugerem, de entre as soluções que conhecem ou de que dispõem, as que acham mais adequadas aos objectivos em vista.

No caso da empresa não dispor de departamento de informática ou pessoal especializado, o auditor deve convocar os elementos externos que lhe fornecerão todas as informações sobre o tipo de soluções já existentes na empresa e o modo de as explorar

para o fim em vista: auditar as contas da empresa e dar parecer sobre a veracidade do Balanço.

Ao longo da minha experiência tenho notado uma quase ausência de diálogo entre os auditores, internos ou externos, e os técnicos das empresas fornecedoras. Por qualquer razão, os fornecedores não recorrem a estes elementos, o que levaria, muitas vezes, à melhoria dos dados de gestão, porquanto permitiria «rejuvenescer» os programas que são utilizados pela organização e auxiliaria os operadores a um maior empenhamento com a quebra da rotina de exploração a que normalmente se assiste.

Algumas empresas de concepção e desenvolvimento de *software* têm desenvolvido esforços no sentido de actualizar as suas aplicações introduzindo-lhes alterações de vária ordem, desde facilidades na elaboração de mapas parametrados, visualizações mais adaptadas, estatísticas solicitadas por alguns utilizadores que se revelam de interesse mais geral, novos modos de codificação ou de apresentação. Estas actualizações podem levar, eventualmente, a incompatibilidades com as versões anteriores, o que obriga o utilizador a uma de duas soluções: carregamento de todos os ficheiros, que corresponde a voltar ao ponto zero na criação dos ficheiros, com perda de dados históricos, ou a um trabalho de conversão dos ficheiros existentes, por parte do construtor de *software*, com os custos correspondentes de feitura de programas de conversão, tempo de máquina para executar esses programas e detecção de anomalias. O que se verifica, geralmente, é que o utilizador, ou porque não aceita o pagamento dos custos de conversão (o empresário), ou porque não o seduz a ideia de um novo trabalho (o operador), continua com a aplicação na sua versão antiga, sem se aproveitar da evolução e adaptação a novos conceitos de sistemas de informação mais ajustados às necessidades empresariais.

Sabemos que a inserção da informática nas empresas não tem sido feita, por vezes, de modo correcto, porque não se tem começado pela definição, com perfeito rigor, do que se pretende desenvolver; logo, na prática, não corresponde às necessidades do utilizador. Normalmente é algo a que o utilizador não se adapta, sendo como uma peça de roupa que não assenta bem, cujo talhe não foi feito para aquele corpo. O desenvolvimento do *software* tem sido feito pelos técnicos de acordo com os apelos dos utilizadores, numa sociedade em que as necessidades de informação mudaram completamente da gestão por intuição para a gestão assente na análise histórica e na previsional. Numa sociedade onde, ainda há pouco tempo, não havia os meios que hoje são proporcionados pela informática, passou-se para o uso indiscriminado, não tendo havido o necessário estudo dos problemas em profundidade, recorrendo-se constantemente a algo que já existe para, a partir daí, obter o que pareça satisfazer outra necessidade às vezes bem diferente. O que não se tem investido, até hoje, em análise, tem sido consumido em custos elevados com modificações, remendos, adaptações e, concluímos,

existe muito, mas sem que se obtenham as esperadas contrapartidas do investimento realizado.

Cada vez mais os utilizadores sentem que o mercado oferece muitas máquinas, mas não tem as soluções para a simplificação ou mesmo execução das tarefas que têm de executar no dia a dia. Da parte dos responsáveis pelo fornecimento de aplicações, passa a ser unânime a opinião de que vale a pena investir na análise dos problemas e no desenvolvimento de aplicações, para comercializar a médio prazo. A nível internacional, notamos o aparecimento de *packages*, desenvolvidas numa filosofia de base de dados relacional, modular e integrada que, aproveitando as actuais possibilidades dos processadores e as dos que se adivinham para muito breve, com velocidades muitas vezes superiores às actuais, cobrem já algumas das necessidades da gestão, podendo ser traduzidas na língua pretendida ou exploradas, simultaneamente, em línguas diferentes se utilizadas em teleprocessamento ou em redes internacionais.

Esta nova perspectiva da informática torna-se extremamente interessante e, por essa via, virá dar resposta aos problemas dos utilizadores pela flexibilidade e facilidade de exploração, pois, apesar de tudo, será mais simples para o operador aprender a manipular as aplicações. Estas características, acompanhadas do cada vez maior número de utilizadores com formação académica adequada, abrem visões optimistas ao futuro da informática, no campo empresarial.

1.3. Aplicações integradas

O mercado dispõe hoje de inúmeras ferramentas de *software*, perfeitamente testadas e potentes, cuja utilização pode dar resposta cabal às necessidades do auditor.

A imposição legal de que todos os produtos sejam acompanhados do manual em português contribui, positivamente, para facilitar o acesso e a aprendizagem desses programas.

Estes instrumentos de trabalho reúnem em si as possibilidades do papel, do lápis, da borracha e da calculadora, simplificando drasticamente as tarefas de qualquer profissional, independentemente da área de actividade em que actua. Com o aparecimento dos microcomputadores portáteis, no nível actual, as tarefas podem ser executadas em qualquer local, sem necessidade de espaço ou secretária volumosos.

Um aspecto importante que se prende com as aplicações integradas que se acham disponíveis no mercado e que auxiliam de modo decisivo os auditores na execução dos seus trabalhos, é o esforço que se exige para o seu conhecimento de forma a dominá-los. Ainda que, de início, exija um considerável esforço de aprendizagem, o conhecimento de outras aplicações equivalentes passa a ser mais simples, se atendermos a que

os princípios e até a maior parte dos comandos e funções são bastante semelhantes. Esse esforço será compensado e permitirá uma autonomia em relatórios, estudos, apresentações e comunicações. A utilização de um microcomputador, que na vertente económica se tornou acessível, permite ter à mão todo o conjunto de programas integrados ou aplicativos e, ainda, os específicos, por exemplo de programação linear, gestão de *stocks*, necessários para a execução dos trabalhos do auditor.

Desde o aparecimento, em 1979, do VisiCalc, da Software Arts, cujo sucesso se confunde com o sucesso da marca com cujos micros era compatível – a Apple – a evolução das folhas de cálculo electrónicas deu lugar às aplicações integradas que, simultaneamente, contemplam o tratamento de texto, as bases de dados e os gráficos.

Das aplicações integradas, talvez as mais conhecidas dos utilizadores sejam o SuperCalc, da Sorcin Corporation, o Lotus 1-2-3, da Lotus, o Multiplan e o Excel, da Microsoft Corporation.

A utilização destas ferramentas permite montar os cenários adaptados à resolução do trabalho em vista e, a partir daí, simular alternativas, corrigir pressupostos, sendo os resultados apresentados em segundos. O domínio deste *software* é gratificante e envolvente, quase sem limite de respostas, evitando, normalmente, o recurso aos analistas e programadores de programação tradicional.

Há hoje disponíveis no mercado aplicações montadas sobre folha de cálculo electrónica que dão resposta a problemas complexos, do tipo:

- Programação linear.
- Transportes.
- Filas de espera.
- Gestão económica de *stocks*.

Nas aplicações integradas, como por exemplo, o Ability, da Migent Inc., há grande facilidade de converter os dados numa folha de cálculo em visualização gráfica (no monitor ou em papel), de integrar essa folha num texto ou ainda de definir uma base de dados.

A exploração destas potencialidades torna total a satisfação em qualquer problema e é acessível a utilizadores sem conhecimentos de programação.

1.4. O auditor interno e o auditor externo

Consoante a posição do auditor – informação financeira de direcção ou externa, independente –, assim o auditor terá uma posição face ao sistema informático, que lhe garanta a eficácia, eficiência e continuidade do trabalho de auditoria.

Frequentes vezes temos contactado com auditores externos que não se aproximam do sistema informático, não o conhecendo. Executam o seu trabalho de forma

manual, quando, dispondo de um bom sistema de controlo, a utilização da aplicação informática lhes daria dados mais seguros porque incluem testes de validação e controlos.

1.5. Independência do auditor

O auditor não deve estar demasiado comprometido com o sistema informático.

Se necessita de utilizar parte das instalações onde existe equipamento informático, devem ser tomadas precauções que assegurem que não vai prejudicar os registos ou o equipamento. Deve estar garantido que:

- Tenha formação e competência para operar no sistema sem prejudicar a máquina ou os dados.
- Tenha acesso por palavra-chave própria.
- Conheça o sistema operativo e o saiba utilizar.
- Empregue procedimentos que garantam a não alteração dos dados ou programas.

O pedido de ajuda, sempre que necessário, nunca porá em causa a independência do seu trabalho.

1.6. Auditoria das contas de terceiros

Uma das áreas, até agora mais trabalhosas de auditar, é a que se refere à circularização de terceiros com vista à confirmação dos saldos e dos saldos gerais, em Balanço.

O critério de selecção das contas a circularizar, compete ao auditor. Qualquer que seja a sua decisão (por exemplo, intervalo regular) é sempre possível solicitar uma rotina que, automaticamente, selecione as contas, emita uma circular, liste todas as contas circularizadas e efectue cálculos de rácios da amostra recolhida, com garantia de aproximação.

Começa a ser vulgar as aplicações disporem de um programa de tratamento de texto que vai endereçar a circular, obtendo o saldo e a respectiva discriminação, preparando inclusive uma carta resposta para confirmação/negação do valor proposto. Da mesma forma, em relação aos restantes terceiros, se pode emitir uma circular tipo, endereçada, que aguarda a resposta, a partir da qual se introduz o valor comunicado, e a partir de cujo ficheiro se poderá fazer a exploração mais apropriada ao cálculo do desvio entre os valores.

Fig. 1. Menu duma aplicação que permite a circularização aos clientes

G & E – Informática, L ^{da} . Listagens da Comercial.	GECOM10 V.1 Data: 95.03.25
L01 – Listagem de Clientes por Giro L02 – Listagem de Clientes por Ordem Alfabética L03 – Listagem de Clientes por Vendedor L04 – Listagem de Clientes Parametrada por Débitos L05 – Etiquetas de Clientes L06 – Circulares para Clientes L07 – Cobranças a efectuar Escolha a opção L0_	
F7 – Retorno ao menu anterior	

A opção «L06 – Circulares para Clientes», permite elaborar um texto, seleccionando do ficheiro de clientes os campos pretendidos que, na emissão da circular, completarão o documento. Por outro lado permite a selecção dos clientes a circularizar. Desta forma se poderão enviar as circulares de confirmação de saldos.

A existência de toda a identificação dos terceiros, bem como dos movimentos que constituem os saldos em conta corrente, permite de uma maneira fácil seleccionar a amostra, emitir as circulares, registar as respostas e apurar os desvios. São questões simples no que concerne a programação e que poderão valorizar o trabalho do auditor, inclusive para comparações em auditorias posteriores.

O estabelecimento de desvios permite avaliar, rapidamente, se algo mudou em relação a anteriores trabalhos e o sentido desses desvios.

Os desvios negativos captarão de imediato a atenção do auditor, o que lhe permitirá economizar tempo e melhorar a sua eficiência.

1.7. Auditoria das existências

É uma área facilmente controlável, pelas soluções já implementadas na informatização da empresa.

Os critérios de codificação dos produtos são da inteira responsabilidade da empresa, tendo em conta o seu tipo de produção, dimensão, modo de comercialização, ramo de actividade ou estratégia de mercado.

A existência de agrupamentos de produtos (famílias, componentes, etc.), poderá ser utilizada para auditar as áreas mais significativas ou as menos controladas.

O auditor terá à sua disposição a possibilidade de seleccionar os artigos a auditar, pelo critério que achar mais conveniente ao fim em vista. A duplicação dos ficheiros dos produtos, para fins de auditoria, a emissão das fichas dos produtos onde serão registadas as contagens físicas e a posterior recolha da contagem efectuada, permitem a obtenção de listagens das diferenças positivas e negativas de inventário e o estabelecimento de rácios dessas diferenças no cômputo do valor total, na contabilidade.

Dependendo desse desvio e do seu significado, que só o auditor pode avaliar, terá à sua disposição a relação individual dos movimentos para que verifique se o erro se deve a deficiência de procedimentos, falhas de controlo ou outras que é necessário apurar.

Na Fig. 2, a opção «S08 – Inventários», é constituída pelo conjunto de programas seguintes, os quais possibilitam continuar a movimentação dos artigos e, portanto, a actividade normal da empresa, sem paralisação para elaboração e rectificação dos inventários.

**Fig. 2. Menu principal duma aplicação clássica
com módulo de tratamento de inventários**

G & E – Informática, L ^{da} .		GECOM10 V. 1
Gestão Integrada de <i>Stocks</i> e Comercial		Data: 95.01.25
G01 – Parâmetros Gerais de Aplicação	I01 – Manipulação de Impressora	
S01 – Movimentos de Armazém	C01 – Movimentos de Facturação	
S02 – Sugestões de Encomendas	C02 – Contas Correntes de Clientes	
S03 – Encomendas de Fornecedores	C03 – Alteração de Preços	
S04 – Aquisições em Curso	C04 – Preçário	
S05 – Histórico de Aquisições	C05 – Listagens	
S06 – Contas Correntes de Fornecedores	C06 – Análises de Vendas	
S07 – Consulta de Fornecedores	C07 – Fecho Mensal	
S08 – Inventários	C08 – Fecho Anual	
S09 – Listagens		
S10 – Fecho Diário		
S11 – Fecho Mensal		
S12 – Fecho Anual		Opção – xxx
F7 – Retorno ao menu anterior		

Fig. 3. Menu do módulo de tratamento de inventários

G & E – Informática, L ^{da} Gestão Integrada de <i>Stocks</i> e Comercial	GECOM10 V. 1 Data: 95.09.25
Inv1 – Criação Ficheiro de Inventários Inv2 – Listagem Fichas de Inventário Inv3 – Quantidades Inventariadas Inv4 – Listagem Inventário Inv5 – Actualização Ficheiro Mestre de Artigos Inv6 – Limpeza de Ficheiros Opção – Inv_	
F7 – Retorno ao menu anterior	

Em linhas gerais, o módulo de inventários desta aplicação permite a criação dum ficheiro resumido da posição das existências (opção Inv1), emite as fichas de inventário da figura 4 (opção Inv2), permite a introdução via teclado das quantidades contadas fisicamente (opção Inv3), emite listagem das diferenças positivas e das diferenças negativas (opção Inv5). Após as rectificações necessárias, a rotina de actualização do ficheiro mestre de artigos (opção Inv5), corrige as quantidades em existência no momento do inventário e, na opção (Inv6), os ficheiros de trabalho criados para suporte ao tratamento dos inventários são suprimidos.

O programa de aplicação emite fichas individuais de todos os artigos em ficheiro, as quais serão colocadas no correspondente lote. Logo que anotada a quantidade contada fisicamente, pode-se continuar a movimentação dos artigos, sendo a análise efectuada segundo as sequências indicadas na Fig. 3.

Fig. 4. Exemplo da ficha de inventário, para recolha da contagem física

G & E – Informática, L ^{da}		GECOM10 V. 1	
Gestão Integrada de <i>Stocks</i> e Comercial		Data: 95.03.25	
FICHAS DE INVENTÁRIO POR CÓDIGO CEGO			
CÓDIGO DO ARTIGO 000001G			
DESIGNAÇÃO 435 214.A5/67 Veio móvel			
STOCK-1	LOC	STOCK-2	LOC
0,00	000	0,00	000
STOCK-3	LOC		
0,00	000		
CONTAGEM		CONTAGEM	
CONTAGEM		CONTAGEM	
F7 – Retorno ao menu anterior			

PARTE II – INFORMATIZAÇÃO DE UMA PME

2.1. Informatização de uma PME – Introdução

O autor iniciou em 1977 a sua actividade profissional na área comercial da informática de gestão. A multinacional onde começou essa actividade privilegiava a selecção de elementos oriundos da área administrativa, recém-formados, mas que tivessem uma componente prática, o que facilita o diálogo e a análise das necessidades empresariais com vista a uma eventual informatização.

A divulgação da informática levou à proliferação de agentes muitas vezes sem formação em gestão que apresentam o produto pelo prisma estritamente comercial, deixando para o comprador a responsabilidade da adaptação e exploração dos sistemas adquiridos.

Penso haver um erro de base, na maioria das vezes, quando se opta por um programa *standard* sem se verificar em profundidade a sua adaptação à resolução das questões que a empresa compradora necessita de executar. Isto é devido à falta de conhecimento das dificuldades que surgem na posterior adaptação de um produto que não é devidamente estruturado à partida.

Há muito que se sente a necessidade da existência de um manual de informatização que possa ajudar todos os que, responsáveis numa P.M.E., tenham por missão dialogar com os diversos fornecedores no sentido de seleccionarem as propostas que melhor se adaptem à resolução dos problemas com que a sua organização se debate. Tal manual não é de modo algum de fácil elaboração e requer a existência de uma equipa constituída por elementos de especialidades diversas, para que contemple o máximo das questões colocadas aos utilizadores da informática.

É com o objectivo de colaborar sobre os cuidados a ter em conta e auxiliar na sistematização de um processo de informatização de uma PME que o autor desenvolve este trabalho, no pressuposto de que os interlocutores não são especialistas em informática e de que, da parte do fornecedor, haverá o compromisso de formação para a correcta exploração quer das aplicações quer do sistema operativo.

2.2. O conhecimento da empresa

Em tudo o resultado final depende da análise do problema.

Muitas vezes esta verdade que consiste em conhecer perfeitamente a realidade de uma empresa que se pretende informatizar, não é tida em atenção pelas pessoas que pretendem implementar seja que solução for. Assim, deparamos com profissionais em busca de soluções para os mais diversos problemas, mas que, nos apercebemos, não os estudaram suficientemente para que possam saber, de entre as ofertas que lhes são apresentadas, aquelas que melhor satisfazem as suas necessidades. Esta é a principal causa das deficientes implementações de que se toma conhecimento e que, algumas vezes, têm levado à insatisfação dos utilizadores.

Se é verdade que, grande parte das vezes, quem busca soluções não estudou em profundidade o problema, também é verdade que quem é convidado a apresentá-las o faz, algumas vezes, de ânimo leve, sem se certificar se é realmente aquela a solução que irá satisfazer o utilizador.

O auditor, quer se ache na situação de interno, com ligações estreitas à empresa, quer na situação de externo com menos disponibilidade, assiduidade e capacidade de intervenção, deve evitar a tentação de deixar passar por alto a análise dos procedimentos de selecção, aquisição ou contratação e intervir, activamente, nos processos de informatização das empresas com as quais colabora.

2.3. Informática versus Normalização

Muito se tem falado, nos nossos dias, em normalização face à integração europeia e à necessidade de racionalizar, com o objectivo de aumentar a produtividade, facilidade de organização, garantia de testes já efectuados e rapidez de instalação.

Em informática a normalização é discutível, porque, se por um lado ela tem vantagens na medida em que permite a obtenção de soluções que se tornam disponíveis para outros utilizadores, por outro lado, ela condiciona e limita, obrigando a adaptações da empresa a aplicações previamente desenvolvidas, para cuja análise o utilizador não contribuiu em nada. Muitas vezes verifica-se que essas aplicações, já desenvolvidas, o foram numa óptica muito diferente da de alguns utilizadores, obrigando a uma reciclagem e mudança completa de procedimentos, que se revelam negativos.

Em nossa opinião a opção por qualquer aplicação *standard* deve ser sempre adoptada, depois de exhaustivamente estudada, demonstrada com exemplos reais e desde que se conclua que alguma necessidade de adaptação não é de modo algum importante para a exploração que a empresa pretende efectuar. A diferença entre a utilização de um programa aplicacional *standard* e a utilização de um programa equivalente de desenvolvimento específico reside no facto de que o primeiro é utilizado por um conjunto diversificado de utilizadores, que testam todas as rotinas e chamam a atenção para situações que, à partida, possam não ter ficado correctas. Pela diversidade de procedimentos solicitam áreas que um só utilizador não necessitaria, mas que ficam disponíveis para os restantes e que, muitas vezes, quando passam a ser do domínio dos outros utilizadores eles encontram aí interesse para resolução de questões com que se debatem e que passam a poder resolver melhor. Podemos dizer que a programação *standard* beneficia dum *feed-back* de tal modo vasto que, sendo bem utilizado, permite sinergias do grupo de utilizadores.

2.4. O caderno de encargos

Todo o processo de informatização de uma P.M.E. se deve basear num caderno de encargos, no qual se caracteriza o conjunto de procedimentos com que se confronta a organização, no seu dia a dia, e se pede a apresentação de propostas que possam fornecer soluções para a execução dessas tarefas.

O caderno de encargos, ao contrário do que é usual, não deve referir as características da solução a propor, sob pena de, à partida, condicionar o resultado final, mas sim, exhaustivamente, referir o(s) problema(s) que se pretende(m) resolver, explicitando todos os aspectos que tenham de ser levados em conta para atingir o objectivo.

O caderno de encargos deve caracterizar a empresa e informar se se pretende seguir uma política de centralização ou de descentralização dos meios informáticos, isto é, se se vai apoiar num computador onde vão ser centralizados todos os ficheiros e programas ou em sistemas de menor porte, geograficamente distribuídos, cada um com os programas e ficheiros da área a que pertence, embora possa haver o acesso dos res-

tantes utilizadores via rede, por exemplo. E, ainda, se se pretende uma informática com ou sem informáticos, isto é, se a empresa pretende dispor de pessoal especialista em sistemas operativos e em programação, que faça o desenvolvimento integral ou parcial dos programas de que necessita ou se, pelo contrário, pretende subcontratar ao seu fornecedor todas as tarefas de programação, detecção de erros, recuperações de ficheiros, passando apenas a utilizar os seus serviços.

Na elaboração do caderno de encargos deverá ser tida em atenção a actividade da empresa e todos os aspectos específicos que se pretendam ver contemplados, tais como: análises dos custos por centro de custo, estatísticas comerciais das vendas por áreas geográficas, controlo das comissões por vendedores ou comissionistas, controlo das consignações, balancete financeiro de clientes com saldos por antiguidade, campanhas de promoções comerciais, acções de marketing.

Um exemplo simples de caderno de encargos que em nossa opinião deve ser elaborado e apresentado aos potenciais fornecedores é proposto de seguida.

3. O Caderno de Encargos

3.1. Caracterização da empresa

O caderno de encargos deve ser iniciado caracterizando a empresa, fornecendo dados sobre o mercado em que opera, o tipo de clientes com quem trabalha, a sua estrutura de pessoal, os meios de distribuição, de forma a permitir ao potencial fornecedor posicionar-se entre as soluções de que dispõe ou conhece e orientar a elaboração da sua proposta escolhendo as mais adaptadas. Se, apesar disso, mantém dúvidas, deverá esclarecê-las junto da empresa.

3.2. Modalidades do contrato

Hoje em dia quando o comprador parte para o mercado na busca das soluções para a sua empresa, já tem decidida a forma de enquadrar os custos inerentes, em contrato de locação financeira ou operação de investimento de actualização, pelo que deve colocar a modalidade que pretende, podendo, assim, receber um plano dos pagamentos que lhe permitirá estudar as implicações na sua tesouraria.

3.3. Propostas

3.3.1. Entrega

Para que todos os candidatos planeiem as acções a desenvolver, de modo a haver simultaneidade na recolha de elementos que os fornecedores achem convenientes para um estudo correcto, deve ser informada a data até à qual se fará a recepção das propostas, de modo correcto, para que possa haver ponderação, estudo, elaboração de esquemas alternativos, recolha de elementos e informações indispensáveis à concretização da proposta.

Evitar-se-á, assim, que o processo fique parado na expectativa de informações que tardam, testando-se também a capacidade de resposta dos fornecedores.

3.3.2. Metodologia

Os fornecedores têm, geralmente, uma proposta tipo que apresentam quando não é imposta uma outra diferente. Para que não haja dúvidas quanto à compilação das informações que se pretendem em cada área, deverá ser proposta uma metodologia de apresentação, obrigando, desta forma, a que o fornecedor junte por capítulos as questões que têm a ver com cada uma delas. A maioria das propostas tipo são complicadas, de informação dispersa, o que muitas vezes leva a erro de apuramento dos montantes e das informações. O comprador poderá, mesmo, propor quadros de compilação de características, preços, encargos anuais de manutenção, custos de suporte às aplicações, plano de formação.

A obrigatoriedade de discriminação, para além de facilitar a comparação entre as diversas propostas, permite um maior rigor dos preços que a apresentação global, muitas vezes, oculta.

3.3.3. Validade

Já assistimos, noutras épocas, a alterações constantes dos preços, sobretudo por força da inflação. Hoje isso não é frequente, mas o vendedor deverá garantir os preços por um período considerado suficiente para o estudo das propostas recebidas, verificação da funcionalidade dos programas e decisão. Esta ressalva pode resultar desfavorável ao comprador, na medida em que a tendência actual é para uma baixa dos preços, por força das leis do mercado, da cada vez maior produção dos componentes e da diluição dos custos de investigação.

3.3.4. Esclarecimentos e demonstrações

Neste capítulo o potencial fornecedor deverá descrever os meios que coloca à disposição do comprador para esclarecer devidamente sobre tudo o que respeita à sua proposta e ainda o local ou locais onde pode efectuar a demonstração ou pode ser vista em funcionamento instalação equivalente.

3.3.5. Formação

Um aspecto importante a ter em conta é o plano de formação a dar aos utilizadores, o qual deve ficar definido e ser posteriormente auditado. O esforço de formação deve assentar em trabalhos práticos, por simulação de casos reais, de forma que os seus efeitos sejam os melhores. Se efectuada em grupo deve reunir pessoas com homogeneidade de interesses e deve ser garantida a novos elementos por rotação dos anteriores.

3.3.6. Penalidades

O comprador deverá sujeitar o fornecedor ao cumprimento dos prazos de execução a que se propõe. Em caso de incumprimento poderá impor penalidades segundo fórmula para apuramento do montante que considere razoável. Uma fórmula que já nos foi apresentada, é a seguinte:

$$P = V * A / 2\,000$$

Em que P corresponde ao montante da penalização que sofrerá o fornecedor num contrato de montante V no caso de A dias de atraso.

Naturalmente que não haverá penalização se o trabalho for executado com os mesmos resultados e sem dispêndio para o proprietário, noutro equipamento que o fornecedor coloque à sua disposição em local que mereça a aprovação do comprador e que fique desde logo definido.

3.3.7. Garantias

O comprador poderá impor um prazo uniforme de garantia, após a recepção, em que todas as reparações e substituições de elementos avariados sejam efectuados sem custos. É prática, actualmente, o prazo de manutenção gratuita ser de um ano, mas há construtores que avançam com prazos superiores.

3.3.8. Foro competente

Se o estabelecimento de um contrato pretende definir um conjunto de cláusulas aceites reciprocamente, o incumprimento obriga ao recurso aos tribunais para apuramento do faltoso e das indemnizações, pelo que deve ser definido, nesse caso, se há um foro competente.

3.4. O sistema operativo

A informática está hoje em fase de transição. As empresas não escolhem já um construtor, mas sim um sistema de exploração e, sobretudo, um *standard*. A escolha do sistema operativo tem em conta, além do tipo de máquina, a finalidade da sua utilização em aplicações em que se pretendem medir acções exteriores ao sistema, em que a estímulos, por exemplo, da água o sistema regista a temperatura. Trata-se de aplicações concretas, que exigem *hardware* específico, sobre as quais não nos iremos deter.

O sucesso de um sistema de exploração não reside só nas suas *performances*, mas também no número e na qualidade das aplicações disponíveis. Naturalmente que na fase de lançamento de um sistema operativo, tal como noutros produtos, a aceitação e adopção para utilização é feita no pressuposto de que as características e *performances* que o construtor afirma vir a atingir se venham a concretizar. Segundo as necessidades dos técnicos, que em todo o mundo procuram soluções, a apresentação do projecto de sistema operativo trará o interesse e a expectativa, que levarão ao estudo aprofundado e aos testes. Algumas das limitações e parte da falta de fiabilidade só serão detectados à posteriori, o que já tem levado à rejeição e abandono de projectos de sistemas, como de linguagens, que pareciam viáveis, fáceis, rápidos e seguros.

Os construtores viram-se na obrigação de conceber sistemas de exploração especializados, capazes de otimizar as potencialidades do equipamento central e, por outro lado, dos periféricos que lhe estão conectados.

Na selecção do sistema operativo há que ter em atenção o fim a que se destinou a investigação que sobre ele foi efectuada: nos casos UNIX e PICK, (sistemas generalistas) trabalhar sobre o máximo de equipamentos possível, muito potentes, exigindo recursos materiais muito importantes, o que se traduz, por exemplo para o UNIX, num AT no mínimo de 4 Mb de memória viva e de 80 Mb em disco se pretende trabalhar sem problemas. Quanto ao PICK é um dos raros sistemas operativos que integra um sistema completo de base de dados, explorável tanto pela aplicação como pelas funções elementares. A sua filosofia de assembler que gera um pseudo-código PICK, que será transmitido através de uma interface compatível com o *Host*, que se encarregará da conversão em código executável, traduz-se, na prática a que o software é to-

talmente desenvolvido em PICK, independente do material. A combinação do pseudo-código PICK com a base de dados revela-se uma ferramenta muito útil, de portabilidade máxima, mas exige um suporte técnico básico e sistemas, no mínimo, *miniframes* ou *mainframes*.

É o panorama de cada país que diz qual das soluções deve ser usada, o que leva à conclusão de que soluções que, por exemplo nos Estados Unidos, são coroadas de sucesso, se traduzem a nível mundial num sucesso relativo.

3.5. Rede ou multiposto ?

O grosso do mercado da micro-informática está representado pelo MS-DOS e pelo seu sucessor OS/2.

O OS/2, no entanto, embora multitarefa, não é multiposto, o que se traduz como um inconveniente muito importante em gestão, dado que uma solução multiposto se revela, normalmente, menos dispendiosa que uma solução em rede.

Um sistema multiposto é uma configuração no seio da qual uma das entidades controla e gere directamente a totalidade dos processos de tratamento.

Hoje em dia começam a aparecer no mercado soluções em que o multiposto e a rede local já não são incompatíveis, mas antes complementares: Prologue e Osilan.

Na nossa óptica esse poderá ser o caminho do futuro, fazendo recurso ao *downsizing*, isto é, a reconversão de instalações centralizadas em instalações departamentais de configurações multiposto interconectadas, via rede local. O sucesso do *downsizing* passa obrigatoriamente por uma mudança de mentalidades, mudança que se encontra em algumas grandes sociedades americanas.

Em nossa opinião, que mais trabalhamos com soluções multiposto, a perspectiva do sistema operativo *standard* por excelência – o UNIX – deverá trazer aos utilizadores maior satisfação.

3.6. As bases de dados

Algumas aplicações que necessitam de desenvolvimento longo e dispendioso sobre minis podem fazer apelo a um sistema geral de base de dados complexo (Oracle, Unix, DPX). Há, no entanto, sistemas mais acessíveis, com uma linguagem de interrogação acessível e menor dificuldade de formação, tais como o Dialogue, da Prologue, S.A. ou o DBaseIII Plus da Ashton-Tate.

Uma base de dados é um conjunto de informações armazenadas num sistema informático, estruturadas e organizadas de forma a poderem ser acedidas e manipuladas com rapidez e eficiência.

A criação de uma base de dados permite a centralização, coordenação, integração e a difusão da informação.

Uma vantagem é o princípio simples em que assentam as bases de dados: um ou mais arquivos (ficheiros), cada qual receberá registos que terão as informações (campos) úteis ao utilizador, definidos (os campos) segundo a informação que se pretende recolher.

Conforme o modo como as informações são organizadas, assim se classifica uma base de dados em relacional, de rede ou hierárquica.

O conjunto de programas que permite aceder, manipular e armazenar as informações contidas numa base de dados é chamado de Sistema de Gestão de Base de Dados (em inglês DBMS).

O dBaseIII Plus é um Sistema de Gestão de Base de Dados relacional, porque consiste na representação segundo tabelas de linhas e de colunas, entre as quais se podem estabelecer determinadas relações.

3.7. Auditorias da organização e dos procedimentos

Um dos aspectos que nos parece da maior relevância na análise das soluções aplicacionais que são apresentadas num concurso de informática é o controlo sobre a integração no modo organizacional da empresa e a segurança que garanta, por exemplo, a segregação de funções.

A verificação da resposta a estes quesitos requer uma auditoria ao *software*, com o fim de avaliar se:

- o controlo interno é o melhor para a empresa, tendo em vista os *inputs* e os resultados finais, controláveis e verificados em exemplos reduzidos;
- os acessos ao sistema e as possibilidades de intervenção estão devidamente protegidos, através de *passwords* individuais, cuja inviolabilidade é garantida;
- a segregação de funções está garantida, não havendo lugar ao controlo completo de uma operação por parte de um único operador, através de acessos condicionados, que os programas terão de contemplar.

Qualquer situação menos segura deverá ser objecto de anotação e comunicação ao construtor, dependendo da garantia de eliminação a continuação das negociações.

4. Conclusões

Quando o autor iniciou os contactos com a informática, os computadores continham, ainda, uma parte significativa de componentes mecânicos e grandes dimensões, o que dificultava a sua instalação. A sua utilização era orientada para a criação de rotinas que automatizariam tarefas enfadonhas, demoradas, e que envolviam pesados meios de mão de obra, relativamente às quais havia sempre a dúvida da sua correcta execução. As linguagens de programação, pouco evoluídas, não eram compatíveis entre modelos consecutivos de uma mesma marca ou mesmo de uma série, o que inviabilizava a continuação do desenvolvimento de alguns programas após a troca do sistema onde estava a rodar. O pessoal com formação em sistemas operativos e em programação era reduzido.

Com a criação, em boa hora, primeiro do sistema operativo CP/M e, depois, do MS/DOS e a adopção dos processadores INTEL ao nível dos construtores de microcomputadores, foi feito o arranque no sentido da vulgarização da informática com o consequente desenvolvimento de programas, que inicialmente poderiam não conter muito de positivo, mas que foram sendo enriquecidos e se tornaram muito úteis para a rapidez de execução e acessibilidade na resolução de problemas complexos.

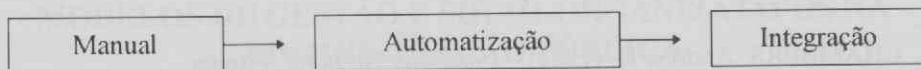
Naturalmente que muito haverá ainda para fazer, como haverá sempre, mas já existem programas acessíveis e fiáveis, que simplificam de forma definitiva as tarefas que os auditores, internos ou externos, necessitam de executar para testar, conferir, analisar e reportar junto dos órgãos de gestão e administração das empresas para, por um lado, dar segurança quanto à regularidade das pessoas que intervêm nos processos económico-financeiros das organizações e, por outro, colaborar na elaboração dos dados que permitem a tomada de decisões.

Dos auditores muito dependerá a qualidade da informática no futuro, pelo seu potencial técnico permanentemente actualizado, que exigirá a criação de programas que ajustem as realidades económicas e fiscais aos regulamentos e directivas que vão sendo adoptados pela integração plena na União Europeia e aos ajustes que esse mercado alargado vai exigir permanentemente.

Daqui ressalta que do envolvimento dos auditores no desenvolvimento da informática apenas poderá resultar o enriquecimento comum e dos utilizadores com quem ambos colaboram.

No que diz respeito às empresas, na óptica do utilizador de uma solução completa, constituída pelo conjunto *hardware/software*, permito-me alertar para que se tenha em conta todo o conjunto de questões que se colocam na definição de qual a aquisição mais adequada a cada caso. O projecto de informatização tem de ser correctamente definido e faseado, não permitindo que se parta do pressuposto que a aquisição de um computador vai resolver todos os problemas e que bastará isso; as habilitações profis-

sionais e a formação dos operadores têm de ser analisadas para que se possa avaliar da probabilidade de sucesso do processo de informatização. Mas estes são apenas alguns dos parâmetros da informatização, não podendo ser omitido que só as tarefas que são dominadas manualmente terão uma garantia de informatização correcta. O processo de organização, em esquema reduzido, tem que contemplar três fases principais:



Na fase manual todos os circuitos documentais, tarefas e arquivos são definidos com rigor e implementados, funcionando sem erros. A fase seguinte, da automação, enquadra na estrutura as soluções de informática e passa a executar de forma mais rápida as tarefas que antes se executavam manualmente. Até ao fim desta fase, todas as tarefas que anteriormente se repetiam, continuam a ser efectuadas em repetição, apenas com execução mais rápida. A fase última da informatização da organização administrativa da empresa, que apenas pode ser encarada quando a anterior está perfeitamente dominada, é a integração das diversas aplicações, eliminando-se todas as tarefas paralelas, repetidas, tais como a contabilização dos movimentos da facturação, dos pagamentos de salários, as imputações de consumos, as repartições de custos, as regularizações das contas de imposto sobre o valor acrescentado.

O modo como estas questões são colocadas pode parecer demasiado pessimista e cauteloso e é essa a opinião generalizada perante um processo de informatização. Mas está apurado que nenhuma informatização se concretiza de forma satisfatória se as fases referidas não forem escrupulosamente ensaiadas e concretizadas. Qualquer tarefa executada manualmente pode ser automatizada e posteriormente integrada com as áreas de implicação. Dificilmente se informatiza uma tarefa que não se domina manualmente e, se se pretende atingir a integração sem ter organizado cada uma das fases anteriores, com certeza que se estará a procurar informatizar a desorganização e a falta de controlo dos procedimentos internos e acontecerá o caos administrativo. A empresa correrá sérios riscos de perder mesmo as más informações de que antes dispunha e a dada altura abandonará a automação e voltará aos processos manuais para reconstruir a sua situação anterior.

Também neste aspecto de consciencialização, definição, implementação e concretização, o auditor tem um papel relevante a desempenhar quando chamado a dar apoio num processo de informatização.

BIBLIOGRAFIA

- ABADAL, Jordi (1989) – *Gestión de Bases de Datos com dBase III Plus*. Barcelona: Gustavo Gill.
- BOLOCAN, David (1989) – *Lotus 1-2-3 simplificado*. Lisboa: Editorial Presença.
- CHAMBERS, Andrew D. (1981) – *Computer Auditing*. Pitman.
- COSTA, Carlos Batista da (1985) – *Auditoria Financeira*. Lisboa: Rei dos Livros.
- COSTA, Carlos Batista da (1979) – *Introdução à Auditoria Contabilística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Contabilistas.
- DECHERT, Charles R. (1970) – *O Impacte Social da Cibernética*. Rio de Janeiro: Editora Bloch.
- FANTINATTI, João Marcos (1988) – *Auditoria em Informática*. São Paulo: McGraw-Hill.
- HARRISON, David e YU, John W. (1992) – *Folhas de Cálculo: Manual de Estilo*. Mem Martins: Edições Cetop.
- MARQUES, José Alves e GUEDES, Paulo (1990) – *Fundamentos de Sistemas Operativos*. Lisboa: Editorial Presença.
- MEIRELLES, Fernando de Sousa (1989) – *Informática-Novas Aplicações com Microcomputadores*. São Paulo: McGraw-Hill.
- MOTTA, João Maurício (1992) – *Auditoria: Princípios e Técnicas*, 2ª ed. São Paulo: Editora Atlas.
- NABAIS, Carlos (1993) – *Noções práticas de auditoria*, 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença.
- NETO, Acácio Feliciano, FURLAN, José Davi e HIGA, Wilson (1992) – *Engenharia da Informação-Metodologia, Técnicas e Ferramentas*. McGraw-Hill.
- SELVAIS, Georges (1970) – *Time Sharing e Tomada de Decisões*. Lisboa: Bertrand.
- THOMAS, A. J. e DOUGLAS, I. J. (1988) – *Auditoria Informática*. Madrid: Editorial Paraninfo.

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E MODELOS DE GESTÃO E SÓCIO-ORGANIZATIVOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Alguns contributos

1. Introdução

As organizações da Administração Pública têm sido sujeitas, nos últimos anos, como todas as outras organizações, a múltiplos desafios externos e internos. Estes desafios, enquanto oportunidades e ameaças, impõem um esforço acrescido de manutenção de um bom funcionamento no presente a par da garantia de sobrevivência futura.

A exigência simultânea de coesão e mudança faz apelo a um forte pensamento e actuação estratégicos que conduzam a alterações na cultura, nos modos de gestão e nos «modelos» organizacionais, desenvolvendo processos de maturação mais do que procurando fazer cortes, por decisões formais.

Como tem a Administração Pública (doravante, AP) respondido a estas exigências crescentes? Em que estado estamos neste momento?

Procurarei dar alguns contributos para esta reflexão a partir de algumas experiências e de informação resultante de projectos desenvolvidos no contexto da actuação do Instituto de Informática.

Face ao nosso objecto de intervenção – sistemas e tecnologias de informação na AP – abordarei essencialmente a relação das Tecnologias de Informação (doravante, TI) com os modelos de gestão e sócio-organizativos, utilizando dois momentos importantes do balanço da nossa acção:

- as experiências de apoio/consultoria à definição do modo como introduzir/incrementar o uso de TI (experiências de «planeamento» de sistemas de informação).

* Licenciada em Ciências Sociais e Sociologia. Directora de Serviços de Desenvolvimento Organizacional do Instituto de Informática. Texto apresentado nas II Jornadas sobre Administração Pública, organizado pelo Departamento de Ciências da Administração do ISCIA, em 1994.05.05, em Aveiro.

- avaliação dos impactes das TI na AP, a partir de um inquérito aos responsáveis de topo e de informática realizado em Abril de 1993 e de reflexões realizadas a partir de tratamentos orientados dos resultados obtidos na equipa de projecto e com os próprios.

A gestão das TI iniciou-se tomando como ponto de partida as próprias tecnologias (servindo essencialmente a automatização de processos produtivos); passou para as necessidades de informação – sistema de informação organizacional (preocupada essencialmente com informação para gestão) –, e parece estar a romper com este paradigma para se centrar nos diferentes processos organizacionais, tomando como ponto de partida a organização e as estratégias definidas (crescimento, desinvestimento, manutenção) para as diferentes áreas e formas de actuação (áreas nucleares, estratégicas, experimentais e de suporte).

Que relação se pode e deve fazer entre estas abordagens e a evolução nos modelos de gestão, nos modelos organizativos, na cultura e na própria tecnologia? Como se têm articulado, viabilizando um desenvolvimento estratégico adequado quer a nível das finalidades quer do aparelho?

Durante mais de duas décadas a AP tem vindo a utilizar as TI, com forte reforço a partir de 1990.

Ao serviço de quem têm estado as TI e que contributo tem dado para a evolução necessária da AP? Quais os domínios onde se tem feito sentir com maior impacto os seus resultados?

O facto dos impactes terem sido mais percebidos nos resultados dos processos existentes; se terem feito sentir menos no aparelho (não somente nas estruturas e métodos de trabalho, mas, sobretudo, nas questões ligadas aos recursos humanos) e terem efeitos desequilibrados em domínios de gestão, o que significa?

Será que as TI são ainda usadas na AP basicamente ao serviço da racionalização de processos nucleares e de suporte, não se inserindo em mudanças organizacionais mais profundas?

Tem-se a sensação, de facto, de que a AP tem conseguido incrementar substancialmente o uso de TI, sem que tal se insira em processos de mudança com implicação nos actuais modelos de gestão e organizativos.

Por outro lado, os factores de gestão são hoje considerados ainda como os que menos influenciam os resultados obtidos com o uso das TI, sendo, contudo, avaliado que, quando exerceu influencia, o fazem positivamente e alteram mesmo o tipo de efeitos, acentuando as mudanças nos modelos organizacionais e de gestão.

Esta constatação leva-nos a reforçar a concepção teórica e empírica, da importância essencial das opções de gestão (a nível das finalidades, do desenvolvimento da «organização/aparelho» e do tipo de soluções tecnológicas), de modo a que a evolução

desejada nas organizações da AP articule adequadamente a vertente gestonária, organizacional, social e tecnológica.

2. Evolução das abordagens ao desenvolvimento de SI/TI na AP

Da análise global das abordagens utilizadas ao desenvolvimento dos Sistemas de Informação/Tecnologias de Informação na AP, podemos identificar três grandes etapas.

Uma primeira, traduzida pela elaboração de Planos Directores de Informática (PDI) uma segunda, marcada pela aplicação da metodologia BSP, visando o Planeamento de Sistemas de Informação (PSI), e uma terceira e actual, influenciada por metodologias mais leves, a que chamaremos de Planeamento Estratégico do Sistema de Informação (PESI).

A estas abordagens, que procuraremos caracterizar pela sua origem e objectivos, pela metodologia adoptada e pelos resultados conseguidos, não é estranho o contexto em que se inserem, pelo que procuraremos, igualmente, fazer referência às concepções de gestão e organização defendidas e/ou dominantes, à situação no respeitante à oferta tecnológica, à fase em que se encontra a utilização da Informática/TI nas organizações (modelo de Nolan) e ao modelo organizativo predominante na sua gestão.

Ainda no que respeita às duas primeiras etapas, identificaremos alguns problemas inerentes à sua evolução e tentativas de os ultrapassar com introdução de aperfeiçoamentos e desenvolvimentos, dentro do mesmo paradigma de referência.

O aparecimento de uma nova etapa não significa o fim da anterior, na sua concepção e aplicações, mas o desenvolvimento de um novo paradigma, aplicado através de outros referenciais metodológicos, cumulativamente com utilizações do anterior.

2.1. Planos Directores de Informática

Esta etapa insere-se num contexto em que as tecnologias disponíveis se caracterizavam por grandes máquinas, sistemas proprietários, ficheiros sequenciais e pela automatização de operações repetitivas e funções específicas envolvendo grandes volumes de dados.

O ambiente é ainda relativamente estável pelo que predominam conceitos de planeamento e programação rígidos, defesa de modelos organizativos de centralização de funções (fase dos Gabinetes de Apoio Técnico), visão estruturalista da organização e preocupações centradas essencialmente na racionalização do trabalho desenvolvido (eficiência dos processos operativos).

A informática encontra-se numa fase de contágio na organização, em que as preocupações com o controlo da informática se desenvolvem e começa a ser difícil responder às diferentes solicitações e mesmo pressões.

O modelo organizativo encontrado para a gestão da informática reside na criação de centros/serviços de informática distanciados da organização e com poder sobre ela. É a informática centrada nos seus problemas tecnológicos.

A esta sobrecarga de solicitações procura-se responder com mais pessoal, mais equipamento, maior produtividade no desenvolvimento e manutenção de soluções. À insatisfação dos «utilizadores», com o seu envolvimento.

Os Planos Directores surgem, de algum modo, como uma resposta à necessidade de definir prioridades de resposta, de identificar as melhores características a respeitar no crescimento da tecnologia instalada, de justificar investimentos.

Do ponto de vista metodológico, procura-se chegar a resultados mais ou menos seguros por tentativas, face à ausência de uma metodologia e mesmo de métodos e técnicas específicas, suficientemente validados.

Os resultados obtidos são, no geral, fracos, sendo poucos os casos em que se chega à elaboração de um Plano Director e, sobretudo, à sua concretização efectiva.

A proliferação de soluções desintegradas leva, por sua vez, ao questionamento das redundâncias e incoerências de informação e respectivas deseconomias, e o gestor começa a questionar a informática face à insuficiência ou mesmo ausência de contributos em termos de informação de gestão.

O envolvimento dos utilizadores e a ligação aos processos de racionalização administrativa aparecem como tentativas de encontrar resposta, dentro do mesmo paradigma tecnológico, para alguns dos problemas emergentes.

Como síntese, poderemos caracterizar esta fase, pelo predomínio da gestão da informática, pelo poder da tecnologia e da concentração do seu domínio, pelo determinismo tecnológico. Aperfeiçoa-se o funcionamento para se viabilizar o uso da tecnologia e se tirar dela os resultados que oferece.

2.2. Planeamento do Sistema de Informação (PSI)

Esta segunda etapa desenvolve-se a partir de 1984-1985 com a aplicação da abordagem desenvolvida pela IBM no respeitante à elaboração de planos de desenvolvimento do sistema de informação e da informática. Apesar das preocupações subjacentes serem a coerência tecnológica e a defesa dos grandes sistemas, os desenvolvimentos desta abordagem vêm marcar, de facto, uma ruptura de paradigma, traduzido pela adopção da análise da informação como ponto de partida para o uso de TI.

É, de algum modo, a passagem da informática para a informação.

O novo contexto obviamente que influencia esta ruptura, pois, a perspectiva sistémica das organizações ganha terreno, a necessidade de ter em conta a evolução ambiental pesa, embora numa óptica de viabilidade de previsão mais ou menos segura, tornando desejável e possível uma estratégia de longo prazo e daí a maior importância da informação de gestão. Estamos na época do MIS, numa visão de algum modo monolítica e globalizante da organização.

A informação é considerada como um recurso que deve estar ao serviço dos diferentes níveis e unidades da organização, e a informática, o suporte tecnológico garante dessa disponibilização.

Em termos tecnológicos, o aparecimento de sistemas de gestão de bases de dados, o desenvolvimento da microinformática e de sistemas departamentais, vêm viabilizar a resposta às necessidades referidas e reforçar a viabilidade da integração.

Estamos, segundo Nolan, numa fase de controlo, de integração, na transição da gestão da informática para a Gestão da Informação.

Assim, os modelos organizativos de gestão da informática passam por concepções como a de «infocentro», numa preocupação de apoio aos utilizadores, mas sobretudo de manutenção da integração e do controlo. As preocupações com a Gestão da Informação raramente têm expressão estrutural.

O «Planeamento do Sistema de Informação» (PSI) procura ser uma resposta à necessidade de proteger investimentos, face às modificações frequentes da organização, identificando e dando prioridade às soluções que se mostram mais estáveis, e de garantir economias através de uma correcta Gestão da Informação, melhorando os benefícios obtidos, particularmente no campo da informação para gestão.

Constituem preocupações da metodologia, a construção de um modelo de informação (arquitectura de informação), o alinhamento com a missão/finalidades da organização, a estabilidade dos sistemas de informação e informáticos (o sistema de informação deve subsistir a mudanças organizacionais e de gestão da organização), a definição de prioridades de desenvolvimento, estabelecidas de acordo com os mesmos critérios para os diferentes subsistemas.

Os resultados obtidos, enquanto produtos, são a arquitectura da informação (que se mostra uma constante), a estratégia para a inovação organizacional (mais ou menos especificada conforme os casos), a estratégia para a renovação tecnológica dos SI (ficando-se por recomendações ou especificando projectos), e o modelo de gestão dos recursos informacionais.

No que respeita aos seus efeitos, os resultados visíveis a curto prazo são normalmente fracos. No entanto, a organização fica na posse de elementos que, pelo menos nalguns casos, vão influenciar decisões e soluções futuras. A principal linha de

influência exerce-se essencialmente através dos elementos implicados no estudo, quando permanecem na organização e tem influência junto dos dirigentes de topo.

Alguns factores virão, progressivamente, tornar inadequada ou insuficiente esta abordagem.

O tempo de realização dos estudos (pelo menos na sua fase inicial e mais pura), o desfasamento entre os resultados e a realidade cultural e de gestão da organização, bem como entre o saber/implicação da equipa e o poder/cultura do sistema directivo, e entre as expectativas (muito centradas na tecnologia) e os resultados (situados a nível de recomendações estratégicas), levam a tentativas de introdução de adaptações, de que são exemplos o Plano de Modernização (numa preocupação de reforço do próprio desenvolvimento da organização, já presente na etapa anterior), o Programa Mínimo de Modernização (tentando resolver problemas imediatos e garantir a implementação do Plano) ou a criação de uma «Linguagem Mínima de Comunicação» (numa preocupação de acompanhamento da cultura e manutenção da comunicação com a organização).

O aumento da variedade de situações na organização e a consciência do facto, virão, contudo, pôr em causa o monolitismo de algum modo inerente a esta abordagem, e exigir diferentes aproximações na definição de estratégias para o desenvolvimento dos sistemas/tecnologias de informação, de acordo com o seu papel para os diferentes tipos de «negócios».

1.3. Linhas de Orientação Estratégica para o Desenvolvimento de Sistemas de Informação/Tecnologias de Informação

É sobretudo a necessidade de diferentes abordagens, de reconhecimento da diferença e variedade de situações, e, portanto, de soluções, que marcará esta nova etapa, em fase de desenvolvimento, e que de algum modo poderíamos apelidar de «democrática».

A maior influência metodológica é exercida pelos referenciais metodológicos do CCTA, e a sua aplicação na AP data de 1990.

Esta etapa pode caracterizar-se, essencialmente, pela utilização de diferentes métodos e instrumentos oriundos nomeadamente da gestão, mantendo, sempre que útil, alguns utilizados nas etapas anteriores, que se aplicam de acordo com uma metodologia definida para cada caso (análise da cadeia de valor de Porter, Boston Box, análise das forças competitivas, análise dos FCS, ...).

Acentua-se o alinhamento com as estratégias do negócio e daí a importância, por exemplo, da análise do *portfolio*, ou seja, de diferentes abordagens e respostas para as diferentes realidades em presença.

A consideração das diferenças atrás referidas, encontra expressão nas concepções de gestão e organizativas difundidas, reforçando-se o entendimento sistémico e contingencial das situações organizacionais. O paradigma estruturalista é substituído pela gestão de sistemas, que criam redes e precisam de ser geridas enquanto tal. A organização passa a estar mais centrada no ambiente e no sistema que é objecto da sua intervenção do que no aparelho. A informação e as TI aparecem como oportunidades de novos negócios ou introduzindo valor acrescentado aos processos organizativos, produtivos, gestionários ou de suporte.

A insatisfação com a insuficiência de ponderação das condições da organização antes do estudo de planeamento estratégico de SI, com reflexos negativos no sucesso do mesmo, tem-nos levado nos últimos casos a dar prioridade à experimentação do «estudo de âmbito» (primeira fase do ciclo de gestão estratégica), com vista à análise prévia da viabilidade, utilidade e condições de desenvolvimento do ou dos estudos em causa, como primeira fase do ciclo de gestão estratégica.

O PESI situa-se entre a estratégia do negócio e a renovação tecnológica, o que significa que, sem um pensamento e cultura de gestão estratégica e uma capacidade de actuação tecnológica maior, ficará irremediavelmente ensanduichado no seu sucesso entre estes dois níveis.

Da reflexão feita ressalta que a organização com uma missão a concretizar, de acordo com o contexto de cada momento, se tem que centrar no sistema que é objecto da sua intervenção e considerar o seu «aparelho» como instrumental face às finalidades visadas.

Ressalta, também, a inevitabilidade de garantir o presente, criando condições para o futuro.

Significa que os sistemas e as TI estão ao serviço desta perspectiva de gestão, devendo contribuir para que a organização seja eficaz e eficiente hoje, nos seus processos de tomada de decisão, nos seus processos produtivos e nos processos de gestão dos diferentes recursos utilizados, e que proteja o seu futuro visionando-o em cada momento e agindo estrategicamente. Tal pressupõe o conhecimento actualizado do seu ambiente, o investimento em novas áreas e formas de actuação, a adequação constante do «aparelho» aos novos desafios.

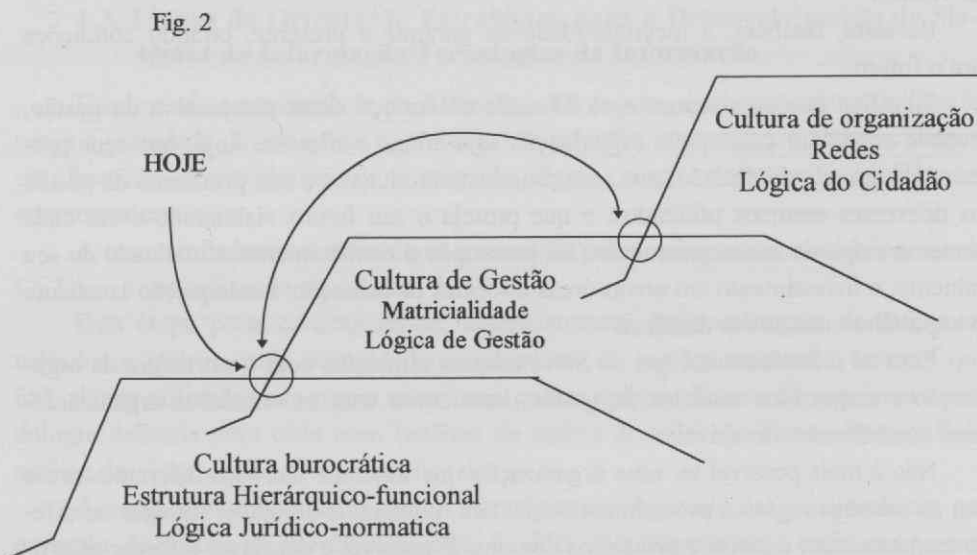
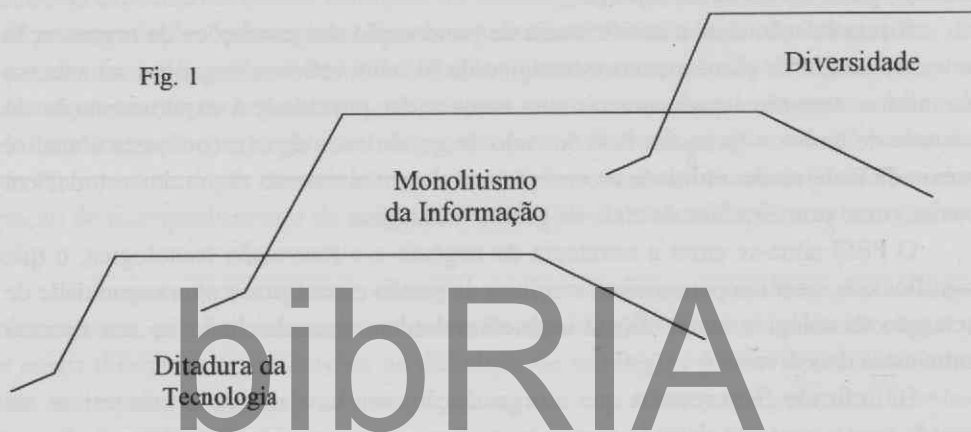
Para tal é fundamental que os SI/TI estejam alinhados com a estratégia da organização e respectivos modelos de gestão, bem como com os «modelos organizacionais» considerados desejáveis.

Não é mais possível ter uma organização que funcione nas suas diferentes áreas com as mesmas regras e procedimentos. É, sim, possível e desejável integrar as diferentes partes num espírito e princípios comuns. É possível e desejável reforçar as arti-

culações e os mecanismos de integração, respeitando o máximo de autonomia e responsabilidade.

É desejável que cada parte encontre os seus modos próprios e adequados de cumprir o seu papel no todo.

Neste sentido, estamos a aprender novos modelos de gestão e organizativos respeitadores das realidades, dinamizadores da iniciativa e criatividade, centrados nos resultados.



3. AVALIAÇÃO DOS EFEITOS E ESTADO ACTUAL DAS TI NA AP

A preocupação com os efeitos decorrentes do uso das TI na AP, num momento em que se reforça a pressão para a sua modernização levou o Instituto de Informática a conhecer a opinião dos principais responsáveis pelo seu uso, sobre os respectivos impactos organizacionais.

Os resultados obtidos permitem alguma reflexão sobre a relação entre o uso de TI e os modelos de gestão e sócio-organizativos predominantes na AP.

3.1. Ao serviço de que têm estado as TI na AP?

Os sistemas e tecnologias da informação não estão, em grande número de organismos, claramente alinhados com as suas finalidades e estratégia. Quer isto dizer que o seu desenvolvimento e uso corresponderá mais a respostas a necessidades avulsas percebidas, que a uma definição de opções, face ao futuro desejado para a organização e aos objectivos que, a curto prazo, concorrem para esse futuro.

Por outro lado, não se pode também dizer que, no essencial, as TI estão ao serviço de áreas nucleares, ou seja, suportam respostas essenciais da organização a expectativas dos destinatários actuais da sua acção.

O apoio que hoje dão à gestão, nomeadamente na tomada de decisão (que não meramente casuística) não é, também, claro, quer analisado face ao tipo de tecnologia utilizado quer quanto ao peso relativo dos efeitos neste âmbito.

Sendo significativo o seu papel ao serviço de áreas de suporte, como seja a gestão de recursos, ele é relativamente recente e o grau de insatisfação manifestado é significativo.

Deste modo, e apesar de não ser despreciando o parque tecnológico existente, ele reflecte atraso em relação às potencialidades tecnológicas mais evoluídas e sobretudo às funcionalidades utilizadas.

Este atraso, a que não são alheios os recursos disponíveis, não pode ser analisado fora do contexto dos modelos de gestão praticados e da cultura tecnológica existente.

Só um pensamento de gestão mais globalizante fará apelo a outras necessidades de informação impossíveis sem o recurso a TI; só preocupações com a evolução e actualização do modo de funcionar e responder às exigências externas, reforçará o papel das TI ao serviço da estratégia e de novas formas de actuação da organização.

Ao mesmo tempo, só o reforço de modelos sócio-organizativos mais participativos e matriciais, fará com que as redes informacionais e tecnológicas sejam profundamente necessárias e utilizadas, por corresponderem a necessidades sentidas.

3.2 Que efeitos organizacionais se têm obtido com o seu uso?

Nem todos os domínios organizacionais analisados, com evolução positiva nos últimos anos e susceptíveis de sofrerem impactes pelo uso de TI, foram objecto de idêntica influência.

É na relação com os destinatários da acção, que os dirigentes de topo e de informática inquiridos manifestam ter havido maior influência das TI na evolução positiva ocorrida.

Sectores	Influência
Clientes	+ 45%
Gestão	40 - 50%
Organização	$-\infty$ a $+\infty$

Poder-se-á, de algum modo, pressupor que as TI têm ajudado a fazer melhor o que se faz. É de salientar, por exemplo, a celeridade na prestação de serviços e a informação proporcionada à tutela.

A AP, pressionada pelos seus «clientes», terá utilizado as TI como um instrumento de resposta.

No que respeita aos efeitos sobre a gestão, os seus resultados não parecem tão conclusivos, excepto na qualidade da gestão de recursos, apesar do que atrás se referiu quanto ao grau de insatisfação existente nesta matéria, em metade dos organismos que utilizam TI com esta finalidade.

Neste sentido as TI não terão influenciado muito os tipos de gestão praticados, tendo sido, em contrapartida, o seu uso influenciado pelos mesmos.

De salientar, contudo, que é ao nível das transformações nos modelos organizativos que o papel das TI é mais fraco.

De facto, é a este nível que os efeitos se mostram menos coerentes entre os diferentes domínios do «aparelho» contemplados, e menos significativos: todos os domínios considerados de menor impacto têm a ver com o sistema «organização»; com excepção da produtividade, todos os domínios foram considerados de média ou fraca influência incluindo os custos de funcionamento; verifica-se maior ausência de resposta a estas questões, podendo-se detectar áreas tabu como «conflitos» ou «subutilização de pessoal»; as formas de organização do trabalho (incluindo, entre outros domínios, estruturas e conteúdos dos postos de trabalho), são consideradas por muito poucos inquiridos como tendo sofrido influência das TI.

Fica-nos, assim, uma interrogação: será que as TI não podem dar um contributo maior para a evolução do modo de funcionar da organização? Ou será que o modo como são usadas lhes viabiliza apenas um contributo na racionalização dos processos existentes e não de transformação mais profunda?

A análise dos factores de sucesso vai-nos permitir evidenciar o papel dos factores de gestão, ou seja, das opções de gestão que presidem e orientam o uso das TI, nos efeitos susceptíveis de obter/induzir com as mesmas.

3.3. Que factores de sucesso?

Os factores comportamentais e tecnológicos, quer respeitantes ao estado da organização, quer à condução dos processos de desenvolvimento de sistemas e tecnologias de informação, parecem ter sido os que mais têm facilitado o uso e viabilizado os efeitos das TI na evolução da AP. Apenas o estado de integração tecnológica se pode considerar ter sido algo dificultador.

Assim, a vontade de mudança e o envolvimento dos diferentes actores, bem como as respostas a nível da tecnologia, não parecem obstaculizar a que se use e tire o máximo proveito das TI.

O mesmo não se pode dizer dos factores legais, considerados fortemente constrangedores do desenvolvimento da informática na AP.

No entanto, são os factores de gestão que se evidenciam como os mais problemáticos no sucesso do uso de TI: são os menos consideraços (por se achar que não se aplicam ou são inócuos); são os que merecem uma maior dispersão de opiniões entre terem facilitado e dificultado.

É interessante, contudo, constatar que alguns, como o planeamento estratégico e o planeamento de sistemas de informação, quando aplicados, influenciam de forma altamente positiva e alteram o peso relativo das alterações organizacionais. Assim, verifica-se o reforço dos impactes a nível do «aparelho», nomeadamente as modificações na estrutura e formas de organização do trabalho.

Poder-se-á evidenciar, deste modo, o pensamento que hoje se tem, de que as TI terão que estar cada vez mais subordinadas, ao serviço da estratégia e dos modelos de gestão e funcionamento da organização, sendo que os contributos que deles se podem esperar dependem mais de factores de gestão do que de «imposições» tecnológicas.

De salientar, por fim, o peso da situação de partida na organização no sucesso do uso de TI, apelando à necessidade de inserir a introdução/renovação tecnológica em processos de mudança organizacional.

4. DESAFIOS

De tudo o que atrás se disse, quer no que respeita à evolução das abordagens ao desenvolvimento de Sistemas e Tecnologias de Informação, quer ao balanço que se pode fazer do seu uso na AP, penso decorrer a importância primordial da articulação entre as TI e os modelos de gestão e sócio-organizativos.

A modernização da AP, fazendo uso das potencialidades tecnológicas ao nosso dispor, passa essencialmente pelo desenvolvimento de novas concepções e práticas de gestão, acompanhadas por um pensamento e actuação criativas no modo de funcionar da organização.

O modelo certo é o que permite que a organização e os seus diferentes serviços funcionem com criatividade, respondendo bem Agora e evoluindo para o Amanhã.

O principal factor deste clima são necessariamente as pessoas. O principal desafio terá que ser inevitavelmente a implicação de todos, a começar pelos próprios destinatários da acção, que terão que ter uma palavra activa e sobre os quais se terá que centrar a avaliação dos resultados.

bibRIA

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, Luís Alfredo (1994) – *PRAXIS: um Referencial para o Planeamento de Sistemas de Informação*. Braga: Universidade do Minho.
- CCTA (Government Centre for Information Systems) (1994) – *Managing IS/IT for the business: the Role of the Intelligent Costume*. Londres.
- CCTA (Government Centre for Information Systems) (1994) – *Information Superhighways. Opportunities for Public Sector Application in the UK: A Government Consultative Report*. Londres.
- CCTA (Government Centre for Information Systems) (1990) – «Linhas de Orientação para o Planeamento Estratégico de SI», in *Informação & Informática*, nº 7, Dezembro. Separata.
- EMBLETON, Eric (1993) – «Impactes das TI. A Perspectiva da AP Irlandesa», in *Informação e Informática*, nº 11, p. 12-18.
- IBM (Corporation Business System Planning) (1975) – *Information Systems Planning Guide Publication*.
- IBM (Corporation Business System Planning) (1980) – *Planificación de Sistemas de Información (Método BSP): Vision General para Ejecutivos*. Madrid.
- INSTITUTO DE INFORMÁTICA (Direcção de Serviços de Desenvolvimento Organizacional) (1994) – *Guião de Estudos de Âmbito*, Lisboa.
- INSTITUTO DE INFORMÁTICA (Direcção de Serviços de Desenvolvimento Organizacional) (1994) – *Impactes das Tecnologias da Informação na Administração Pública. Inquérito à Administração Central*, Lisboa.
- LAVADO, A, DOMINGOS, G e MERGULHÃO, L (1994) – *Estudos Condicionantes ao Plano Director de Informática para a A.P.*
- LE MOIGNE, Jean-Louis (1978-79) – «La théorie du Système d'Information Organisationnel», in *Informatique et Gestion*.
- MARCELINO, Henrique (1990) – «Planeamento Estratégico para a Renovação organizacional através das TI», in *Informação & Informática*, nº 7, Dezembro, p. 7-13.
- MELO, Luís Filipe (1994) – «Condução de Processos de Desenvolvimento de SI/TI: que Condições de Sucesso?», in *Publicação do 3º ERSI – En-*

- contro de Responsáveis de Sistemas de Informação e Informática da AP*, Lisboa: Instituto de Informática (MF), p. 77-98.
- NEVES, Arminda, FILIPE, António e SILVEIRA, João (1993) – «A experiência de Planeamento de Sistemas de Informação na AP», in *Informação & Informática*, nº 12, Dezembro, p. 4-11.
- NEVES, Arminda (1994) – «Os impactes das TI na AP. Contributos para a caracterização da Informática na AP», in *Publicação do 3º ERSI – Encontro de Responsáveis de Sistemas de Informação e Informática da AP*, Lisboa: Instituto de Informática (MF), p. 50-56.
- NEVES, Arminda (1994) – «Os impactes das TI na AP», in *Informação & Informática*, nº 14, Dezembro, p. 45-50.
- NOLAN, Richard e GIBSON, Charles (1994) – «The four Stages of EDP Growth», in *Harvard Business Review*.
- PALLETE RIVA, Filipe gómez (1985) – *Estructuras Organizativas e Información en la Empresa*. Madrid: Asociación para el Progreso de la Direction.
- PORTER, Michael E e MILLAR, Víctor E. (1985) – «How Information Gives you Competitive Advantage», in *Harvard Business Review*.
- SEQUEIRA, Elisa (1994) – «Relação da Gestão do SI/TI com a Estratégia e os Objectivos do Organismo: como optimizá-la?», in *Publicação do 3º ERSI – Encontro de Responsáveis de Sistemas de Informação e Informática da AP*, Lisboa: Instituto de Informática (MF), p. 57-76.

GESTÃO DA QUALIDADE TOTAL CONTRIBUTO PARA UMA RÁPIDA EVOLUÇÃO

Introdução

Conhecendo as dificuldades que a maioria das empresas portuguesas têm vindo a enfrentar no que respeita a pôr em funcionamento uma organização da *Qualidade*, este artigo tem como finalidade fornecer ideias para um modelo integrado de Organização, que permita alcançar a *Qualidade Total*. Tenta-se assim, de forma esquemática, fazer uma breve abordagem aos passos fundamentais a percorrer rumo à sua implementação.

Não incluindo informação genuinamente inovadora, este artigo pretende condensar diferentes opiniões emitidas por diversos especialistas que se têm dedicado, ao longo do tempo, aos problemas da *Qualidade*.

A *Qualidade* é hoje um fenómeno mundial. Dos Estados Unidos à China Popular, da velha Europa às jovens nações industrializadas da Ásia, todos se movimentam à volta de um tema que traz grandes esperanças. É como se a indústria acordasse toda ao mesmo tempo descobrindo que a sua sobrevivência depende do querer de alguém por vezes considerado tão pequenino que quase havia sido esquecido: o *Cliente*.

Será que Portugal já tomou consciência de que esta onda também o tem que tocar de modo urgente?

É preciso que os nossos industriais se consciencializem também de que a *Qualidade* não é fácil, constituindo mesmo uma árdua tarefa, se nos reportarmos à terminologia do americano Crosby. Quer isto dizer que, para avançarmos na *Qualidade*, todos temos que molhar a camisa, mesmo os patrões, e começando exactamente por eles.

A *Qualidade* começa por ser, antes de mais, um estado de espírito e, nas empresas, há-de começar precisamente por cima. Ou é um estado de espírito partilhado por quem está no mais alto degrau dentro da empresa e faz, deste modo, parte daquilo a

* Engenheiro Metalúrgico. Director da Qualidade e da Logística Industrial da Fábrica de Cacia da Renault Portuguesa. Docente e Director de Estágios do ISCIA.

que se poderia chamar o seu ideário ou a *Qualidade* será apenas uma forma de tentar enganar e encontrar culpados. Temos de mudar a nossa mentalidade e temos sobretudo de acreditar que fazer *Qualidade* não fica mais caro. A *Qualidade* é, ao mesmo tempo, elemento motor para reduzir os custos e, para as empresas já lançadas num processo de *Qualidade Total*, um modo de se auto-promoverem, pois conseguem demonstrar concretamente os ganhos que obtêm quando fazem *Qualidade*.

1. O CLIENTE É REI

Comprar um produto é dar trabalho a um fornecedor. Se muitos clientes fazem predominantemente recair a sua escolha sobre esse fornecedor, os outros fornecedores sentir-se-ão em dificuldades.

Isto passa-se a um nível mais restrito nas empresas, e reflecte-se, consequentemente, nos países. Há nações que cada vez mais são preferidas como fornecedores privilegiados relativamente a outros: casos do Japão, da Alemanha, etc. Porquê? Simplesmente porque os clientes preferem esses produtos aos provenientes da concorrência. Esta preferência baseia-se em vários critérios.

Evidentemente que o preço é importante, mas há outros factores que entram em linha de conta:

- as características do produto;
- o custo de posse do produto, que inclui o preço de compra;
- acréscimo do conjunto dos custos de utilização;
- o respeito pelos prazos de entrega;
- o conforto da utilização;
- a estética;
- o facto de não ser poluente;
- as indicações de utilização;
- o apoio Após-Venda.

A escolha dos produtos por um cliente é, de facto, induzida pelo interesse que ele dá ao conjunto destes componentes.

Assim, os produtos ou serviços escolhidos têm de cumprir um conjunto de propriedades e características que lhes conferem aptidão para satisfazer as necessidades expressas ou implícitas.

Estes produtos ou serviços serão produtos ou serviços de qualidade.

Para se venderem produtos de qualidade em condições que assegurem o desenvolvimento harmonioso da empresa, é preciso gerir e dominar a *Qualidade*. Para isso tem de se trabalhar nos níveis organizacionais, técnicos e humanos.

A Qualidade faz-se com organização, equipamentos e homens. A organização de uma empresa ou o domínio técnico de um processo não podem ser eficazes senão quando o pessoal participa efectivamente na vida da empresa. Uma política de comunicação e de relações humanas tem de ser implementada e desenvolvida com um objectivo bem definido. Deverá ainda basear-se nos métodos de trabalho em comum e no reconhecimento do direito de errar.

No preço de venda de um produto são consideradas diversas parcelas. Umas são tidas como úteis pelo cliente (matérias-primas, mão-de-obra, energia, etc.), outras serão cada vez mais sentidas pelos clientes como parcelas inúteis (sucatas, retoques, triagens, etc.).

É evidente, que, se por um lado, os clientes cada vez mais estão interessados em pagar exclusivamente as parcelas ditas úteis, os nossos industriais não podem, por outro, e infelizmente, deixar de incluir no preço dos seus produtos as parcelas ditas inúteis. Mas temos de ter consciência de que, cada vez mais, os clientes se recusam a pagar esta parte. Por consequência, gerir bem a *Qualidade* consistirá também em lutar contra todos os custos inúteis para os diminuir e suprimir. A experiência tem mostrado que esses custos inúteis atingem em média cerca de 20-25% do volume de negócios das Empresas; assim, como se pode constatar, os investimentos para melhoria da *Qualidade* são altamente rentáveis.

A Gestão da *Qualidade* tem como objectivos:

- manter ou melhorar a imagem de marca – é uma ferramenta de desenvolvimento comercial;
- permitir a pesquisa contínua e a eliminação progressiva das causas dos sobre-custos – é uma ferramenta de melhoria da competitividade;
- melhorar as relações humanas dentro da empresa – é uma ferramenta de bem estar social/empresarial.

Como conseguir isto? Com acções simples e de bom senso.

2. DIAGNÓSTICO DE QUALIDADE

2.1. Custos da não-*Qualidade*

Todo o desvio que possa afectar a vida da empresa relativamente ao funcionamento considerado ideal, é uma fonte de não-*Qualidade*. É importante numa empresa sabermos quantificar os custos dos desvios de funcionamento e identificar a sua origem.

Podemos, assim, pôr em evidência os fenómenos nefastos ao bom funcionamento da empresa e analisar em tempo reduzido as informações financeiras conducentes à decisão dum plano de combate às causas da não-*Qualidade*.

Como se formam estes custos da não-*Qualidade*?

Uma empresa fabrica produtos de qualidade quando cada um dos actores da vida do produto fornece ao seu sucessor um serviço de *Qualidade*.

Como é evidente, uma empresa é, ao mesmo tempo, fornecedor e cliente. Dentro dos limites da própria empresa esta noção é também aplicável.

Cada operador é fornecedor daquele que está a jusante e cliente daquele que está a montante.

Dentro de uma empresa todos somos clientes e fornecedores. Assim, a cada intervenção de um operador e sobretudo na zona de junção de duas intervenções produzem-se por vezes, desvios relativamente ao rumo ideal. Estes desvios provocam sobre-custos tais como:

- sobre-consumo de matéria-prima ou de energia;
- triagens e sucatas;
- improvisações e precipitações;
- retoques;
- atrasos;
- custos no Após-Venda;
- perdas de clientes;
- etc.

Tradicionalmente, não se tem conseguido, nas empresas, conhecer com satisfatório grau de rigor quanto vale todo este disfuncionamento. É, assim, necessário criar um quadro onde possamos seguir estes valores. Esse *Tableau de Bord* permitir-nos-á analisar:

- custos resultantes de anomalias internas: custos dos desvios antes que os produtos tenham deixado a empresa;
- custos resultantes de anomalias externas: Após-Venda;
- custos de detecção: verificação de conformidade pelo controlo;
- custos de prevenção: para evitar ou prevenir anomalias.

É importante dizer-se, neste momento, que os custos da não-*Qualidade* não são exclusivamente provocados na fase de fabrico de um determinado produto. Bem antes pelo contrário. Esses custos são gerados ao longo de toda a vida do produto.

Convém aqui referir que, por vezes, há também custos de não-*Qualidade* que são produzidos na fase de fabrico e que resultam do pouco cuidado tido durante as fases de estudo e de projecto.

Está provado que os Japoneses resolvem cerca de 80% dos seus problemas de qualidade na fase de estudo e projecto, enquanto nós resolvemos ou tentamos resolver esses 80% na fase de fabrico.

Assim, claramente se constatará que as tentativas de resolução nesta fase acarretarão enormes custos de não-*Qualidade* (é mais fácil utilizar a borracha e corrigir um desenho que alterar uma ferramenta que faz uma peça).

Para eliminarmos ou reduzirmos estes riscos, há hoje em dia técnicas de trabalho, entre as quais me permito salientar a técnica AMDEC (Análise do Modo de Falhas e sua Criticidade), que tem demonstrado óptimos resultados em todo o mundo e está, infelizmente, insuficientemente divulgada no nosso país.

Abordámos ligeiramente os custos da não-*Qualidade* para referirmos a importância que este tema tem dentro duma empresa. Para todos os industriais é fundamental perceber que dentro da sua empresa há uma empresa escondida que lhes faz perder dinheiro ou não os deixa ganhá-lo.

É esta empresa escondida que tem que ser descoberta e eliminada. A partir do momento, que tomamos consciência desta empresa fantasma dentro da nossa empresa, devemos fazer todos os esforços para acabar com ela.

Deixemos os custos da não-*Qualidade* e passemos então à questão seguinte.

Como caminhar progressivamente para melhorar a situação?

- sensibilizar o chefe da empresa ou este auto-sensibilizar-se;
- escolher um animador da *Qualidade*;
- criar um grupo de pilotagem de Acção *Qualidade* onde se inclui o chefe da empresa e os seus principais colaboradores bem como o animador da *Qualidade*;
- lançar indicadores para identificação dos disfuncionamentos e quantificar os custos resultantes da não-*Qualidade*;
- definir prioridades;
- lançar as primeiras acções utilizando um método de resolução dos problemas e trabalhando em grupo;
- após consenso, aplicar as soluções encontradas;
- medir os resultados obtidos;
- memorizar as acções e os resultados, formalizando por escrito as acções tomadas;
- relançar novo problema.

3. A QUALIDADE EM CADA ETAPA DA VIDA DO PRODUTO

3.1. Conhecimento do mercado

É fundamental conhecer as necessidades dos utilizadores, pois só assim podemos satisfazê-las. É aqui que a *Qualidade* se entrecruza com o domínio do *marketing*.

É absolutamente necessário que o *marketing* conheça que produto, que preço os clientes estão aptos a pagar, que local de venda deve escolher e que promoção deve fazer ao produto.

Este é o primeiro passo para um produto com qualidade.

3.2. Conceber convenientemente o produto

Quem estuda e concebe os produtos terá como objectivo definir um produto em conformidade com a *Qualidade* que a direcção da empresa deseja, a partir das conclusões do *marketing* ou em função da encomenda recebida.

Conforme já foi referido, existem metodologias de trabalho que permitem prospectar os problemas antes da fase de industrialização.

Estes trabalhos prévios irão levar à elaboração de um conjunto de documentos que vão servir de suporte às especificações a que o produto tem de obedecer.

3.3. Definir as operações de fabricação e programá-las

Para isso torna-se necessário definir as operações, estabelecendo a respectiva sequência, de modo a reduzir os respectivos custos. Em seguida, devem definir-se os pontos-chave a ter em consideração, de modo que os produtos não avancem sem haver a certeza de que nesses pontos tudo está conforme.

Os pontos de controlo serão definidos. Uma gama de fabricação e as respectivas fichas de controlo deverão ser elaboradas.

Em resumo, deve ser estabelecido o sinóptico completo da fabricação.

3.4. Obter dos fornecedores todos os produtos e/ou serviços de acordo com as necessidades

O Professor Ishikawa definiu as dez regras do comprador que traduzem exactamente todas as relações a estabelecer entre fornecedores e clientes.

1. A organização da *Qualidade* no teu fornecedor e na tua própria casa, deverá ser mutuamente apreciada.

2. O respeito pelo teu fornecedor tu terás para em seguida te fazeres respeitar.
3. Informações para definires a tua compra tu darás (materiais, dimensões, tolerâncias, etc.).
4. Contrato de compra com o vendedor tu redigirás (qualidade, quantidade, preço, prazo, condições de pagamento, etc.).
5. A qualidade do produto teu vendedor te deve assegurar. Em caso de necessidade provas lhe pedirás.
6. Farás um acordo com o teu fornecedor sobre os métodos de apreciação da *Qualidade*.
7. No contrato, procedimentos para caso de litígio tu escreverás.
8. Trocarás informações para facilitar o progresso de cada um na Gestão da *Qualidade*.
9. Plano de entregas com o teu fornecedor tu estabelecerás para favorecer as boas relações.
10. Interesse do teu cliente para com o teu fornecedor tu apreciarás.

Este conjunto de regras leva hoje em dia ao desenvolvimento de duas noções importantes: a garantia da *Qualidade* do fornecedor e do produto, bem como a classificação de fornecedores. Existem métodos práticos e testados para desenvolvimento destas acções.

3.5. Produzir ao menor custo em conformidade com as exigências do produto

Isto implica a tomada de medidas antes do lançamento em fabricação, durante a fabricação e no fim da fabricação. Antes do lançamento em fabricação é necessário ter preparado todo o conjunto de documentos de suporte que vão permitir ao executante não ter quaisquer dúvidas sobre o que lhe é pedido, bem como possuir todas as ferramentas necessárias à execução do produto e nos lugares perfeitamente correctos.

Durante a fabricação, realizar todas as operações previstas na fase anterior com as verificações respectivas nos vários estádios.

Em todas estas fases, diagramas de Ishikawa e de Pareto podem ajudar substancialmente na clarificação e definição de acções.

3.6. Verificar a conformidade da realização

No conceito clássico, o controlo consiste em verificar o que foi feito. Se está mal, põe-se de lado. No conceito de *Qualidade Total*, o Controlo tem algo mais importante

a fazer: – participar na melhoria da *Qualidade*, ajudando nos vários ciclos de fabricação e comunicando todas as informações recolhidas relativamente aos desvios encontrados.

O Controlo deve ser integrado no máximo no seio da Fabricação. Deve ser de tal modo que seja confiado à própria Fabricação. Neste caso dir-se-á que a empresa aplica o auto-controlo.

No entanto, um controlo por delegação – Auditoria – também deve ser estabelecido de modo a que se possa garantir a qualidade.

A implementação do Auto-Controlo pode e deve ser ajudada pela aplicação do Controlo Estatístico do Processo, onde as Cartas de Medida desempenham um papel fundamental na ajuda ao operador para a tomada de decisões.

Ainda relacionado com a conformidade da realização, o operador será ajudado se o equipamento utilizado tiver uma capacidade suficientemente elevada. Por isso, deverá ser prestada atenção na aquisição de novos equipamentos. Não esquecer de definir a capacidade a que a máquina deve obedecer. Para equipamentos usados a capacidade deve ser conhecida e recalculada após cada intervenção da Conservação.

3.7. Armazenagem e expedição dos produtos

Quantas vezes, nestas duas fases, se destrói todo o trabalho produzido anteriormente. Para a *Qualidade Total* estas duas acções são tão importantes como todas as outras já referidas.

Não podemos esquecer que a *Qualidade Total* tem como objectivo prioritário dar satisfação ao cliente. Consequentemente, a armazenagem e transporte do produto em condições de garantir a *Qualidade*, são fundamentais.

3.8. Assistência Após-Venda

A esta fase da vida de um produto dá-se, por vezes, tratamento inadequado, o que leva muitos clientes a mudar de marca. Quando esta situação acontece os prejuízos são avultados pois, de uma maneira geral, o cliente que se perde nunca será recuperado.

É imprescindível que o serviço prestado seja um serviço de qualidade, para que se possa efectivamente contribuir para a *Qualidade Total* do produto.

Nesta fase pode aproveitar-se, com uma boa organização, para se proceder à recolha da opinião de clientes, pois eles têm, certamente, muito a dizer sobre o nosso produto e, para além do mais, constituem a razão de existir das empresas, o que nos faz aqui recordar uma verdade tão simples quanto fundamental: sem clientes não há empresas.

4. A QUALIDADE E O HOMEM

Toda a metodologia atrás exposta necessita da implicação empenhada de todo o quadro humano da empresa. É sem dúvida a tarefa mais complexa, mas que se ganhará se nos apoiarmos numa política de informação e comunicação em que haja uma participação activa das hierarquias.

Esta adesão implica que a informação circule dentro de cada serviço e entre os diferentes serviços. Para isso, mudanças no comportamento individual e de grupo são necessárias:

- escutar os outros;
- aceitar o direito de errar para conquistar a confiança;
- admitir os erros como fonte de progresso;
- evitar os julgamentos *a priori*;
- tratar os problemas sem fazer juízos de valor sobre os homens.

4.1. Trabalho em grupo

Deve fomentar-se o trabalho em grupo com vista à resolução de problemas.

Uma formação adequada ao trabalho em grupo, bem como o fornecimento de algumas técnicas para resolução de problemas, são desejáveis. Assim, ganhar-se-á tempo e eficácia.

5. RESUMO DO CAMINHO A PERCORRER PARA A QUALIDADE TOTAL

Podemos assim resumir os vários passos a dar, com vista a que a nossa empresa caminhe na *Qualidade Total*:

- vontade do responsável máximo da empresa em lançar uma política de *Qualidade*, vontade essa reforçada pelos colaboradores mais directos;
- tomada da decisão com anúncio oficial;
- criação de um Grupo de Pilotagem e/ou escolha de um Animador;
- definição das funções do Grupo de Pilotagem e/ou do Animador de *Qualidade*, confirmando os objectivos da empresa em termos de *Qualidade*;
- recolha de dados, medindo e ensaiando com vista à elaboração de um diagnóstico;
- determinação em todos os estágios dos desvios, relativamente
- ao referencial considerado;

- determinação dos custos da não-*Qualidade*;
- desenvolvimento de uma política de motivação a todos os níveis, formando e informando;
- criação de Grupos de Trabalho para resolução de problemas;
- implicação progressiva de todos;
- criação progressiva da memória da empresa;
- elaboração do Manual da *Qualidade*, dos planos, das fichas técnicas, etc.;
- elaboração anual do Plano Operacional da *Qualidade* e gestão da *Qualidade* com auditorias sistemáticas para impedir os desvios.

Se formos capazes de, passo a passo, aplicar as noções anteriormente definidas, em breve nos aperceberemos de que os resultados obtidos são substancialmente melhores que os anteriores e que, conseqüentemente, a Gestão pela *Qualidade Total* compensa fortemente.

bibRIA

BIBLIOGRAFIA

- CROSBY, Philip (1979) – *Quality is Free*. Londres: Mac Graw Hill.
- JOCOU, Pierre e LUCAS Frédéric (1992) – *Au Coeur du Changement*, Paris: Dunot.
- GOLDRATT, E.M. e COX, J. (1993) – *Le But*. Paris: Afnor.
- HUDIBURG, John (1993) – *Le Chef d'Entreprise et la Qualité Totale*. Paris: Dunot.
- ISHIKAWA, K. (1984) – *Le TQC ou la Qualité à la Japonaise*. Paris: Dunot.
- JURAN, J.M. (1983) – *Gestion de la Qualité*. Paris: Afnor.

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO EM TRANSPORTES

Introdução – a Revolução das Tecnologias de Informação (TI)

A *Informação* e a forma como pode ser utilizada, transmitida ou captada, sofreu nos últimos anos profundas transformações. De facto, na última década assistiu-se a desenvolvimentos importantes na área da informática, não só em computadores, sistemas de informação e sistemas de recolha de dados (*hardware*), como em sistemas de análise de dados (*software*). Com ferramentas cada vez mais poderosas e sofisticadas à disposição, tornou-se menos complexo definir os objectivos e estratégias a desenvolver para as TI.

A revolução das TI tem afectado profundamente a gestão de empresas, bem como a vida das sociedades mais avançadas e, como refere Fernando Ilharco¹ num artigo de Michael Porter e Victor Millar, pode alterar a competição/concorrência entre empresas de três formas distintas:

- as TI mudam a estrutura das indústrias, alterando as regras da competição;
- criam vantagens competitivas (pontos de força em factores críticos de sucesso), possibilitando às empresas novas formas de ultrapassar a *performance* dos competidores;
- geram negócios inteiramente novos, ou mudam radicalmente velhos negócios.

Existe uma tendência irreversível para a expansão da componente «informação» nos produtos. As mudanças nas cadeias de valor das empresas apontam para o crescente papel estratégico das TI, que estão a penetrar a cadeia de valores em todos os seus pontos, transformando a forma como as actividades são realizadas e a natureza das ligações entre elas.

* Mestre em Engenharia e Planeamento de Transportes. Docente do ISCIA.

¹ Fernando Ilharco, «A Gestão Estratégica da Informação», *Público/Economia*, 1993.03.22, p. 6-7.

A falta de uma visão de gestão e de uma estratégia coerente no desenvolvimento dos Sistemas de Informação (SI) tem levado, na prática, a um sem número de problemas:

- oportunidades de negócio que se perdem;
- desvantagem competitiva face aos desenvolvimentos de SI/TI dos concorrentes;
- SI/TI que não suportam, nem estão alinhados com a estratégia do negócio, podendo mesmo funcionar como restrições no cumprimento dos objectivos da empresa;
- falta de integração de sistemas e gestão ineficaz da informação, o que leva à:
 - duplicação de esforços e de dados;
 - inexactidão;
 - atrasos;
 - informações desadequadas face às necessidades dos gestores;
- desenvolvimento de SI/TI não baseado nas prioridades do negócio;
- soluções de baixa qualidade;
- estratégia tecnológica incoerente – opções incompatíveis;
- desperdício de recursos financeiros e humanos;
- falta de compreensão e de acordo entre os utilizadores, a gestão e os especialistas de SI/TI.

A Reengenharia da Empresa

Os métodos e as técnicas adoptados há décadas pelas empresas, eram dirigidos para a eficiência e o controlo.

No início dos anos 60, o desenvolvimento das TI estava no início daquilo que é tradicional chamar-se *data processing era*. Nesse estágio, o objectivo da utilização das TI era o de aumentar a eficiência operacional no processo de armazenamento e gestão de dados.

Em meados dos anos 70, novos desenvolvimentos em SI/TI permitiram que um novo objectivo fosse adicionado ao anterior: o de aumentar a eficácia da gestão empresarial, utilizando as TI na satisfação das necessidades de informação dos gestores – foram os chamados *management information systems* (sistemas de informação de gestão).

À medida que novos desenvolvimentos se registavam na área dos SI/TI, o enfoque empresarial foi ganhando força e surgiram novos sistemas que criaram oportunidades de negócio, mudando a natureza da competição na indústria ou as formas de obter vantagem competitiva. Trata-se dos «Sistemas de Informação Estratégicos», sistemas

de terceira geração, cujo impacto vai para além da eficiência e eficácia, colocando-se antes na competitividade.

Hoje em dia, portanto, os conceitos chave são a inovação e a velocidade, o serviço e a qualidade. Hammer², alertou para o perigo dos resultados decepcionantes na utilização das TI, apesar dos grandes investimentos por vezes feitos: as empresas tendem a utilizar a tecnologia para automatizar os velhos processos de trabalho, ao invés de a utilizar para redesenhá-los, ou seja, utilizar o poder da nova tecnologia para fazer a «reengenharia do negócio».

Como utilizar as TI para «agarrar» os fornecedores e/ou os clientes, construindo bases de relacionamento mais vantajosas? Como podem as TI melhorar a posição de custos da empresa? Como as utilizar para diferenciar os produtos e serviços das empresas? A resposta parece estar na fusão estratégico-tecnológica.

O alinhamento estratégico das TI é usualmente entendido como a primazia dos objectivos do negócio sobre a tecnologia. As TI devem servir para atingir os objectivos formulados a um nível estratégico. A relação entre o negócio e a tecnologia não funciona apenas num único sentido. A estratégia do negócio dá sentido à utilização das TI para reorganizar ou redesenhar a empresa. O desenho da nova organização só será posteriormente alterado, para ser posto em prática, se existirem restrições financeiras ou económicas e/ou se o *state-of-the-art* tecnológico não permitir – ainda – aplicar a solução entretanto construída.

As TI, segundo um texto da McKinsey Quaterly³, são o factor que possibilita a transformação organizacional das empresas, inovando e acelerando os serviços, com qualidade. A «reengenharia do negócio», ou a nova linha da frente na competição empresarial, assenta nos processos de trabalho em equipa, no valor acrescentado, na redução dos ciclos de tempo, na imaginação e nas potencialidades das novas tecnologias. Resumindo, as TI possibilitam fazer mais com menos tempo, esmagar os custos pela metade, elevar a produtividade 10 vezes e reduzir o tempo de chegada ao mercado em 80 por cento⁴.

A inovação dos processos na empresa, portanto, deve proporcionar poupanças substanciais de tempo e de custos na obtenção dos resultados conseguidos com os processos clássicos.

² Michael Hammer (1993), «Reengineering Work: Don't Automate, Obliterate», *Harvard Business Review*, Boston.

³ Robert B. Kaplan e Laura Murdock (1993), *The Power of Process Redesign: a Roundtable Discussion*, Nova Iorque: McKinsey Quaterly.

⁴ David Norman (1990), *Information Technology Systems*, Londres: City University.

O enquadramento de fundo dos processos de reengenharia da empresa, segundo Peter Keen⁵, assenta em dois eixos. O primeiro, constituído pelas características básicas das TI e de novas tecnologias – a velocidade a que a informação está disponível, a anulação da distância, a identificação precisa das necessidades de informação. O segundo eixo é formado pelas linhas que marcam os mercados globais – expectativas de qualidade, velocidade/tempo na distribuição, flexibilidade na produção, «valor» nos produtos e serviços – bom desempenho a baixo custo.

Na forma como a empresa gere a informação, parece existir algo que não é copiável. A empresa só pode tirar partido das novas tecnologias se conhecer o seu negócio e for capaz de decompor as actuais estruturas em actividades e em processos de «ponta a ponta». Apesar das TI serem parte importante da mudança organizacional, possibilitando o redesenho da organização, geralmente a mudança na gestão de recursos humanos constitui um dos aspectos de maior importância.

A Tecnologia de Informação (TI) e a competitividade

As novas tecnologias devem significar duas coisas para as empresas: novos mecanismos e soluções para a realização dos processos de negócio e gestão da informação sob um ponto de vista estratégico. São as duas vertentes do pensamento estratégico que marcam a realidade da nova competição internacional.

Enquanto que o primeiro aspecto lida com a tecnologia industrial pura, o segundo, bastante mais vasto, ou seja, a gestão, formação e educação dos recursos humanos, é uma tarefa vital que deve ser desenvolvida em paralelo com a absorção das TI.

É necessário aliar às novas tecnologias, a capacidade e a imaginação competente dos gestores, de modo a permitir às empresas obter as vantagens competitivas. As TI podem mudar as formas como as competências centrais da companhia são geridas, mas não podem transformar um mau gestor num bom gestor. Tomemos como exemplo os sistemas de informação que suportam estratégias de *just in time* ao nível da gestão de *stocks* e o caso japonês. Nessas empresas os SI/TI assumem um papel vital na capacidade competitiva da organização, porém, o sucesso negocial não reside nas tecnologias, mas na capacidade de desempenhar superiormente as actividades centrais. Os gestores têm que ser competentes na gestão das actividades em si mesmas, independentemente da tecnologia de suporte – os japoneses já faziam *just in time* antes das TI.

Desta forma, as TI só podem ser entendidas a partir de uma visão estratégica quer do negócio, quer da envolvente da actuação da empresa. As TI alteram a forma como as empresas competem, criam negócios inteiramente novos e mudam as fronteiras de indústrias e sectores de actividade.

⁵ Peter Keen (1993), *Shaping the Future*, Nova Iorque: McGraw Hill.

A aplicação dos SI/TI aos transportes

Após esta breve introdução à informação e aos efeitos/consequências da utilização das tecnologias de informação nas empresas, desde a simples recolha e gestão de dados, a utilizações mais complexas que influenciem a sua competitividade e a sua estratégia, no próximo tema serão vistas com mais algum pormenor várias utilizações dos SI/TI nos transportes.

Os transportes em geral, assim como muitos outros sectores da actividade económica, só beneficiam dos SI/TI, na medida em que estes podem gerir toda a informação relativa às frotas, sistemas de emissão/reserva de bilhetes, controlar *stocks* ou peças sobressalentes, controlar o consumo do combustível e manutenção dos veículos, controlar o tráfego e a movimentação de passageiros, carga e veículos nos terminais, enfim, uma quase infinidade de tarefas relacionadas com a operação dos diversos modos de transporte, por forma a tornar a empresa (ou até mesmo o modo de transporte em questão), mais eficiente e mais competitivo em relação a outra empresa ou modo de transporte. Por exemplo, os sistemas de informação que ligam a empresa aos seus clientes, no caso do transporte aéreo de passageiros, como acontece entre companhias aéreas e agências de viagem.

Os três sistemas de informação já mencionados, o *data processing*, o *management information systems* e os sistemas de informação estratégica, não funcionam de uma forma independente. Os SI/TI de última geração, «sistemas de informação estratégica», de facto, em muitos casos, dependem grandemente dos sistemas de *data processing* ou dos sistemas da segunda geração. Fernando Ilharco⁶, cita Wiseman, para quem a natureza híbrida de grande parte dos investimentos em SI/TI – «os chamados sistemas estratégicos/competitivos como o SABRE (da American Airlines) ou o GALILEU (utilizado pela TAP-Air Portugal) têm um vasto componente de *data processing*».

A informação como um elemento quantificável para qualquer actividade económica – incluindo os transportes – é necessária a três níveis⁷:

- administração (*top management*) – permitir decisões estratégicas;
- produção – auxiliar as decisões táticas;
- veículo – fornecer informação operacional diária.

Os tipos de informação necessários a cada um dos três níveis acima descritos, podem ser vistos no Quadro I.

⁶ Fernando Ilharco, «Concorrência Empresarial», *Público/Economia*, 1993.03.22, p. 7.

⁷ A. K. Cross, P. R. Oxley e D. S. Wrigth (1985), «Information Technology in Transports - Special Report», *Transport Magazine*, Londres, p.34-36.

Existe um grande número de sistemas automáticos e manuais de recolha de dados que podem pôr à disposição de qualquer um dos três níveis enumerados acima, em questão de segundos, uma grande quantidade de informação.

Um dos efeitos do desenvolvimento dos sistemas informáticos capazes de analisar informação, é a necessidade de alguém ou alguma coisa, em algum ponto do processo, ter de introduzir os dados. Pode dar-se o caso de a pessoa encarregada da introdução dos dados no sistema ter pouca ou nenhuma ligação com a recolha/utilização da informação e, por isso, ser mais susceptível de cometer erros. Por esse motivo, assim como pelo volume de informação manual conseguido, a leitura/introdução automática de dados tem os seus atractivos óbvios. É necessário, no entanto, definir a forma de apresentação dessa informação, definir as prioridades da disponibilização da mesma e a quem o fazer.

Quadro I

Níveis de necessidade de informação

Administração	
<i>Performance</i> na oficina	Custos da frota
Confiança na frota	Relatório dos defeitos/problemas
Utilização da frota	Comunicação com a oficina
Modernização da frota	

Operação	
Custos	Disponibilidade das instalações
Planeamento	Disponibilidade dos sobressalentes
Duração prevista/real de oficina	Inventário dos custos
<i>Performance</i> dos mecânicos	Registos dos seguros
Custo da mão-de-obra	<i>Performance</i> do departamento
Duração dos diagnósticos	

Veículo	
Documentação	Confiança estimada
Registo dos problemas	Custo do veículo
Disponibilidade	Custo previsto dos consertos
Indisponibilidade	Histórico dos seguros

Fonte: Centre for Transport Studies, Cranfield Institute of Technology.

Sistemas de TI em transportes

Transporte Rodoviário

Na UE, em 1992, existiam mais de 120.000 veículos automóveis, o que dava uma média de 330 veículos por 1.000 habitantes; nos EUA eram 550/1.000 habitantes⁸.

O mercado único europeu depende muito de um sistema de transporte que garanta um transporte eficiente de pessoas e bens.

O Programa Comunitário DRIVE⁹, foi iniciado em 1988 com a duração de 3 anos, tendo terminado em 1992. Os seus objectivos principais eram, através de SI/TI, melhorar a segurança, maximizar a eficiência do transporte rodoviário e melhorar o ambiente.

O Programa DRIVE baseou-se no levantamento dos principais problemas e possíveis soluções.

Os principais problemas do Transporte Rodoviário actualmente são:

- congestionamento;
- acidentes;
- problemas ambientais;
- espaço reduzido para expansão;
- problemas económicos para as regiões menos desenvolvidas.

Com as seguintes soluções possíveis:

- gestão de tráfego;
- melhorias na engenharia das vias;
- tecnologia moderna em motores;
- directivas comunitárias com certos limites para os veículos.

Outros países deram continuidade aos estudos iniciados com o programa europeu DRIVE, como são o caso do programa japonês VICS e o norte americano IVHS (*Intelligent Vehicle Highway Systems*), desenvolvido pela AT&T. Na UE, a continuidade do programa DRIVE está assegurada pelos *EC Framework Programmes for Research and Development*.

Alguns países europeus, como a França e a Alemanha, estão a desenvolver sistemas de auxílio ao tráfego urbano. Esses sistemas agirão como programas anti-engarrafamento, permitindo aos motoristas receber informação a tempo real sobre a situação do tráfego e localizar os parques de estacionamento disponíveis.

⁸ Comissão das Comunidades Europeias (1993), *Estatísticas na UE*.

⁹ F. Karamitsos (1992), «Road Transport Informatics – DRIVE programme», *DG XIII Magazine*, n.º 5, Março, p. 4-9.

A França pretende comercializar a partir de 1996 o seu sistema CARMINAT¹⁰, que adoptará métodos de referência topográfica por satélite, ou GPS (*Global Positioning System*), um sistema já adoptado para a aviação e navegação internacionais. Esse sistema permite uma localização num raio de 50 a 100m, que pode ser corrigida através de uma bússola colocada na viatura e por dois captadores ópticos que, colocados nas rodas não-traccionais, permitem medir a deslocação e a posição da viatura. Todas estas informações são transmitidas a dois computadores de bordo, que as analisam de acordo com uma cartografia precisa, que permite localizar o veículo com uma margem de erro de ± 1 metro. Além disso, os computadores de bordo recebem através do RDS¹¹ (*Radio Data System*) todas as informações de tráfego difundidas a tempo real pelos diferentes gestores de informação viária. Através do RDS, o veículo fica conectado ao TMC (*Traffic Message Channel*), o que permite uma ligação directa entre os gestores de tráfego e os automobilistas. A base de dados contendo informação cartográfica sobre os planos das maiores cidades francesas e sobre os 43 mil quilómetros de estradas que fazem a ligação entre as 36 mil comunas francesas, é inserida num disco CD, actualizado a cada três meses é obtida através de um CD-ROM de bordo. A EGT (*European Geographic Technologies*) foi a empresa criada para fornecer os dados geográficos para o Carminat, baseada em conceitos desenvolvidos pela *Navigation Technologies USA*. A EGT, apoiada na sua geometria de base, nos mapas digitalizados fornecidos pelo IGN francês, combinando outras fontes (governamentais, regionais e municipais), desenvolveu um conceito de base de dados para a navegação viária, planificação de itinerários e para guia do condutor.

O sistema alemão, denominado EURO-SCOUT¹², tem um âmbito mais urbano e encontra-se numa fase mais avançada de implementação. O sistema baseia-se em informação dinâmica de rota transmitida a um computador de bordo através de emissores de ondas localizados em determinados semáforos. Esses emissores, por sua vez, recebem constantemente informações sobre as condições reais do tráfego, rotas alternativas e tempos de espera, de uma central de operações. O motorista, com base nas informações recebidas e com o auxílio do computador de bordo, pode escolher uma rota alternativa através de um monitor de bordo com a planta da zona em que se encontra. No futuro, este sistema será alargado a um sistema integrado com os transportes públicos e os parques de estacionamento da cidade (sistema *Park & Ride*), ao

¹⁰ Sistema desenvolvido pela Renault, TDF (Télédiffusion de France), Philips, Sagen e Institut Geographic National (IGN) francês.

¹¹ Sistema de comunicações de ondas milimétricas (30-300 GHz), à prova de interferências, utilizado para transmissão de informações de tráfego e para medições da distância ao veículo da frente e da sua velocidade (radar).

¹² Sistema desenvolvido pela Siemens-AG.

planeamento prévio das rotas, ao transporte de mercadorias (locais de descarga, gestão das frotas) e a informações turísticas.

Outro sistema alemão, o ANT¹³, é um sistema de controlo de tráfego e pagamento de portagens em faixas múltiplas. Os sistemas de controlo de tráfego são instalados em locais críticos a nível de tráfego, em estradas e cruzamentos. Estes sistemas avisam os motoristas dos perigos que podem encontrar à frente, conseguindo reduzir o número de acidentes de tráfego. Já o sistema de recolha automática de portagens, permite o pagamento sem contacto. Os postos de pagamento ao lado da estrada registam a taxa a pagar, a partir de um cartão instalado no veículo e por meio de uma ligação via rádio. Os carros que acusam a recepção, após uma operação de pagamento correcta podem passar anonimamente. Os que, por alguma anomalia do sistema ou fuga propositada, não pagam, são detectados e identificados por câmaras de vídeo instaladas no local.

Os Telefones Móveis, ou Celulares, são uma forma de SI/TI, desenvolvida na década de 80 e actualmente estão difundidos por quase toda a Europa, pelos Estados Unidos da América, e pela China, que instalou em Pequim, uma rede de telefones móveis na zona do aeroporto, hotéis mais importantes, zonas de interesse turístico e na Cidade Proibida. Só nos EUA existiam nas estradas americanas, em 1989, cerca de 3 milhões de aparelhos. Em 1996, estima-se¹⁴ que esse número suba para os 21 milhões! As vantagens deste sistema, já por diversas vezes comentadas, são a rapidez e o consequente ganho na produtividade.

O sistema GSM (*Global System for Mobile Communications*) tem sido desenvolvido desde 1982 pelos responsáveis europeus pelas telecomunicações, visando implantar de forma coordenada a tecnologia digital nas telecomunicações móveis do continente. A tecnologia digital, de maior capacidade que a rede analógica, tem as vantagens de minimizar o número de chamadas caídas e a probabilidade de não se conseguir linha à primeira tentativa, além de garantir a clareza e a confidencialidade das chamadas. Além dos 21 países europeus que o adoptaram, o sistema GSM foi adoptado, em 1994, por 14 países em todo o mundo¹⁵.

Com o sistema GSM, o usuário pode, através do seu próprio telemóvel, utilizar a rede de qualquer dos países subscritores, desde que haja acordo entre os respectivos operadores telefónicos. Essa possibilidade é conhecida como *roaming*.

¹³ Sistema ATN/BOSH apresentado na Expotelecom, Frankfurt, 1994.

¹⁴ Argus Research Institute, Nova Iorque, 1990.

¹⁵ Rede Telecel, Telecomunicações Pessoais, SA, 1994.

Transporte Rodoviário de Mercadorias

O mercado da distribuição está em constante evolução, principalmente no que se refere à adopção dos SI/TI, apesar de uma das grandes dificuldades no arranque inicial da sua utilização, ter sido justamente o inverso, ou seja, muito tradicionalismo e até uma falta de definição dos transportadores sobre as suas necessidades reais de informação. Há a apontar o facto de este sector de actividade na Europa, ser muito fragmentado – há uma grande número de empresas muito pequenas (menos de 10 funcionários).

Um exemplo típico da resistência inicial à utilização dos SI/TI, pode ser dado pelo simples «tacógrafo». O problema residia na impossibilidade de acesso à informação registada nesse aparelho, o que levava à suspeição ou mesmo rejeição por parte de alguns motoristas. Com os microcomputadores e os «tacógrafos electrónicos», a qualquer momento é possível ter-se uma listagem ou um relatório completo da viagem.

As primeiras aplicações de *software* no transporte de mercadorias estavam localizadas nas próprias garagens e eram utilizadas para o estabelecimento das rotas e dos horários. Posteriormente, apareceram os sistemas de análise dos tacógrafos, controlo de *stocks*, manutenção e custos operacionais dos veículos, gestão da frota e gestão geral. Actualmente as TI no transporte de mercadorias inclui os sistemas de telecomunicações globais e sistemas de posicionamento global (GPS), mantendo em constante ligação as garagens e cada veículo da frota e estes entre si.

Uma das facetas do desenvolvimento da tecnologia electrónica é o uso cada vez maior dos sistemas automáticos de colecta de dados e a dependência cada vez maior do apoio dos sistemas informáticos. Outro aspecto importante na implantação dos sistemas de SI/TI é a possibilidade da des-hierarquização de algumas decisões, se for isso o pretendido. As TI permitem que as decisões possam ser tomadas a qualquer nível, justamente porque o sistema é capaz de fornecer informações resumidas, a informação essencial e perfeitamente compreensível, por exemplo à administração, ou fornecer extensos relatórios sobre determinada operação, à produção/manutenção da empresa.

A TI no transporte de mercadorias pode ser convenientemente dividida entre os pacotes de *software* para utilização em PC's ou qualquer outro tipo de sistema informático e o equipamento electrónico para instalação a bordo, utilizado para monitorização.

Os equipamentos electrónicos normalmente são fornecidos fora do equipamento de série dos veículos, devido ao facto de os fabricantes ainda encararem o mercado com alguma precaução, apesar de diversos estudos, incluindo o estudo realizado por

Philip Oxley¹⁶, preverem que as telecomunicações serão um dos grandes negócios do século XXI.

O Serviço de Telecomunicações Complementares Móveis, ou *Trunking*, é outra das aplicações das SI/TI no Transporte Rodoviário, incluindo o transporte de mercadorias. As características básicas e vantagens desse serviço seriam:

- rede de Telecomunicações com rádio a nível nacional, regional ou multi-regional, com características muito diferentes do sistema de comunicações móveis utilizado pelos serviços de táxi e autocarros em áreas urbanas, pois, além de permitir uma comunicação sigilosa, permite a transmissão de voz e Dados (por exemplo, a transmissão da mensagem «entreguei a encomenda»);
- as empresas rodoviárias de transporte de carga não têm necessidade da instalação de uma rede de rádio própria, o que seria demasiado caro e saturaria o espectro radioelétrico (por exemplo: no nosso país, o Instituto de Comunicações de Portugal – ICP, está a restringir bastante a atribuição de novas frequências, o que dificultaria imenso a instalação de uma rede de rádio própria);
- o sistema *trunking* é um serviço de comunicações móveis com os recursos partilhados. A sua diferenciação do sistema Telemóvel está no custo da operação. Enquanto que o último tem um custo fixo, o custo do primeiro depende do tráfego da utilização (existe uma partilha automática de um grupo de canais de comunicação por um conjunto de operadores, distribuindo-se o tráfego de mensagens entre todos os canais disponíveis);
- com os avanços tecnológicos das telecomunicações via rádio, as transmissões já podem ser a duas vias e digitalizadas, como nos telemóveis e não mais com os interlocutores a precisarem de falar à vez.

O sistema *Trunking*, em Portugal, foi adoptado há poucos anos e é operado por duas empresas: a Radiomóvel e a Repart. A primeira é uma *joint venture* de três empresas com experiência em telecomunicações – a Finacom Telecomunicações (grupo Interfina), a Telemensagem (TLP e TELECOM) e a britânica Protocall Ventures. A Repart, mais recente, é constituída pela NSC, a Reditus, a Sociedade Comercial Crocker Delaforce e a CR&P. Em Portugal, as duas operadoras de *trunking* estimam, juntas, cerca de 200 mil subscritores¹⁷. Quanto à cobertura, as zonas privilegiadas serão Lisboa, Porto, o litoral entre as duas cidades e os grandes eixos rodoviários, tendo, até 1996, coberto praticamente todo o país. No Quadro II, a seguir, pode-se ver os operadores europeus de *Trunking*:

¹⁶ Centre for Transport Studies, Cranfield Institute of Technology, Reino Unido.

¹⁷ Fátima Caçador, «Trunking – Comunicação para a empresa», *Valor*, 1994.03.11, p. 56-58.

Quadro II

Sistemas Públicos de *trunking* na Europa (MPT 1327)

País	Operador de Rede	Tipo de Rede	Lançamento	Base de Subscritores
Reino Unido	National Band Three	Nacional	1987	42.000
	R.P. Radiophones	Multi-regional	1988	7.000
	Trunked Radio Network	Multi-regional	1992	2.000
	10 redes regionais	Regional	1988	7.000
Alemanha	DBP Telecom-Chekker	Multi-regional	1990	45.000
	14 redes regionais	Regional	1991	12.000
França	France Telecom-Praxiphone	Multi-regional	1991	5.000
	Outras redes regionais	Regional	1991	5.000
Holanda	PTT Telecom (Traxsys)	Nacional	1991	7.000
Suíça	Swiss PTT	Nacional	1991	1.000
Itália	SIP	Nacional	1992	(1)
Finlândia	18 companhias privadas	Multi-regional	1989	5.000
Espanha	Telefónica	Multi-regional	1992	(1)
	Outras redes regionais	Multi-regional	1994	(2)
Portugal	Radiomóvel	Nacional	1994	100
	Repart	Nacional	1994	(3)

Fonte: Radiomóvel, Fevereiro de 1994. (1) Em experiência. (2) Espera licença. (3) Em instalação.

Pelas características acima citadas, é um sistema ideal para as empresas com frotas de ligeiros ou pesados, designadamente as de distribuição, vendas e manutenção.

Transporte Público Rodoviário Urbano (TPRU)

A aplicação dos SI/TI em Transportes Públicos tem sido lenta e gradual, devido ao facto de se tratar de dois tipos de indústrias estruturalmente opostas. Enquanto que as indústrias de SI/TI são agressivas, ambiciosas e estão inseridas num mercado altamente competitivo, o TPRU é conservador, cauteloso e pouco expansivo (É de se lembrar que nos TPRU, existe sempre a difícil tarefa de conciliar um serviço comercial com o serviço social de uma operação pública). Por exemplo, Wootton¹⁸ referia que as empresas de TPRU no Reino Unido estavam a aplicar apenas 1% das suas receitas em *marketing*/TI, enquanto que uma empresa como a IBM aplicava cerca de 28%! Como então, agrupar dois tipos de empresas com estruturas tão distintas?

¹⁸ J. Wootton (1984), «Overview of IT in Public Transport», *Proceedings of the 15th Annual Public Transport Symposium*, University of Newcastle-upon-Tyne.

Na Europa, os passos iniciais na utilização dos SI/TI nos TPRU começaram em Wallasey, R.U., com o emprego do computador nos sistemas de cobrança de bilhetes e, mais tarde, nas funções de gestão, engenharia de manutenção e planeamento das carreiras.

A informática veio revolucionar os métodos de recolha e gestão dos dados para as empresas de transporte público. Os serviços públicos de transporte tiveram sempre que conformar-se com a retracção dos subsídios estatais e para manterem os níveis de oferta foram obrigados a otimizar os recursos, sem prejudicar o pessoal, para não perderem mercado.

Não é mais um veículo ou menos um que resolve o estrangulamento do tráfego: este acaba por obrigar as pessoas, em vez de esperarem longamente numa «bicha» pela camioneta ou eléctrico, a esperarem «enlatadas» dentro do meio de transporte. O enorme fluxo de passageiros urbanos exige um sistema de transporte de massa, coordenado, fluído e eficaz. Os SI/TI podem ajudar a implementar esta exigência, como será visto a seguir.

A utilização mais generalizada dos computadores e *software* específico para o controle e emissão de bilhetes, por exemplo, permitiu uma colecta de dados automática sobre os movimentos origem/destino, lotação dos veículos, além de possibilitar uma ligação estreita entre os centros de controle de frota e os veículos. Esse contacto directo permite, por exemplo, auxiliar o motorista na escolha da melhor rota entre dois pontos para evitar uma zona congestionada da cidade e, consequentemente, beneficiar da economia de combustível daí resultante.

Dentro do próprio veículo, também é possível manter o passageiro informado sobre a viagem, a sua localização, tempo previsto para chegada ao destino e condições do tráfego.

Outra utilização possível é a colocação de terminais passivos em algumas paragens, onde se possa informar os passageiros sobre os horários de chegada dos veículos, qual a melhor carreira para determinado destino perante condições de tráfego adversas, etc.

Os sistemas passivos de tempo desconectado (*off-line*), como diz o nome, não permitem que o passageiro dialogue com a central, limitando-se apenas a prestar a informação sobre a situação prevista e não a informação sobre a situação real.

Os sistemas passivos de tempo real apresentam ao passageiro a informação sobre o estado real, mas sem permitir ainda que este contacte a fonte emissora da informação. Por exemplo, se o veículo está atrasado e informa as próximas paragens, o passageiro pode aguardar ou tomar outro modo de transporte para chegar ao destino.

Os sistemas interactivos de tempo desconectado, permitem que o usuário dialogue com a central sobre assuntos específicos, caso tenha alguma dúvida sobre a

informação apresentada. Inicialmente feito através de um contacto telefónico à central, esse sistema evoluiu a terminais de teletexto numa simples televisão doméstica e listagens com a informação, instalados em locais públicos.

Finalmente, os sistemas interactivos de tempo real, que tiveram o seu início no Canadá¹⁹, através de telefone (por exemplo, a determinada empresa era dado o prefixo «560»). Para se saber sobre a frequência da carreira nº 24, na paragem nº 35, bastava discar 5602435 para se obter a informação).

Mais tarde outros operadores adoptaram sistemas de informação através de teletextos com a indicação da rota da carreira, onde, com o auxílio de um botão de rato, se podia saber os horários de determinada paragem.

Quadro III

Sistemas automáticos de bordo

Sistemas Automáticos de Bordo	
Orientação da rota	CD-ROM Códigos de barras em cruzamentos Transmissores / Telemóvel
Monitorização da carga	Cartões magnéticos activos Códigos de barras Sensores/indicadores do peso Sensores da distribuição da carga
Monitorização dos condutores	Tacógrafos electrónicos Diário de bordo do veículo
Monitorização do combustível	Cartões magnéticos activos Sensores/indicadores sonoros
Estado mecânico	Sensores para gestão do motor Diagnóstico electrónico Indicadores de desgaste
Segurança	Cartões magnéticos activos Sensores de impressões digitais Sistemas de reconhecimento de voz Sistemas de senha/contra-senha

Fonte: Centre for Transport Studies, Cranfield Institute of Technology, Reino Unido.

¹⁹ Sistema Easy Rider (1975), Ontário: Mississauga.

Quadro IV

Classificação dos Sistemas de Informação – com alguns exemplos

	Passivo	Interactivo
Sistemas <i>off-line</i>	Horário tradicional	Ligação telefónica: • ao escritório central
	Brochuras com os mapas das rotas	Ligação por teletexto: • TELETEL (França) • PRESTEL (Reino Unido) • ANTWPE (França)
	Indicadores luminosos (placards/quadros sinópticos)	Terminais com impressora: • SITU (França) • DIGIPLAN (França) • PLANIBUS (França)
Sistemas de Tempo-Real	Indicadores de contagem: • Metropolitano de Londres • HEWORTH (UK) • PIBS (London Buses) • VIDEOBUS (França) • TOP ALEX (França)	Ligação telefónica: • EASY RIDER (Canadá) • TELEBUS (Canadá) • HAMBURG (Alemanha)
		Ligação do teletexto: • TEUDON VIDEOTEXT (Canadá)

Fonte: T. Sillcock, «New SI/TI for Public Transport Passengers», Newcastle-upon-Tyne, 1988.

Transporte Ferroviário

De todos os modos de transporte, o Transporte Ferroviário, pelas suas características únicas, é um dos que melhor pode tirar partido da revolução dos SI/TI. É o modo de transporte com o maior sistema de controlo, depois dos transportes por conduta (oleodutos e gasodutos). Isso é possível devido à restrição da liberdade de movimento dos comboios e à operação numa via exclusiva, com sentidos de tráfego facilmente impostos.

O que é único numa linha de caminho de ferro, comparando, por exemplo, com uma estrada, é que com sistemas modernos de sinalização, uma central de operações pode saber exactamente a localização do comboio. Esse sistema, chamado «Sinalização Automática de Blocos», é possível através dos circuitos de linha, em que é alimentada corrente a um dos trilhos, enquanto que o outro trilho serve de retorno ao circuito. Se existir um comboio nesse troço de linha, a corrente ao atingi-lo tem o retorno pelo outro trilho, fechando o circuito. Cada troço é subdividido em blocos de acordo com o espaçamento do sinal e, ao aproximar-se um comboio, os circuitos de

linha vão registando a sua passagem de bloco em bloco. Actualmente, as informações fornecidas por este sistema simples de controle são a base dos sistemas de informação mais avançados nas operações ferroviárias.

Outros sistemas de informação/TI complementam a sinalização automática de blocos. Actualmente, os comboios mais modernos são já equipados com sistemas de bordo que permitem um contacto constante (via áudio ou vídeo), com as centrais de controlo/estações, ou sistemas de segurança automáticos que travam o comboio se este se encontrar em perigo de colisão com outro comboio na mesma linha.

Transporte Marítimo

Da mesma forma que o aparecimento dos contentores revolucionou os transportes e transformou a indústria, estrutural e operacionalmente, o uso crescente dos SI/TI está a revolucionar também todos os modos de transporte. Apesar de algumas formas de transporte serem mais adaptáveis a mudanças tecnológicas que outras, o uso dos sistemas informáticos e telecomunicações no tratamento da documentação, acompanhamento da carga, análise de tendências, etc., já se tornou indispensável nas economias modernas.

Os sistemas avançados de comunicações globais estão a «encolher» o planeta, reduzindo distâncias e acelerando os contactos. Todas as partes envolvidas na cadeia de um determinado modo de transporte podem ter acesso instantâneo à informação, o que está a forçar os consultores em transportes a estarem em constante actualização. Desta forma, o Transporte Marítimo é um modo de transporte especial no que respeita à quantidade e à especificidade da carga transportada, o que faz com que o especialista em transportes marítimos seja ainda o melhor meio para negociar com as companhias de navegação.

Mas, se nas negociações directas com o armador, os especialistas ainda são um elemento indispensável nas operações marítimas, na operação do navio em si já se nota o inverso. Para muitos, as pontes dos navios sempre foram centros de tradição. Essa ideia caiu completamente por terra, pois as pontes nos modernos navios dependem cada vez, mais dos sistemas de bordo, do que das decisões da tripulação. Os computadores de bordo realizam as tarefas de cálculo da estabilidade do navio nas operações de carga/descarga, análises de longo curso e comparações constantes do combustível consumido, com o navio carregado ou não. Os níveis elevados de automatização dos navios de carga, permitem que estes operem com uma tripulação cada vez mais reduzida.

As telecomunicações via satélite, os sistemas de posicionamento global (GPS), entre outras inovações tecnológicas recentes, tiveram a sua estreia no Transporte

Marítimo. De facto, os usuários marítimos foram os primeiros a utilizar os sistemas de posicionamento global, a partir de 1973, pois os três satélites postos em órbita para o efeito eram capazes de determinar a posição bidimensional de qualquer navio em qualquer oceano.

O Serviço Móvel Marítimo, de comunicações entre o mar e a terra, possibilita comunicações rádio em onda curta, onda média e VHS, sendo o último tipo o único que possibilita a transmissão automática e o acesso à rede telefónica nacional (do país em cujas águas se encontrar o navio) e internacional.

Outros sistemas de auxílio à navegação utilizam os SI/TI, como os que serão vistos a seguir:

- *RACON* – São sinais de radar que transmitem informações a embarcações (e aviões) sobre a sua orientação e posicionamento dentro de uma determinada rota, a uma distância de até 200 Km;
- *LORAN (Long Range Aids to Navigation)* – É um potente sistema de informação da posição exacta do navio (latitude e longitude) dentro de uma vasta área. O sistema hiperbólico de navegação *LORAN-C*, emite sinais a baixa frequência que são capazes de acompanhar a curvatura do planeta e portanto não se limitam a operações no campo visual. Cada emissor tem um raio de acção de aproximadamente 1.900 Km, com um erro de aproximação de ± 150 metros;
- *SISTEMA OMEGA* – É um sistema de navegação hiperbólico muito semelhante ao *LORAN-C*, mas com uma aproximação menos exacta. Opera com emissores de sinais de frequência muito baixa (90-110 MHz), o que lhe permite operar em áreas muito mais vastas. No entanto, a frequência baixa causa comprimentos de onda altos e consequentemente uma exactidão menor (± 3 Km).

Transporte Aéreo

Os sistemas e as tecnologias de informação, no Transporte Aéreo, foram inicialmente utilizados para integrar a gestão dos serviços das companhias aéreas. Por volta dos anos 50, as operações e os serviços em terra começaram a tornar-se demasiadamente complexos para não evitar que fossem cada vez mais frequentes os atrasos dos voos e o consequente custo para as companhias aéreas.

É natural que o Transporte Aéreo, como o modo de transporte comercial mais complexo do ponto de vista tecnológico, fosse o primeiro a fazer uso das novas «ferramentas» de gestão e informação ao alcance do homem. Os computadores e sistemas informáticos revolucionaram métodos.

Os sistemas de posicionamento global (GPS) já referidos, que tiveram a sua implantação iniciada em 1973 pela Força Aérea e Marinha norte-americanas, foram

completados em 1993, de modo a permitir o posicionamento de qualquer veículo de transporte terrestre, marítimo e principalmente aéreo. A determinação da posição de um avião em pleno ar obedece a sistemas de coordenadas tridimensionais (x , y e z), pelo que são necessários 24 satélites, distribuídos em seis órbitas circulares com quatro satélites cada uma.

As aplicações dos SI/TI para o Transporte Aéreo são muito vastas. Como foi já referido anteriormente, desde sistemas de reserva automática de bilhetes (sistema Sabre ou Galileu), sistemas uniformizados de controlo do tráfego aéreo (CTA) entre diversos países (na Europa está-se a trabalhar na uniformização de todos os sistemas de CTA através da Eurocontrol), sistemas de controlo do voo instalados a bordo, a sistemas de gestão das operações de terra, estão todos em constante evolução, de forma a manter o Transporte Aéreo sempre como o meio de transporte mais desenvolvido e mais seguro, apesar da constante expansão do tráfego nos principais corredores aéreos e principais aeroportos.

A TI em Portugal

Portugal é um dos países europeus mais avançado na utilização dos SI/TI, particularmente no que diz respeito ao Transporte Rodoviário. De facto, os serviços de *Roaming*, *Trunking*, utilização da transmissão de dados via satélite, Telemóveis, etc., têm beneficiado muito desde o simples utilizador particular, às empresas rodoviárias de transporte de carga.

Os serviços de *trunking* em Portugal foram já descritos acima, pelo que abstenho-me de mencioná-los neste tema.

A Marconi-Comunicações Móveis lançou no mercado, em 1993, um sistema de gestão de frotas via satélite. O novo serviço, designado Euteltracs, consiste num sistema de troca de mensagens via satélite que possibilita o intercâmbio e transmissão imediata de informações entre a empresa e os seus veículos na estrada, bem como a localização instantânea em qualquer ponto da Europa, Norte de África e Médio Oriente. O sistema é assegurado por dois satélites Eutelsat-Organização Europeia de Telecomunicações Via Satélite.

O sistema permite às transportadoras uma melhor gestão das suas frotas, com ganhos a nível da rentabilidade das mesmas e garantias de uma maior competitividade. Através do Euteltracs, as empresas podem controlar com precisão as rotas e os horários de toda uma frota em circulação e introduzir mudanças a qualquer altura.

Os equipamentos necessários para a instalação do sistema são relativamente simples: um microcomputador ligado à rede pública através de um *modem* e um módulo próprio de *software*. Os veículos são equipados com um terminal de comuni-

cações móveis, constituído por uma unidade central, um monitor/teclado colocado no interior e uma unidade exterior, contendo antena, amplificador de sinal e conversores de frequência.

Em Portugal, a EGT (*European Geographic Technologies*), empresa criada para fornecer os dados geográficos para o sistema francês *Carminat*, pensa criar, no fim de 1996, uma delegação para a digitalização de toda a nossa informação viária, abrindo caminho para a adopção, em Portugal, de um sistema de navegação automóvel.

Uma equipa do Instituto de Ciência Aplicada e Tecnologia desenvolveu a Gestão Integrada de Sistemas de Transportes (GIST), visando propiciar uma resposta rápida às sucessivas mutações do tráfego de Lisboa – do crescente fluxo automóvel às novas infraestruturas viárias (estações de diferentes meios de transporte, CRIL, CREL, nova ponte sobre o Tejo, etc.). O programa GIST, portanto, pretende integrar e racionalizar os serviços de quase todas as empresas de transportes públicos citadinos do país – Carris, STCP, Horários do Funchal, Barraqueiro, Vimeca – em quatro fases: planeamento operacional, organização das viaturas, serviços de transportes e escalas de trabalho semanais das tripulações.

As viaturas serão equipadas com mecanismos de sinalização ligado a uma central e os novos sistemas de recolha de dados *on-line* permitirão fazer a regulação ao momento, via rádio, para o motorista, com informações do tipo: «não pare nas duas próximas paragens, se não tiver que largar passageiros, vem outro autocarro atrás do seu».

bibRIA

CÓDIGO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO (CPA) VERSUS DESBUROCRATIZAÇÃO

1. Na abordagem do tema proposto há, por razões de economia e clareza, que pré-definir os conceitos com que vamos trabalhar, não obstante a dificuldade que as precisões conceptuais envolvem na maioria dos casos. Aliás, a definição de um conceito encerra, quase sempre, uma resposta aos problemas em presença sobre os quais o autor exerceu uma opção, na sua mais ampla liberdade de ponderação. A definição é, pois, a síntese do processo cognitivo e argumentativo.

Não visando o presente estudo o estabelecimento dos correctos conceitos de «procedimento administrativo» e «desburocratização», urge que deitemos mão a definições por outros engendradas a que possamos dar a nossa benção, já que mais não seja, por genericamente aceites ou produzidas por quem legalmente tenha competência para o fazer.

Deste modo, por *procedimento administrativo* entendemos «a sucessão ordenada de actos e formalidades tendentes à formação e manifestação da vontade da Administração Pública ou à sua execução»¹.

Por *burocratização* havemos de entender o movimento (eventualmente subterrâneo, não aparente) de reforço da burocracia. E o que é a burocracia?

O *Dicionário da Língua Portuguesa*, da Porto Editora, diz-nos textualmente que, sendo um substantivo feminino, designa «a classe dos empregados públicos ou a sua preponderância; sistema administrativo em que os assuntos são tratados por escriturários e dependem da assinatura de vários funcionários»².

* Licenciado em Direito. Chefe de Divisão de organização e Recursos Humanos na Comissão de Coordenação da Região Centro.

¹ Cfr. artº. 1º. nº. 1, do Código de Procedimento Administrativo (doravante apenas CPA).

² Mais próximo do conceito científico poderíamos defini-la por modelo organizacional que visa a realização racional do trabalho, através da divisão das tarefas a desenvolver, partindo da especialização

Pondo de lado que também pode ocorrer nos sectores da actividade privada³, a burocratização é a multiplicação da rede ou teia de procedimentos e formalismos no processo de um particular obter da Administração resposta a uma pretensão formulada. O sentido da resposta é aqui irrelevante porque o despacho final executório só se obtém no fim do processo.

Com isto, ainda não obtivemos o elemento essencial do procedimento sujeito à censura e implícito na condenação que todos proclamam quando se revoltam contra a burocratização. O elemento que todos elegem como motivo para o seu protesto e condenação é a desnecessidade ou inocuidade de alguns procedimentos e formalismos.

Assim, burocratizado está o processo assente em actos, diligências, pareceres, conferências e formalidades *desnecessárias*.

Desburocratizar será, pois, o movimento de sentido contrário ao caracterizado. Tais esforços ou movimentos tenderão à dispensa de actos desnecessários ou irrelevantes ao despacho final da pretensão formulada.

Nas grandes opções do Plano – publicadas na Lei n.º 69/93, de 24 de Setembro –, o Governo aponta como uma prioridade a desburocratização, caracterizando tal esforço como acções de simplificação e desburocratização, desonerando os particulares e empresas de formalidades inúteis⁴.

2. Aqui chegados, podemos então indagar pelas razões e vias da agora reconhecida burocratização dos serviços da Administração Pública.

Abstraindo das razões científicas e teóricas ou políticas subjacentes à progressiva burocratização dos processos e procedimentos⁵, não conseguimos desligar o fenómeno duma visão opaca, centralizadora, autoritária do poder, que mandava guardar sigilo

funcional, obedecendo a princípios de hierarquização de comandos e responsabilidades, agindo segundo normas e regulamentos que recortam os direitos e deveres dos seus funcionários ou trabalhadores.

³ Se, para adquirir um bem num estabelecimento tenho de o dar a embalar num local a determinada pessoa, devo ir com a embalagem a outro empregado que me certifica a garantia, tenho em seguida que levar a factura a um terceiro para emitir um recibo oficial que vou pagar e autenticar no caixa e devo, noutro local, aguardar que me entreguem a embalagem, contra a entrega do recibo autenticado, em vez de o exibir ao caixa que me cobra o preço para poder transitar com ele para o exterior, não podemos deixar de classificar o primeiro dos procedimentos como burocratizado!

⁴ Cfr. medida n.º 85, p. 5331.

⁵ Partindo de princípios científicos sobre a organização empresarial teorizados e sistematizados por Frederick Taylor, enriquecidos por Henri Fayol, na sua proposta de especialização de funções e na divisão e organização do trabalho, numa visão mecanicista-racionalista, só questionada e superada pela Teoria das Relações Humanas, ensaiada por Elton Mayo e que Herbert Simon, entre outros, aprofundou, a burocratização da Administração cedo passou a servir outros fins não visualizados pelos seus autores.

sobre as motivações dos actos, nas relações que os particulares tinham de estabelecer com a Administração, escondendo-lhes a discricionariedade das soluções ou dando-lhes falsas pistas sobre os motivos da denegação das pretensões.

Uma boa forma de camuflagem das motivações era, seguramente, a multiplicação dos intervenientes no processo, a exigência de junção ou exibição de certos documentos, difíceis de obter ou muito morosos – eventualmente dispendiosos – levando o requerente a desistir do pedido, pondo-o na situação de subserviência em diversos locais e serviços, complicando-lhe de tal forma a vida que sentisse a sua verdadeira insignificância perante o aparelho do Estado, confundindo-o quanto à real situação ou fase procedimental do seu pedido, levando-o ao desespero porque o interlocutor momentâneo e accidental, nunca era o culpado da inacção ou atraso do processo. A montante haveria sempre alguém que seria culpado, mas não lhe era conhecido o rosto nem o nome.

Esta opacidade ou obscuridade interessava aos detentores do poder, por mais pequeninos que eles fossem, já que era necessário conquistar o interesse de cada um deles para a «causa», sob pena de o processo não «andar» definitivamente⁶.

Relativamente às vias pelas quais a burocratização foi sucessiva e gradualmente incrementada na Administração Pública, pode afirmar-se que, na sua generalidade, a via utilizada foi a legislativa, em sentido amplo. Não foram os intervenientes locais no processo quem passou a exigir novos formalismos, diligências e procedimentos. Estes foram impostos pelos diversos titulares da função governativa. Uma vez, abrangendo o todo nacional, outras, por iniciativa ministerial, utilizando Decretos Regulamentares e Portarias, abrangiam apenas alguns processos e algumas áreas do território nacional.

A um nível mais baixo, vimos como os directores gerais e outras chefias intermédias se «desunharam» na produção de circulares, recomendações e instruções⁷.

Isto não exclui o empolamento e requinte com que alguns intervenientes directos nos processos, ao mais baixo nível de intervenção e responsabilidade, conseguiram, algumas vezes, dificultar a vida ao cidadão, impondo formulários para cada tipo de petição e recusando aquelas que não tinham inutilizado o selo fiscal em lugar determinado, não vinham assinadas deixando um intervalo de duas linhas entre o texto e a assinatura ou, ousando afrontar a dignidade e respeito devido ao decidente(!), começa-

⁶ A corrupção assenta ainda nestes pressupostos. Não é a penalização dos actos que há-de erradicar tal maleita. Só a transparência de processo e o encurtamento processual pode levar à responsabilização dos verdadeiros autores dos actos de favoritismo.

⁷ A Direcção Geral das Contribuições e Impostos e a Direcção Geral da Contabilidade Pública são óptimos exemplos da burocratização por estas formas inferiores de «legislar» ou orientar a actuação da Administração e dos Serviços.

vam o texto da petição em qualquer outra linha que não fosse a quinta, da folha azul de vinte cinco linhas!...

Pelo que se deixa dito é fácil concluir que a burocratização é uma forma tortuosa de poder.

Por outro lado, é óbvia a conclusão de que só pela via legislativa se poderá pôr cobro a tantos excessos burocráticos e que a reforma a empreender levanta muitas e variadas resistências.

Só quem verdadeiramente esteja interessado na clareza e transparência dos processos e demonstre real desinteresse pessoal pelo poder terá coragem para empreender as reformas que se mostrem necessárias.

Tendo-se convertido em prioridade da acção governativa, a questão da desburocratização conseguiu averbar ao rol das medidas necessárias alguns passos positivos, embora trémulos, nessa caminhada.

Servem de exemplo da desburocratização legislativa a abolição do papel selado, do papel azul de vinte e cinco linhas, do reconhecimento notarial das assinaturas dos médicos nos atestados de doença dos funcionários, da junção obrigatória de certidões de alguns documentos, substituída pela junção de simples fotocópia que os serviços receptores autenticam, a dispensa de alguns reconhecimentos presenciais de assinatura e a recente institucionalização do notário-*pivot* nos actos e escritura de constituição das sociedades comerciais.

Estamos melhor mas não estamos ainda bem.

Continuam institucionalizados procedimentos aberrantes e desnecessários. Por exemplo: o número de contribuinte a indicar, obrigatoriamente, em diversas petições dirigidas à Administração não fiscal, foi convertido em *fetich*e, tendo deixado de ter a justificação indirecta de nos obrigar a todos a pedi-lo, porque não nos aceitavam as diversas petições se o não indicássemos e exibíssemos. Depois, o número de contribuinte constitui um verdadeiro «Pilatos na Missa». É uma excrescência!

A apostilha que nos obrigam a colar e pagar, em algumas autarquias locais, é pura e simplesmente ilegal dado o princípio, legalmente consagrado, da gratuidade do direito de petição.

As voltas que nos obrigam a dar para peticionarmos em algumas conservatórias do Registo Civil, a obtenção de certidões de documentos arquivados noutras conservatórias – só deferindo os pedidos com entrega de vale de correio dirigido ao serviço a deprecar com o adiantamento dos seus custos e taxas –, é simplesmente ridículo.

Igualmente ridícula é a prática por parte de alguns serviços, que nos obrigam a peticionar certas prestações à Administração em formulários próprios (de modelo aprovado) e não no-los adiantam no *guichet* onde teremos de fazer a respectiva entrega!

Absurda é, ainda, a exigência de retorno às Repartições para levantamento de certidões ou certificados que poderiam e deveriam ser entregues de imediato porque a sua emissão depende apenas da consulta de um ficheiro, ou rol.

Revoltante é que me obriguem a assinar determinados formulários petítórios, pessimamente redigidos, e não me deixem redigir a petição, provavelmente mais clara, mais completa e em português escorreito!⁸

Lastimável é que me obriguem a tratar por Excelência e Senhor, por extenso, certas pessoas que não conheço, sob pena de ser tomado por irreverente ou menos educado, maltratando-me no aviamento!

Deseconómico é que me obriguem a colar selos fiscais em algumas petições, algumas vezes de valor diminuto, gastando o erário público mais para me disponibilizar tais franquias!

A lista pode não parar!

3. O Código do Procedimento Administrativo, de recente parto, seria, eventualmente, um instrumento azado à concretização de medidas desburocratizantes. Tínhamos a via legislativa em mão, constituiria uma *mater* para princípios gerais simplificadores dos diversos procedimentos. Casuisticamente, nos diversos processos, não desapareceriam as formalidades abolidas, por se destinarem ao exercício subsequente de práticas registrais, ou constitutivas de prova documental a exhibir judicialmente.

Não se me afigura que tenha sido utilizada a oportunidade da melhor maneira.

É certo que contém, até, a consagração do princípio da desburocratização e da eficiência, no seu artº. 10º. Mas atente-se melhor na redacção da norma: «a Administração Pública deve ser estruturada de modo a aproximar os serviços das populações e de forma não burocratizada, a fim de assegurar a celeridade, a economia e a eficiência das suas decisões».

A desburocratização é aqui apenas instrumental da celeridade, economia e eficiência. Mais, o comando dirige-se à estrutura da Administração, à organização legal da estrutura funcional do Estado. Não tange no procedimento. O legislador pressupõe que uma organização administrativa, estruturada desburocraticamente, há-de conduzir a procedimentos desburocratizados, ou seja, a processos expurgados de actos, diligências e formalidades desnecessárias.

⁸ Não estão aqui em causa os formulários destinados a leitura óptica e tratamento informático que desburocratizam internamente os serviços. Não é possível imaginar a liquidação oficial ou a autoliquidação dos impostos de outra forma que não seja a decorrente do preenchimento de modelos estandardizados, ou que ordenássemos ao banco com quem trabalhamos o pagamento, a terceiros, em cheques de formato e tratamento da nossa escolha!

Tanto já dizia a Constituição da República, no artº. 267º. O Código limitou-se a repetir o que estava dito, ou a «chover no molhado».

Deste modo pode afirmar-se que sobre a Administração Pública não impende um princípio, com valor autónomo, de desenvolvimento tendencial ou prioritário, na conformação dos procedimentos a tais valores.

Parece faltar-nos força e legitimidade para impormos medidas desburocratizantes nos processos e procedimentos que eventualmente passem por nossas mãos. Ficamos, obrigatoriamente, na expectativa de que o legislador concretize a estrutura funcional que desburocratize os procedimentos.

Depois, o que nós vemos sobejamente concretizado no código é a fixação de requisitos procedimentais que são tudo menos a realização do princípio da informalidade.

No mais, é de resultados perversos a concretização prática de alguns princípios, como é o caso da contagem dos prazos, previsto no art. 72º, b), convertendo alguns prazos curtos de procedimentos especiais, em prazos acrescidos ou alongados, mercê da contagem apenas dos dias úteis. A celeridade que a desburocratização deve servir, resultou aqui, nitidamente prejudicada.

Outro exemplo que se pode apontar é o da unicidade do pedido em cada requerimento, previsto no artº. 74º, nº. 2. Proíbem-se os requerimentos com pedidos duplos ou múltiplos. Não existindo conflito competencial nos pedidos formulados, mesmo que não sejam alternativos ou subsidiários, não se vê como resulte alcançada a economia e celeridade das decisões. Mesmo que corressem tais pedidos por secções autónomas do serviço impetrado, bastava a extracção de uma fotocópia para remeter a uma das secções.

Não se infira do que se deixa dito que nenhuma inovação se introduziu nos procedimentos. São poucas as medidas desburocratizantes, mas algumas foram introduzidas, como é o caso da notificação por telegrama, telex ou telefax, considerada no artº. 70º, nº 1 c), a dispensa de notificação de actos praticados oralmente, na presença dos interessados (artº. 67º, nº. 1 a), a audiência oral dos interessados no final da instrução do procedimentos (artºs. 1º. e 2º.), o suprimento oficioso das deficiências dos requerimentos (artº. 6º, nº. 2).

4. Suponho, no entanto, que a indagação que vimos fazendo das marcas desburocratizantes do C.P.A. peca por leviandade.

Alguém anunciou ou nos fez crer que a desburocratização da Administração Pública, tendente à supressão de formalidades desnecessárias nos diversos e múltiplos procedimentos, tipificados ou não, se ia operar através do Código do Procedimento Administrativo?

Não ouvi tal proclamação ou insinuação. O C.P.A. visou, desde sempre, garantir segurança e certeza nas relações entre a Administração e os Administrados. Desde o esboço da medida concretizado no DL nº. 256-A/76, de 17 de Julho, que se andava à procura de uma sistematização legal que uniformizasse os procedimentos e esclarecesse algumas dúvidas sobre a forma de melhor acautelar os administrados no encaminhamento e fundamentação dos actos da Administração que constituíssem, modificassem ou denegassem pretensões, juridicamente tuteladas, dos cidadãos.

O direito e a justiça carecem de formas mínimas de concretização formalizada para garantir a certeza e segurança da investidura ou reconhecimento de situações juridicamente relevantes e protegidas.

A certeza e segurança são inimigos do princípio da informalidade, mormente nas sociedades que lamentavelmente desmentiram o dogma de que a «palavra dada vale mais do que uma escritura» ou «a palavra basta».

A sede da desburocratização é outra, como outra é a guerra contra os imobilistas, os avessos às mudanças ou beneficiários de prerrogativas e tratamentos especiais. O mini-poder que a «pequena peça da máquina» administrativa detém, na faculdade de mandar o concidadão impetrante, voltar no dia seguinte, já devidamente armado com o «competente» bilhete de identidade e o indispensável (!) cartão de contribuinte, não se entrega sem luta.

Infelizmente, continuam surdos alguns beneficiários da desburocratização que se sentam no lado de lá do balcão de atendimento, juntando à surdez a cegueira de não verem que parte do inferno das suas vidas profissionais passa pela não-desburocratização dos serviços onde trabalham. Ajudam-se a si próprios ajudando os outros a encontrar, informalmente, a solução dos problemas que os levam, uma e outra vez, às repartições. Para cumprir a lei não é necessário complicar gratuitamente a vida dos nossos concidadãos⁹.

Enquanto o legislador não desburocratizar, por dentro, a Administração Pública, podemos estar simplesmente atentos e questionar a razão de ser de muitas práticas instaladas. Concluiremos, muitas vezes, como aquele sentinela do estabelecimento militar que, querendo saber, certo dia, da razão pela qual o sargento lhe transmitia a ordem de não deixar ninguém sentar-se no banco de madeira que havia nas imediações da guarita, veio concluir que, desde há 10 anos, constava das NEP (Normas de Execu-

⁹ «Multidão: a partir de hoje concede-se a cada súbdito a liberdade de se dar conta das razões pelas quais o nosso reino está como está». «Mas adverte-se que quem tentar dar a conhecer as suas conclusões será condenado à morte por difamação de sua Majestade, o Rei!» (Quino – *Potentes, prepotentes e impotentes*).

ção Permanente) do sargento da guarda tal proibição, porque o dito banco estava «pintado de fresco»!

Restavam-lhe restos de tábuas apodrecidas que as intempéries tinham poupado.

bibRIA

BIBLIOGRAFIA

CHIAVENATO, Idalberto (1987) – *Teoria Geral da Administração*, 3ª. ed. S. Paulo: McGraw-Hill.

GODET, Michel (1985) – *Prospective et Planification Stratégique*. Paris: Ed. Économica.

OLIVEIRA, Mário Esteves *et al* (1993) – *Código do Procedimento Administrativo. Comentado*, vol. I. Coimbra: Livraria Almedina.

DE PORTUGAL A COIMBRA PELA ESTRADA MOURISCA

1. Introdução

Não cause perplexidade no leitor o título que dei a este artigo, pois, vamos recuar alguns séculos, até ao tempo da monarquia leonesa, quando Portugal era simplesmente o nome de uma cidade. A área do actual distrito de Aveiro, que se repartia pelos territórios de Coimbra e Portugal, era atravessada pela estrada que ligava as duas cidades.

A estrada mourisca – que assim era designada a estrada entre Portugal e Coimbra – não foi ainda objecto de um estudo global. Apesar de tudo, o tema tem sido abordado a propósito de outros estudos, em especial os que dizem respeito às vias romanas da região. Por exemplo, Monsenhor Miguel de Oliveira estudou o traçado da estrada mourisca a norte do Vouga com o objectivo de determinar a directriz da via romana entre as povoações de Talabriga e Lancobriga¹. O Doutor Augusto Soares de Sousa Baptista fez o mesmo para a região a sul daquele rio, até à Bairrada². Partindo mais dos vestígios materiais e da toponímia que das referências documentais, o General João de Almeida abordou a questão das estradas no seu roteiro dos monumentos militares³. Para o seu estudo sobre as vias da Lusitânia, Mário Saa juntou, também, muitas indicações documentais, toponímicas e materiais⁴. O mais cuidadoso inventário de vestígios de estradas na região norte do distrito ficou a dever-se ao Professor

* Doutorando em Engenharia Electrotécnica na Universidade Nova de Lisboa. Bolseiro da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

¹ Miguel de Oliveira, «De Talábriga a Lancóbriga pela Via Militar Romana», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. IX, 1943, p. 44-68.

² Augusto Soares de Sousa Baptista, «Estradas Romanas no Concelho de Águeda», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XIV, 1948, p. 3-22.

³ João de Almeida, *Roteiro dos Monumentos Militares* [...], vol. I, 1945 e vol. II, 1946.

⁴ Mário Saa, *As Grandes Vias da Lusitânia* [...], t. III, 1960, p. 174-191.

Nogueira Gonçalves⁵. Outras informações podem ser encontradas em monografias de âmbito mais restrito.

A estrada mourisca, nesta região, deveria seguir de perto a directriz da primitiva estrada romana. O traçado desta não está ainda bem determinado, pois falta localizar algumas das povoações por onde passava⁶. Mesmo assim, alguns pontos fixos são geralmente aceites: o cruzamento do Douro entre Porto e Gaia, o cruzamento do Vouga junto ao Monte Marnel, o cruzamento do Mondego em Coimbra e, ainda, os marcos miliários de Ul e da Mealhada⁷.

Quanto à relação entre os traçados específicos da estrada romana e da estrada mourisca as opiniões têm-se dividido. Algumas das hipóteses lançadas são hoje inaceitáveis. Outras, como é natural, carecem de revisão. Por exemplo, Sousa Baptista, ao inventariar as referências às estradas da região do Vouga nos documentos medievais, encontrou-as, por vezes, qualificadas pelos adjectivos *maiore*, *maurisca*, *parva* ou *antiqua*. Julgou o autor que existiriam, nesta região, apenas duas estradas principais: uma delas, designada por antiga ou pequena, que correspondia à velha estrada romana; a outra, designada por maior ou mourisca, teria resultado de alterações, feitas pelos árabes, ao antigo traçado romano.

A explicação de Sousa Baptista baseia-se, não só na documentação medieval que consultou, mas, também, nesta conhecida explicação de Viterbo: «Chamou-se estrada mourisca, porque os mouros a romperam, deixando, talvez já por invadeável naquele tempo, a estrada romana, ou via militar [...]. Com o rodar dos anos, a costa entupiu, e alteou por causa das areias, e os rios estagnados não só esterilizaram os campos, mas também fecharam a passagem dos caminhos. Daqui se fez indispensável a presente estrada mourisca»⁸. Quanto ao entupimento da costa, Viterbo não andou longe da realidade.

Contrária a estas, foi a opinião de Miguel de Oliveira: «Ninguém sabe onde o autor do *Elucidário* colheu notícia de semelhante catástrofe, mas é fora de dúvida que ele se equivocou distinguindo o traçado da via romana do da estrada mourisca. Por um lado, não consta que os mouros se ocupassem em trabalhos deste género e, por outro,

⁵ António Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte*, vol. X, 1981, p. XVI-XVII, 37-38, 123, 200.

⁶ Jorge de Alarcão, *O Domínio Romano em Portugal*, 1991, p. 88-90, e, também, Vasco Gil Soares Mantas, *A Rede Viária do Convento Escalabitano*, 1990.

⁷ Fernando de Almeida, «Marcos Miliários da Via Romana *Aeminium-Cale*», *O Arqueólogo Português*, vol. III (nova série), 1956, p. 111-116.

⁸ Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, «Estrada Mourisca», *Elucidário das Palavras Termos e Frases*, vol. II, Lisboa, Edição Crítica de Mário Fiúza, 1966, p. 234.

não se compreende que se abalançassem a obra tão arrojada sem terem ao norte o domínio de um núcleo importante de população sua, com o qual fosse indispensável manter ligações»⁹.

O sentido da designação «estrada mourisca» não tem sido bem esclarecido. Normalmente, tem-se lembrado que o povo apelidava de mouriscos todos os vestígios ou construções de cuja origem não havia memória, e seria por essa razão que também chamava mourisca à antiga estrada romana. Entretanto, foram-se encontrando, com alguma frequência, vestígios claros de romanização em locais onde o topónimo aponta os mouros como autores. O próprio nome do rio de Conímbriga, «rio dos Mouros», parece atribuir àquele povo norte-africano a construção da importante cidade romana. Assim se foi criando um segundo mito, em que Miguel de Oliveira parecia acreditar: ninguém, depois dos romanos, teria deixado obra visível. Esta convicção teve difusão rápida, ao ponto de, no que diz respeito a estradas, se passar a atribuir àquele povo todos os restos de calçada e todas as pontes de origem remota.

Penso que chamavam mourisca à estrada simplesmente porque levava ao território dos mouros. Não esquecer que a própria cidade de Coimbra, depois de integrada no reino de Leão, foi tomada por Almanzor, em 987, só voltando ao domínio cristão em 1064. À medida que os mouros foram recuando para sul, e, finalmente, abandonaram o território nacional, a estrada mudou de nome, passando a chamar-se «estrada coimbrã», porque levava a Coimbra. Assim foi a partir do século XIII¹⁰. A designação de «estrada real», que também se usou desde a Idade Média, tornou-se a mais comum a partir do século XVIII.

De acordo com a documentação medieval disponível, relativa à terra de Santa Maria – que Miguel de Oliveira estudou em maior detalhe – o traçado da estrada mourisca através desta região não terá sofrido grandes alterações ao longo do tempo. Pelo contrário, a complexa rede hidrográfica da bacia do Vouga, e as alterações geomorfológicas, referidas por Viterbo, levaram a que, a sul daquele rio, não existisse uma, mas sim várias estradas a que se aplicavam os adjetivos de maior ou mourisca. Algumas terão mesmo coexistido. Assim, a identificação da estrada romana com a estrada mourisca (afinal, qual delas?), proposta por Miguel de Oliveira, merece algumas reservas.

Reservas merece também esta conclusão de Sousa Baptista: «O exame dos documentos medievais mostra que *strata*, ao contrário de via, carreira, só aparece

⁹ Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 55.

¹⁰ Em 1226, a estrada coimbrã servia de limite oriental a Mogofores. Estrada coimbrã lhe chamavam no lugar da Mourisca, concelho de Águeda, no princípio do século XVI, e, em São João da Azenha, concelho de Anadia, nos séculos XVI e XVII. Ver, adiante, nos locais próprios.

relativamente em poucos deles, e estes, confrontados, revelam ainda que nas regiões atravessadas pelas estradas mencionadas no Itinerário de Antonino, a palavra *strata* só é usada para significar estas vias e, de tal modo, que esta entidade nos aparece perfeitamente caracterizada, por si só, sem necessidade de qualquer outra indicação»¹¹.

Em qualquer caso, o conhecimento que os autores citados nos transmitiram sobre as regiões que estudaram é uma contribuição inestimável para a compreensão da rede viária do distrito de Aveiro. No resto do artigo, partindo das referências medievais¹² à estrada mourisca, que ligava as cidades de Portugal e Coimbra, e tendo em conta os vestígios registados na literatura, procura-se determinar com a aproximação possível, a directriz do seu traçado. A região a sul do Vouga, que tem merecido menos atenção dos investigadores, é, por feliz coincidência, a que conheço melhor, tendo sido possível reunir alguns elementos novos. Suponho que este estudo, ao dar uma visão global da estrada mourisca, vem preencher uma lacuna na literatura arqueológica e histórica da região entre Douro e Mondego.

2. A Estrada Mourisca na Terra de Santa Maria

Num estudo sobre as estradas romanas em Gaia, o Doutor Armando de Matos, partindo de um antigo mapa do concelho, encontrou três estradas que saíam daquela cidade em direcção ao sul¹³. Uma seguia pelo litoral, por Gulpilhares e São Félix da Marinha. Outra seguia por Serpente e Brantães, em direcção à Arrifana. A terceira deixava esta perto de Pedroso, e seguia na direcção de Viseu.

Na do litoral, encontrou o autor restos de calçada junto ao lugar de Brito, enquanto na segunda, junto ao Monte da Senhora da Saúde e não longe de Pedroso, apareceram vestígios significativos que descreveu assim: «A altura total das camadas da fundação e da capa do lajedo, corre numa média de 0,70, chegando, no entanto, a atingir 1,20, o máximo empregado numa bolsa de salão, em que as camadas tiveram de

¹¹ A. Sousa Baptista, «Estradas Romanas [...]», *op. cit.*, p. 10.

¹² As fontes mais citadas serão abreviadamente designadas por siglas: DC = *Portugaliae Monumenta Historica. Diplomata et Chartae*, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1867; DP = *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Particulares A.D. 1101-1115*, Academia Portuguesa de História, 1940; DR = *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios A.D. 1095-1185*, Academia Portuguesa de História, 1958; LP = *Livro Preto da Sé de Coimbra*, Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1977-79.

¹³ Armando de Matos, «As Estradas Romanas no Concelho de Gaia», *Brotéria*, vol. 24, p. 660-679, 1937.

ser duplicadas. Nas pedras da calçada ainda se topam algumas com vestígios de aparelhagem relativamente cuidada e antiga»¹⁴.

O pouco crédito que se dava aos construtores medievais e modernos levou o autor a afirmar ainda: «a análise do estrato do pavimento não nos deixa admitir um trabalho medieval, visto não possuímos notícias de que, nessa idade, fossem abertas vias de comunicação da importância desta, nem ao menos, de como trabalhavam os homens daquela época, crescendo ainda o dizer-nos a tradição que, na Idade Média, se aproveitou o que ficou dos bárbaros e dos árabes, que só deixaram o que era romano; trabalho posterior à Idade Média também não é»¹⁵.

Ainda que não fossem de construção romana, como julgou Armando de Matos, as três estradas deverão remontar à Idade Média.

A documentação medieval dá abundantes informações para o estudo da rede viária da época. Em 1098, Adosinda fez doação de metade de todos os seus bens entre Douro e Vouga, que havia adquirido com seu marido, Gonçalo Viegas, ao mosteiro de Pedroso. Um dos pontos de referência escolhidos para ajudar a localizar estes bens é uma estrada: «des Durio in Uauga, siue super strada, comodo subtus illa strada»¹⁶. Sendo a terra de Santa Maria um plano inclinado em direcção ao Atlântico, dizer que uma propriedade ficava acima da estrada era o mesmo que dizer que ficava a oriente.

Havia, pois, na região considerada, uma via que, pela sua importância, se destacava de todas as outras, e parece depreender-se que a designação de *strada* era suficiente para a identificar. Por um documento de Serzedo, do ano de 995, ficamos a saber que estrada era essa: «strata ueredaria que discurrir de Portugal»¹⁷ (a estrada que vem de Portugal). Diversos outros documentos medievais a ela se referem, de forma consistente, tornando-se fácil determinar a directriz do seu traçado. Mais tarde, a estrada real seguiria a mesma directriz.

Várias herdades, próximas de Serzedo e Grijó, em Gaia, ficavam abaixo da estrada: «sub illa strada»¹⁸. Na mesma região, várias propriedades na freguesia de

¹⁴ Armando de Matos, *op. cit.*, p. 668.

¹⁵ Armando de Matos, *op. cit.*, p. 667.

¹⁶ «[...] illas hereditates quantas ganavi cum uiro meo des Durio in Uauga, siue super strada, comodo subtus illa strada, de ipsa mea ratione medietate integra et habent iacentia in territorio Castro Portela et ciuitas Sancta Maria, prope litore maris, discurrente ribulo Ignea» (DC 870). Uma vez que os bens se distribuíam por toda a região desde o Douro até ao Vouga, a referência ao rio Inha teria como objectivo estabelecer o limite oriental.

¹⁷ DC 174. Ver, também, DC 328.

¹⁸ Em 1112: «[...] subtus monte Petroso castro, discurrente riuulo Cerzedo, [...] sub illa strada, in uilla Brito [...]» (Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 59). Em 1117: «[...] in Ecclesiola, in loco

Argoncilhe situavam-se acima da estrada: «*super illam stratam*»¹⁹. A estrada passava próximo de Moselos²⁰.

A estrada aparece frequentes vezes qualificada de *maior*, realçando a sua importância, ou de *mourisca*, por se dirigir à terra dos Mouros. Assim, em 1078, a vila de Paradela, em Gaia, confrontava a ocidente com a estrada maior: «*a parte mare strata maiore*»²¹. Em 1148, São Felix da Marinha e Brantões ficavam abaixo da estrada mourisca²². Desse lado da estrada ficavam ainda Moselos e Lourosa²³.

Um documento de 1141, de Ramil, em Argoncilhe, foge à regra referindo duas estradas:

«*in uilla Ramir, subtus Monte Rotundo, discurrente riuulo Feueros, super illam stratam et subtus eamdem stratam mauriscam, prope littus marinus, sub castello Sancte Marie [...]*»²⁴.

Pela localização de Ramil se vê que a estrada que lhe passava a ocidente é a estrada que tenho vindo a seguir, a que os documentos também chamam «estrada mourisca», e mais tarde foi conhecida por «estrada real». A outra estrada, que lhe passava a oriente, e que este documento designa por estrada mourisca, deveria deixar a outra estrada em Pedroso, seguindo depois por Argoncilhe e Fiães, e voltando a encontrar-se com ela na zona de Souto Redondo. É possível que esta segunda via corresponda à velha estrada romana, pois, a localização dada como mais provável para

que dicitur Casal de Arias [...], sub illa strada [...]» (*Idem, op. cit.*, p. 59). Documento de Bilhães, Gaia, de 1087: «*uilla Billanes [...] discurrente riuulo Cerzedo [...] sub illa strada [...]*» (DC 675).

¹⁹ Em 1091: «*in uilla Dranguncelli [...], super illam stratam [...]*» (DC 756). Em 1096: «*in uilla dicta Eldiriz [...] in terra ciuitatis Sancte Marie, super stratam [...]*» (DC 842). Em 1101, «*in Resmaa subtus monte Ordoni discurrente riuulo Feueros, territorio Portugal, et est super illam stratam [...]*» (DP 48). Em 1102: «*in uilla Drangocelli subtus monte Saxo Albo [...] super illam stratam [...]*» (DP 76). Em 1109: «*in uilla Ramiri et Ordoni et in Petri et in Casal d'Aluella subtus monte Ordoni discurrente riuulo Feueros, territorio Portugale terra ciuitas Sancta Maria super illa strada [...]*» (DP 344).

²⁰ Documento de 1097: «*[...] in uilla dicta Moazelus [...] subtus monte Saitella discurrente strata ad portum asinarum riuulo maior [...]*» (DC 867).

²¹ DC 563.

²² «*In uilla Buruntanes et in Sancto Felice subter illam stratam mauriscam [...]*» (Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 59).

²³ Documento de 1155: «*ad horientem strata maurisca, ad occidentem Moazelus et Sagitella, [...] ad affricum Laurusela [...] prope castellum Sancte Marie*» (Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 58).

²⁴ Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 59.

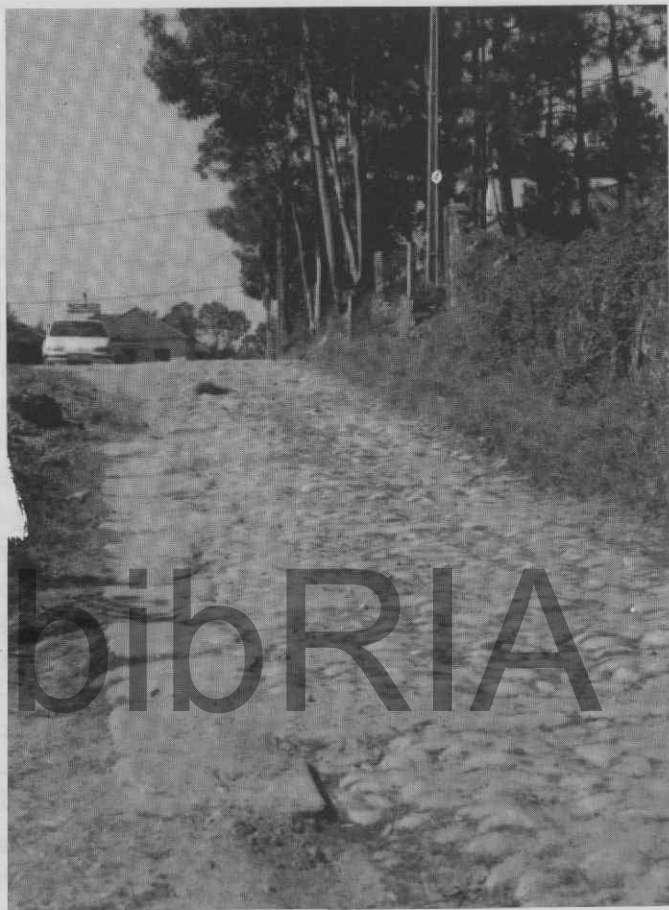


Fig. 1. Calçada em bom estado entre Lourosa e Souto Redondo.

Lancobriga é o Monte de Santa Maria, em Fiães²⁵ (este monte corresponde precisamente ao Monte Redondo que o documento de Ramil refere).

Nesta zona, Nogueira Gonçalves inventariou diversos vestígios importantes de calçada, entre as Vendas Novas de Lourosa e a Mala Posta de Sanfins (Fig. 1), que considerou de origem romana e descreveu assim: «a forma antiga é a de guias largas e espessas, com enchimento de pedras menores, a que alinhamentos transversos demarcarão as tarefas dos operários; os troços que têm pequena guia longitudinal ao

²⁵ Alarcão, *op. cit.*, p. 90, e Mantas, *op. cit.*, p. 226. Ver ainda António Augusto Mendes Corrêa, «Nótulas Arqueológicas», *Revista de Estudos Históricos*, n.º 1-2, 1924, p. 89-97, e Manuel F. de Sá, *Santa Maria de Fiães da Terra da Feira*, 1939.



Fig. 2. Souto Redondo. A placa é peremptória...

centro são de reforma em épocas modernas»²⁶. Nestes segmentos de calçada, a largura situa-se entre 4.5 e 5 m, como tive oportunidade de observar. A meu ver, a origem romana destes vestígios só poderá confirmar-se depois de bem localizada a povoação de Lancobriga.

Daqui, a estrada continuaria por Arrifana²⁷ em direcção a São João da Madeira, onde era também conhecida por estrada mourisca²⁸. A ocidente da estrada mourisca ficava, em 1145, a vila de Azevedo, em São Vicente de Pereira²⁹.

Mais para sul, a passagem de vias antigas encontra-se bem documentada no terreno. Na ribeira do Ul, o Abade João Domingues Arede assinalou diversos vestígios³⁰. Depois de São João da Madeira, a estrada cruzaria o rio Ul, na ponte da Pica, e seguia para Bráfemes, onde apareceram restos de calçada. Em seguida, passava por Oliveira de Azeméis, povoação que deve o nome aos azeméis ou almocreves que,

²⁶ Nogueira Gonçalves, 1980, p. 38 e estampa II.

²⁷ Tal como propôs Mário Saa (*op. cit.*, p. 158 e n. 1), topónimos como Arrifana, Arraiva e Raivo devem documentar pontos de chegada ou paragem nas estradas. A sua etimologia deverá relacionar-se com a do verbo francês *arriver* (a permutação v/f é fenómeno fonético corrente).

²⁸ Documento de 1088: «*in uilla Sancto Ioanne que dicent de Mateira [...] quomodo condele per illa strada de iusta illa ecclesia de Sancti Ioanni a parte Ur*» (DC 704). Documento de 1142: «*Ab illa strada mourisca ata illo ueneiro*» (Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 56).

²⁹ «*in villa dicta Azevedo, subtus illa stratam mauriscam*» (João Domingues Arede, «Estradas Romanas no Distrito de Aveiro», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. IV, 1938, p. 26).

³⁰ João Domingues Arede, «Identificação do Rio Antuã e do seu Afluente Rio Ul», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. X, 1944, p. 269-294. Do mesmo autor, *Cucujães e Mosteiro com seu Couto nos Tempos Medievais e Modernos*, Famalicão, 1922, e *Breve Notícia Histórica da Freguesia e Vila do Couto de Cucujães*, Museu Arqueológico e Etnológico de Cucujães, 1935, bem como o artigo citado «Estradas Romanas [...]».

com os seus animais de carga, faziam o transporte de mercadorias. Depois, continuaria por Fundo da Rua, Portela do Almêu e cruzaria o rio Antuã na ponte de Silves³¹.

Ao contrário do que alguns pensaram, não são romanas as pontes de Silves e da Pica³². São todavia muito antigas e constituem um bom documento da passagem da estrada mourisca, mais tarde chamada estrada real. Em qualquer caso, era também por ali que passava a primitiva estrada romana, pois em Ul apareceu um marco miliário de Tibério, colocado em 23 dC. ou 24 dC., com indicação da milha XII³³.

Na continuação, o paço de Figueiredo de Baixo, ainda no concelho de Oliveira de Azeméis, era ponto importante da estrada mourisca, pois, aí se alojavam os membros da família real em viagem. Dizem as inquirições de 1220: «*Et homines de Figueiredo de Susano et de alio Figueiredo debent stare cum domino Rege*»³⁴. A estrada mourisca, como antes a estrada romana, devia vir de Ul por Relva, Figueiredo de Cima, Figueiredo de Baixo e Curval. Mais tarde, talvez em consequência da construção da ponte de Silves, o seu traçado terá sido rectificado, deslocando-se para oriente e fazendo emergir as vilas de Pinheiro e Bemposta, que ainda não existiriam no início do século XIII, pois não aparecem referidas nas inquirições de 1220. O paço de Figueiredo terá, assim, perdido a sua função, sendo substituído pelo paço do Curval, um pouco para sul³⁵. O próprio julgado de Figueiredo passou a ter sede na Bemposta.

³¹ Notar que actualmente, nas cartas topográficas, o rio Antuã vem designado por Ínsua. O nome Antuã é por sua vez aplicado ao rio que originalmente se chamou Ul (João Domingos Arede, «Identificação do Rio Antuã [...]», *op. cit.*).

³² Nogueira Gonçalves, *op. cit.*, vol. X, p. 123.

³³ D. Fernando de Almeida, «Marcos Miliários [...]», *op. cit.*, p. 113.

³⁴ «*Et homines de Figueiredo de Susano [=Figueiredo de cima] et de alio Figueiredo [=Figueiredo de Baixo] debent stare cum domino Rege ad quale seruicium dominus Rex uoluerit et quantum dominus Rex uoluerit quod stent cum eo in suo seruicio debet stare et dominus Rex debet eis dare portiones et vestiduras in quantum illum seruierint*» (Conde da Borralha, «Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro», Arquivo do Distrito de Aveiro, vol. II, 1936, p. 243-244 e p. 285-291). Um inquirição de 1284 também referem as obrigações dos moradores de Figueiredo: «*quando se veer El Rey d'alem Doyro [...] en quanto y steuer*» (Inquirições de Dom Afonso III, Liv. II, fl. 40, *apud* Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 50). No título de Figueiredo de foral manuelino de Angeja refere-se o lugar do Paço: «*Primeiramente em Figueiredo sam estes cassaaes, a saber, Joham Pirez, de Paço [...]*» (Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve, 1962, Estremadura, p. 186-193). Há não muito tempo, desapareceram os restos do modesto edifício que, segundo a tradição em Figueiredo, servia de alojamento ao rei.

³⁵ No paço do Curval esteve alojado, por exemplo, Dom João I, em 1387: «*El-Rei de Portugal partiu de Guimarães pera o Porto, e d'alli caminho de Coimbra, onde estava a rainha sua mulher, que eram dezoito leguas de uma cidade à outra, e elle nos paços do Curval, que são em meio caminho, adoeceu de grande dôr de quentura, a que não podia pôr cobro, e era esto no fim do mez de Julho*» (Fernão Lopes, *Chronica d'El-Rei D. João I*, vol. V, 1897, p. 174). No Curval foi, mais tarde, estabelecida uma mala-posta. A passagem da estrada na Bemposta documenta-se, por exemplo, no foral

Mais para sul, no lugar de Laginhas, foram encontrados restos de guias laterais de estrada, que, na opinião de Nogueira Gonçalves, terão pertencido à primitiva estrada romana³⁶. As inquirições de Dom Afonso II documentam a passagem da estrada em Abranca³⁷, onde também se encontraram vestígios de calçada³⁸.

Num estudo do Professor José Mattoso e colaboradores, além da estrada mourisca, foram apontados dois outros itinerários medievais importantes na terra de Santa Maria³⁹. Um deles, que servia de variante à estrada mourisca, seguia por Grijó e Feira, tomando, depois, a direcção de Coimbra, no vale do rio Ul. A importância deste itinerário estaria já consolidada no século XIII. A partir deste século ter-se-á começado a estabelecer um outro itinerário que ligava ao Porto as povoações da orla litoral. Esta reconstituição das estradas na terra de Santa Maria é coerente com os elementos recolhidos por Armando de Matos para a área de Gaia.

3. As travessias dos rios Vouga e Águeda

A estrada tem vindo a manter uma directriz mais ou menos rectilínea. Partindo de Portugal, passava entre Grijó e Argoncilhe, depois junto a São João da Madeira, Oliveira de Azeméis, Figueiredo e Abranca, começando a aproximar-se do rio Vouga, o principal obstáculo ao trânsito no caminho até Coimbra. O melhor ponto para a travessia do Vouga era junto ao Monte Marnel. A estrada deveria, pois, seguir pela zona de Albergaria-a-Velha.

Em 1117, a rainha Dona Teresa passa a carta de couto de Assilhó em favor de Gonçalo Eres e, ao mesmo tempo, institui uma albergaria num local acima da estrada que vinha de Portugal:

*«In primis diuido ipsam uillam cum terra de Sancte Marie de una parte scilicet in strada que currit de Portugal [...], et deinde de aliis partibus ad terminum de Vaga [...] et pro unam albergariam quod inter me et te ponamus in loco isto de super strada [...]»*⁴⁰.

manuelino de Angeja: *«Bemposta [...] Ho Casal da Estrada, de Pedre Anes, [...]»* (Forais Manuelinos[...], Estremadura, p. 186-193).

³⁶ Nogueira Gonçalves, *op. cit.*, p. 123.

³⁷ *«De Auranca [...] quantum laborauerint sub estrada dant quintam [...]»* (Conde da Borralha, *«Inquirições [...]»*, *op. cit.*, p. 285-286).

³⁸ João de Almeida, *op. cit.*, vol. II, p. 19.

³⁹ José Mattoso, Luís Krus e Amélia Andrade, *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*, 1989, p. 100-102.

⁴⁰ DR 49. Ver também António de Pinho, *Albergaria-a-Velha e o seu Concelho*, 1944.

Notar que, neste caso, como o terreno se inclina para os rios Caima e Vouga, o facto de a albergaria ter sido instalada acima da estrada implica que a estrada lhe passava a oriente. Em redor da albergaria se foi formando a vila de Albergaria-a-Velha, de que Assilhô é hoje um simples bairro. É possível que a rainha Dona Teresa estivesse apenas a restaurar uma albergaria ou mansão de estrada, pois, sendo a albergaria ainda em 1258 conhecida por «*albergaria veteris de Meigonfrio*»⁴¹, certo documento de 1183 refere: «*monte que propter heremi magnitudinem vocatur Mansio Frigida*»⁴² (ou seja, antes conhecida por Mansão Deserta). Entretanto, convém notar que esta albergaria ficava precisamente a meia distância entre Portugal e Coimbra.

As inquirições de 1220, ao referirem um lugar denominado Rua de Vouga, situado junto ao Monte Marnel, documentam a travessia do Vouga neste local⁴³, facto que se confirma também por vestígios de calçada escavada na rocha, na encosta de Serém⁴⁴ (Fig. 3).

A abundante documentação medieval referente às vilas rurais das margens do Vouga não dá, contudo, qualquer indicação sobre pontes até ao século XIII. A existência da ponte do Vouga, junto ao Monte Marnel, documenta-se pela primeira vez em 1282: «*a uinha de d'Estevã Iohannes, d'a par da ponte, e a que aduba Pay Galego, d'a par da ponte, que son de quarta*»⁴⁵.

⁴¹ João Pedro Ribeiro, *Dissertações Chronológicas e Críticas*, t. I, 1860, p. 251.

⁴² Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 48.

⁴³ «*De Vouga [...] dominus Rex habet in Rua de Vouga III casalia [...] dominus habet in Rua de Vouga XXVIII casas [...]*» (Conde da Borralha, «Inquirições [...]», *op. cit.*, p. 287).

⁴⁴ António Gomes da Rocha Madail chamou a atenção para esta calçada: «o extenso troço de estrada antiga, muito provavelmente romana, que ainda hoje se vê cortada na rocha viva e fundamente sulcada por milênario rodado de carros, trepando ao alto de Serém, perfeitamente ao lado da actual, partindo sensivelmente do mesmo ponto do rio, e à qual, não obstante, nenhum arqueólogo ainda, que eu saiba, fez referência» («Estação Luso-Romana do Cabeço do Vouga», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. VII, 1941, p. 229).

⁴⁵ Joaquim da Silveira, «Inquirição na Terra de Vouga em 1282», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. IX, 1944, p. 82.



Fig. 3. Calçada na encosta de Serém, na margem direita do Vouga.

São, também, desta época os primeiros registos conhecidos sobre doações e legados em favor desta ponte e da ponte do Águeda. Por exemplo, em 1262, Gonçalo Gonçalves, chantre das sés de Porto e Coimbra, deixava dez libras à ponte do Vouga e duas libras à do Águeda⁴⁶. Dada a falta de referências anteriores, estas dádivas

⁴⁶ «Item ad pontem de Uauga X libras. Item ad pontem de Agueta II libras. [...] et quod daretur inde pecunia ad pontem de Vaugua» (*Censual do Cabido da Sé do Porto*, Biblioteca Pública Municipal do Porto (ed.), 1924, Secunda Pars, p. 405 e p. 408). Em 1294 o bispo do Porto, Dom Sancho Pires, deixa 100 morabitos antigos mais 20 libras para as mesmas pontes: «Item mandamus C morabitos ueteres quos damus, pro anulis de Roby et de Emeraldal, qui fuerunt patris nostri, pontibus de Vouga et de Agata, pro anima patris nostri uel illius a quo ipsum anulum habuit si ad eum de iure spectat et praeter hoc mandamus ipsis pontibus XX libras» (*Censual* [...], p. 436).



Fig. 4. Antiga ponte do Mamel, de origem medieval.
 Fonte: A. Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico* [...], 1959.
 Hoje, a ponte está involta em matagal, quase infotografável.

deveriam destinar-se à construção das pontes e não apenas a obras de manutenção. Ainda desta época deverá ser a ponte do rio Mamel (Fig. 4) ⁴⁷.

⁴⁷ Segundo Nogueira Gonçalves (*Inventário Artístico* [...], vol. VI, 1959, p. 24-25), um alvará de Dom João III, com data de 26 de Fevereiro de 1529, nomeia «vedor e recebedor da obra da ponte que ora mando fazer no rio Vouga e Sull» a Jerónimo Gonçalves, residente em São Pedro do Sul. Julgou o autor que se tratava da ponte do Vouga junto ao Monte Mamel, e que a referência «Sull» designava a ponte do rio Mamel, que ficava efectivamente a sul da outra. Todavia, esta hipótese não é de aceitar. Por um lado, sendo de origem medieval a ponte do Vouga, não faria sentido a expressão «mando fazer». Por outro lado, a própria reconstrução não seria ainda necessária, e só veio a acontecer em 1713, em reinado de Dom João V. Suponho que a ponte em questão iria ser construída na região de São Pedro do Sul, onde residia o vedor, talvez sobre o rio Sul (daí o dizer-se «ponte [...] no rio Vouga e Sull»).

Existe a tradição de que o fundo da vala do Mamel é uma calçada (Joaquim Soares de Sousa Baptista, «Vestígios de Vias Romanas no Concelho de Águeda», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. VIII, 1942, p. 93-98), a qual se deverá enquadrar na estrada que ligava o Mamel a Viseu. Desta sobram quatro marcos miliários, datados do fim século III e início do IV (Augusto Soares de Sousa Baptista, «A Calçada Romana das Bemfeitas», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XVI, 1950, p. 276-

No seu progresso para sul, depois de cruzados os rios Vouga e Marnel, a estrada passava por Pedações, Recardães e Aguada de Baixo. Em Pedações apareceram vestígios de calçada, como registou Joaquim Soares de Sousa Baptista: «a estrada romana [...] colearia o montículo onde poisa o casario do lugar de Lamas [...] subindo depois a Pedações [...]. Ora, no trajecto que vai da meia-encosta até para além do referido lugar de Pedações, se do primitivo empedramento romano nada mais resta, por lá ficaram, entretanto, muitas das volumosas pedras que lhe pertenceram e agora servem em o novo calcetamento que o substitui»⁴⁸. Também aqui se lhe devia aplicar a designação de estrada mourisca, tendo a sua passagem dado origem ao lugar de Mourisca do Vouga⁴⁹, logo a sul de Pedações.

Mas, se a estrada vinda do Marnel seguia por Mourisca do Vouga, não precisava de atravessar o lugar de Pedações, onde apareceram os restos de calçada. Aliás, documentos do século XI provam que a «estrada maior» servia de limite oriental à povoação⁵⁰, e portanto não poderia atravessá-la. O traçado da estrada mourisca devia, pois, ser semelhante ao traçado que mais tarde teve a estrada real e que ainda hoje tem a estrada nacional. Os vestígios de calçada, que apareceram em pleno lugar de Pedações, talvez pertençam, por isso, a uma estrada mais antiga, provavelmente a romana⁵¹.

A estrada continuava em direcção ao Águeda. Apesar de não ser o melhor local, a travessia deste rio deveria fazer-se entre Paredes e Recardães. Um documento de 1073 localiza uma vinha em Recardães desta maneira: «*uno talio de uinea que iacet in uilla Recardanes [...] inter illam uiam que uadit ad illam uillam Sautum, et alia uia que uadit pro ad ille rio de Uauga, et concludit inter ambas uias*»⁵². A via do Vouga seria a estrada mourisca. A via da vila Souto talvez fosse, como sugeriu Sousa Baptista, a estrada que, seguindo pela margem esquerda do Águeda e passando em Souto, no Caramulo, se destinava a Viseu⁵³.

281) que confirmam a sua origem romana. Com esta estrada se deverão relacionar também os topónimos Paço de Brunhido e Fundo da Rua, na freguesia de Valongo do Vouga.

⁴⁸ J. Sousa Baptista, «Vestígios de Vias Romanas [...]», *op. cit.*, p. 93-94.

⁴⁹ No lugar de Mourisca chamavam-lhe estrada coimbrã no século XVI (A. Sousa Baptista, «Estradas Romanas [...]», *op. cit.*, p. 21).

⁵⁰ Em 1077: «*Padazanes [...] diuide per illa strata maiore, et de alia parte diuide per illo termino de Sancta Maria de Lamas, et de alia parte cum Crestoualanes et cum Couelas [...]*» (DC 549). Ver também DC 378 (ano de 1050).

⁵¹ A. Sousa Baptista, «Estradas Romanas [...]», *op. cit.*, p. 22.

⁵² LP 117.

⁵³ A. Sousa Baptista, «Estradas Romanas [...]», p. 20.

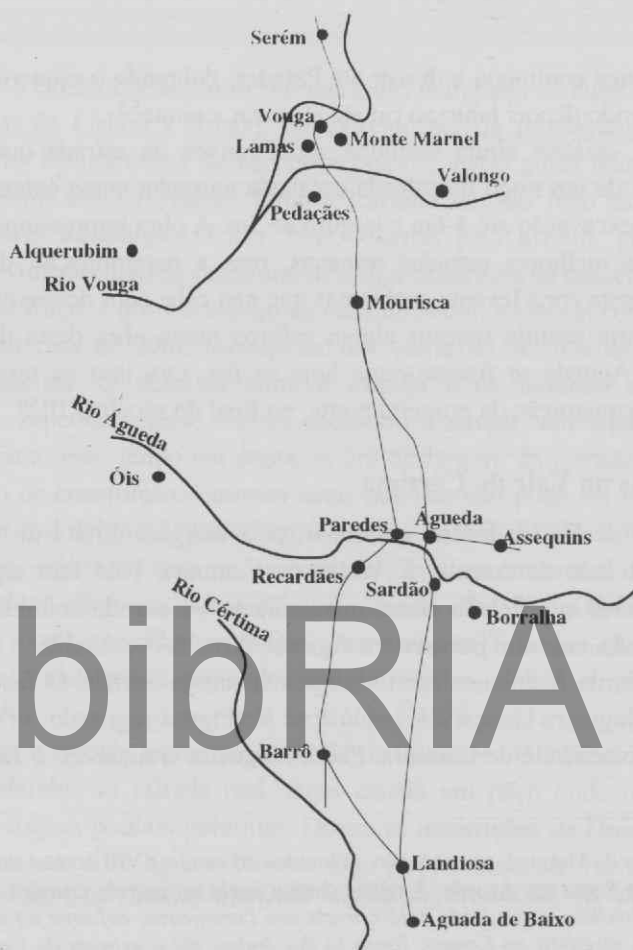


Fig. 5. A estrada mourisca por Paredes e a estrada real por Águeda

No mesmo alinhamento, documentam-se duas estradas, no limite entre Aguada de Baixo e Barrô, logo no ano de 957: «[...] *Aqualada* [...] *et diuidit ipsa uilla cum uilla Barriolo per illa lomba inter ambas illas stratas* [...] *et pergit per illa lomba usque ad illas stratas*»⁵⁴. As duas estradas ainda existem, como é natural, embora com muito menos importância do que no século X. Deveriam vir ambas de Recardães, uma por Sardão e outra por Barrô. Convergiam em uma única via na Landiosa, à entrada de Agueda. Com a construção da ponte do Águeda, talvez no século XIII, a variante de Sardão passou a ser a mais utilizada, integrando-se no caminho real. Todavia, a estrada

⁵⁴ LP 111 ou DC 73.

que vinha do Vouga continuou a descer até Paredes, dobrando à esquerda no cruzeiro deste lugar, seguindo depois junto ao rio até alcançar a ponte⁵⁵.

No Sardão, existem ainda vestígios significativos da estrada que seguia para Aguada. Trata-se de um troço de calçada escavada na rocha numa extensão de 100m, profundidade de escavação até 4-6m e largura de 5m. A obra impressiona e a largura é característica das melhores estradas romanas, mas a determinação do traçado da estrada romana nesta zona levanta problemas que não cabe aqui desenvolver. Todavia, parece que só faria sentido investir algum esforço numa obra desta dimensão se a travessia do rio Águeda se fizesse onde hoje se faz. Ora isso só terá começado a acontecer com a construção da primeira ponte, no final do século XIII⁵⁶.

4. Estradas no Vale do Cértima

De Aguada de Baixo deveria continuar, pela margem direita do Cértima, uma estrada para São João da Azenha e Avelãs de Caminho. Não falo aqui de estrada mourisca por razões que ficarão claras mais adiante. A estrada coimbrã (como mais tarde a estrada real), essa sim passava em Aguada, Azenha⁵⁷ e Avelãs.

Em São João da Azenha existem vestígios de antiga estrada. O facto não passou despercebido a Nogueira Gonçalves, tendo José Rodrigues registado: «Devo ao ilustre Professor da Universidade de Coimbra, Padre Nogueira Gonçalves, o favor de me ter

⁵⁵ No Tombo do Hospital, um anónimo de meados do século XVIII anotou uma lenda sobre a passagem da Rainha Santa por Águeda. A rainha chegou «pela estrada do cruzeiro de Paredes, por ser naquele tempo melhor, e passando pela estrada das Laranjeiras, defronte do dito hospital, no tempo do estio, em direitura ao Campo, limpo já dos frutos, até à estrada da Corga» (Conde da Borralha, «O Hospital de Águeda (Apontamentos para a sua História)», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. V, 1939, p. 121). A estrada das Laranjeiras era a que passava junto ao cais do mesmo nome, onde ficava também o antigo edifício do hospital. A estrada da Corga era a que seguia para o Sardão.

⁵⁶ Inicialmente afastada da estrada mourisca, a actual cidade de Águeda foi, até à construção da ponte, uma povoação sem qualquer importância. Diz o Conde da Borralha: «Desde a alta Idade Média (883) que Águeda nos aparece na documentação como um nome pelo qual se designa uma determinada região (ripa de Agata), fazendo-se o mais absoluto silêncio sobre a existência do lugar que entre os séculos XI e XIII se deveria ter formado, para nos primórdios deste último século nos aparecer, nas Inquirições de D. Afonso II [...]. [Correspondia] a um único casal (Casal de Lausato) o sítio onde hoje assenta a vila de Águeda, e onde naquele tempo já existia a igreja, ou pelo menos qualquer capela ou eremitério, o que nos é denunciado pela designação de porto de S. Eulália» («Águeda (Uma Transcrição Necessária)», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. IV, 1938, p. 309-313).

⁵⁷ Abundante documentação refere a estrada coimbrã em São João da Azenha até ao século XVII. Por exemplo, no livro dos *Reconhecimentos de Azenha e São João no anno de 1623* (Arquivo da Universidade de Coimbra, III, 1^oD, 9-3-13) encontram-se diversas referências: «*estrada coimbrã que vaj pera o Porto*» (fl. 12v), «*estrada que vaj pera o Porto*» (fl. 35v), «*estrada coimbram*» (fl. 41v), «*caminho que vaj pera a estrada coimbram*» (fl. 63), etc.

revelado in loco a existência de um trecho das guias marginais de lages calcárias dessa estrada [romana, de Lisboa a Braga], no extremo sul da povoação de S. João da Azenha. Oxalá os habitantes as saibam conservar»⁵⁸. Estas guias marginais ainda se conservam, no sítio das Lavegadas. Junto à Lavoura de São João existiam diversas lages rectangulares da antiga calçada, hoje cobertas pelo asfalto, precisamente no ponto onde o pavimento mais se deteriora, devido à existência de nascentes de água.

Ainda neste troço, e por um espaço de mais de 500m, a estrada corre sem grandes variações, a uma cota de 20m, isto apesar das variações acentuadas das cotas dos terrenos circundantes. O desnível entre a estrada e os terrenos circundantes é, frequentemente, superior a meio metro, chegando a atingir, em alguns pontos, um metro e meio, facto que, tendo em conta os 5m de largura da estrada, evidencia um razoável esforço de construção. Convém notar que isto não pode ser trabalho recente porque a estrada real deixou de passar em São João da Azenha, em meados do século XIX. Finalmente, existia no sítio da Lavoura de São João um marco da altura de um homem que, diziam, seria um marco miliário romano. Todavia, o facto de ter secção rectangular leva a crer que seria um miliário mais recente⁵⁹. Todos estes vestígios são significativos, mas nada prova que sejam trabalho romano. Aliás, a própria povoação de São João da Azenha só se documenta no século XVI⁶⁰.

Em seguida, a estrada seguia para Avelãs de Caminho. O topónimo documenta a passagem do caminho ou estrada real. Aqui existia um paço onde os membros da família real em viagem podiam pernoitar. Dizem as inquirições de Dom Afonso II, de 1220: «*De Saa debent dare lignam Domino Regi [...] Homines de Auelanis de Jusanis debent mundare palacio Domini Regis*»⁶¹. Notar que os paços de Figueiredo e de

⁵⁸ José Rodrigues, «Anadia», *Aveiro e o seu Distrito*, n.º 21, 1976, p. 24-26.

⁵⁹ Há quase meio século foi utilizado no alicerce de uma casa. Nem a localização do marco, nem mesmo as suas dimensões, permitem pensar que fosse um marco de extrema entre antigos concelhos.

⁶⁰ Luís Seabra Lopes, «São João da Azenha. Um Espaço Rural em Evolução no Vale do Cértima», *Estudos Aveirenses*, n.º 1, 1993, p. 99-150.

⁶¹ Conde da Borralha, «Inquirições [...]», *op. cit.*, p. 290. Ainda assim era no século XVI. Diz o foral manuelino de Avelãs que os moradores estavam isentos de foros por «*serem amtigamente obrigados de alymparem o Paço homde ouuesemos de pousar e dauam aposesmamento aos nossos*» (*Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve*, Luís Fernando de Carvalho Dias (ed.), 1962, Estremadura, p. 203-204). O foral manuelino de Sangalhos, por seu lado, diz que alguns moradores de Sá eram «*obrigados a levar a lenha ao paço d'Avellas do Caminho a el Rey e seus filhos, quando hy vyerem*» (*idem*, p. 123-124).

Avelãs dividiam a estrada mourisca em três jornadas, isto é, três segmentos que podiam ser percorridos num dia⁶².

A estrada mourisca volta a aparecer citada em dois documentos bairradinos do século XII. Em 1101, serve de limite oriental ao desaparecido lugar de Morangos, portanto, na margem direita do Cértima. Em 1143, serve também de limite a Ancas, mas aqui passava na margem esquerda do rio, a ocidente de Mogofores.

Segundo o documento de 1101, a vila de Morangos confrontava a norte com Tamengos, a ocidente com Ventosa e a oriente, pela estrada mourisca, com Aguim⁶³. Este segmento de estrada veio a fazer parte da estrada real, que descia de Avelãs sempre paralela ao Cértima. Morangos e a estrada voltam a ser referidos em 1140 na carta de couto de Aguim⁶⁴. A carta refere uma *stratam antiquam* que, a norte de Morangos, seguia em direcção ao porto da Candeeira, no rio Cértima. Uma terceira estrada servia de limite ocidental ao couto: «*illam stratam ad Poldrin usque ad Mamulas Asinarum*». Penso que *Mamulas Asinarum* é uma rebuscada interpolação tabeliônica de Mamarrosa. Esta estrada deveria separar-se da estrada mourisca por alturas da Mealhada, seguindo depois para o litoral aveirense, por Mamarrosa⁶⁵, Ouca, Soza e Ílhavo. Aliás, um documento de 1095 coloca precisamente em Ílhavo uma «*viam colimbrianam*»⁶⁶.

⁶² Distâncias aproximadas: de Portugal a Figueiredo, 45 Km; daí a Avelãs de Caminho, 38 Km; de Avelãs a Coimbra, 32 Km.

⁶³ «*Uilla Moroganus qui est inter Almahala de Rei et Certoma, et strema illa villa per illo porto de Ventosa, et venit usque ad illa strada maurisca, et deinde per illo fontano que intra in Certoma. Ad oriente villa Aquilin, ad occidente villa Ventosa, ad aquilone villa Stamengus, ad affrica villa Canizales*» (DP 17).

⁶⁴ «*Per Montem Aureum cum Anadia, [...] deide uenit ad Çarnadelo diuidendo cum Vaccaricia, postea determinando per illam stratam cum Morogonus, et uadit per aliam stratam antiquam usque ad portum de Candenaíra, post hec uero quomodo uenit diuidendo cum Ventosa, deinde cum Arinios, per illam Vultureiram, quomodo uadit per illam stratam ad Poldrin usque ad Mamulas Asinarum, et diuidit cum Bolio et Villarino, deinde uadit ad Fornum Tegularum*» (LP 159/DR 179). O couto englobou, além da sede, os lugares de Tamengos, Horta e Mata.

⁶⁵ Ainda em 1658 as fundadoras do convento das Carmelitas de Aveiro, vindas a pé de Lisboa e tendo feito pausa em Coimbra e Cioga, terão deixado a estrada real por alturas da Mealhada, voltando a parar na Mamarrosa (António Capão, «Uma Página dos Meados do Século XVII (1658) sobre a Mamarrosa», *Boletim ADERAVE*, n.º 18, 1990, p. 67-68).

⁶⁶ LP 302.



Fig. 6 – A estrada mourisca da margem esquerda do Cértima

Vem a propósito lembrar que a estrada mourisca seguia aqui a directriz da estrada romana, pois, em 1856, foi encontrado, 1.508m a sul da Mealhada e na margem direita do Cértima, um marco miliário da milha XII, colocado no tempo de Calígula, em 39 dC.⁶⁷

Em 1143, Marinha Soares recebeu a herdade de Ancas das mãos de Dom Afonso Henriques⁶⁸. A linha de demarcação da herdade começava na fonte e sítio de Lanteiro

⁶⁷ D. Fernando de Almeida, *op. cit.*, p. 115.

⁶⁸ «Uilla que uocatur Enchas. In oriente quomodo diuidit cum Mogofores et cum Saa per unum fontem de Lodeiro quomodo uertit aquam, per illud suber forcatum et inde per illam stratam mauriscam, et inde per illa lacunam, et inde ad illos pozos, et inde ad aliam lacunam, et inde per illam stratam paruam que uadit ad Paredes, et inde ad illam lacunam de illa mamola quomod uertit aquam ad africanam et inde ad uiam Sancti Laurenti, et inde serat se per illum fontem Lotarii» (DR 201). Além da estrada mourisca, o documento refere duas vias de importância menor. A demarcação começou na fonte de Lanteiro, em direção ao norte, fez o circuito no sentido contrário ao dos ponteiros do relógio, e, quando estava a aproximar-se do limite sul, tomou uma estrada pequena que vinha de Paredes (*stratam paruam que uadit ad Paredes*: o documento diz «vai a Paredes», talvez por a

(o documento refere *fontem de Lodeiro*), junto ao lugar de São Mateus, descia à ribeira de Valbom (*vertit aquam*), subia ao Cabeço, onde havia um cruzamento de caminhos junto a um sobreiro (*suber forcatum*⁶⁹), e aí tomava a estrada mourisca.

Na sua extensa obra sobre as vias da Lusitânia, Mário Saa sugeriu que a estrada mourisca, vinda de Morangos, atravessava o Cértima, próximo de Mogofores, seguia por Portouro até Mamodeiro, e cruzava o Vouga em frente a São João de Loure⁷⁰. Passado o rio, a estrada mourisca tomava a direcção de Santa Maria da Feira, seguindo por Cristelo e São Vicente de Pereira. Para apoiar o traçado que propõe, o autor cita apenas dois documentos, em que alguma estrada é mencionada, aos quais também já me referi: o de Ancas e o de São Félix da Marinha, em Gaia. Ora, com tão poucos dados é impossível afirmar o que quer que seja sobre a passagem da estrada mourisca em São João de Loure.

No entanto, Mário Saa vai mais longe afirmando que esta estrada mourisca seguia de perto o traçado de uma via romana entre Eminio e Cale. Todavia, na época romana, o mar, através de uma extenso braço, chegava próximo do Marnel e de Fermentelos⁷¹.

demarcação estar a ser vista de Lanteiro). Deverá tratar-se do caminho que seguia pela Costa de Paredes em direcção a São Mateus e Mogofores. A demarcação de Ancas seguia, pois, por esta pequena estrada, passava perto de uma mamoa, que talvez seja o ponto mais alto da Costa de Paredes, com cota 96 m, e depois encontrava a *via Sancti Laurenti*, seguindo-a até Lanteiro. Esta segunda via deveria ser o caminho que fazia a ligação a Vale de Estevão, um lugar desligado da freguesia de São Lourenço do Bairro. Chamam-lhe agora «caminho do Vale do Adro» ou «caminho da Igreja».

⁶⁹ A palavra *forcatum* deverá relacionar-se com o Lat. *furca*, que transmitia a ideia de separação, e com as suas derivações *forca* e *bifurcação*. Portanto, *suber forcatum* deveria designar uma bifurcação (ou cruzamento) de caminhos junto a um sobreiro.

⁷⁰ Mário Saa, *As Grandes Vias da Lusitânia* [...], vol. III, p. 174-191.

⁷¹ Em poucas regiões do País terão o meio físico e a linha da costa sofrido tantas e tão radicais alterações ao longo dos tempos como aconteceu na região de Aveiro. Considera-se que, após o degelo dos glaciares, o nível dos oceanos terá subido gradualmente, cerca de 130m, até atingir o nível actual, por volta do ano 2000 a.C. (Oscar Ferreira, *Caracterização [...] da Linha da Costa entre Aveiro e o Cabo Mondego*, 1993, p. 39-42) Foi nessa época que uma extensa plataforma continental, entre Espinho e o Cabo Mondego ficou submersa, ao mesmo tempo que um longo braço de mar avançava desde Angeja e Cacia até Espinhel e Fermentelos, e era aí que desaguvavam, independentemente, os rios Vouga, Águeda e Cértima. Até ao século XII, a configuração da linha do litoral ter-se-á mantido mais ou menos assim. Em 1115, um breve do Papa Pascoal II, ao usar o rio Antuã para delimitar a diocese de Portugal, afirma que ele desagava directamente no Oceano: «[...] *per Montem Magnum ad Antoanum flumen, et per ipsum fluuium sicut descendit ad mare Oceanum*» (*Censual* [...], p. 2). Hoje, o Antuã tem a sua foz na Ria de Aveiro. Em 1078, existiam marinhas na povoação de Rio Seco, perto de Fernelã: «*in uilla que dicent Riu Siccu, [...] inter uilla que dicent Fernelana, et uilla que uocitant Kanellas, [...] prope litore maris, [...] et cum suas marinas*» (DC, 557). Merece reservas a referência a salinas em Alquerubim num documento de 1059 («*Et inter Durio et Colimbrie, prope flumen Vauga, villa Alcaroubim integra, et cum sua prestancia, et cum salinas*», DC 420). Mais segura é a referência, em 1282, ao topónimo Salinas, hoje Solimas, em São João de Loure (Joaquim da Silveira,

Em São João de Loure a largura desse braço não ficaria longe dos 1000 m, pelo que a travessia só seria possível de barco. As condições para a travessia do Vouga junto ao Monte Marnel foram sempre superiores, de longe, às que se poderia disfrutar em São João de Loure.

Alguns elementos materiais e toponímicos no termo de Sangalhos terão induzido em erro Mário Saa. Julgou o autor que os topónimos Lagoa da Estrada, Vale da Estrada e Portouro marcavam a continuação da estrada mourisca de Ancas. Na Lagoa da Estrada, próximo da Fogueira, foram mesmo encontrados restos de calçada. Pelo Vale da Estrada se alcançava a muito antiga ponte de Portouro, sobre o rio Levira, destruída em 1876⁷².

Porém, o arqueólogo ignorava que todos estes elementos se deveriam associar a uma estrada de ligação entre a Beira Alta e o litoral aveirense. Com efeito, fazendo esta estrada a travessia do Cértima por uma ponte entre Avelãs de Caminho e Casal da Rua, e tendo a ponte sido destruída por umas cheias, em 1647, fez-se uma petição, no sentido de a reconstruir, de que consta o seguinte: «[...] *que na dita villa [de Avelãs] ha hum rio, que chamam Sertoma, que deve os conselhos de Avelans e Sangalhos, onde havia huma ponte antiga, que chamavam do Casal da Rua, per d'onde avia passagem e estrada publica, assim de toda a Beira para Aveiro, Porto e Viana, como também pera a mor parte das fazendas dos moradores da dita villa de Avellans [...]*»⁷³.

Quem estivesse em Avelãs de passagem para Porto ou Viana, seguia pela estrada real, e, portanto, não precisava de passar pela ponte do Casal da Rua. Assim, o acesso a Porto e Viana, que o documento refere, deveria fazer-se por mar a partir de Aveiro.

A estrada descia da Beira Alta por Mortágua, Algeriz, Vale da Estrada, Vale d'Avim, Moita, Carvalhais e Avelãs de Caminho. Aqui, cruzava o rio para o Casal da Rua, povoação que lhe deve o nome. O Casal, tendo aparecido referido logo em 1220 nas inquirições de Dom Afonso II⁷⁴, acabou por desaparecer no século XIX. A estrada subia a encosta até Sá e descia por Paraimo, Lagoa da Estrada e Vale da Estrada até

«Inquirição na Terra de Vouga em 1282», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. IX, p. 81). Finalmente, o portulano de Petrus Visconti, publicado no século XIV, embora provavelmente baseado em informações não actualizadas, ainda assinala a reentrância marítima. Um longo processo de assoreamento acabou por formar o cordão litoral, fazendo recuar a linha da costa e produzindo a Ria de Aveiro.

⁷² Augusto de Pinho Leal, «Sangalhos», *Portugal Antigo e Moderno*, vol. VIII, 1878, p. 391.

⁷³ Luís Seabra Lopes, «A Propósito da Ponte do Casal da Rua. Contributo para o Estudo das Vias Antigas no Concelho de Anadia», *Água Nativa*, n.º 7, 1994, p. 56. Este trabalho contém alguns erros no que diz respeito à identificação do traçado da estrada mourisca.

⁷⁴ Conde da Borralha, «Inquirições [...]», *op. cit.*, p. 290.

Portouro, onde cruzava o rio Levira. Na continuação, acabaria por se juntar, talvez em Bustos, com a estrada que, como se referiu, vinha da Mealhada e Mamarrosa com destino a Aveiro.

A passagem da estrada coimbrã pela Bairrada documenta-se pela primeira vez na carta de doação da vila de Mogofores, feita em 1226 por Dom Sancho II, em favor de João Dias e esposa⁷⁵. No limite oriental da vila, já na margem direita do Cértima, existiam uns marcos de memória ou memoriais que ficavam junto à estrada coimbrã na confrontação com Arcos: «*mormourais circa stratam coimbranam*». A ocidente de Mogofores, na confrontação com Ancas, a carta refere uma estrada velha (*estratam veteram*):

«et deinde quomodo dividit cun Sancto Laurentio et cum Encas dividit per medium de Barrio de Alvito, sub portela de Encas, quomodo vadit per valem ad infestum ad stratam veteram [...] et deinde quomodo vadit ad mamoa de Valle de Estephano, sub mamoa de Fonte Putre».

O sítio do Barrio de Alvito deve ser o que ainda hoje chamam Barrio, entre a ribeira de Valbom e o cruzamento do sobreiro, que o documento de Ancas refere (*suber forcatum*). O sítio da Fonte Podre fica junto ao caminho que vai para o Paraimo, 1.000m a norte do cruzamento do sobreiro. Assim, tudo indica que a estrada velha seria a mesma a que, ainda em meados do século anterior, chamavam mourisca. Mais ainda, chamavam-lhe velha por oposição à coimbrã, que entretanto teria passado a ser mais usada.

⁷⁵ José Rodrigues, *O Couto de Aguiç. Subsídios para a sua História*, 1959, p. 187.

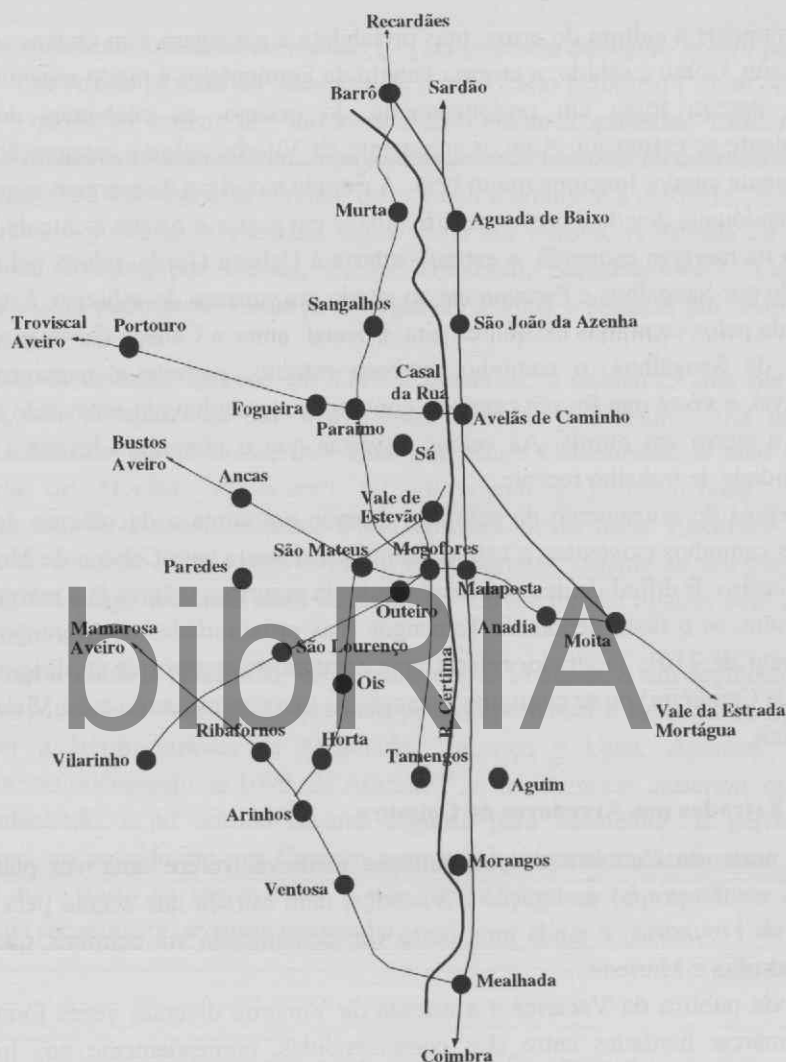


Fig. 7 – Estradas no vale do Cértima

A confusão em que caiu Mário Saa, referida acima, ilustra bem a complexidade destes assuntos. Na Bairrada, o curso do rio Cértima deverá ter causado frequentes mudanças de rumo na principal via de ligação entre as cidades romanas de Cale e Emínio, representadas na Idade Média por Portugal e Coimbra.

Qual seria, afinal, o traçado da velha estrada mourisca da margem esquerda do Cértima? Penso que, depois de Barrô, ela cruzaria o Cértima na direcção do Cercal. Actualmente, esta zona fica inundada na estação das chuvas, o que possibilita

inclusivamente a cultura do arroz, mas inviabiliza a passagem. Em épocas antigas não seria assim. Como é sabido, a própria Pateira de Fermentelos é muito recente. Se ainda hoje a Pateira fosse um prolongamento do oceano, as enchentes do Cértima rapidamente se escoavam. Aqui, o argumento de Viterbo sobre a estagnação dos rios, inicialmente citado, funciona muito bem. A estrada mourisca da margem esquerda teria sido abandonada devido à crescente dificuldade em passar o rio em frente de Barrô.

Já na margem esquerda, a estrada subiria à Cabeça Gorda, talvez pela Murta⁷⁶, seguindo por Sangalhos e Paraimo até ao citado cruzamento do sobreiro. Esta hipótese é apoiada pelos caminhos existentes. Em especial, entre a Cabeça Gorda e o início do casario de Sangalhos, o caminho, embora estreito, permite a passagem de um automóvel, e vê-se que foi um caminho construído, tendo havido escavação em alguns pontos e aterro em outros. As velhas oliveiras que o marginam levam a excluir a possibilidade de trabalho recente.

Depois do cruzamento do sobreiro, e tendo em conta o documento de Ancas e ainda os caminhos existentes, a estrada mourisca seguiria pelo Cabeço de Mogofores e pelo Cruzeiro. É difícil de determinar se a estrada mourisca voltava já à margem direita do Cértima, se o fazia depois de Tamengos (nas proximidades de Morangos, onde o documento de 1101, já citado, referiu uma *stratam antiquam* que se dirigia ao porto fluvial da Candieira) ou se continuava sempre na margem esquerda até à Vimieira e daí a Coimbra.

5. Estradas nos Arredores de Coimbra

A norte de Coimbra a documentação medieval refere uma via pública (*uia publica*, *via de strada*) de ligação à Vacariça, uma estrada que seguia pela Vimieira (*strada de Viminaria*) e ainda uma outra via, denominada via coimbrã, que passava entre Pedrulha e Murtede.

A via pública da Vacariça e a estrada da Vimieira diversas vezes foram usadas para demarcar herdades entre elas compreendidas, nomeadamente nos lugares de Marmeleira e São Martinho de Pinheiro⁷⁷. De acordo com um documento de 1095, a bifurcação destas duas estradas devia ocorrer no lugar dos Fornos (*forno tegulario*):

⁷⁶ Apesar de pequeno, este lugar teve igreja logo em 1199 (LP 237).

⁷⁷ Por exemplo, em 1103: «*hereditate [...] in territorio Colimbrie iuxta uilla que uocitant Marmeleira, cuius terminos sunt isti: In oriente uia publica que uadit in Uacarizam. In occidente, similiter uia de Uimeneira. Ad septentrionem, uilla [sic] de Arias Menendit [...]*» (LP 40). Uma herdade situada em São Martinho de Palhais, hoje São Martinho de Pinheiro, tinha em 1090 as mesmas confrontações: «*hereditate [...] in territorio de Colimbrie, iuxta uilla que est de Arias Menendiz, Sancto Martino de Paliales, cum suis terminis: in oriente via publica que Vacarizam. In occidente via de Vimearia. Ad septentrionem villa de Arias Menendiz per illa Via Cova [...]*» (LP 255/DC 741). As

«*Sanctus Martinus de Paliæ [...]* ad orientem quomodo spartit per illa via de strada et vadit ad illum fontem de illo forno tegulario [...] ad occidentem quomodo spartit per illa strada de Viminaria quomodo vadit per illum montem et descendit ad illum fontanum unde primitus incoavimus»⁷⁸.

Ou seja, as duas estradas serviam de extrema a oriente e a ocidente, convergindo as extremas, e portanto as estradas, numa fonte em Fornos. A estrada da Vimieira seguiria de Coimbra por Fornos, Cioga, Treixomil, Sargento-Mor⁷⁹, Carquejo e Lindiosa. A via pública da Vacariça divergia em Fornos e seguiria por Marmeleira e Pampilhosa.

Uma via coimbrã aparece em 1119 a demarcar, a ocidente, uma herdade em Prevedes, vila desaparecida que ficava entre Murtede e Pedrulha: «*Ex uno latem quomodo diuiditur cum Mortede, per viam que tangit Colimbriam, et ferit per uiam que uenit de Mortede et occurrit ad Pedruleam [...], discurrante ad uiam Colimbrianam*»⁸⁰. No seu traçado, a via coimbrã devia tocar Enxofães e Pisão, convergindo antes de Fornos com as outras duas estradas. Quanto ao seu traçado para norte, não me surge nenhuma ideia interessante. Talvez tivesse ligação com a estrada mourisca de Ancas.

De notar ainda a referência, no documento de Murtede, a um segmento de via, que ligava Murtede à Pedrulha, e que bem poderia pertencer a uma via de ligação de Montemor à Beira, através de Mealhada, Vacariça e Luso. Aparece, também, referência, em documento de 1099, de Arazede⁸¹, a uma *stradam maiorem*, que seguia para Cantanhede, e no sentido inverso seguiria para Montemor. É perfeitamente natural que, no período em que Coimbra esteve sob domínio mourisco (até 1064), o principal eixo viário da região fosse o que ligava Montemor, praça forte cristã na fronteira da reconquista, ao norte peninsular.

herdades de que tratam estes dois documentos devem ser a mesma. Em 1124, refere-se uma herdade próxima de São Martinho, mas a oriente da estrada da Vacariça, que passava na Marmeleira «*hereditate [...] in Sancto Martino de Paliæ, toto ipso barrio que est sub ipsa strada [...] ad occidente illa strata que vadit ad illam Marmeleiram [...]*» (LP 378).

⁷⁸ LP 174.

⁷⁹ A ligação directa de Fornos a Sargento-Mor, que hoje se utiliza, sem passar por Cioga, é recente. Na já referida caminhada em direcção a Aveiro, em 1658, as freiras carmelitas, tendo feito pausa em Coimbra, voltaram a parar em Cioga (Capão, *op. cit.*, p. 67-68).

⁸⁰ LP 100. Sobre a localização de Prevedes, ver ainda LP 175 e LP 16.

⁸¹ Diz: «*hereditate que [...] uadit ad illam stradam maiorem que uadit pro ad Cantonied*» (LP 108).

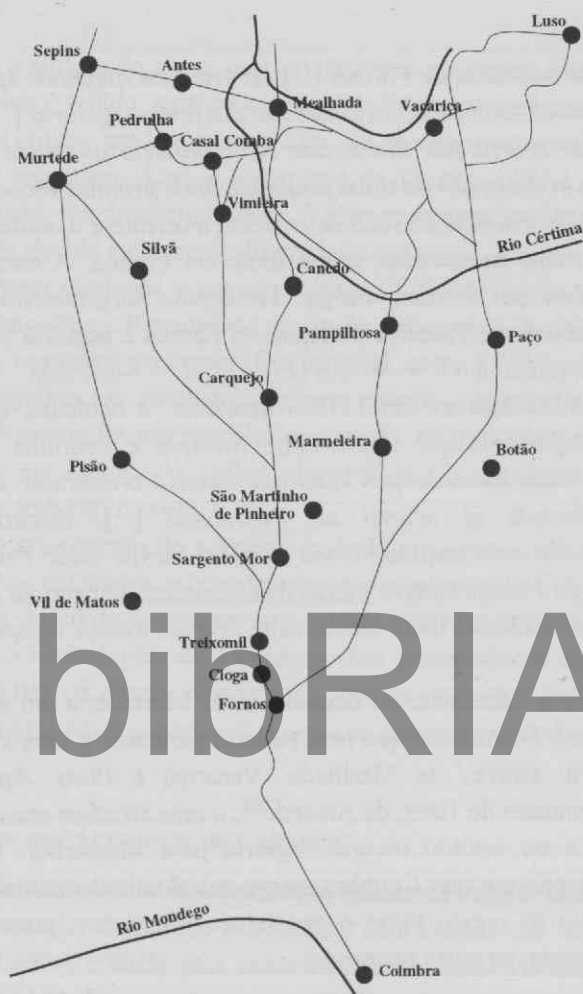


Fig. 8 – Estradas nos arredores a norte de Coimbra

Na documentação da região a norte de Coimbra aparecem diversas outras referências a estradas, vias e carrarias que nada acrescentam ao que fica dito⁸². Parece,

⁸² Em documento de 968 de Vilela: «uinea que abemus in Fonte Auria, de uma parte ipsa fonte, et de alia parte carrale que discurrat ad Ciuitas Conimbrie» (DC 95). Em documento de 973: «des ille ribulo de Albiaster, et perge per ille lombo de ille monte, quomodo exparte inter Creixemiris et Salas, et traue illa karraria que uadit ad illa Marmeleira, usque fer in illa karraria de illa Uimenaria, et perget per Sancto Martino de Paliars [...]» (DC 106). Em documento de Botão: «et diuidet cum Marmeleira per illo kasal de Olpinos, et perge ad illa strada que discurrat iuxta Oleaster, et perge illa strada usque in illo ribulo [...]» (DC 240). Em documento de 1190 de Vila Mendiga: «In occidente uia. In affrico uia et [...]» (LP 11).

pois, que de Coimbra saíam três estradas para o norte. Coincidiam até Fornos, e depois seguia uma por Murtede, outra pela Vimieira e outra pela Vacariça. Tendo Coimbra estado durante muito tempo na fronteira da reconquista, uma vez sob domínio cristão, e outras sob domínio árabe, é natural que aqui não se falasse de estrada mourisca. A estrada mourisca, assim chamada por levar à terra de mouros, estava a chegar ao seu destino. Chamavam-lhe estrada da Vimieira. Mais tarde a estrada real coincidiu em boa parte com a estrada da Vimieira. Desviava-se dela no lugar do Carquejo, indo cruzar o Cértima em Viadores. Na Idade Média, a estrada mourisca, vinda de Morangos, cruzaria o Cértima um pouco a sul da Mealhada, em frente a Casal Comba.

6. Conclusão

A rede viária de uma região é uma das manifestações mais interessantes do seu tecido económico. Através dela se movimentam as pessoas, se obtêm os bens necessários e se escoam as produções excedentárias. Ao longo do tempo, a rede viária vai reflectindo as alterações geomorfológicas, económicas e políticas, a formação dos grandes centros e a desertificação de outros, etc. Daí a importância do seu estudo.

Neste artigo apresentou-se um estudo global sobre a estrada medieval de ligação entre as cidades de Portugal e Coimbra, a que chamavam estrada mourisca. Ao contrário do que se tem escrito, o nome apenas indicaria a direcção que a estrada tomava, isto é, para a fronteira da reconquista, para a terra dos mouros. Quando os mouros recuaram para sul, a estrada passou a chamar-se coimbrã, porque levava a Coimbra. Também lhe foram chamando estrada real, o nome mais usado a partir do século XVIII. De perto a segue hoje a estrada nacional N°1. Todas estas estradas seguem a directriz da velha estrada romana, cujo traçado exacto, se existiu apenas um, está ainda por determinar. Para este estudo procurei reunir o maior número possível de referências documentais, conjugando-as com os vestígios que encontrei no terreno ou que a literatura regista. Foi feito algum esforço de localizar no terreno a toponímia referida nos documentos antigos.

Desde a época dos romanos que a directriz da estrada era mais ou menos rectilínea, e oscilava entre três pontos fixos, aqueles em que com maior vantagem se passavam os rios principais: o Douro entre Porto e Gaia, o Vouga junto ao Monte Marnel e o Mondego em Coimbra. Um dos principais factores de oscilação do traçado era o vale do Cértima. Na Idade Média a estrada mourisca documenta-se em ambas as margens deste rio, documentando-se também outras estradas que seriam itinerários alternativos. Mais ao norte, entre Souto Redondo e Pedroso, documentam-se incidentalmente duas estradas. Uma delas, que seguiria por Fiães, talvez corresponda à

velha estrada romana, que terá sido abandonada na altura em que Lancobriga perdeu importância. Apesar de algumas dúvidas, o traçado da estrada mourisca foi, em boa parte, esboçado. Convém, no entanto, notar que, devido à interpolação sempre envolvida neste tipo de estudos, mesmo o que me pareceu mais seguro, poderá vir a não se confirmar.

Muitos dos vestígios de estradas conhecidos poderão não ser romanos, como tradicionalmente se tem pensado, mas sim medievais. Alguns deles foram encontrados em locais onde, inicialmente, talvez não passasse a própria estrada mourisca (por exemplo a ponte de Águeda e calçadas em Sardão e São João da Azenha). Por outro lado, a confirmar-se a localização de Lancobriga em Fiães, também poderão não ser romanos os restos de calçada ainda existentes entre Lourosa e Souto Redondo.

bibRIA

7. FONTES E BIBLIOGRAFIA

7.1. Fontes

BORRALHA, Conde da (1936) – «Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. II, p. 243-244 e p. 285-291.

Censual do Cabido da Sé do Porto (1924) – Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto (ed.), Imprensa Portuguesa.

Documentos Medievais Portugueses. Documentos Particulares A.D. 1101-1115 (1940) – Lisboa: Academia Portuguesa de História (ed.).

Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios A.D. 1095-1185 (1958) – Lisboa: Academia Portuguesa de História (ed.).

Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve (1962) – Luís Fernando de Carvalho Dias (ed.), Lisboa.

Livro Preto da Sé de Coimbra (1977-79) – Avelino de Jesus da Costa (ed.), Coimbra: Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra.

LOPES, Fernão (1897) – *Chronica de El-Rei D. João I*, Lisboa: Biblioteca de Clássicos Portugueses.

Portugaliæ Monumenta Historica. Diplomata et Chartæ (1867) – Alexandre Herculano de Carvalho Araújo (ed.), Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa.

RIBEIRO, João Pedro (1860) – *Dissertações Chronológicas e Críticas*, Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, t. I.

SILVEIRA, Joaquim da (1944) – «Inquirição na Terra de Vouga em 1282», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. IX, p. 82.

7.2. Bibliografia temática

ALMEIDA, F. (1956) – «Marcos Miliários da Via Romana Aeminium-Cale», *O Arqueólogo Português*, vol. III (nova série), p. 111-116.

ALMEIDA, J. (1945) – *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, vol. I: *Distritos de Guarda, Castelo Branco e Viseu*, Lisboa.

ALMEIDA, J. (1946) – *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, vol. II: *Distritos de Aveiro, Coimbra, Leiria e Santarém*, Lisboa.

- AREDE, J. D. (1938) – «Estradas Romanas no Distrito de Aveiro», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. IV, p. 25-35.
- BAPTISTA, A. S. Sousa (1948) – «Estradas Romanas no Concelho de Águeda», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XIV, p. 3-22.
- BAPTISTA, A. S. Sousa (1950) – «A Calçada Romana das Bemfeitas», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XVI, p. 276-281.
- BAPTISTA, J. S. Sousa (1942) – «Vestígios de Vias Romanas no Concelho de Águeda», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. VIII, p. 93-98.
- LOPES, Luís Seabra (1994) – «A Propósito da Ponte do Casal da Rua. Contributo para o Estudo das Vias Antigas no Concelho de Anadia», *Aqua Nativa, Anadia*, nº 7, p. 51-56.
- MANTAS, V.G.S. (1990) – *A Rede Viária do Convento Escalabitano*, Saragoça.
- MATOS, A. (1937) – «As Estradas Romanas no Concelho de Gaia», *Brotéria*, Lisboa, vol. 24, p. 660-679.
- OLIVEIRA, M. (1943) – «De Talábriga a Lancóbriga pela Via Militar Romana», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. IX, 1943, p. 44-68.
- SAA, M. (1960) – *As Grandes Vias da Lusitânia. O Itinerário de Antonino Pio*, t. III.

7.3. Bibliografia geral

- ALARCÃO, Jorge (1991) – *O Domínio Romano em Portugal*, 2ª ed., Lisboa: Publicações Europa-América.
- AREDE, J. D. (1922) – *Cucujães e Mosteiro com seu Couto nos Tempos Medievais e Modernos*, Famalicão: Typ. «Minerva».
- AREDE, J. D. (1944) – «Identificação do Rio Antuã e do seu Afluente Rio Ul», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. X, p. 269-294.
- AREDE, J. D. (1935) – *Breve Notícia Histórica da Freguesia e Vila do Couto de Cucujães*, Cucujães: Museu Arqueológico e Etnológico de Cucujães.
- BORRALHA, Conde da (1938) – «Águeda (Uma Transcrição Necessária)», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. IV, p.309-313.

- BORRALHA, Conde da (1939) – «O Hospital de Águeda (Apontamentos para a sua História)», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. V, p. 119-126.
- CAPÃO, A. (1990) – «Uma Página dos Meados do Século XVII (1658) sobre a Mamarrosa», *Boletim ADERAVE*, Aveiro, p. 67-68.
- CORRÊA, A. A. Mendes (1924) – «Nótulas Arqueológicas», *Revista de Estudos Históricos*, nº. 1-2, p. 87-97.
- FERREIRA, O. (1993) – *Caracterização dos Principais Factores Condicionantes do Balanço Sedimentar e da Evolução da Linha da Costa entre Aveiro e o Cabo Mondego*, Dissertação de Mestrado em Geologia Económica e Aplicada, Universidade de Lisboa.
- GONÇALVES, A. Nogueira (1959) – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona-Sul*, Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, vol. VI.
- GONÇALVES, A. Nogueira (1981) – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona-Norte*, Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, vol. X.
- LEAL, A. Pinho (1878) – *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa: Mattos Moreira & Ca.
- LOPES, Luís Seabra (1993) – «São João da Azenha. Um Espaço Rural em Evolução no Vale do Cértima», *Estudos Aveirenses*, nº1, p. 99-150.
- MADAIL, A. G. Rocha (1941) – «Estação Luso-Romana do Cabeço do Vouga», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. VII, p. 227-258, 313-369.
- MATTOSO, J.; KRUS, L. e ANDRADE, A. (1989) – *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*, Lisboa: Editorial Estampa.
- PINHO, A. (1944) – *Albergaria-a-Velha e o seu Concelho*, Aveiro: Tipografia do Vouga.
- RODRIGUES, J. (1959) – *O Couto de Aguiçim. Subsídios para a sua História*, Anadia: Cisial.
- RODRIGUES, J. (1976) – «Anadia», *Aveiro e o seu Distrito*, nº 21, p. 24-26.
- SÁ, M. F. (1939) – *Santa Maria de Fiães da Terra da Feira. Subsídios para a sua História*.

VITERBO, J. Santa Rosa de (1966) – «Estrada Mourisca», *Elucidário das Palavras Termos e Frases*, Lisboa: Edição Crítica de Mário Friúza, vol. II, p. 234.

bibRIA

OS PORTUGUESES E O TRATADO DE UNIÃO EUROPEIA**

Em Portugal existem diversos projectos sobre o relacionamento deste Estado com os outros Estados. Esses projectos, apesar de actualmente não apresentarem alternativas eficazes ao projecto europeu, possuem aspectos que perduram em alguns sectores da sociedade, em bastantes trabalhos científicos e em muitos discursos políticos. Basta recordar o «Projecto Ibérico» e o plano «Comunidade Afro-Atlântica», para compreender esta verdade. As teorias sobre o «Atlântico-Africanismo» e o «Universalismo Português» permanecem ligadas às teses sobre a «especificidade do carácter português», a «identidade nacional» e o «papel de Portugal no projecto europeu».

Algumas análises sobre o «relacionamento de Portugal com a Europa» e «as raízes europeias de Portugal» apresentaram esse relacionamento e essas raízes como uma «fatalidade histórica», alicerçada em afinidades geográficas, humanas e históricas. Paralelamente ao «destino europeu dos portugueses» surgiu e perdurou em Portugal a «resistência histórica à Europa», expressa especialmente no «voltar as costas ao Continente Europeu». Por isso, a adesão político-institucional de Portugal à Comunidade Europeia foi acompanhada de algumas dificuldades e foi concretizada bastante tarde – 1 de Janeiro de 1986.

Nesta Comunicação incido sobre a posição dos Portugueses frente ao Tratado de Maastricht (Fevereiro de 1992 – Junho de 1994). Por isso, recorro à ignorância da população acerca da União Europeia e insisto sobre a atitude das pessoas relativamente

* Professor Associado com Agregação, Director do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais e Director do Curso de Relações Internacionais, Económicas e Políticas da Universidade do Minho.

** Comunicação apresentada durante as *Troisièmes Journées d'Études Jean Monnet* sobre «Du déficit démocratique à l'Europe des citoyens», realizadas na Universidade do Namur (Bélgica) de 7 a 9 de Julho de 1994.

ao tratado em análise. Esclareço este assunto apresentando algumas sondagens de opinião, algumas conclusões por distrito, obtidas durante a iniciativa «Um Olhar Europeu» realizada em 1994, afirmações de alguns líderes partidários (às vezes candidatos ao Parlamento Europeu: Junho de 1994) e alguns aspectos inseridos nos programas de alguns partidos políticos.

I. A ignorância da população acerca da União Europeia

O relançamento do debate sobre a «construção Europeia» foi imposto pela conjuntura. De facto, afirmou o Comissário Europeu, João de Deus Pinheiro, a ratificação do Tratado de Maastricht empurrou os Europeus a analisarem e a discutirem assuntos até então circunscritos a círculos reduzidos (universitários, políticos, governantes, etc.). O receio sobre a Comunidade alastrou na opinião pública e o debate sobre a União Europeia fez surgir forças que exigiram a participação na construção de uma Europa mais adaptada às aspirações dos europeus¹.

Em Portugal, a formação sobre a União Europeia ainda não atingiu o nível indispensável e a ignorância da população sobre este assunto é quase geral. Em 1992, uma sondagem de opinião mostrou que, nesse ano, 53% das pessoas interrogadas ignorava completamente o Tratado de Maastricht (47% afirmou que conhecia o Tratado)². Apesar disto, basta ler o documento referido, «Um Olhar Europeu», para compreender que a realidade é mais grave do que a sondagem indicou. De facto, os relatórios dos representantes dos distritos apresentados nesse documento foram quase unânimes sobre esta questão. Na verdade, para o relator do distrito de Aveiro, a Comunidade Europeia é uma super-estrutura desconhecida que governa de forma distante. Este quadro, confuso e complexo, com processos mal compreendidos pelo cidadão comum, aparece como uma super-estrutura tecnocrática. A Europa – continuaram os representantes do Distrito de Castelo Branco – é uma realidade muito ignorada por inúmeros cidadãos. Este desconhecimento dos portugueses foi confirmado pelos relatores dos distritos de Leiria, Viana do Castelo, Braga, Guarda, Lisboa e Porto³.

De facto, repetiram alguns jornais, a Europa, para a generalidade dos cidadãos, é um assunto maçador, não atrai a maioria da população! Carece do apoio eficaz (dos

¹ João de Deus Pinheiro (1994) – *Informação, Comunicação, Transparência*, Bruxelas: Direcção-Geral Informação, Comunicação, Cultura e Audiovisual, p. 2-3.

² *Expresso*, 16.05.1992; *Diário de Notícias*, 10.05.1994, p. 6.

³ *Um Olhar Europeu* (1994), Amadora: Arte 2, Comunicação Gráfica e Arte, L^{da}, p. 14-15, 19, 25-26, 41, 44-45, 47, 58, 67-68.

organismos oficiais) e nem as instituições comunitárias informam convenientemente os cidadãos dos Estados-Membros⁴.

II. Algumas sondagens de opinião sobre «os Portugueses e o Tratado de Maastricht»

Recordo algumas sondagens de opinião realizadas em 1992, 1993 e 1994 sobre Portugal e o Tratado de Maastricht.

1. Em 1992, 60% dos portugueses pronunciou-se a favor do Tratado de União Europeia e 25% disse que não possuía opinião sobre o assunto. Nessa ocasião, o Tratado de Maastricht foi defendido por 69% do eleitorado socialista (PS), 62% do eleitorado social democrata (PSD), 55% do eleitorado centrista (CDS), e 31% do eleitorado da CDU (32% deste eleitorado pronunciou-se contra o Tratado).

Os Portugueses indicaram as suas vontades da forma seguinte: 15% pronunciou-se contra a ratificação do Tratado e 74% reclamou o referendo sobre o assunto. No dia 23 de Maio de 1992, o *Expresso* afirmou que, nesta data, mais de 70% dos portugueses era favorável à ratificação do Tratado, mas 60% queria submeter a questão a referendo. Nesse dia, esta solução foi exigida por 79% dos eleitores do PS, 73% dos eleitores do PSD, e 34% dos eleitores do CDS (35% dos eleitores destes eleitores opôs-se ao referendo; 31% não expressou opinião)⁵.

2. Em 1993, 64% das pessoas interrogadas (70,6% com a idade compreendida entre 18-34 anos) afirmaram que os portugueses deviam ter sido consultados (através do referendo) quando o governo integrou Portugal na Comunidade Europeia; 71,3% dos inquiridos, pertencentes à Grande Lisboa, gostavam de ter sido ouvidos sobre este assunto, e 56,7% dos interrogados pertencentes ao Grande Porto também defendeu esta opinião.

Unicamente 22,7% dos portugueses inquiridos afirmou que Portugal devia ter aderido à Comunidade Europeia na data e nas condições existentes quando aderiu.

As mulheres expressaram o descontentamento mais profundo (apenas 17% das mulheres respondeu afirmativamente à questão colocada); 29,6% dos homens inquiridos respondeu positivamente.

Em 1993, os Portugueses viviam melhor do que em 1986, quando Portugal aderiu à Comunidade Europeia. De facto, de entre as pessoas interrogadas 50,3% respondeu afirmativamente, 57% dos portugueses inquiridos afirmou positivamente, e 44,8% das mulheres também respondeu no mesmo sentido.

⁴ *Diário de Notícias*, 10.05.1994, p. 6; *Diário de Notícias*, 30.05.1994, p. 13.

⁵ *Expresso*, 16.05.1992; *Expresso*, 23.05.1992, p. 29R.

Apesar do afirmado, 24,3% das pessoas inquiridas disse que, em 1993, vivia como em 1986, e 21% declarou que nesse ano vivia pior do que em 1986.

Em 1993, 41,4% das pessoas interrogadas afirmou que Portugal devia abandonar a Comunidade Europeia. Os defensores mais aguerridos da saída de Portugal da UE possuíam mais de 54 anos (46,9%) e residiam no Grande Porto (45,5%) e na Grande Lisboa (38,2%).

Das pessoas inquiridas, 42,4% disse que Portugal devia continuar na Comunidade, 55,3% afirmou que acreditava no futuro da Comunidade (64,7% destas pessoas possuía entre 18 e 34 anos), e 33% declarou que não vislumbrava o êxito da UE. Em todo o caso, 59,6% dessas pessoas expressou-se contra uma Europa Federal (18,1% mostrou-se favorável a esta Europa)⁶.

3. Em 1994 desapareceram muitas incertezas. De facto:

3.1. No dia 5 de Março, os jornais afirmaram: «A partir de agora, e até 1999, Portugal vai receber 3.250 milhões de contos da União Europeia, ou seja, 542 milhões de contos por ano, ou 45 milhões de contos por mês, ou 1 milhão e 485 mil contos por dia, ou 62 mil contos por hora, ou 1.033 contos por minuto»⁷.

3.2. Os portugueses pareceram satisfeitos pelos benefícios recebidos da Comunidade e manifestaram-se maioritariamente favoráveis à União Europeia. No ano em estudo, o total das pessoas interrogadas defensoras de «Portugal beneficiado por pertencer à União Europeia» subiu para 65%, apenas aproximadamente 26% afirmou que Portugal não estava a ser beneficiado, 53% dos eleitores do CDS/PP indicou aspectos positivos inerentes à pertença de Portugal à União Europeia (unicamente 36% destes eleitores recordou apenas aspectos negativos). O eleitorado comunista atacou a opinião geral (60% pronunciou-se contra e 32% pronunciou-se a favor), 29% dos eleitores urbanos e 23% dos eleitores rurais afirmaram que Portugal estava a ser prejudicado por pertencer à União Europeia⁸.

⁶ Sondagem realizada pela Norma/Gallup à população de Lisboa e Porto com idade superior a 18 anos e telefone. A amostra incluiu 300 indivíduos. A informação foi recolhida durante uma entrevista telefónica alicerçada no questionário estruturado no dia 20 de Outubro de 1993. Para o grau de confiança de 95%, a margem de erro é de 5,6% (Cfr. *Semanário*, 23 de Outubro de 1993, p. 6).

⁷ *Expresso*, 5.03.1994, p. 14.

⁸ Sondagem efectuada entre os dias 28 de Fevereiro e 2 de Março de 1994. O universo foi constituído por eleitores do Continente residentes com alojamento e telefone. A amostra foi de 501 indivíduos entrevistados telefonicamente e distribuídos regionalmente da forma seguinte: Litoral Norte: 125, Grande Porto: 67, Interior Norte: 57, Litoral Centro: 73, Grande Lisboa: 122, e Interior Sul: 57. A amostra foi retirada de um ficheiro onde constava a região, o *habitat*, o sexo e a idade. A margem de erro absoluto, quando extrapolada para o universo, foi, aproximadamente, 4,4% para o grau de probabilidade de 95%. A sondagem foi realizada por Euro-Expansão e a análise dos resultados foi efectuada pelo *Expresso* (Cfr. *Expresso*, 5.03.1994, p. 14).

Em Maio, 58% dos inquiridos afirmou que Portugal estava a ser beneficiado por ter aderido à União Europeia, 32% dos interrogados disse que os portugueses estavam a ser prejudicados, e 10% manifestou que não sabia⁹. Em Junho, 41,5% das pessoas interrogadas considerou «boa» a pertença de Portugal à União Europeia, 11,8% disse que essa adesão era «má», 5,7% afirmou que a adesão era «muito boa», 2,8% declarou precisamente o contrário, e 22,2% indicou que essa adesão «nem era boa nem má»¹⁰.

Apesar disso, em Abril, um colóquio realizado em Braga pela ADERE-Minho, defendeu que a Região do Minho, após a entrada de Portugal na Comunidade Europeia, comparativamente à média nacional, retrocedeu¹¹, e, escreveram aproximadamente na mesma data os autores de «Um Olhar Europeu», «o Nordeste Português está cada vez pior», e «a qualidade de vida das populações rurais diminuiu muito». De facto, disseram os representantes do Distrito de Setúbal, «a esmagadora maioria da população do distrito está convencida que a grossa fatia das somas astronómicas chegadas diariamente a Portugal, desaparece sem atingir o seu objectivo, sem favorecer o desenvolvimento e fortalecer a economia portuguesa»¹².

3.3. A sondagem publicada no *Público* de 2 de Junho de 1994 apresentou os resultados seguintes:

3.3.1. 40% rejeitou os «Estados Unidos da Europa» com um Governo Federal. 18% apoiou esta União Europeia. O «sim» a favor do federalismo foi mais elevado entre as mulheres do que entre os homens, prevaleceu na faixa etária entre os 35 e os 54 anos e surgiu sobretudo nas classes superiores. Apesar disto, estas classes também apresentaram a maior percentagem de opositores ao federalismo. A explicação é simples: o número elevado de respostas «Não Sei/Não Respondo», dos estratos sociais inferiores reduziu o «Sim» e o «Não» dos estratos mais elevados (Cfr. Gráfico I).

3.3.2. 37% apoiou a «Moeda Única», 31% rejeitou esta moeda e 30% respondeu que «Não Sabia/Não respondia». A diferença da percentagem de respostas «Não Sei/Não Respondo» aumentou ao percorrer o espectro social: subiu dos 16%, nas classes mais favorecidas, aos 39%, nas classes menos favorecidas. As percentagens de aprovação mais significativas apareceram nas classes mais elevadas e entre os mais jovens. Os homens apreciaram mais a «Moeda Única» do que as mulheres. Estas disseram (em número elevado) não saberem o que pensar sobre o assunto (Cfr. Gráfico II).

⁹ *Expresso*, 06.06.1994, p. 12.

¹⁰ *Jornal de Notícias*, 04.06.1994, p. 2.

¹¹ *Correio do Minho*, 19.04.1994, p. 5.

¹² *Um Olhar Europeu*, p. 23, 65.

3.3.3. 40% afirmou estar satisfeito com a forma de gerir a União Europeia. 34% afirmou estar insatisfeito. Os mais jovens foram os mais favoráveis. A aprovação também foi mais elevada nas classes mais favorecidas. As classes intermédias (dos empregados dos sectores de serviços) desaprovaram a gestão comunitária: 43 a 38,5% (Cfr. Gráfico III).

3.3.4. 32% manifestou-se insatisfeito com a Democracia existente na União Europeia¹³.

4. As previsões e os resultados acerca da eleição efectuada para o Parlamento Europeu, em 12 de Junho, apesar das diferenças existentes e do número de abstenções verificado, confirmaram as afirmações anteriores. De facto:

4.1. A sondagem publicada no dia 28 de Maio apresentou os números seguintes¹⁴:

QUADRO I

	Fevereiro	Março	Maio	Maio
PS	24,2	27,5	32,0	32,3
PSD	23,3	24,0	27,1	28,0
CDU	12,0	10,3	8,6	9,1
CDS	4,7	4,5	8,0	8,3
Indecisos	35,4	33,6	22,3	11,5

4.2. A sondagem apresentada no dia 3 de Junho indicou os números seguintes¹⁵:

¹³ *O Dia*, ano I, 3ª Série, nº 344, 08.06.1994, p. 7.

¹⁴ Esta sondagem, realizada por Norma/Gallup, procurou representar a população com mais de 18 anos, residente em lares com telefone, em Portugal Continental. A amostra foi estabelecida por quotas definidas em função do sexo, da idade, da região e da dimensão do *habitat*. Os lares contactados foram seleccionados aleatoriamente. Foram entrevistados 500 indivíduos pelo método de entrevista telefónica, no período de 21 a 23 de Maio, executada por uma bateria de entrevistadores da Norma/Gallup. Considerando a dimensão da Amostra utilizada para o grau de confiança de 95,5% e ($p = q = 50\%$) o erro máximo a nível total foi indicado mais ou menos 4,5%. Esta sondagem foi realizada de acordo com as normas do Código da ESOMAR (Associação Europeia de Estudos de Mercado e Sondagem de Opinião) (Cfr. *Semanário*, Ano X, nº 549, 28.05.1994, p. 4).

¹⁵ Sondagem realizada pela Universidade Católica, através da simulação de voto, mediante o preenchimento de um boletim semelhante ao usado no dia 12 de Junho (na eleição para o Parlamento Europeu). O universo foram os indivíduos recenseados residentes no Continente. A amostra pretendida era de 3360 inquéritos, mas foram obtidos unicamente 3111 inquéritos válidos. Foram definidos 42 pontos de amostragem, correspondentes a igual número de freguesias. Na escolha das famílias foi seguido um caminho aleatório sistemático, com passos de inquérito determinado em função da dimensão da freguesia. A escolha da pessoa a inquirir na família foi realizada segundo a tabela de Kish. As entrevistas foram feitas pessoalmente a inquiridos em suas casas. Os trabalhos de campo foram efectuados nos dias 14, 15 e 31 de Maio e 1 de Junho (*O Independente*, Ano VII, nº. 316, 03.06.1994, p. 3).

QUADRO II

Partidos	Voto Directo	Voto Extrapolado	Deputados Eleitos
PS	33,7	42,5	10-11
PSD	25,7	32,3	8-9
CDS/PP	10,3	13,0	3-4
CDU	6,9	8,7	2-3
Outros	2,8	3,5	-
Abstenções	16,3	36,9	-
NS/NR	20,6		

4.3. Uma sondagem publicada no dia 4 de Junho previu os resultados seguintes¹⁶:

QUADRO III

PS	32,4%
PSD	31,0%
PCP-PEV	11,2%
CDS	10,3%
Abstenções	51,5%

4.4. Outra sondagem divulgada no dia 4 de Junho apresentou os números seguintes¹⁷:

¹⁶ Esta sondagem foi efectuada pelo Euroteste-Marketing e Opinião SA, entre 21 e 31 de Maio. O universo foi formado por todos os eleitores do Continente, inscritos em localidades com dez ou mais fogos. Segundo os dados do STAPE, o número de eleitores era 7.957.700. A amostra obtida foi de 1491 entrevistas e a amostra prevista era de 1500. O número de pontos da amostragem foi de 99, em 18 distritos. A amostra foi determinada segundo a matriz de cruzamento distrito + *habitat* e procedeu-se à agregação de alguns dos 18 distritos do Continente, segundo afinidades político-geográficas. Em cada estrato formado pelo cruzamento distrito + *habitat* foram indicadas aleatoriamente as localidades a completar na amostra. A escolha do indivíduo foi feita alicerçada no método de itinerário aleatório (*Random Route*) para a escolha do lar e quotas para a escolha do indivíduo. A entrevista foi realizada com variáveis de controlo sexo + idade e ocupação. O erro máximo: a 95% de confiança foi atribuído, mais ou menos, 2,5% (*Jornal de Notícias*, 04.06.1994, p. 1-2).

¹⁷ Sondagem efectuada por Norma/Gallup, representativa da população existente em Portugal Continental com mais de 18 anos e residente em habitações com telefone. A amostra foi formada por quotas determinadas em função do sexo, da idade, da região e da dimensão do habitat. Os lares inquiridos foram seleccionados aleatoriamente. Foram entrevistadas 500 pessoas seguindo o método da entrevista telefónica, durante o período de 30 a 31 de Maio. Esta entrevista foi executada por uma bateria de entrevistadores da Norma/Gallup. Atendendo à dimensão da amostra utilizada, para o grau de confiança de 95,5% ($p = q = 50\%$), o erro máximo a nível total foi indicado, mais ou menos, 4,5%. Esta sondagem também foi realizada de acordo com as normas do Código da ESOMAR (Cfr. *Semanário*, Ano X, nº 550, de 04.06.1994, p. 6-7).

QUADRO IV

Partidos	Fever.	Março	Maio I	Maio II	Junho
PS	24,2	27,5	32,3	32,3	33,0
PSD	23,3	24,0	27,1	28,0	28,6
CDS	4,7	4,5	8,0	8,3	10,6
CDU	12,0	10,3	8,6	9,1	10,1
Indecisos	35,4	33,6	22,3	11,5	17,0

4.5. O resultado da eleição efectuada (12 de Junho) foi o seguinte¹⁸:

QUADRO V

Partidos	Resultados	Deputados
PS	34,79	9
PSD	34,36	9
CDS	12,48	3
PCP-PEV	11,22	3
Abstenções	64,33	

Posteriormente os votos dos emigrantes diminuíram a distância existente entre o PS e o PSD e possibilitaram o aparecimento de outro deputado do PS.

Esta eleição mostrou que os partidos políticos mais votados foram os defensores da manutenção de Portugal na UE e dos benefícios recebidos por os portugueses pertencerem a essa União (em geral essa eleição mostrou os portugueses favoráveis ao Tratado de Maastricht), existiu uma abstenção muito elevada (desencanto dos portugueses em relação à União Europeia?), e é necessário reflectir sobre a conveniência de realizar um referendo acerca de «conservar ou não Portugal na União Europeia» (após a eleição, alguns políticos insistiram sobre o descontentamento da população em relação à União Europeia e reclamaram a realização do referendo para os portugueses indicarem claramente as suas vontades).

III. Algumas asserções de líderes partidários, em alguns casos candidatos a membros do Parlamento Europeu

Apresento este assunto indicando algumas ocorrências durante os anos 1992-1994.

1. Em 1992, alguns membros de partidos políticos expressaram as suas opiniões sobre o Tratado de Maastricht e as suas consequências para os portugueses. Nesse ano e pelos motivos referidos, atraíram as atenções sobretudo alguns membros do CDS/PP. De facto, Manuel Monteiro disse que o Tratado da União Europeia «ataca o direito de

¹⁸ *Jornal de Notícias*, 13.06.1994, p. 1. Ver, em Anexos, Quadro VI e Gráfico IV.

Portugal emitir a moeda nacional e controlar o orçamento do Estado, implica a dependência das Forças Armadas da futura e incerta defesa comum e o desaparecimento da política externa independente, e, concluiu, por isso é inaceitável o secretismo do Governo quando procura ratificar esse Tratado»¹⁹; Carlos Soares afirmou que não admitia o Tratado, «ainda que ele procurasse proteger a soberania nacional»; João Vieira defendeu a necessidade de acautelar os interesses nacionais; Lobo Xavier lembrou que esse Tratado necessitava de salvaguardar cuidadosamente a soberania nacional; Nuno Gonçalves defendeu a necessidade de rever o Tratado e Nuno Abecassis atacou a precipitação do Acordo e proclamou a urgência de realizar um referendo sobre o assunto²⁰.

Nessa ocasião, os dirigentes do CDS até consideraram indispensável solicitar sobre o assunto o parecer dos membros do Partido. Esses líderes, afirmou Gonçalo Ribeiro da Costa, «necessitam de legitimar as suas posições sobre a Comunidade Europeia»²¹.

No âmbito do Partido Social Democrata, Marcelo Rebelo de Sousa e Ângelo Correia também defenderam a necessidade de efectuar o referendo nacional sobre o Tratado de Maastricht. Mas, Rui Machete e Montalvão Machado apoiaram a opinião contrária. Nessa conjuntura, realizar o referendo nacional sobre o Tratado de União Europeia exigia alterar previamente a Constituição Nacional. Ora, os partidos políticos não estavam preparados para, em tempo útil, efectuarem esta modificação e realizarem o referendo nacional. Por isso, nessa ocasião faltou a vontade política para praticar estas iniciativas²².

2. Em 1993, Lucas Pires (deputado do Parlamento Europeu e ex-dirigente do CDS) afirmou que «se Portugal abandonar a União Europeia acontecerá um novo Alcácer-Quibir». O voto a favor do Tratado de Maastricht, disse, continuará o esforço efectuado para proteger a liberdade, a democracia, o desenvolvimento, e a segurança, e o voto contra esse Tratado contrariará gravemente a opção política apresentada para as próximas décadas e para o próximo século²³.

¹⁹ *Semanário*, 09.05.1992, p. 3.

²⁰ *Semanário*, 01.08.1992, p. 24; *idem*, 31.10.1992, p. 21.

²¹ *Semanário*, 01.08.1992, p. 24. Apesar disso, afirmou Gomes de Pinho, realizar o referendo no CDS é praticar um subterfúgio para irresponsabilizar a direcção do Partido pelas suas opções. A direcção do CDS, continuou este dirigente partidário, possui as condições necessárias para assumir completamente as suas responsabilidades.

²² *Semanário*, 09.05.1992, p. 3.

²³ *Expresso*, 08.05.1993, p. 39R.

3. Em 1994, os analistas atendendo à proximidade da eleição para o Parlamento Europeu (12 de Junho), multiplicaram as suas intervenções sobre «Portugal e a União Europeia». O combate atingiu formas inesperadas e paradoxais. Por um lado (graças à ofensiva contra a União Europeia, liderada pelo CDS/PP de Manuel Monteiro) a batalha foi travada entre federalistas (mais ou menos disfarçados e/ou mais ou menos envergonhados), acusados de venderem a soberania nacional por alguns milhões de ECU's (PS e PSD) e antifederalistas defensores, segundo disseram, dos interesses supremos da Pátria (CDS e PCP). Por outro lado, ninguém (nem os acusadores) dirigiu claramente o debate a favor ou contra a Europa cada vez mais federal, e ninguém avançou até defender claramente que Portugal devia abandonar a União Europeia, acusada de «autêntico federalismo».

Apresento, a título de exemplo, as opiniões de alguns analistas²⁴:

1. Cardoso e Cunha (ex-Comissário Europeu) afirmou o seguinte:

1.1. A integração, gradual e progressiva de alguns sectores da vida económica, política e social, é a única resposta possível dos europeus. Mas, esta via não implica necessariamente a solução federal. A Administração Federal ou a utilização de alguns instrumentos administrativos do tipo federal constituem algumas das formas de gerir um espaço geográfico integrado.

É necessário não confundir o objectivo (a integração), com o instrumento de gestão que pode ser a solução administrativa de tipo federal. Mas poderão ser utilizadas outras soluções não federais. Apesar disto, todas essas soluções apontam para esquemas centralizados. Por isso, segundo a minha opinião, esses esquemas não são admissíveis.

1.2. Aceito a integração progressiva e gradual que passa pela criação de um quadro jurídico-económico comum e evolui abrangendo problemas cada vez mais complexos (a moeda única, a política externa e de segurança e outras mais).

A integração total e completa parece estar distante. Apesar disso, por vezes, o ritmo da evolução não é dominado pela vontade humana, mas por acontecimentos externos (exteriores ao nosso controlo) que exigem uma resposta. Por isso, a integração europeia continuará. A velocidade das mudanças é imprevisível, mas o resultado será irreversível.

²⁴ *O Independente*, 07.01.1994, p. 16; *Público*, 22.01.1994, p. 8; *Diabo*, 25.01.1994, p. 5; *Diário de Notícias*, 22.03.1994, p. 9; *Expresso*, 01.04.1994 p. 6; *Correio do Minho*, 19.04.1994, p. 5 e *Diário de Notícias*, 21.04.1994, p. 5.

1.3. A soberania nacional não se justifica unicamente por existir. Justifica-se pela sua utilização e pelos resultados concretos dessa utilização. É necessário distinguir os objectivos (o bem-estar, etc., das pessoas), dos instrumentos para alcançar esses objectivos. A soberania mal utilizada não vale nada ou vale muito pouco.

Quando analisamos as vantagens ou as desvantagens da adesão à Europa Comunitária, devemos recordar a situação anterior. Quem usufruiu os privilégios do Estado Novo pode considerar negativa essa adesão. Mas não podemos esquecer a situação e a análise da maioria dos portugueses.

1.4. Actualmente não existe o problema da eleição e da existência do Presidente da Europa. Esta questão surgirá dificilmente, a não ser com uma formulação simbólica ou puramente representativa, sem poder efectivo. A integração europeia deve ser efectuada a partir das nações e sem implicar a sua anulação. Por isso, o poder dos «eurocratas» será apenas o poder conferido pelos governos dos Estados-Membros.

2. Carlos Pimenta (Deputado Europeu: PSD) afirmou o seguinte:

2.1. A expressão «Estados Unidos da Europa» foi usada por, entre outros, Churchill e Jean Monnet. Estes políticos procuraram fortalecer a ideia de Federação dos Estados da Europa. Eles tentaram evitar a repetição dos horrores da guerra fratricida que tinham vivido. A União Europeia deve constituir um espaço de solidariedade política, social e económica (sem existirem divisões entre países de «primeira» e de «segunda»), respeitador das identidades dos Estados-Membros e dotado de instrumentos comuns para coordenarem as políticas externas, de segurança e de defesa e, se possível, da moeda única.

2.2. Portugal, na União Europeia, aumenta a sua soberania, porque possui assento e voz em centros de decisão internacional, onde sem essa União não poderia defender os seus interesses. As negociações do GATT esclareceram este assunto. No *Uruguay Round* a integração de Portugal na União Europeia permitiu que os interesses de Portugal fossem analisados e atendidos no bloco de interesses europeus. Desta forma, os interesses portugueses foram apresentados e permaneceram até ao fim na mesa das negociações.

2.3. A transformação do modelo institucional europeu deve garantir alguns pressupostos de base, especialmente o pressuposto da dupla legitimação das instituições centrais (a que provém da representação dos Estados e a que emana directamente dos cidadãos europeus), o pressuposto do equilíbrio de poderes entre as instituições centrais, o pressuposto da repartição de competências entre os diversos níveis políticos da Europa (proximidade e subsidiariedade), o pressuposto da eficácia, o pressuposto do respeito pelas liberdades fundamentais e pelo modelo civilizacional europeu. As gran-

des reformas unicamente devem ser analisadas e resolvidas após estabilizar a situação na Europa e ser digerido o pós-muro de Berlim. Até esse momento, o gradualismo preconizado por Jean Monnet deve constituir a via de aprofundamento da União e da sua aproximação às aspirações dos cidadãos.

3. António Vitorino (membro do PS) sintetizou o seu pensamento afirmando o seguinte:

3.1. O projecto de formar o grande espaço económico integrado, a União Económica e Monetária assente na Moeda Única Comum a todos os Estados-Membros da União Europeia é aceite e apoiado pelo Partido Socialista. Este Partido admite e defende que a crescente mundialização da economia (acelerada especialmente pelo recente Acordo GATT) exige a formação de espaços económicos supranacionais (por exemplo, a União Europeia e o Acordo NAFTA-EUA/Canadá/México), onde os Estados partilhem e exerçam em conjunto aspectos relevantes das suas soberanias, alicerçados nas decisões voluntárias de adesão e na defesa dos seus interesses nacionais.

3.2. Aceito e defendo a União de Estados livres e soberanos que, voluntariamente, resolvam partilhar o exercício de alguns poderes soberanos. Esse exercício em conjunto desses poderes constitui a melhor forma de salvaguardar os seus interesses nacionais. Essa União apresenta elementos federais e confederais (numa conjugação original) e não se assemelha, nem tende forçosamente a formar um «Super-Estado Federal» do tipo «Estados Unidos da Europa».

A União Europeia é uma organização de integração política e económica e de vocação supranacional. A Moeda Única é a base da União Económica e Monetária. Esta deve ser concretizada respeitando o emprego dos cidadãos e a competitividade das empresas. Eu também defendo o aprofundamento da União Política, da cidadania europeia, da participação alargada dos cidadãos na vida comunitária, e da Política Externa e de Segurança Comum, (indispensável para garantir a paz, a segurança colectiva da Europa e o autêntico protagonismo europeu no mundo).

3.3. A participação de Portugal na União Europeia aumenta o seu poder na Europa e no mundo, em domínios políticos e económicos onde o Estado Nacional aparece exíguo e insuficiente.

A PESC exige que Portugal possua uma política externa que valorize a especificidade da sua posição no mundo (especialmente relativa às relações privilegiadas com o Brasil, com os países lusófonos, com o Magreb, e com o Médio Oriente, sem esquecer as potencialidades de Portugal por permanecer em Macau e as suas capacidades para defender o povo de Timor-Leste.

A Moeda Única permite que Portugal intervenha cada vez mais nas decisões essenciais da política monetária, actualmente bastante retiradas da capacidade de decisão nacional. O Sistema Monetário Europeu apareceu muito vulnerável às pressões dos especuladores transnacionais e ao poder do marco alemão. Esta situação unicamente será superada instaurando a Moeda Única e as instituições apropriadas.

3.4. A atracção por quadros institucionais que originariam um determinado processo histórico, teve, com a «utopia comunista» e a tese sobre o «desaparecimento do Estado», uma experiência desagradável. A história não acaba e o «acontecer» não permanece prisioneiro de qualquer determinismo.

Existe quem admita e defenda esse modelo de Estado Europeu e sublinhe os seus eventuais aspectos positivos. Mas esta não é a minha opinião. Eu defendo que a União Europeia deve assentar na vontade dos povos dos Estados-Membros e que esta vontade não se aproxima desse modelo.

A União Europeia deve continuar a ser uma organização de Estados livres e soberanos, associados por decisão voluntária e procurando defender mais eficazmente os seus interesses próprios e comuns, assente na combinação de elementos de índole federal e confederal e dotada da estrutura institucional onde se reúnam o poder dos parlamentos nacionais e o protagonismo do Conselho formado pelos representantes dos Estados-Membros.

4. Rosado Fernandes (presidente da CAP e candidato ao Parlamento Europeu pelo CDS/PP) apresentou o seu parecer da forma seguinte:

4.1. Não aceito a existência dos Estados Unidos da Europa. A Moeda Única não resolverá os problemas estruturais dos países menos desenvolvidos da Europa que não usufruíram da política económica durante as últimas décadas, e a política de segurança e de defesa comum unicamente poderá continuar se a Europa recuperar a confiança dos Estados. Esta confiança unicamente será restabelecida se for consagrada a unanimidade na votação dos assuntos essenciais para a vida dos povos. Se isto não acontecer as decisões serão tomadas atendendo à lei do mais forte.

4.2. O Mercado Único apresentou a diminuição da soberania dos Estados europeus, sobretudo dos Estados mais frágeis. O Tratado de Maastricht apresentou a redução de soberania ainda maior. Sobre este assunto (que mexe mais com os interesses do que com a identidade dos povos) em geral os políticos europeus não consultaram os seus povos. Na União Europeia os portugueses perderão soberania e poder. Ora esta realidade é muito grave, porque Portugal é um dos Estados menos competitivos da Europa e o sistema político português é um dos sistemas mais promíscuos.

4.3. Reajo negativamente à ideia de, um dia, a Europa conseguir, por sufrágio universal, eleger um Presidente. Não existem condições, a nível das nações da Europa, para apoiar esta solução. A precipitação neste domínio fortalecerá o fascismo incipiente e o comunismo nacionalista. Estes enfraquecerão as instituições democráticas e a liberdade dos cidadãos. Ao federalismo primário responderá o nacionalismo primário. A Jugoslávia, federada por capricho dos políticos europeus, apresenta o exemplo típico de que o voluntarismo unicamente pode federar utilizando a violência. As diferenças de línguas, instituições, culturas e estruturas dos países membros da Europa não aconselham avançar neste sentido.

5. Freitas do Amaral (antigo líder do CDS) apresentou a sua opinião nas alíneas seguintes:

5.1. Aceito os «Estados Unidos da Europa», se todos os Estados-Membros conservarem as suas línguas oficiais e nenhuma das línguas existentes actualmente se transformar na língua oficial única da União.

A política externa unicamente deverá ser comum nas suas grandes linhas, e não deverá impedir os Estados-Membros de continuarem a assinar acordos bilaterais com países terceiros, em domínios que não dificultem o todo comunitário. Por isso, deve existir um orçamento significativo (ao contrário do actual) da União, para possibilitar a execução da verdadeira política económica comunitária, decidida por órgãos responsáveis perante o eleitorado.

5.2. Actualmente, em muitos domínios, a soberania dos Estados nacionais, em particular dos Estados pequenos, é ilusória. Por isso, não parece que a união política e económica leve necessariamente Portugal a enfraquecer o seu poder.

Existe unicamente o perigo de diminuir a democracia. De facto, em diversas áreas, em particular na economia, problemas que a nível nacional eram debatidos publicamente e decididos pelo Parlamento, actualmente são resolvidos a nível comunitário, pelos Conselhos de Ministros, após negociações pouco transparentes. Por isso, é necessário dotar a União Europeia de instituições representativas alicerçadas num poder efectivo.

5.3. Reajo favoravelmente à ideia de, um dia, a Europa conseguir, por sufrágio universal, eleger um Presidente, desde que o exercício desse Presidente da Europa, eleito por sufrágio universal e directo, seja acompanhado da intervenção de um Parlamento dotado de poderes efectivos constituído por duas Câmaras, uma das quais formada por deputados eleitos pelos Estados-Membros em número igual para cada um dos Estados. Também será necessário garantir a participação equitativa de funcionários nacionais dos Estados-Membros na Administração da União Europeia.

6. António Capucho (candidato ao Parlamento Europeu pelo PSD) afirmou o seguinte:

6.1. A União Europeia possui algumas características de federalismo. De facto, por exemplo, com a adopção da Moeda Única algumas competências dos Estados-Membros passarão para instituições centrais.

6.2. Apesar disso, a construção europeia não permanece reduzida ao modelo federal. Nas áreas mais sensíveis a União Europeia possui características intergovernamentais.

6.3. Não permitirei que o federalismo atinja alguns sectores (saúde, educação, cultura, defesa do consumidor, etc.).

IV. Os conteúdos sobre o assunto em análise apresentados nos programas de alguns partidos políticos²⁵

Seguem alguns aspectos dos conteúdos sobre o assunto, existentes nos Programas de alguns Partidos Políticos:

1. Algumas afirmações existentes no Programa do PSD. O Programa do *Partido Social Democrata* inseriu as afirmações seguintes:

- 1.1. a construção europeia garantiu a paz na Europa Ocidental e fortaleceu a sua democracia;
- 1.2. o Tratado de Maastricht procurou responder aos esforços para formar uma Europa mais unida e fortalecer os interesses nacionais;
- 1.3. quando forem reanalisados os Tratados sobre a União Europeia, Portugal defenderá modelos capazes de defenderem a soberania nacional, as especificidades portuguesas e a igualdade entre os Estados;
- 1.4. o Tratado de Maastricht apresentou um caminho inédito. Nem defendeu a via do federalismo nem proclamou o caminho da simples organização intergovernamental. Actualmente, os chefes de Estado e de Governo (enquanto representantes de Estados soberanos) apresentam as orientações políticas globais e os impulsos necessários para desenvolver a União Europeia. Este modelo institucional será defendido pelo PSD;

²⁵ Manuel Monteiro (1994) – *Viva Portugal. Uma nova ideia da Europa*, Lisboa: Publicações Europa América, p. 12-13, 138, 142-147, 155, 157-158 e 167; *Assembleia da República e o Tratado da União Europeia* (1993), Lisboa: Assembleia da República, Comissão de Assuntos Europeus, 1993; José Luis Diogo de Azevedo Presa, *Portugal face à União Europeia* (Textos compilados para a disciplina *Política Internacional*), Braga, 15.05.1994, p. 8-18.

- 1.5. a Comunidade Europeia deve assumir a política comum de imigração e de asilo, alicerce da segurança dos cidadãos e forma de conservar a estabilidade interna. É indispensável a cooperação reforçada nos domínios da justiça e dos assuntos internos facilitando a segurança acrescida dos europeus;
 - 1.6. Portugal articulará o relacionamento transatlântico com as exigências relativas à segurança e à defesa impostas à União Europeia. Por isso, fortalecerá o pilar europeu da OTAN consolidando a identidade europeia e reforçando o elo transatlântico necessários para a defesa e a segurança comuns;
 - 1.7. Portugal defenderá os aspectos sociais da União Europeia. Por isso protegerá a família e a luta contra o desemprego, a pobreza e a exclusão social;
 - 1.8. a União Económica e Monetária completa o Mercado Interno e aperfeiçoa os resultados económicos do espaço comunitário;
 - 1.9. Portugal defenderá a Europa respeitadora da identidade de seus Estados-Membros e de suas Regiões e protectora dos direitos de suas minorias culturais.
2. Algumas afirmações existentes no Programa do Partido Socialista:

O PS assumiu a vocação europeia e apresentou uma proposta política para defender os interesses nacionais e construir a Europa de paz, solidariedade, emprego, bem-estar e cidadania. Por isso, o *Partido Socialista*:

- 2.1. iniciou o processo de adesão de Portugal à Comunidade Europeia e apoiou o Acto Único Europeu, para aplicar os fundos comunitários indicados no Primeiro Quadro Comunitário de Apoio;
- 2.2. ajudou a aprovar o Tratado de União Europeia e a duplicar os fundos comunitários para Portugal;
- 2.3. apoiou a ratificação do Tratado de Maastricht, para defender o interesse nacional incompatível com o isolamento de Portugal;
- 2.4. defendeu a Comunidade do Mercado Único, da Moeda Única e da Coesão Económica e Social;
- 2.5. atribuiu a crise existente em Portugal, às políticas irrealistas do governo (PSD), aos erros estratégicos praticados e às oportunidades perdidas;
- 2.6. defendeu a União Europeia impregnada de características federais e confederais e defensora da harmonização entre as vontades dos Estados soberanos e independentes (o Partido Socialista não rejeitou as teses federalistas) ;

- 2.7. atacou os discursos defensores da Europa conservadora e incapaz de subsistir e protectores do Portugal fora da Europa;
- 2.8. defendeu o «Projecto Europeu» protector das pessoas, do emprego, dos direitos sociais e do bem-estar e a Europa (de Maastricht) respeitadora das vontades dos cidadãos e dos Estados soberanos;
- 2.9. proclamou a utilidade do Tratado de União Europeia que, através dos fundos estruturais, fortaleceu os apoios financeiros aos países mais desfavorecidos e, concretamente, atribuiu a Portugal aproximadamente dois milhões de contos por dia (Pacote Delors II).

3. Algumas afirmações existentes no Programa do Partido Comunista:

As afirmações do PC sobre o assunto estão contidas especialmente no Comunicado do Comité Central de 17 de Julho de 1992 e nas entrevistas de alguns candidatos a membros do Parlamento Europeu, em Junho de 1994. Nesses documentos, o *Partido Comunista Português* insistiu sobre as asserções seguintes:

- 3.1. defendeu a inequívoca oposição ao Tratado de União Europeia, porque, segundo esse Partido, esse Tratado apresentou transferências de soberania na dinâmica supranacional, em áreas inadmissíveis para a independência de Portugal;
- 3.2. rejeitou a União Económica e Monetária, por retirar de Portugal as suas competências soberanas, para definir e concretizar a política económica;
- 3.3. atacou a Política Externa e de Segurança Comum que, na via supranacional, fortalece a identidade externa da União Europeia enquanto sujeito de direito internacional;
- 3.4. não admitiu federalismos redutores da soberania nacional e empobrecedores da democracia;
- 3.5. propôs a Revisão Extraordinária da Constituição Nacional, para viabilizar o referendo e ratificar o Tratado de Maastricht.

4. Algumas afirmações existentes no Programa do Centro Democrático e Social/Partido Popular:

A posição sobre o assunto, do CDS/PP, encontra-se no Livro de Manuel Monteiro (realizado com a colaboração de diversos autores), intitulado «Viva Portugal». Neste Documento o *Centro Democrático e Social/Partido Popular* afirmou:

- 4.1. o CDS/PP não atacou frontalmente a participação de Portugal na União Europeia;

- 4.2. a Europa (acompanhada de avanços, recuos, erros, etc.) foi admitida pelas suas diferenças;
- 4.3. o CDS/PP enalteceu as diferenças de cada povo europeu e reconheceu o poder autónomo desses povos. Por isso, aproximou as suas vontades, partilhou os seus interesses e determinou os seus objectivos comuns;
- 4.4. a participação no concerto de soberanias deverá respeitar a possibilidade de cada Soberania decidir. Não será suficiente participar na decisão tomada pela maioria de países contra a soberania de outros;
- 4.5. a integração europeia poderá avançar se garantir aos Estados pequenos o que eles possuem igual aos Estados grandes (a liberdade permanente de decidir e de exercer os poderes soberanos);
- 4.6. não podemos abandonar uma coisa (a soberania) que demorou muitíssimo (séculos) a surgir e a fortalecer-se, sem antes consultar a vontade da nação (do povo);
- 4.7. não devemos deixar os centros de decisão passarem camufladamente para a União Europeia, avançando do âmbito nacional para o domínio supranacional;
- 4.8. a Comunidade Europeia passou, paulatinamente, da «Europa dos consumidores» para a «Europa dos cidadãos» e, rapidamente, para a «Europa das Regiões». Mas é necessário defender sobretudo a «Europa das Nações»;
- 4.9. os Estados da União Europeia devem continuar com o poder necessário para contrariar as decisões desfavoráveis;
- 4.10. o Tratado de Maastricht facilitou a lógica federal da União Europeia;
- 4.11. devemos redefinir a ideia para a Europa e o projecto para Portugal;
- 4.12. a análise sobre a «cidadania europeia» pressupôs a existência da «Nação Europeia» e desvalorizou o Estado-Nação;
- 4.13. a doutrina sobre a «subsidiariedade» insistiu sobre as teses federalistas e facilitou o federalismo;
- 4.14. a Política relativa à Defesa Comum reduziu a importância de Portugal na OTAN e aumentou a dependência deste país das orientações da União Europeia;
- 4.15. o CDS/PP defendeu a Europa de «Estados Soberanos» e recusou as formas federalistas e os passos para o federalismo da União Europeia;

- 4.16. em 1996 o CDS/PP apoiará a revisão do Tratado de Maastricht e fortalecerá a soberania nacional;
- 4.17. quando for revisto o Tratado de União Europeia (1996) o CDS/PP exigirá o referendo para não transferir novamente a soberania nacional sem antes consultar a fonte desta soberania.

CONCLUSÃO

A análise precedente mostrou que:

1. Em 1992 o governo português assinou e ratificou o Tratado de Maastricht sem consultar a população portuguesa (os motivos apresentados pelo governo foram a ignorância do povo, a necessidade de, antes de realizar o referendo, mudar a Constituição Nacional, a impossibilidade de praticar essas exigências em tempo útil, etc.).

Nessa conjuntura, os Partidos Políticos PSD e PS apoiaram as decisões do governo, mas os Partidos CDS e CDU e uma parte importante da população criticaram essas determinações. A população em geral não conhecia o conteúdo e as consequências do Tratado e alguns sectores atacaram claramente o acordo. Estes reclamaram insistentemente a realização de um referendo sobre o assunto.

2. Durante os anos 1992-1994 uma parte importante da população compreendeu os efeitos positivos, principalmente políticos e económicos, da adesão de Portugal à União Europeia e por isso apoiou claramente a pertença deste país a esta organização internacional. Durante este período assistimos à transformação, quantitativa e qualitativa, da população a favor da União Europeia.

Mas alguns partidos políticos (CDS e CDU) e uma parte importante da população insistiram sobre os efeitos negativos dessa pertença de Portugal (sobretudo para a agricultura em relação aos vinhos, etc., para a pesca e para os têxteis). Por isso, multiplicaram as suas críticas e reclamaram a realização, o mais rápido possível, do referendo nacional para debater profundamente este assunto e conhecer claramente a vontade da nação. A taxa muito elevada de abstenções (64,33%) verificada durante a eleição para o Parlamento Europeu (12 de Junho de 1994) (apesar dos diversos motivos existentes), alicerçou a repetição dos ataques contra o Tratado de Maastricht e a União Europeia.

3. Durante o período indicado (1992-1994), apesar das críticas de uma parte da população e dos ataques de alguns políticos (CDS e CDU), os Partidos Políticos mais votados (PS e PSD) e alguns sectores bastante influentes da população defenderam a integração de Portugal na Comunidade Europeia, a assinatura do Tratado de Maastricht e insistiram sobre a necessidade de Portugal permanecer na União Europeia. Estas realidades verificaram-se, apesar de ter existido um número muito elevado de abstenções durante a eleição para o Parlamento Europeu.

Por isso, não é previsível que o Governo decida efectuar um referendo sobre os sujeitos discutíveis e que Portugal resolva abandonar a União Europeia.

4. Os quatro Partidos Políticos mais votados em 12 de Junho (PS, PSD, CDS e CDU), confrontados com a necessidade de escreverem os seus programas políticos e explicitarem as suas opiniões sobre a construção europeia, elaboraram documentos com conteúdos bastante próximos uns dos outros. Compreendemos esta verdade quando lemos e escutamos os escritos e as entrevistas dos líderes desses partidos. De facto, todos eles se afirmaram patriotas, europeístas, gradualistas no processo de construção europeia e adversários de modelos finalistas; e todos defenderam a prioridade do Conselho enquanto representante dos Estados-Membros, ao determinar as políticas comuns e as principais medidas para as viabilizarem, aceitaram a necessidade de existirem políticas comuns estabelecidas consensualmente pelos Estados-Membros, exigiram debates intensos nos Parlamentos nacionais para viabilizarem as políticas comuns e defenderam mais controlo do Parlamento Europeu sobre a intervenção da Comissão.

Por isso, apesar de terem explorado algumas divergências existentes, pareceu claro que, no fundamental, esses partidos também se entenderam sobre o modelo para construir a Europa. Ora, a existência deste consenso sugeriu a realização de encontros entre esses Partidos Políticos para aprofundarem o Modelo da Europa a construir²⁶. Oxalá saibam aproveitar a ocasião!

5. Um estudo da O.N.U. sobre «desenvolvimento humano» (divulgado no dia 4 de Junho de 1994) apresentou Portugal no 42º lugar (atrás de todos os países da União Europeia e de alguns países considerados menos desenvolvidos pelos portugueses: por exemplo Malta). Portugal em 1993 foi colocado no 41º lugar e em 1992 apareceu na 36ª posição.

A descida de Portugal é evidente e preocupante. De facto, durante os últimos anos, este país recebeu da União Europeia centenas de milhões de contos e esses milhões deviam ter deixado vestígios inesquecíveis. Portugal é um dos países que, ultimamente, recebeu de forma mais continuada, «dinheiro estrangeiro». Por isso, urge perguntar e buscar a resposta acertada! Como se explica que Portugal, em vez de progredir, se tenha atrasado em relação aos outros países?

A história sugere a resposta. Portugal recebeu toneladas de ouro pelas especiarias do Oriente, pelos diamantes do Brasil e pelo café africano! Qual foi o resultado dessas riquezas recebidas? Basílicas, conventos, palácios, aquedutos, quilómetros de estradas: obras públicas fundamentalmente. Em geral, Portugal viveu do Estado e para o Estado e nunca conseguiu possuir uma burguesia forte e autónoma! Por isso, em geral o di-

²⁶ *Expresso*, nº 1127, 04.06.1994, p. 19.

neiro recebido não serviu para criar estruturas produtivas! A pimenta, os diamantes, o cacau, o café, etc., não ajudaram a fortalecer a burguesia capaz de criar na Metrópole condições para desenvolver o país. As riquezas vindas do exterior serviram unicamente para engordar o Estado, deixando o país, a sociedade civil, essencialmente na mesma!

Por isso, é de temer que os milhões de contos vindos de Bruxelas tenham o mesmo destino! Canalizados através do Estado, como o ouro do Império, podem nunca fortalecer uma classe empresarial autónoma e empreendedora!

Mas a situação de Portugal ainda pode ser bastante mais grave. Ao mesmo tempo que os milhões de ECU'S podem não acelerar decisivamente o desenvolvimento português, os produtos estrangeiros podem entrar, estabelecer-se e desenvolver-se no mercado nacional e estrangular a sua agricultura, a sua indústria, etc.!

Por estes motivos, Portugal corre o perigo de em 1999 ter aumentado as suas auto-estradas, ter construído pontes e aquedutos, ter digitalizado a rede telefónica, ter edificado algumas grandes obras e, ao mesmo tempo, ter desbaratado totalmente a sua estrutura produtiva e permanecer na dependência integral do estrangeiro. Por isso, os milhões de contos vindos da Comunidade Europeia podem constituir uma ilusão terrível! Esses milhões podem, dentro de alguns anos, servir unicamente para pagar ao estrangeiro os produtos que, entretanto, deixou de produzir!

Não esqueço que, apesar de tudo, o Relatório da ONU também indicou que os portugueses subiram de 8.770 para 9.450 dólares o produto interno bruto per capita e de 4.950 para 6.180 dólares o produto nacional bruto per capita²⁷.

²⁷ *Expresso*, n.º 1127, 04.06.1994, p. 20; *Semanário*, 04.06.1994, p. 9; *Público*, 08.06.1994, p. 11 e *Público*, 10.06.1994, p. 13.

QUADRO VI

RESULTADOS TOTAIS					
1994			1989		
Total de freguesias	4 221		Total de freguesias	4 183	
Freguesias apuradas	11		Freguesias apuradas	4 183	
Freguesias por apurar	4 210		Freguesias por apurar	0	
Inscritos	8 476 939		Inscritos	8 053 168	
Votantes	3 023 837	35,67%	Votantes	4 129 707	51,28%
Abstenções	5 453 102	64,33%	Abstenções	3 923 461	48,72%
Branços	48 820	1,61%	Branços	66 118	1,60%
Nulos	47 711	1,80%	Nulos	65 987	1,60%
Total de mandatos	25		Total de mandatos	24	

Votos	%	Deputados	Votos	%	Deputados	
12 438	0,41	—	MTP	—	—	
11 065	0,37	—	PSN	—	—	
33 9330	11,22	3	CDU	594 961	14,41	4
377 485	12,48	3	CDS	584 800	14,16	3
17 717	0,59	—	PSR	31 576	0,76	—
2 585	0,09	—	MUT	—	—	—
23 671	0,78	—	PCTP	26 245	0,64	—
12 214	0,40	—	P XXI	—	—	—
1 051 944	34,79	9	PS	1 175 930	28,47	8
6 935	0,23	—	PDA	—	—	—
1 039 084	34,36	9	PSD	1 350 332	32,70	9
8 236	0,27	—	PPM	84 047	2,04	—
18 805	0,62	—	UDP	44 781	1,08	—
5 797	0,19	—	PRD	—	—	—

Fonte: *Jornal de Notícias*, 13.06.1994, p. 2.

GRÁFICO I

Apoia ou rejeita os Estados Unidos da Europa como um Governo Federal?

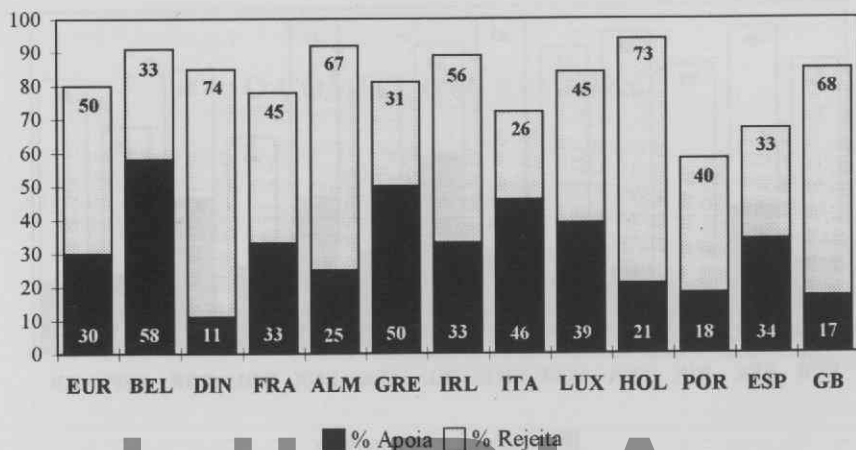
Fonte: *Público*, 02.06.1994.

GRÁFICO II

Apoia ou rejeita a moeda única?

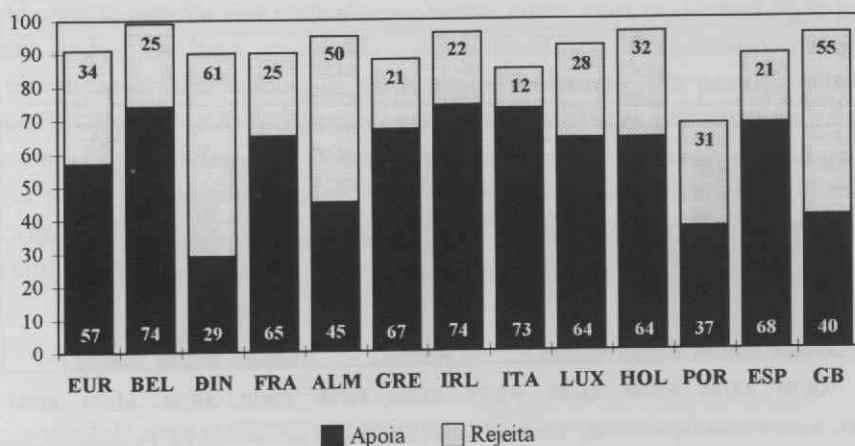
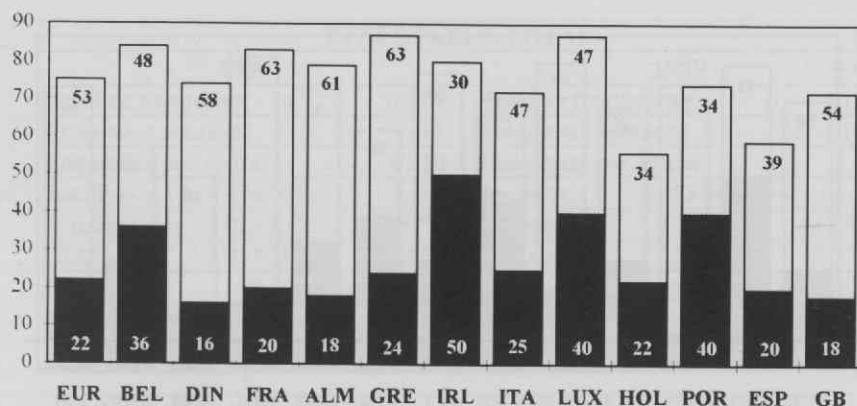
Fonte: *Público*, 02.06.1994.

GRÁFICO III

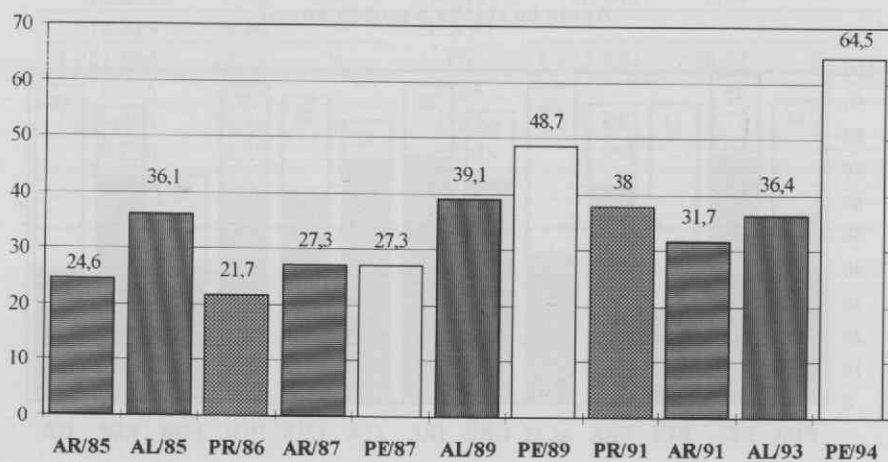
Está satisfeito ou insatisfeito com a forma como a União Europeia está a ser gerida?



■ Satisfeito □ Insatisfeito

Fonte: *Público*, 02.06.1994.

GRÁFICO IV



AL: Assembleia da República; AL: Autarquias Locais; PR: Eleições presidenciais; PE: Parlamento Europeu.

Fonte: *Jornal de Notícias*, 13.06.1994, p. 2.

O COMITÉ DAS REGIÕES**

O Estado-Nação está a tornar-se demasiado pequeno para a resolução de grandes problemas e demasiado grande para entender e resolver capazmente os pequenos problemas de ordem local.

Daniel Bell

Introdução

Actualmente, a «região» aparece como a primeira entidade territorial europeia. Com efeito, o Tratado de Maastricht, designadamente com a criação do *Comité das Regiões*, consagra a existência desta entidade infraestadual no seio do sistema institucional comunitário. Este reconhecimento orgânico resulta de uma longa evolução.

O *Comité das Regiões* enquadra-se, assim, numa nova conjuntura onde a nação tem vindo a dar lugar ao cidadão como unidade-base da construção europeia. Mas esta eventual transferência de predominância não tem sido pacífica uma vez que os Estados não estão preparados para abandonar as suas prerrogativas no funcionamento da União Europeia. Pelo contrário, o carácter intergovernamental parece reforçar-se e o papel das entidades infraestaduais permanece inferiorizado e subalternizado. Por outro lado, as regiões procuram, também, precaver-se. A presença do princípio de subsidiariedade no Tratado de Maastricht é a expressão desta desconfiança.

* Alunas do IV Curso de Mestrado em *Estudos Europeus* – Universidade do Minho.

** Trabalho realizado no âmbito da disciplina de *Estrutura e Funcionamento da Comunidade Europeia*. Agradecemos ao Prof. Doutor Manuel Gonçalves Martins a disponibilidade e apoio na realização deste trabalho. Uma palavra de gratidão para a Associação Nacional de Municípios Portugueses, na pessoa do Dr. Landri Pinto, que nos facultou a documentação que serviu de base a este estudo. Cumpre-nos agradecer a solicitude das câmaras municipais de Gondomar, Santo Tirso e Oeiras e dos governos autónomos da Madeira e Açores pela informações que nos forneceram.

O *Comité das Regiões*, como entidade específica de representação das regiões, vai ser analisado neste trabalho da seguinte forma: em primeiro lugar, procura-se justificar a sua existência nesta conjuntura; em segundo lugar, é apresentada a sua composição e estrutura organizativa, seguindo-se as suas atribuições.

Pelo facto de o *Comité das Regiões* ser considerado o instrumento privilegiado para a aplicação do princípio da subsidiariedade, tornou-se indispensável abordar este tema num capítulo à parte.

Para concluir, refere-se a importância dada pelos promotores desta instituição à sua posição na engrenagem institucional comunitária bem como ao seu impacto no poder local e cidadão comum.

PARTE I – O Novo Regionalismo Europeu

1.1. Generalidades

O Estado-Nação tem vindo a sofrer um desgaste, a nível superior e inferior, pela supranacionalidade e pela regionalização, sendo este um processo simultâneo. Segundo Manuel Braga da Cruz, «quanto maior a internacionalização, tanto maior a particularização do Estado. As regiões surgem hoje naturalmente no contexto europeu como o contrapeso e o reverso da unificação política»¹. Por esta razão, é frequente ouvir-se falar da *Europa dos Cidadãos* e da *Europa das Regiões*.

O *regionalismo* não é hoje entendido apenas como política regional, mas também como um «poder» político que se afirma paralelamente ao poder do Estado. Este *regionalismo* tem como principais intenções, conseguir uma maior homogeneidade económica e social, visando atenuar os desequilíbrios particularmente visíveis entre as diferentes regiões da Europa², e descentralizar o processo de decisões, permitindo assim uma maior aproximação dos cidadãos.

Assim sendo, «à maior centralidade político-administrativa do europeísmo tem vindo a corresponder assim a crescente descentralização do regionalismo. O Europeísmo e Regionalismo parecem ser de facto hoje dois novos enquadramentos do nacionalismo dos Estados europeus»³.

¹ Manuel Braga da Cruz (1992) – «Europeísmo, Nacionalismo e Regionalismo», *Análise Social*, vol. XXVII (118-119) (4º-5º), p. 827-853.

² Esta tomada de consciência levou a que, em 1989, se procedesse à reforma dos fundos estruturais. Com esta medida as regiões juntamente com os Estados-membros são parceiros no estabelecimento e execução das acções regionais.

³ Manuel Porto, «A Adesão à CEE: implicações para a Política de Desenvolvimento Regional em Portugal», *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, 1983.

A União Europeia inicialmente entendida como União de Estados soberanos, caminha no sentido de se transformar numa *União de Cidadãos*.

No entanto, esta *União Europeia de Cidadãos* corre o perigo de se centralizar e de perder a cidadania efectiva se não se sentir apoiada institucionalmente, ou seja, é necessária a existência de órgãos mediadores que estabeleçam a ponte entre o «centro» e a «periferia». Assim se justifica o aparecimento do *Comité das Regiões*. Mas esta instituição recentemente criada teve precursores...

1.2. Um precursor: o Conselho Consultivo das Colectividades Regionais e Locais

A Comissão promoveu a criação em 1988 do Conselho Consultivo das Colectividades Regionais e Locais. Este órgão, apesar de só ter a Comissão como interlocutora, proporcionou às colectividades territoriais uma tribuna europeia na qual se discutiam todos os assuntos relacionados com o desenvolvimento regional. Este órgão levou a um reforço do papel destas colectividades com o objectivo de criar o *Comité das Regiões* instituição que desempenhará as funções do seu antecessor.

1.3. O *Comité das Regiões*

Segundo Jacques Delors, no discurso proferido na sessão constitutiva do *Comité das Regiões*, «la création du Comité des Régions s'est inscrite dans la lignée des dispositions visant à faire participer tous les citoyens à cette grande aventure collective plus que subsidiarité, plus de pouvoirs conférées au Parlement européen, plus d'attention portée par les parlements nationaux aux affaires européennes.

«Les difficultés de ratification du traité sur l'Union Européenne n'ont donné que plus d'importance à ces dispositions, en révélant un écart de compréhension et d'adhésion par rapport à des avancées que l'on croyait depuis longtemps acquises. L'éveil soudain, et dont je me félicite bien sur de, l'attention des peuples à la construction européenne s'est mué en défiance, voire en rejet. Bref, la construction européenne ne va plus de soi. Elle ne peut se poursuivre qu'avec plus d'âme, plus de succès concrets et plus de participation des citoyens»⁴.

⁴ Cfr. Anexo I.

PARTE II – *Comité das Regiões*: ponte entre o Estado e o Cidadão

2.1. Composição

O artigo 198º. A, do Tratado da União Europeia, prevê o estabelecimento de um *Comité das Regiões* como órgão consultivo composto por representantes das autarquias regionais e locais.

O *Comité das Regiões* tem uma estrutura semelhante à do Comité Económico e Social, sendo composto por 189 membros e tendo a mesma repartição por países.

O *Comité das Regiões*, para além dos 189 membros, tem igual número de suplentes que são «nomeados por um período de quatro anos pelo Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta dos respectivos Estados-membros. Podem ser reconduzidos nas suas funções». Eles não devem «estar vinculados a quaisquer instruções. Exercerão as suas funções com plena independência, no interesse geral da Comunidade»⁵.

2.2. Repartição dos membros⁶

Repartição por Estado-membro dos membros do Comité⁷

Alemanha	24	França	24
Itália	24	Reino Unido	24
Espanha	21	Bélgica	12
Grécia	12	Países Baixos	12
Portugal	12	Dinamarca	9
Irlanda	9	Luxemburgo	6

Fonte: Artigo 198º. A, do Tratado da União Europeia.

Os membros efectivos e suplentes para o primeiro mandato de quatro anos foram nomeados pelo Conselho, no dia 26 de Janeiro de 1994.

De entre os seus membros, o Comité elege o Presidente e a Mesa para um mandato que terá a duração de 2 anos. Na reunião de Bruxelas, de 9 e 10 de Março, foi eleito Presidente do *Comité das Regiões*, Jacques Blanc (Presidente do Conselho

⁵ Artigo 198º A, do Tratado da União Europeia.

⁶ Na sua primeira sessão anual, em 1 e 2 de Fevereiro de 1995, o Comité das Regiões acolheu formalmente os seus 33 novos membros (12 austríacos, 9 finlandeses e 12 suecos).

⁷ *Idem*.

Regional do Languedoc-Rossilhão), o Vice-Presidente Pasqual Maragall I Mira (Presidente da Câmara Municipal de Barcelona) e os 28 membros da Mesa⁸.

Nos termos do Tratado da União Europeia segundo o artigo 198º. B, o *Comité das Regiões* adopta o seu próprio Regimento, submetendo-o à aprovação do Conselho, deliberando por unanimidade⁹.

2.3. Estrutura Organizativa

No que diz respeito à estrutura organizativa deste novo órgão comunitário, que representa as autarquias e as regiões dos Doze, ela é composta por oito comissões e quatro subcomissões¹⁰, que a seguir se apresentam:

Comissões do Comité das Regiões

Comissão 1	<i>Política Regional – Desenvolvimento Económico Finanças Locais e Regionais Presidência: M. Ermisch (Alemanha)</i>
Subcomissão	<i>Finanças Locais e Regionais Presidência: M. S. Andersen (Dinamarca)</i>
Comissão 2	<i>Ordenamento do Espaço Rural, Agricultura, Pescas, Florestas, Mar e Serra Presidência: M. Censi (França)</i>
Subcomissão	<i>Turismo – Espaço Rural Presidência: M. Flynn (Irlanda)</i>
Comissão 3	<i>Transportes e Redes de Comunicação Presidência: M. Lerma i Blasco (Espanha)</i>
Subcomissão	<i>Telecomunicações Presidência: M. Konter (Luxemburgo)</i>
Comissão 4	<i>Política Urbana Presidência M. Rutelli (Itália)</i>
Comissão 5	<i>Ordenamento – Ambiente – Energia Presidência: M. Hertog (Holanda)</i>
Comissão 6	<i>Ensino-Formação Presidência: M^{me}. Farrington (Reino Unido)</i>

⁸ Cfr. Anexo II.

⁹ Cfr. Anexo III. O Regulamento Interno foi estabelecido pelo *Comité das Regiões*, na sua 36ª. sessão plenária, em 17 e 18 de Maio de 1994; sendo aprovado pelo Conselho da União Europeia na sua 1759ª. reunião, em 25 de Maio de 1994.

¹⁰ Inicialmente estavam previstas apenas 5 comissões, mas as pressões dos delegados dos pequenos países levaram a direcção do *Comité das Regiões* a aumentar o número de comissões, permitindo assim que cada Estado-membro disponha pelo menos de uma presidência ou então de uma vice-presidência.

Comissão 7	<i>Europa dos Cidadãos – Investigação – Cultura – Juventude – Consumidores</i> Presidência: M ^{me} . Onkelinx (Bélgica)
Subcomissão	<i>Juventude e Desportos</i> Presidência: [a designar] (Reino Unido)
Comissão 8	<i>Coesão Económica e Social (eventualmente, com os Assuntos Sociais e Sanitários)</i> Presidência: M. Gomes (Portugal)

Fonte: *Nota de Informação n.º 7163/94 do Conselho*, Bruxelas, 03.06.1994

O facto de as comissões serem presididas por representantes de determinado país não significa que os outros Estados membros não integrem também as direcções dessas Comissões uma vez que, cada Comissão, além do Presidente, conta também com dois Vice-Presidentes. De facto, todos os representantes portugueses integram as Comissões. Na Comissão de Política Regional, estarão Alberto João Jardim, Jorge Lacão e Isaltino Moraes; na Comissão de Ordenamento do Espaço Rural, Torres Pereira, Joaquim Vairinhos e João Saraiva; na Comissão dos Transportes, Joaquim Couto, César Vilafranca e Isaltino; na comissão do Ambiente Mota Amaral, Vairinhos e Joaquim Couto; e na Comissão de Educação, Vieira de Carvalho, Gomes e Mota Amaral.

Ainda referente à representação dos Estados membros, no Comité, mais precisamente no que toca à questão dos substitutos, levantou-se, na Reunião Plenária de 17 e 18 de Maio, desta instituição comunitária, uma polémica. É que, ao contrário do que aconteceu em Portugal, onde foram os partidos políticos a indicar os seus representantes e os respectivos substitutos, na maioria dos outros Estados-membros são os próprios delegados que indicam quem os substitui»¹¹.

Esta última posição foi a regra que acabou por vigorar, o que obrigou a delegação portuguesa a repetir, pelo menos formalmente, a escolha dos suplentes.

PARTE III – Atribuição do Comité das Regiões

3.1. Competências Consultivas

O artigo 198.º, C do Tratado da União Europeia refere que «o Comité das Regiões será consultado pelo Conselho ou pela Comissão nos casos previstos no tratado e em todos os outros casos em que uma destas Instituições o considere oportuno».

¹¹ Raposo Antunes, «Gomes preside à Comissão de Coesão», *Público*, 1994.04.07.

O *Comité das Regiões* é obrigatoriamente consultado nos seguintes assuntos:

- Educação, Formação Profissional e Juventude (Título VIII, Capítulo 3, artº. 126º.).
- Cultura (Título IX, artº. 128º.).
- Saúde Pública (Título IX, artº. 129º.).
- Redes Transeuropeias (nos sectores das infraestruturas de transportes, das telecomunicações e da energia (Título XII, artº. 129º. D).
- Coesão económica e social (Título XIV, artº. 130º.-B; relatório sobre os progressos, artº. 130º. D Fundos Estruturais e artº. 130º.-E – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional).

Estes assuntos estão a ser objecto de deliberações, nas instâncias legislativas da União Europeia, dos quais indicamos sumariamente a sua natureza.

A. Coesão – Desenvolvimento Regional

1. Fundo de Coesão

Adopção de um regulamento que institui, de forma definitiva, o Fundo de Coesão e respectivo regulamento de aplicação (em conformidade com o artigo 130º.- D do Tratado).

O Fundo de Coesão visa o reforço da coesão económica e social da Comunidade. Os recursos disponíveis a título deste Fundo elevam-se a 15,15 mil milhões de Ecus, para o período de 1993-1999. Este Fundo contribuirá financeiramente para a realização de projectos no domínio do ambiente e das redes trans-europeia em matéria de infraestruturas de transportes nos Estados-membros cujo PIB, por habitante, seja inferior a 90% da média comunitária, ou seja, a Grécia, a Irlanda, a Espanha e Portugal.

A Reunião Plenária de 5 e 6 de Abril foi destinada, basicamente, à adopção do Regimento e do Parecer sobre o Regulamento relativo ao Fundo de Coesão (é indispensável o parecer do *Comité das Regiões* para que este Regulamento possa ser definitivamente aprovado pelo Conselho da União)¹².

2. Iniciativas Comunitárias

Na sequência da apresentação do *Livro Verde* sobre as iniciativas comunitárias, a Comissão aprovou uma abordagem global em matéria de iniciativas comunitárias.

¹² Como relatores deste parecer foram designados os membros portugueses Mota Amaral (Presidente do Governo da Região Autónoma dos Açores) e Jorge Sampaio (Presidente da Câmara Municipal de Lisboa). *Comité Économique et Social*, Bruxelas: Division Presse, 1994.03.01.

rias para o período de 1994-1999. Fixou a dotação financeira a atribuir a cada iniciativa. As iniciativas articulam-se em torno dos seguintes temas: cooperação inter-regional (INTERREG, REGEN), desenvolvimento rural (LEADER II), regiões ultraperiféricas (REGIS II), emprego e desenvolvimento dos recursos humanos (NOW, HORIZON; YOUTHSTART); mutações industriais (ADAPT, RECHAR; RESIDER; KONVER; RETEX; indústria têxtil de Portugal¹³; PME); política urbana (URBAN) e pescas (PESCA).

B. Saúde Pública

1. Europa contra a Sida

Propõe-se, com base nas conclusões do Conselho de Ministros da Saúde de 27.5.93, a prorrogação do plano de acção 1991-1993, até finais de 1994.

Estão previstas novas acções de informação e de sensibilização dirigidas a grupos-alvo, especialmente as populações migrantes.

C. Redes Transeuropeias – Transportes

Não obstante terem sido adoptados pelo Conselho, em 28.10.93, planos directores para as redes de transporte combinado, transporte rodoviário e transporte de navegação interior, a proposta de Decisão relativa aos Comboios de Alta Velocidade (CAV) não chegou a ser formalmente adoptada, apesar de o Conselho ter acolhido favoravelmente os trabalhos para a realização de um plano.

A Comissão propõe-se actualizar, os planos já adoptados e pretende apresentar mais planos.

C. Redes Transeuropeias – Informática

IDA – Intercâmbio de Dados entre Administrações

Visa o funcionamento do Mercado Interior, prioritariamente, a supressão do controlo nas fronteiras internas através da utilização conjunta, entre administrações nacionais e órgãos comunitários, de instrumentos e redes telemáticas.

¹³ O parecer sobre a «Iniciativa Comunitária para a Modernização da Indústria dos Têxteis-Vestuário em Portugal» foi aprovado por unanimidade pelo plenário do Comité das Regiões, sendo seu relator o Dr. Joaquim Barbosa Ferreira Couto (Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso).

C. Redes Transeuropeias – Telemática

RT – RDIS – Rede Digital com Integração de Serviços. A RDIS é uma rede polivalente que possibilita, com um só acesso, transmissão de voz, dados e imagem. Uma RT-RDIS ajudaria os actores do Mercado Único, nomeadamente as PME, a retirarem mais vantagens deste mercado. Este documento propõe orientações, uma acção comunitária plurianual com apoio financeiro, disposições administrativas e relações com países terceiros.

D. Energia

1. Projecto de decisão relativa às redes transeuropeias de electricidade e de gás natural.

Este documento compõe-se de:

- Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho relativo às orientações comunitárias em matéria de redes transeuropeias de energia.
- Proposta de Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece um conjunto de orientações respeitantes às redes transeuropeias no sector da energia.
- Proposta de Decisão do Conselho relativa a um conjunto de acções que visam a criação de um contexto mais favorável ao desenvolvimento das redes transeuropeias no sector da energia.

Em anexo às propostas é apresentada uma lista com projectos de interesse comum.

E. Social

1. Proposta de Decisão que adopta o programa *Juventude para a Europa* (3ª. fase)

Quando o Comité Económico e Social for «consultado ao abrigo do artigo 198º¹⁴, o *Comité das Regiões* será informado pelo Conselho ou pela Comissão desse pedido de parecer. Sempre que considerar que estão em causa interesses regionais específicos, o *Comité das Regiões* pode emitir parecer a esse respeito». Trata-se, portanto, de uma forma indirecta de consulta.

¹⁴ Artigo 198º do Tratado da União Europeia: «O Comité será obrigatoriamente consultado pelo Conselho ou pela Comissão nos casos previstos no presente Tratado, podendo igualmente ser consultado por estas Instituições, sempre que o considerem oportuno. O Comité pode tomar a iniciativa de emitir parecer, sempre que o considere oportuno».

3.2. Direito de Iniciativa

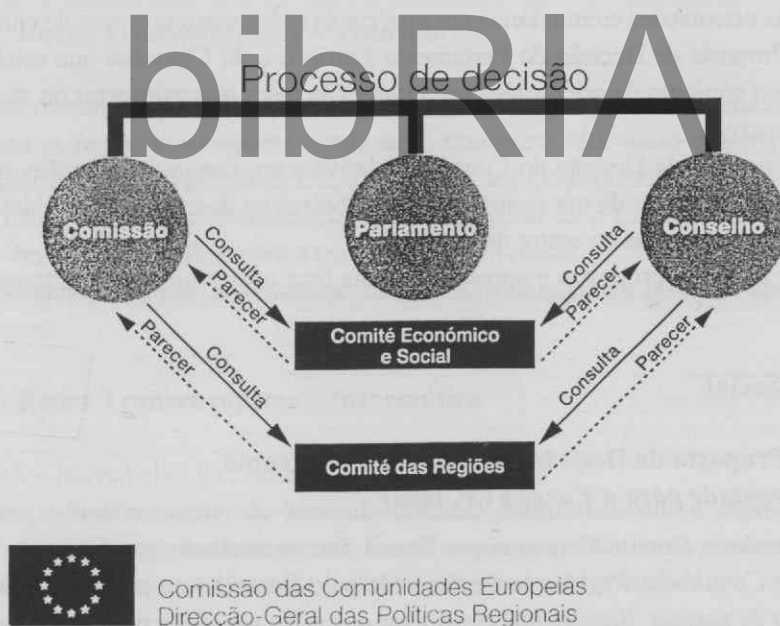
O Comité poderá, ainda, ser consultado em todos os casos em que o Conselho ou a Comissão o entendam oportuno.

Por fim, poderá emitir parecer de sua própria iniciativa nos casos em que o entenda útil, o que lhe permitirá seguir de perto a transposição da regulamentação comunitária com repercussões nas autarquias regionais.

Pelo facto de esta instituição poder formular o seu parecer sobre um assunto de política comunitária, mesmo não estando incluído nas matérias em que é obrigatoriamente consultado, podemos dizer que é uma instituição, de certa forma, autónoma.

3.3. Comité das Regiões no processo de decisão

O esquema seguinte ilustra o lugar do *Comité das Regiões* no sistema institucional comunitário.



O Tratado da União Europeia, no seu artigo 4º. nº. 2, estatui que «o Conselho e a Comissão são assistidos por um Comité Económico e Social e por um *Comité das Regiões* com funções consultivas».

PARTE IV – O *Comité das Regiões*: Instrumento para o exercício do princípio de subsidiariedade

Como refere o preâmbulo do Tratado da União Europeia, há a preocupação de se caminhar para «uma União cada vez mais estreita entre os povos da Europa em que as decisões serão tomadas ao nível mais próximo possível dos cidadãos». Esta preocupação pode ser aproximada do princípio de subsidiariedade que deve ser um dos princípios inspiradores quer das decisões, quer da aplicação das políticas comunitárias, razão pela qual se solicita às instituições comunitárias que afirmem a sua actuação respeitando simultaneamente as estruturas político-administrativas próprias dos Estados-membros.

O princípio de subsidiariedade contempla dois aspectos da actividade comunitária:

- em primeiro lugar, a necessidade da actuação comunitária. A Comunidade só poderá intervir quando os Estados-membros não possam alcançar por si mesmos o objectivo fixado;
- e em segundo lugar, a intensidade da sua intervenção de acordo com o necessário, em relação ao fim a alcançar.

É errado pensar que este princípio é uma novidade do Tratado da União Europeia (no seu artigo B do Título I e 3B do Título II)¹⁵. Na verdade o princípio de subsidiariedade já se encontrava enunciado no artigo 5º. do Tratado de Paris de 1951¹⁶ (que instituiu a Comunidade Económica do Carvão e do Aço, CECA) e ex-

¹⁵ Art. 3º. B do Tratado da União Europeia: «A Comunidade actuará nos limites das atribuições que lhe são conferidas e dos objectivos que lhe são cometidos pelo presente Tratado».

Nos domínios que não sejam das suas atribuições exclusivas, a Comunidade intervém apenas de acordo com o princípio da subsidiariedade, se, e na medida em que os objectivos da acção encerrada não possam ser suficientemente realizados pelos Estados-membros, e possam, pois, devido à dimensão ou aos efeitos da acção prevista, ser melhor alcançados ao nível comunitário.

A acção da Comunidade não deve exceder o necessário para atingir os objectivos do presente Tratado».

¹⁶ Art. 5º. do Tratado CECA: «A Comunidade desempenhará a sua missão, nos termos do presente Tratado, por meio de intervenções limitadas».

Para o efeito esclarecerá e facilitará a acção dos interessados, recolhendo informações, promovendo e definindo objectivos gerais; colocará à disposição das empresas meios de financiamento destinados aos respectivos investimentos e participará nos encargos de readaptações; assegurará o estabelecimento, manutenção e respeito de condições normais de concorrência e só intervirá directamente na produção e no mercado quando as circunstâncias o exigirem; as medidas necessárias para garantir o respeito das regras previstas no presente Tratado.

As Instituições da Comunidade exercerão estas actividades com um aparelho administrativo reduzido, em estreita cooperação com os interessados.

pressamente o Acto Único Europeu, em 1986, no seu artigo 130R n.º 3, referente ao meio ambiente¹⁷.

Não só se encontra no plano do direito originário, formulado de maneira mais ou menos clara, como também, e mais importante do que isso, passa a ser utilizado e reconhecido pelas próprias instituições comunitárias como um princípio aplicável quando estas se excedem no exercício das suas funções, como freio ao exercício extensivo de competências por parte delas.

O princípio era, portanto, bem conhecido tanto nos textos normativos como na prática comunitária, mas é com o Tratado de Maastricht que ele alcança uma relevância formal e um compromisso explícito, por parte das instituições comunitárias, de respeitá-lo, o que anteriormente só acontecia até certo ponto.

Neste tratado, mais precisamente com a alteração do artigo 146.º, um Estado-membro pode fazer-se representar no Conselho por um ministro regional investido de competência exclusiva.

O princípio de subsidiariedade, de origem política, tem como função garantir que as decisões se adoptem ao nível mais próximo possível dos cidadãos, mediante a limitação das acções adoptadas pelos níveis superiores da estrutura política.

Aplicado no âmbito comunitário, significa que a Comunidade só poderá assumir aquelas funções que os Estados-membros (a nível estatal, regional ou local) não possam realizar de maneira satisfatória.

Trata-se, portanto, fundamentalmente, de um princípio regulador de competências, sem um conteúdo material pré-determinado e concreto, de um princípio dinâmico cujos conteúdos podem ir variando segundo o momento e o estágio em que se encontre o processo de integração europeia.

Conclusão

Deste estudo ressaltam dois aspectos essenciais. Por um lado, o desconhecimento (quase) total do Poder Local e o desconhecimento do cidadão comum, em relação ao *Comité das Regiões*, e, por outro lado, a grande importância que todos os responsáveis dão a esta instituição considerada portadora de esperanças, formuladas por vezes com veemência.

Temos, assim, simultaneamente, os obreiros desta Iniciativa – *Comité das Regiões* – que vêem nele a oportunidade finalmente concretizada de fazer ouvir a voz das regiões que até agora não tinham sido associadas à elaboração das políticas co-

¹⁷ Artigo 130 R n.º 3: «O desenvolvimento económico e social da Comunidade no seu conjunto e o desenvolvimento equilibrado das suas regiões».

munitárias e os cidadãos desinformados relativamente à instituição que os representa.

Tendo em conta esta realidade, é preciso, antes de mais, assegurar a credibilidade do *Comité das Regiões* e informar e convencer os cidadãos da sua utilidade.

Será o *Comité das Regiões* capaz de responder às aspirações e às angústias dos cidadãos? O Presidente desta Instituição, Léon Bolendorff, responde afirmativamente. Refere que «a reestruturação da Europa coincide com a vontade de unidades comunitárias mais pequenas do que os Estados-Nação de tomar para si uma parte das responsabilidades e das competências da União. Estaremos, assim, à nossa escala, perante um novo contexto que interfere com as nossas estruturas e os nossos modos de pensar, e é isso precisamente que a subsidiariedade tem em conta. A reestruturação do espaço europeu em sentido lato e a aspiração dos cidadãos da União à consulta e à descentralização requeriam a instituição de um *forum* de avaliação das políticas comunitárias na perspectiva das regiões e do poder local, o que corresponde a uma aproximação entre o que a União faz e os que a vivem. Esta «relocalização», por assim dizer, impunha-se num momento em que a legitimidade e proximidade são os *leitmotiv* do discurso político e uma necessidade imperiosa.

Recoloca-se a mesma questão... Será o *Comité das Regiões* capaz de responder às aspirações e às angústias dos cidadãos?

A resposta será positiva se esta instituição conseguir pensar, em primeiro lugar, no cidadão e agir conforme os seus interesses.

Deve, portanto, dar-se a conhecer ao grande público e não ficar presa na teia das outras instituições comunitárias.

Anexo I

Intervenção do Presidente Jacques Delors na reunião constitutiva do Comité das Regiões, em Bruxelas, em 9 de Março de 1994

Monsieur le Président,
Monsieur le Ministre,
Mesdames, Messieurs,

En prenant la parole devant vous, je dois vous avouer une curieuse impression: en effet, je m'adresse à des hommes et des femmes que, pour la plupart, je connais – pour beaucoup d'ailleurs, nous nous connaissons bien et depuis longtemps ; et pourtant, j'ai un sentiment d'inédit, du fait qu'il n'est pas habituel de vous voir ainsi réunis, formant bloc, premiers membres d'un organe nouvellement créé, dont l'Union européenne est en droit d'attendre beaucoup.

En effet, *le comité des régions est appelé à renforcer la légitimité démocratique de l'union.*

S'il fallait justifier d'une phrase sa création, c'est celle-là que je mettrais en avant. Evitons bien sûr tout malentendu: l'Union européenne repose sur des États-nations, qui ont librement décidé de lui transférer une partie de leurs compétences dans certains domaines ou, en d'autres termes, plus positifs, d'exercer en commun une partie de la souveraineté. Et l'Union n'interfère pas dans la nature des rapports entre autorités centrales et autorités régionales. L'article F1, du traité de Maastricht, précise d'ailleurs que l'Union respecte l'identité nationale de ses États membres, identité dont fait partie l'organisation des structures de chacun de ces États.

Pour autant, les régions et les collectivités locales ont joué un rôle croissant dans notre aventure commune, au croisement de leur propre affirmation dans les États membres et du développement de politiques communautaires les impliquant étroitement – je ne pense pas qu'aux politiques régionales, mais aussi, entre autres exemples, à la politique des réseaux transeuropéens, de l'environnement ou de l'éducation. Ce rôle a déjà été reconnu avec la création en 1988, à l'initiative de la Commission, du Conseil consultatif des collectivités régionales et locales, et avec le développement de la notion de partenariat dans les politiques structurelles. Nous ne partons donc certainement pas de zéro.

Mais avec les négociations sur le traité de Maastricht, l'implication des collectivités territoriales a pris une tout autre dimension, le débat a presque changé de nature. Il a été dominé, vous le savez, par le fameux déficit démocratique, ce que d'autres appelleraient le poison technocratique.

Et la création du Comité des régions s'est inscrite dans la lignée des dispositions visant à faire participer tous les citoyens à cette grande aventure collective: plus de subsidiarité, plus de pouvoirs conférés au Parlement européen, plus d'attention portée par les parlements nationaux aux affaires européennes.

Les difficultés de ratification du traité sur l'Union européenne n'ont donné que plus d'importance à ces dispositions, en révélant un écart de compréhension et d'adhésion par rapport à des avancées que l'on croyait depuis longtemps acquises. L'éveil soudain, et dont je me félicite bien sûr, de l'attention des peuples à la construction européenne s'est mué en

défiance, voire en rejet. Bref, la construction européenne ne va plus de soi. Elle ne peut se poursuivre qu'avec plus d'âme, plus de succès concrets et plus de participation des citoyens.

D'où l'importance de votre rôle pour résorber cet écart. D'abord parce que votre implication va rapprocher des réalités locales, une construction perçue comme trop lointaine. Vous allez pouvoir faire part des sensibilités, des réactions du "terrain", et cela ne peut que donner davantage de chair à des débats souvent bien abstraits. En retour, vous aurez la responsabilité d'expliquer chez vous les politiques communautaires. Enfin, il n'est pas besoin de recourir à de grandes théories pour dire qu'une politique est d'autant mieux acceptée, appliquée, que ceux qui devront l'appliquer sur le terrain auront été associés à son élaboration. Bien sûr, des précautions ont été prises, pour ne pas alourdir un processus de décision déjà bien complexe. Mais votre rôle sera grand, et ne pourra que contribuer à renforcer l'adhésion des peuples, l'enracinement des politiques, bref: le sentiment d'être partie prenante à un même projet politique et sociétal.

Votre rôle sera grand, il sera aussi très original. En effet, *le Comité des Régions sera un organe unique sur l'échiquier institutionnel.*

Il le sera d'abord en raison de l'extraordinaire diversité de sa composition. Ici même, des présidents de grandes collectivités régionales sont assis aux côtés de maires de petites communes, des maires de grandes villes cotoient des élus du monde rural. Les pouvoirs respectifs des uns et des autres dans leur propre pays, même à "rang" égal si vous me permettez cette expression, sont extrêmement variables, et reflètent en cela l'organisation territoriale très diverse des États membres.

Le Comité des régions pourrait exercer un pouvoir très particulier fondé sur l'expertise et l'influence. Ce pouvoir s'exercera sur des matières d'importance considérable, je pense bien sûr aux politiques structurelles qui s'élèveront à plus de 155 milliards d'ECU sur la période 1994-1999. Je pense aussi aux réseaux transeuropéens, autre priorité des années à venir. Mais il me paraît important de souligner que vos compétences déborderont largement les seules politiques liées, de près ou de loin, au développement régional. Elles toucheront plus généralement les politiques économiques et sociales, avec leurs retombées pour les citoyens au niveau régional et local. Et c'est bien là que l'on voit que votre rôle sera en premier lieu, comme je l'ai dit, de donner de la chair à la construction européenne, de renforcer le sentiment d'appartenance des citoyens. Il sera aussi d'enrichir notre connaissance et d'alerter les institutions européennes sur les risques de dérapage, de tout nature.

Au total, le Comité des Régions porte une lourde responsabilité.

Le Comité des régions sera ce que vous en ferez et, dans un cadre institutionnel relativement mouvant – je pense à la conférence de 1996 –, il devra se positionner et démontrer son caractère indispensable. Vous êtes regardés pour l'instant avec méfiance par certains, avec un oeil trop ambitieux par d'autres. Permettez-moi d'avancer que votre défi sera double.

Il sera d'abord d'éviter le risque de dispersion. Outre la procédure de consultation obligatoire dans les domaines précisés par le traité, outre les consultations par le Conseil ou la Commission, le Comité pourra émettre un avis de sa propre initiative dans les cas où il le jugera utile. Cette dernière disposition peut constituer un instrument non négligeable d'affirmation du Comité, mais il s'agit d'une arme à double tranchant: s'il y a une inflation d'initiatives, volonté de s'occuper de tout, alors l'image du Comité risque de se brouiller.

En revanche, le Comité gagnera en crédibilité s'il se concentre dès les mois qui viennent sur quelques sujets cruciaux. Parmi ces sujets, permettez-moi de citer une application franche, mais raisonnable, du principe de subsidiarité, ainsi que la mise en oeuvre du Livre Blanc. Celui-ci, vous le savez, se veut un cadre de réflexion, mais aussi d'action pour sortir d'une crise économique et sociale qui dure depuis vingt ans et met en danger le rayonnement de l'Europe et sa capacité à conforter le modèle européen de société, miné par le chômage massif.

Il me paraît également naturel que vous participiez pleinement au débat qui s'est engagé sur l'aménagement du territoire européen, dans la foulée du Conseil informel des ministres compétents à Liège. Enfin, le Comité sera saisi des nouvelles initiatives communautaires, que nous voulons porteuses de riches innovations, et pour lesquelles votre avis sera demandé dans des délais très rapprochés; c'est vrai aussi du Fonds de cohésion et des réseaux transeuropéens.

L'autre risque que je me permets de mettre en avant, c'est celui de ne pas parvenir à faire prévaloir une certaine forme d'intérêt général sur les querelles intestines liées aux statuts et aux intérêts différents qui sont les vôtres, et qui s'ajoutent à l'inévitable confrontation des intérêts nationaux. L'Union souffrirait cruellement d'une absence de volonté de promouvoir nos intérêts communs. Le Comité ne saurait être un groupe d'intérêts de plus. Il doit contribuer à façonner la construction européenne, ce qui suppose à mon avis que vous parveniez à exprimer collectivement une vision de l'Europe que vous voulez bâtir.

Mesdames, Messieurs,

Vos responsabilités sont donc grandes. Je tiens ici à vous dire combien la commission européenne souhaite que vous réussissiez. Les débats préparatoires au traité de Maastricht ont montré que la Commission avait souhaité votre naissance, et même qu'elle avait voulu un nouveau-né vigoureux. Croyez que mes collègues, à commencer bien sûr par M. Millan ici présent, seront à vos côtés pour soutenir vos premiers pas. L'Union européenne a besoin de vous. La balle est désormais dans votre camp.

Anexo II**A Mesa do Comité das Regiões**

Presidente:	Jacques BLANC (França)
Vice-Presidente	Pasqual MARAGALL (Espanha)
Membros	Manfred DAMMEYER (Alemanha)
	Erwin TEUFEL
	Klaus WEDEMEIER
	Luc Van den BRANDE (Bélgica)
	Robert COLLIGNON
	Knud ANDERSEN (Dinamarca)
	Soren ANDERSEN
	Juan José LUCAS JIMENEZ (Espanha)
	Juan Carlos RODRIGUEZ IBARRA
	Jean-Louis JOSEPH (França)
	Roland NUNGESSER
	Jean-Jacques WEBER
	Thrasylvoulos LAZARIDIS (Grécia)
	Leonidas KOURIS
	Tony McKENNA (Irlanda)
	Sean O'NEACHTAIN
	Fiorella GHILARDOTTI (Itália)
	Guido RHODIO
	Domenico RICCHIUTI
	Léon BOLLENDORFF (Luxemburgo)
	Carlo MEINTZ
	Schelto PATUN (Países Baixos)
	Philip HOUBEN
	Jorge SAMPAIO (Portugal)
	João Bosco MOTA AMARAL
	Sir Peter BOWNESS (Reino Unido)
	Charles GRAY
	Eurig WYN

Anexo III

COMITÉ DAS REGIÕES

REGULAMENTO INTERNO

estabelecido pelo Comité das Regiões na sua 3ª sessão plenária, em 17 e 18 de Maio de 1994; aprovado pelo Conselho da União Europeia na sua 1759ª reunião, em 25 de Maio de 1994

TÍTULO I

ORGANIZAÇÃO DO COMITÉ

CAPÍTULO 1

DOS ÓRGÃOS DO COMITÉ

Artigo 1º.

Os órgãos do Comité são a Assembleia Plenária, a Mesa e as Comissões. O Comité é assistido por um Secretariado-Geral.

CAPÍTULO 2

DA INSTALAÇÃO DO COMITÉ

Artigo 2º.

Após cada renovação quadrienal, o Comité será convocado pelo decano, no prazo máximo de um mês, após ter sido comunicada aos membros do Comité a sua nomeação pelo Conselho. A primeira sessão é presidida pelo mais velho dos membros presentes, assistido pelos quatro membros mais jovens presentes e pelo Secretário-Geral do Comité que compõem a Mesa provisória.

Nessa sessão, o presidente decano dará conhecimento ao Comité da comunicação que lhe foi feita pelo Conselho, a respeito da nomeação dos membros do Comité, e declarará-o-á instalado por um novo período de quatro anos.

Artigo 4º.

No decurso da primeira sessão, realizada nos termos do artigo 1º. A, o Comité, pre-

sido pela Mesa provisória, elegerá a sua Mesa para o período de dois anos a contar da data da instalação do Comité, referida no mesmo artigo.

A Mesa provisória permanece em funções até à proclamação do resultado da eleição da Mesa do Comité. Nenhum debate, cujo teor seja alheio à eleição da Mesa do Comité, pode ter lugar sob a presidência da Mesa provisória

CAPÍTULO 3

DA ASSEMBLEIA PLENÁRIA

Artigo 5º.

1. O Presidente do Comité convoca a Assembleia plenária pelo menos uma vez por trimestre. No início de cada ano a Mesa fixa o calendário das reuniões plenárias.

2. O Presidente procede à convocação de uma Assembleia plenária extraordinária no prazo de um mês sempre que, pelo menos, 32 membros o requeiram.

Artigo 6º.

1. O projecto de ordem do dia é preparado pela Mesa e enviado, pelo Presidente, aos membros e suplentes do Comité logo que possível, regra geral um mês antes da abertura da sessão plenária, acompanhado dos projectos de parecer das comissões. Os documentos de sessão devem estar disponíveis, em tempo útil, em todas as línguas oficiais.

2. No início de cada sessão, a Assembleia Plenária aprova a ordem do dia. As

propostas de alteração devem chegar à Mesa até ao dia útil que precede a abertura da sessão plenária. O mesmo se aplica à inscrição na ordem do dia de assuntos urgentes.

Os membros podem organizar entre si reuniões preparatórias.

Artigo 7º.

A Assembleia Plenária pode deliberar validamente sempre que estiver presente a maioria dos membros do Comité. Todavia, a verificação do quórum deve ser requerida, pelo menos por 10 membros. Na falta de quórum, a votação efectua-se na reunião seguinte, no decurso da qual a Assembleia plenária pode deliberar validamente, independentemente do número de membros presentes.

Artigo 8º.

A Assembleia plenária pronuncia-se por maioria dos sufrágios expressos, salvo disposição em contrário do presente regulamento.

A requerimento de, pelo menos, 32 membros, a Assembleia procede a uma votação por escrutínio secreto.

3. A votação sobre as pessoas efectua-se por escrutínio secreto.

4. As propostas de alteração aos projectos de parecer deverão ser subscritas, pelo menos, por seis membros e entregues à Mesa até 24 horas antes da abertura da sessão plenária. As alterações de compromisso apresentadas no decurso da reunião plenária devem ser subscritas por, pelo menos, seis membros.

Artigo 9º.

1. O Presidente, ouvida a Mesa, designa a comissão competente para elaboração de cada parecer; em caso de urgência a Mesa é informada na reunião seguinte. O Presidente pode, nos mesmos termos, convidar uma ou mais comissões a emitir um parecer complementar.

A comissão designada a título principal é a única competente para submeter parecer ao Comité, anexando-lhe os pareceres das

comissões designadas a título complementar.

3. Se houver urgência e a comissão competente se pronunciar por unanimidade, esse projecto de parecer do Comité pode ser transmitido ao Conselho e à Comissão, para informação, sendo apresentado para adopção sem debate na Assembleia plenária seguinte.

Artigo 10º.

1. O Comité emite pareceres por iniciativa própria nos casos que considere útil, por proposta de uma comissão, por proposta da Mesa ou de pelo menos 32 membros.

As propostas de parecer de iniciativa apresentadas por membros do Comité devem ser enviadas à mesa até 72 horas antes da abertura da sessão da Assembleia plenária.

Artigo 11º.

Aplica-se por analogia o disposto no artigo 10º, quando, consultado o Comité Económico e Social nos termos do parágrafo terceiro do artigo 198º, C do Tratado que institui a Comunidade Europeia, o Comité considere estarem em causa interesses regionais ou locais.

Artigo 12º.

Podem participar nas sessões da Assembleia plenária representantes do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão, os quais podem usar da palavra.

Artigo 13º.

1. Por norma, o tempo de uso da palavra no plenário é limitado. A limitação do tempo de uso da palavra é decidida pela Mesa antes de cada debate; cabe ao Presidente fixar as regras de aplicação.

2. Antes do encerramento da sessão da Assembleia Plenária, o Presidente comunica o dia, a hora e o local da reunião seguinte, bem como os pontos conhecidos da respectiva ordem do dia.

CAPÍTULO 4

DOS MEMBROS DO COMITÉ

Artigo 14º.

Qualquer membro efectivo, impedido de assistir à reunião plenária, pode fazer-se substituir por um suplente no seio da sua delegação nacional. Cada membro suplente apenas pode aceitar delegação de um membro efectivo. O suplente exerce todos os poderes do membro efectivo na reunião a que diz respeito a substituição. A delegação do direito de voto deve ser comunicada ao Secretariado-Geral. A Mesa fixa as modalidades de participação parcial no plenário dos membros suplentes devidamente mandatados.

Artigo 15º.

1. O mandato de membro do Comité cessa por renúncia, morte ou caso de força maior. O seu sucessor é nomeado pelo tempo remanescente do mandato.

2. A renúncia ao mandato deve ser comunicada ao presidente do Comité, que informa o Conselho que, constatando a vaga, dá início ao processo de substituição.

Artigo 16º.

Sob reserva do disposto no artigo 11º., o direito de voto não pode ser delegado.

Artigo 17º.

Os privilégios e imunidades dos membros e suplentes regem-se pelo disposto no artigo 11º. do Protocolo relativo aos privilégios e imunidades das Comunidades Europeias.

Artigo 18º.

A Mesa estabelece as normas de execução relativas às despesas de viagem e estada dos membros, no respeito pelas disposições tomadas no âmbito do processo orçamental.

CAPÍTULO 5

DA MESA E DO PRESIDENTE

Artigo 19º.

1. A Mesa é eleita por dois anos. É composta por trinta membros, incluindo o Presidente, o primeiro Vice-Presidente e um membro por país com o estatuto de Vice-Presidente. A composição da Mesa tem em conta, tanto quanto possível, a representação equilibrada da diversidade geográfica das Comunidades Europeias.

2. O Presidente e o primeiro Vice-Presidente são eleitos pela assembleia plenária, por escrutínio secreto, sem debate e por maioria absoluta de sufrágios expressos. A eleição só se pode efectuar se estiverem presentes dois terços dos membros. A eleição do Presidente e do primeiro Vice-Presidente é feita por escrutínios separados. Para a eleição dos outros membros da Mesa pode ser constituída uma lista única de candidaturas, sendo a forma de escrutínio a mesma.

3. Não havendo lista única, cada membro é eleito por escrutínio separado, por maioria absoluta dos sufrágios expressos no primeiro escrutínio e por maioria relativa nos escrutínios seguintes.

A Mesa estabelece a lista dos 12 membros que terão estatuto de Vice-Presidentes, que apresenta ao plenário para ratificação.

Artigo 20º.

O membro da Mesa cujo mandato no Comité haja cessado ou que deixe de ter assento na Mesa, é substituído pelo período remanescente do mandato, nos termos do artigo 16º.

Artigo 21º.

Aquando da renovação quadrienal, compete à Mesa cessante assegurar o andamento dos assuntos correntes até à primeira reunião do novo Comité.

Artigo 22º.

1. Compete à Mesa preparar as decisões a submeter ao plenário e assegurar a continuidade da acção do Comité.

2. A Mesa prepara, organiza e coordena os trabalhos do plenário e das comissões. Para esse efeito, pode convidar a assistir às suas reuniões outros membros do Comité em razão da sua competência ou do seu mandato, bem como personalidades externas.

Os representantes do Conselho e da Comissão podem assistir às reuniões da Mesa.

3. A Mesa determina, por via de instruções, as normas de execução das disposições do presente regulamento interno no pleno respeito por este e pelo regime linguístico previsto pelo Regulamento nº. 1/58 do Conselho, de 15 de Abril de 1958.

4. Compete à Mesa assegurar o acompanhamento dos pareceres emitidos pelo Comité mediante relatório que o Presidente, ou um dos membros da Mesa, apresenta à Assembleia plenária no início de cada sessão. No quadro deste relatório, o Conselho e a Comissão são convidados a comunicar ao Comité o seguimento que deram aos seus pareceres.

5. A Mesa adopta o projecto de mapa previsional das receitas e despesas, que apresenta à Assembleia plenária, nos termos do artigo 29º.

Artigo 23º.

A Mesa reúne por iniciativa do Presidente, pelo menos uma vez por trimestre, e sempre que este o considere necessário, ou, pelo menos, seis dos seus membros o requeiram. Existe quórum quando estiverem presentes, pelo menos, metade dos seus membros. As deliberações são tomadas por maioria dos sufrágios expressos.

Artigo 24º.

1. O Presidente dirige os trabalhos do Comité.

2. O Presidente representa o Comité.

3. No impedimento do Presidente, este é representado pelo primeiro Vice-Presidente; na ausência do primeiro Vice-Presidente,

te, o Presidente é representado por um dos Vice-Presidentes.

CAPÍTULO 6

DAS COMISSÕES

Artigo 25º.

1. A Assembleia plenária constitui comissões permanentes e temporárias e sub-comissões, encarregadas de preparar os seus trabalhos. O plenário decide sobre a sua composição e atribuições.

2. As comissões permanentes podem criar, por proposta de metade dos seus membros ou da Mesa, os grupos de trabalho permanentes ou temporários que considerem necessários.

Artigo 26º.

Cada comissão designa um Presidente e, pelo menos, dois Vice-Presidentes.

Artigo 27º.

1. A composição das comissões permanentes deve reflectir a repartição nacional existente no Comité.

2. Os membros das comissões podem fazer-se substituir por um suplente por eles designado.

3. Os membros das comissões podem fazer-se acompanhar por um perito.

4. Os membros do Comité devem tomar assento numa comissão, no mínimo, e em duas, no máximo, salvas as excepções previstas pela Mesa para os membros das representações nacionais menos numerosas.

Artigo 28º.

Após cada renovação quadrienal, a Assembleia plenária constitui as comissões no decurso da sua primeira sessão.

CAPÍTULO 7

DA ADMINISTRAÇÃO DO COMITÉ

Artigo 29º.

1. O Comité é assistido por um Secretariado-Geral dirigido por um Secretário-Geral que exerce as suas funções sob a au-

toridade do Presidente, que representa a Mesa.

2. O Secretário-Geral participa, com voto consultivo, nas reuniões da Mesa, assegurando que sejam lavradas as respectivas actas. O Secretário-Geral assegura a execução das decisões da Mesa ou do Presidente, tomadas por força do presente regulamento interno.

3. O Secretário-Geral pode delegar poderes nos limites fixados pelo Presidente.

4. O Secretário-Geral presta perante a Mesa o compromisso solene de exercer as funções com isenção e conscienciosamente.

5. A Mesa, sob proposta do Secretário-Geral, determina a estrutura organizativa do Secretariado-Geral por forma a que este possa assegurar o funcionamento do Comité e dos seus órgãos e prestar assistência aos membros do Comité no exercício do respectivo mandato.

Artigo 30º

1. Em conformidade com o protocolo nº. 16 do Tratado, o Secretariado-Geral do Comité e o Secretariado-Geral do Comité Económico e Social dispõem de serviços comuns. As modalidades de funcionamento são definidas por acordo entre os dois comités.

2. Os Secretários-Gerais regulam de comum acordo as questões relativas aos serviços comuns.

Artigo 31º

1. Os poderes atribuídos pelo Estatuto dos Funcionários das Comunidades Europeias à entidade competente para proceder a nomeações são exercidos:

- em relação ao Secretário-Geral, sob proposta da Mesa, pelo Conselho quanto à aplicação dos artigos 1º. e 13º.;

- segundo parágrafo do artigo 15º., artigos 16º., 22º., 29º., 30º., 31º., 32º., 38º., 40º., 41º., 49º., 50º., 51º., 78º., 87º., 88º., 89º. e 90º. do Estatuto, e pela Mesa quanto às outras disposições do Estatuto;

- em relação aos funcionários dos graus 6 a 8 da categoria A e do quadro linguístico, e das categorias B, C e D, pelo Secretário-Geral;

- em relação aos outros funcionários, pela Mesa, sob proposta do Secretário-Geral.

2. Os poderes atribuídos pelo Regime Aplicável aos outros Agentes das Comunidades à entidade competente para celebrar contratos são exercidos:

- em relação aos agentes temporários dos graus 6 a 8 da categoria A e do quadro linguístico, e da categoria B, C e D, pelo Secretário-Geral;

- em relação aos outros agentes, pela Mesa, sob proposta do Secretário-Geral;

- em relação aos conselheiros especiais (Gabinete), pelo Presidente nas condições fixadas pelo artigo 82º. do Regime Aplicável aos outros Agentes.

Artigo 32º

1. O Secretário-Geral apresenta à Mesa, para adopção, o projecto de mapa previsional das receitas e despesas do Comité para o exercício orçamental do ano seguinte. A Mesa apresenta este projecto à Assembleia plenária.

A Assembleia plenária adopta o mapa previsional das receitas e despesas do Comité e apresenta-o à Comissão e, para informação, ao Conselho e ao Parlamento Europeu, em tempo útil para assegurar a observância dos prazos impostos pelas disposições financeiras.

2. O orçamento do Comité é executado em conformidade com o disposto no regulamento financeiro.

TÍTULO II

PROCESSO NOS ÓRGÃOS DO COMITÉ

CAPÍTULO 8

DO FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES

Artigo 33º

Às comissões será fixado um prazo para apresentação de um projecto de parecer do Comité.

1. O presidente da comissão, de acordo com os vice-presidentes, fixa a data e a ordem do dia das reuniões.

2. As comissões reúnem por iniciativa do respectivo presidente ou a requerimento de um quarto dos seus membros.

Artigo 35º.

1. As comissões reúnem validamente se estiver presente a maioria dos seus membros.

2. Cada membro das comissões dispõe de um voto. As deliberações são tomadas por maioria dos sufrágios expressos.

Artigo 36º.

1. Os trabalhos da Assembleia plenária são públicos, salvo deliberação contrária do plenário.

2. Os presidentes das comissões propõem, em função da ordem do dia das respectivas reuniões, que estas sejam ou não públicas.

Artigo 37º.

Excepcionalmente e com o acordo da Mesa, as comissões podem organizar audições públicas sobre um ou vários pontos da ordem do dia, podendo também, com o mesmo fim, convidar personalidades em razão da sua competência.

Artigo 38º.

Os representantes do Conselho, da Comissão e do Parlamento Europeu podem assistir às reuniões das Comissões e responder a perguntas apresentadas pelos seus membros.

Artigo 39º.

Por proposta dos respectivos presidentes, as comissões designam um relator para cada projecto de parecer. Em caso de processo de urgência, o Comité pode nomear um relator-geral. Podem ser adoptados no plenário, por votação sem debate, os pareceres que hajam recolhido unanimidade em comissão.

Artigo 40º.

Das reuniões dos órgãos do Comité são lavradas actas pelo Secretariado-Geral.

Artigo 41º.

Os pareceres do Comité são publicados no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

CAPÍTULO 9

DA COOPERAÇÃO COM AS INSTITUIÇÕES

Artigo 42º.

Os pareceres do Comité dirigem-se ao Conselho e à Comissão.

CAPÍTULO 10

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 43º.

1. A Assembleia plenária delibera, por maioria dos seus membros, a revisão parcial ou integral do presente regulamento interno.

2. A Assembleia plenária designa uma comissão *ad hoc* para elaborar um relatório e um projecto, com base nos quais a mesma Assembleia aprova as novas disposições por maioria dos seus membros.

3. Após aprovação pelo Conselho, deliberando por unanimidade, as novas disposições entram em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial*.

Artigo 44º.

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

Fonte: *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, n° L 132/49, 1994.05.27.

Anexo IV

PROJECTO DE PARECER

sobre a Proposta de Regulamento do Conselho
que institui o Fundo de Coesão

O Comité das Regiões

CONSIDERANDO que o artigo 2º. do Tratado da União Europeia contempla, entre outras missões, a promoção da coesão económica e social e da solidariedade entre os Estados-membros, que constituem objectivos essenciais para o desenvolvimento e o êxito da Comunidade, e que por seu lado, o artigo 3º. menciona o reforço da coesão económica e social como uma das acções da Comunidade destinadas a alcançar os fins enunciados no artigo 2º;

CONSIDERANDO que o artigo 130º. A do Tratado dispõe que, a fim de promover um desenvolvimento harmonioso do conjunto da Comunidade, esta desenvolverá e prosseguirá a sua acção no sentido de reforçar a sua coesão económica e social procurando em especial, a Comunidade reduzir a disparidade entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões e o atraso das regiões menos favorecidas, incluindo zonas rurais;

CONSIDERANDO que em Declaração anexa ao Tratado, os Estados-membros reconheceram que as regiões ultraperiféricas da Comunidade (departamentos franceses ultramarinos, Açores, Madeira e Ilhas Canárias) sofrem de um atraso estrutural importante, agravado por diversos fenómenos, cuja constância e acumulação prejudicam gravemente o seu desenvolvimento económico e social;

CONSIDERANDO que o artigo 130º.- D prevê a criação de um Fundo de Coesão, que contribuirá financeiramente para a realização de projectos nos domínios do ambiente e das redes transeuropeias em matéria de infra-estruturas de transportes;

CONSIDERANDO que os Estados-membros acordaram que o Fundo de Coesão fornecerá contribuições financeiras comunitárias para projectos nos Estados-membros com um PNB per capita inferior a 90% da média comunitária, que tenham definido um programa que lhes permita preencher os requisitos de convergência económica estabelecidos no artigo 104º.-C do Tratado;

CONSIDERANDO que os Chefes de Estado e de Governo, reunidos em Lisboa, a 26 e 27 de Junho de 1992, e em Edimburgo, a 11 e 12 de Dezembro de 1992, acordaram os princípios e as modalidades de implementação do Fundo de Coesão, e que, no âmbito das perspectivas financeiras para o Orçamento Geral das Comunidades Europeias, o Conselho Europeu decidiu que os recursos disponíveis para as autorizações orçamentais do Fundo de Coesão se elevariam a 15.150 milhões de Ecus;

CONSIDERANDO que, existindo a possibilidade de se virem a verificar atrasos na ratificação do Tratado da União Europeia, os Chefes de Estado e de Governo convidaram a Comissão a apresentar, e o Conselho a adoptar, antes de 1 de Abril de 1993, uma proposta relativa à criação de um instrumento temporário, fundado no artigo 235º. do Tratado de Roma, que permitisse um apoio financeiro à Irlanda, à Grécia, a Portugal e a Espanha, nos domínios de aplicação do Fundo de Coesão;

CONSIDERANDO que, respondendo ao convite do Conselho Europeu, a Comissão propôs e o Conselho adoptou, a 30 de Março de 1993, o Regulamento (CE) n.º 792/93 que institui um Instrumento Financeiro de Coesão, a vigorar até 1 de Abril de 1991 e que, por decisão do Conselho de 10 de Março de 1993, foi prolongada a vigência deste regulamento até 31 de Dezembro de 1994, a fim de permitir uma continuidade entre este Instrumento e o Fundo de Coesão;

CONSIDERANDO que, a 21 de Dezembro de 1993, a Comissão apresentou ao Conselho uma proposta de regulamento do Conselho que institui o Fundo de Coesão e uma proposta de regulamento relativa às suas normas de execução (Doc. COM(93) 699 final) 2;

CONSIDERANDO que, em 3 de Março de 1994, o Conselho decidiu, nos termos dos artigos 130.º, D e 198.º, C do Tratado da União Europeia, consultar o Comité das Regiões (CdR) sobre a proposta de Regulamento que institui o Fundo de Coesão, solicitando que o parecer fosse emitido no prazo de um mês a contar da data de recepção do pedido,

ADOPTOU

por...,

na 2.ª Reunião Plenária, realizada a 5 e 6 de Abril de 1994, o parecer que se segue:

OBSERVAÇÕES GERAIS

1.1. Regulamento que Estabelece Normas de Execução

Nos termos do artigo 198.º, C do Tratado, e tendo em conta a importância de que se reveste o Fundo de coesão para se atingir o objectivo da coesão económica e social, o CdR considera oportuno incluir no presente parecer observações sobre a proposta de regulamento que estabelece as normas de execução do Fundo de Coesão, apresentada pela Comissão ao Conselho em 21 de Dezembro de 1993 (Doc. COM83) 639 final).

1.2. Subsidiariedade e Parceria

Tendo em conta o princípio da subsidiariedade definido no Tratado da União, em que o Conselho Europeu de Edimburgo recomendou que as modalidades de aplicação do Fundo de Coesão tivessem por base a experiência adquirida na execução dos fundos estruturais e que um dos princípios fundamentais da reforma dos fundos estruturais é o princípio da parceria, definido no artigo 4.º do Regulamento (CEE) 2081/93 do Conselho, de 20 de Julho de 1993, o CdR considera que as autoridades competentes a nível regional e/ou local, deverão ser estreitamente associadas à gestão do Fundo de Coesão (estabelecimento de prioridades, aprovação de projectos, avaliação e acompanhamento dos mesmos e participação nos Comités de Acompanhamento que vierem a ser criados).

1.3. Coordenação entre instrumentos de desenvolvimento

A promoção da coesão económica e social requer uma acção concertada dos diferentes instrumentos financeiros comunitários, nomeadamente dos fundos estruturais, do Fundo de Coesão e do Banco Europeu de Investimento. Assim, o CdR considera que, na aprovação dos projectos candidatos ao Fundo de Coesão, a Comissão deverá ter em conta a sua compatibilidade com as medidas previstas nos programas operacionais aprovados no âmbito do

quadro Comunitário de Apoio de cada Região, por forma a assegurar uma maior sinergia entre todos os instrumentos de desenvolvimento utilizados (nomeadamente através da inserção de dotações financeiras do Fundo de Coesão no plano indicativo de financiamento dos Quadros Comunitários de Apoio).

1.4. Concentração

O CdR apoia inteiramente a disposição que prevê que, até ao final de 1999, só os quatro Estados-membros que respondem actualmente ao critério relativo ao PNB, enunciado nas conclusões do Conselho Europeu de Edimburgo, sejam elegíveis ao Fundo de Coesão. De facto, estas disposições traduzem o princípio da concentração geográfica dos recursos comunitários com finalidade estrutural, consagrado na reforma dos fundos estruturais.

1.5. Equilíbrio entre Ambiente e Transportes

O CdR considera muito importante que em cada Região seja atingido um equilíbrio adequado entre os projectos a apoiar no domínio do ambiente e das infraestruturas de transporte, tendo devidamente em conta que nem sempre os montantes financeiros envolvidos reflectem a importância de um projecto e o seu impacto no desenvolvimento regional.

OBSERVAÇÕES ESPECÍFICAS

2.1. Linhas Directrizes para os Projectos de Transportes

O Comité das Regiões sublinha a importância de que se reveste a disposição n.º 1 do artigo 3.º, que permite apoiar projectos de interesse comum de infraestruturas de transporte que contribuam para a realização dos objectivos enunciados no artigo 129.º - B do Tratado, mesmo antes do Conselho adoptar as linhas directrizes adequadas. De facto, os Estados-membros beneficiários do Fundo de Coesão não podem ser prejudicados por eventuais atrasos na aprovação destas linhas directrizes. Recorda-se, a propósito, que o Conselho Europeu de Bruxelas, de 10 e 11 de Dezembro de 1993, solicitou ao Parlamento e ao Conselho que acelerassem os procedimentos tendentes a permitir a adopção dos planos directores em falta até 1 de Julho de 1993.

2.2. Indiscrição dos Recursos Financeiros

O CdR chama a atenção da Comissão para que os recursos financeiros previstos no artigo 4.º da proposta de regulamento são, de acordo com os compromissos assumidos em Edimburgo, expressos em termos reais e devem, portanto, ser objecto de uma indexação apropriada.

2.3. Condicionalidade Macroeconómica

O CdR lembra que, no n.º 1 do artigo 6.º, da proposta do regulamento, está prevista uma suspensão de financiamento do Fundo de Coesão, desde que o Conselho decida que existe um défice orçamental excessivo nas condições previstas no artigo 104.º - C do Tratado. Assim, solicita ao Conselho que, na determinação do défice orçamental excessivo, tenha em conta, para além das excepções previstas no n.º 2 do Artigo 104.º - C do Tratado, as metas constantes dos programas de convergência aprovados pelo Conselho.

2.4. Limitação da Dimensão Financeira dos Projectos

O n.º 3 do artigo 10.º da proposta de regulamento determina que o custo total de um projecto ou de um grupo de projectos não pode, em princípio, ser inferior a 10 milhões de Ecus. Tendo em conta que o objectivo desta disposição é assegurar a aprovação de projectos com impacto significativo no desenvolvimento regional e inter-regional, e que este impacto não está necessariamente ligado à sua expressão (especialmente no caso dos projectos no domínio do ambiente), o CdR considera que se deve suprimir esta disposição.

2.5. Participação das Autoridades Regionais e Locais

O CdR considera que, sendo o objectivo principal do Fundo de Coesão atingir a coesão económica e social na União, as autoridades regionais e locais devem participar plenamente no processo de selecção e aprovação de projectos. Solicita assim, que no n.º 4 do artigo 10.º seja especificado que os pedidos de concessão de apoio devem ser obrigatoriamente acompanhados de pareceres das autoridades regionais e/ou locais das regiões envolvidas, sobre o impacto regional e inter-regional dos projectos em causa. Solicita-se ainda que, no n.º 5 do mesmo artigo, as prioridades estabelecidas pelos Estados-membros beneficiários o sejam com a participação suficiente das autoridades regionais e locais directamente envolvidas.

2.6. Modulação de Critérios

O n.º 5 do artigo 10.º determina os critérios que serão utilizados para garantir a elevada qualidade dos projectos a aprovar. O CdR considera que estes critérios deverão ser modulados, no caso de projectos a realizar em regiões ultraperiféricas, para ter em conta os efeitos acumulados da pequena dimensão, da distância e da dispersão territorial (no caso dos arquipélagos).

2.7. Controlo Financeiro

O n.º 5 do artigo 12.º da proposta do regulamento prevê que a Comissão adoptará as normas de execução relativas ao controlo financeiro e comunicá-las-á, para informação, ao Parlamento Europeu. Tendo em conta a importância de que se reveste esta matéria, o CdR pretende ser incluído nesta disposição ao mesmo título do Parlamento Europeu.

2.8. Informação e Publicidade

O n.º 1 do artigo 14.º da proposta de regulamento estabelece que a Comissão apresentará para análise um relatório anual sobre as actividades do Fundo ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões. À semelhança do que está previsto para o Parlamento Europeu, o CdR reserva-se o direito de se pronunciar sobre o referido relatório e solicita à Comissão que tenha em devida conta as observações que vierem a ser emitidas.

2.9. Compromissos e pagamentos

O CdR procurou dar especial atenção às disposições relativas às autorizações orçamentais e pagamentos de contribuição financeira previstos na proposta de regulamento de aplicação, dada a sua importância para a gestão orçamental das autoridades regionais e lo-

cais que participam no financiamento dos projectos apoiados pelo Fundo de Coesão. Neste âmbito propõe as seguintes alterações:

- a alínea b) do n.º 7 do artigo 4.º prevê que podem ser efectuados pagamentos intermédios desde que o projecto progrida satisfatoriamente e tenham sido realizados pelo menos 2/3 das despesas ligadas ao pagamento precedente. Atendendo a que as conclusões do Conselho de Edimburgo recomendaram que as disposições financeiras do Fundo de Coesão se fundam na experiência adquirida na implementação dos fundos estruturais e que, neste quadro, o limiar utilizado é de 50% e não 213, o CdR propõe que neste caso seja igualmente aplicada a regra dos 50%

- a alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º prevê que o saldo retido pela Comissão corresponda, em regra geral, a 20% do custo total do projecto, podendo em casos justificados ser reduzido para 10%. O paralelismo com os fundos estruturais não se pode aplicar neste caso: a gestão dos Fundos Estruturais é feita por programas e não por projectos como é o caso do Fundo de Coesão; no caso dos Fundos Estruturais o saldo é calculado sobre a última fracção anual do programa e não sobre o custo total do projecto. Assim, o CdR entende que a retenção de um saldo de 10% deve ser a regra geral a aplicar a todos os projectos financiados pelo Fundo de Coesão, sob pena de se pôr em perigo a conclusão de certos projectos.

2.10. Comitês de Acompanhamento

O artigo 6.º da proposta de regulamento de aplicação prevê a criação de Comitês de Acompanhamento nos quais o CdR considera imprescindível que estejam representadas as autoridades regionais e locais envolvidas.

2.11. Relatório Anual

O CdR considera que na lista de informações, que deverão ser incluídas no relatório anual, constante do anexo à proposta de regulamento de aplicação, deva ser acrescentado um ponto relativo ao impacto regional e inter-regional dos projectos.

Bibliografia

- A Europa e Maastricht. Guia Prático para a Europa 93* (1993) – Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Comissão das Comunidades Europeias, *Inforegio News*, Políticas Regionais da Comunidade Europeia.
- Comité das Regiões (1994.03.04) – *Informação sobre as Previsões de Consultas ao Comité das Regiões*, Bruxelas.
- Comité das Regiões (1994.03.09) – *Discurso do Decano e Presidente em exercício, Léon Bollendorff*.
- Comité das Regiões, *Projecto de Parecer sobre a Proposta de Regulamento do Conselho que Institui o Fundo de Coesão* (doc. cou (93)699 final).
- Comité Económico e Social (1994) – *Sete Perguntas e Respostas sobre o Comité das Regiões* (nota de imprensa), Bruxelas.
- CRUZ, Manuel Braga da (1992) – «Europeísmo, Nacionalismo, Regionalismo», *Análise Social*, vol XXVII (118-119) (4º-5º), p. 827-853.
- El Sistema Institucional de la Union Europea – La Cumbre de Maastricht*, 1991-1992.
- Inforegio News – Boletim Informativo*, nº. 4 PT: *A Europa dos Municípios*, Maio de 1994.
- MARGALL, Pasqual, «Le Rôle des Collectivités Locales et Régionales dans la Constriction Européenne», *The Council of European Municipalities and Regions Reference Book 1993-1994*, 1994, p. 15-41.
- MORO, Lucía Millán (1994) – «El Principio de Subsidiariedad en el Tratado de la Unión Europea y las Comunidades Autónomas», *Revista Europa Junta*, p. 5-10.
- Nota de Informação Geral sobre o Comité das Regiões* (1994) – Bruxelas.
- «Participación local en el Fondo de Cohesion», *Carta Local*, nº 49, Maio de 1994, p. 22.
- PIRES, Francisco Lucas (1994) – *Tratados que instituem a Comunidade e a União Europeias*, Lisboa: Editorial Notícias.
- RAPOSO, Antunes (1994.04.07) – «Gomes Preside à Comissão de Coesão», *Público*.

Regulamento Interno, J.O.C., nº. L 132/94 de 27.05.94.

Resolução sobre Participação das Regiões no Processo de Construção Europeia – Comité das Regiões – Parlamento Europeu.

Revista Carta Local – Comité de las Regiones y los Entes Locales – Participation local en el Fondo de Cohesion, nº 49, Mayo 1994.

Semanário Económico (1992) – Tratado da União Europeia, Lisboa.

Tratado da União Europeia

Tratado de Paris

Tratado de Roma

VAUCHER, Marc (1994) – «Réalité Juridique de la Notion de Région Communautaire», *Revue Trimestrielle de Droit Européenne*, nº 4, p. 525-550.

bibRIA

Mameli Pereira Rodrigues

Mauro Barreto

PROPOSTA DO CONSELHO DE ATERO ELEMENTOS PARA O SEU ESTUDO

bibRIA

bibRIA

TOPONÍMIA DO CONCELHO DE AVEIRO ELEMENTOS PARA O SEU ESTUDO¹

1. Apresentação

A Toponímia é comumente referida como um dos ramos da Onomástica, a par da Antroponímia e da Hidronímia². Nessa classificação, como disciplina auxiliar da História, a Toponímia pouco mais tem sido que o insondado repositório de elementos de leitura directa. Algumas obras da historiografia mais recente – como o dicionário *A Nova História* – nem referência breve lhe fazem³.

Por razões que se prendem com a evolução epistemológica e metodológica das diferentes correntes historiográficas – que têm questionado os resultados da análise macro-histórica –, diferente sorte tem tido a Antroponímia. A inusitada importância que o nome adquiriu na historiografia das últimas décadas explica-se, pois, por razões intrínsecas à História⁴. Mas, também, por razões que lhe são alheias, como o fim da ilusão etnocêntrica, a queda e ascensão de paradigmas, a falência dos modelos organizacionais burocráticos, estatistas e centralizadores, etc.

Como afirma Carlo Ginsburg, «a utilização do nome para abrir novos campos à investigação histórica não é nova. É conhecida a mudança de perspectiva que a demo-

* Mestre em *História Contemporânea de Portugal*. Professor do ISCIA.

** Mestrando em *História Moderna*. Professor da Escola Secundária Nº. 1, de Aveiro.

¹ A presente lista toponímica do concelho de Aveiro, organizada e apresentada pelo primeiro subscritor, foi realizada com base num trabalho académico elaborado pelos dois signatários, no âmbito da disciplina de *Técnicas de Investigação Arqueológica*, da licenciatura em *Arqueologia*, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no ano lectivo de 1989-1990.

² Cfr. José M. Amado Mendes (1993) – *A História Como Ciência. Fontes, Metodologia e Teorização*, 3ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, p. 107-108.

³ Cfr. Jacques Le Goff *et al* (1990) – *A Nova História*. Coimbra: Almedina. Ainda que mais compreensivelmente, também o *Dicionário de História de Portugal* a ignora.

⁴ Sobre a importância do nome na historiografia mais recente, veja, Carlo Ginsburg (1991) – *A Micro-História e Outros Ensaios*. Lisboa: Difel (col. «Memória e Sociedade»), p. 170-178.

grafia nominal produziu no âmbito da demografia histórica, apontando um novo objecto de pesquisa para lá das fontes estritamente demográficas»⁵. Depois dos primeiros trabalhos, ainda na década de 50, é no decurso do balanço da história quantitativa serial e da concomitante aproximação História/Antropologia que se assiste à *emergência do nome na história*. Os temas e as metodologias da micro-história passam a ocupar, paulatinamente, o lugar de primeiro plano durante décadas assegurado pelos estudos da longa duração. «Na perspectiva do longo período – isto mesmo notava recentemente Steven Kaplan – é difícil compreender os problemas quotidianos da sobrevivência. Raciocina-se por médias decenais, médias móveis, extraídas de folhas quase logarítmicas. A vida real (expressão que encerra sem dúvida, elementos de ambiguidade) é largamente posta à margem. E a visão de longo período pode “gerar uma abstracta, homogeneizada história social, desprovida de carne e de sangue, não convincente apesar do seu estatuto científico”»⁶. Entre nós, o olhar dos linguístas antecede o interesse dos historiadores pela antroponímia, mas estes alargaram-lhe as possibilidades⁷.

De facto, o nome tornou-se «o fio condutor», «uma bússola preciosa» dos mais recentes estudos históricos⁸. Os estudos de caso (*case studies*), o «regresso» da Biografia e a emergência da Prosopografia – qualitativa, centrada no estudo das elites, ou quantitativa, virada para a inquirição de agregados sociais mais amplos – e o renovado olhar para a Genealogia são apenas os testemunhos mais evidentes desse movimento⁹.

Pela sua natureza, a Toponímia inscreve-se mais na longa duração do que no tempo da biografia. Mesmo assim, durante a vaga serialista, não foi explorada nem as suas potencialidades reveladas. A micro-história – a *ciência do vivido* – vai, por certo, atribuir à Toponímia um outro papel, diverso do que tem tido, pois ela incorpora as

⁵ Carlo Ginsburgo, *ob. cit.*, p. 174. Refere-se à obra de L. Henry, impressa em 1958, «La population de Crulai, paroisse normande», in *Travaux et Documents de l'INED*, Paris.

⁶ *Idem*, *ob. cit.*, p. 171.

⁷ Pela diversidade de objectivos como pela diversidade metodológica adoptada, e sem qualquer preocupação de inventário, eis alguns estudos que sublinham a importância do nome na História e na Cultura Portuguesa: Iria Gonçalves (1973-74) – «Onomástica Pessoal da Lisboa de Quinhentos», in *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*, n.º 79-80, p. 14-59. João Rosa Ferreira *et al* (1982) – «Contribuição para o Estudo das Atitudes perante a Morte nos Testamentos da Região de Lisboa, no Século XVII», in *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*, n.º 88, p. 33-62. Maria de Fátima de Rezende F. Matias (1982) – «Breve Contributo para o Estudo da Influência Marítima nos Nomes de Família Portugueses (Aveiro e Ílhavo)», in *Biblos*, vol. LVIII, p. 13-27.

⁸ *Idem*, *ob. cit.*, p. 175.

⁹ Sobre os limites da Prosopografia e a proposta crítica de Carlo Ginsburgo – que propõe uma *Pro-sopografia*, ver Carlo Ginsburgo, *ob. cit.* p. 176. Os mais importantes textos da emergência da Biografia são referidos em José M. Amado Mendes (1992) – «A Biografia na História», *Munda*, n.º 24, p. 33-42. Veja, também, Eduardo Freitas (1987) – «O Método Biográfico: as Histórias de Vida em seu favor», *O Estudo da História*, n.º 3-4 (II série), p. 75-78.

estruturas, os sistemas invisíveis em que se situa e articula o vivido. A problemática das relações entre a Memória e a História, a Nova História Económica, a Nova História Cultural e a Nova História Política vão conceder à Toponímia – rural e urbana – um lugar que lhe foi durante muito tempo recusado.

Não estando dependente do documento escrito, a Arqueologia – especialmente a Arqueologia de períodos sem escrita – tem olhado a Toponímia de forma diferente, ainda que de forma limitada. Louis Frédéric, para quem «alguns lugares falam por si próprios», considera que os estudos dos especialistas em onomástica toponímica (e de etimologia) «têm por vezes um valor indicativo importante para o arqueólogo»¹⁰. A Toponímia é, pois, olhada como um precioso instrumento de prospecção arqueológica.

Ora, foi exactamente essa perspectiva que adoptámos na recolha de topónimos do concelho de Aveiro. No trabalho que a presente recolha de topónimos integrava, conjugámos a toponímia com a fotografia aérea. Vejamos o uso que fizemos da Toponímia.

Dando continuidade a uma recolha anterior, realizada por Helena Carvalho, começámos por verificar o rigor desse levantamento e a natureza das suas fontes. Os livros de registo das matrizes prediais rústicas e urbanas, existentes nos arquivos das secções das Secções de Finanças de Aveiro e Esgueira – donde partiu Helena de Carvalho –, contêm inúmeros erros, como a numeração repetida e saltos de centenas de números, para além dos vários lapsos de anotação dos topónimos, grafados de forma diversa¹¹. Mas, mesmo assim, pelo seu carácter sistemático, esses livros são um instrumento muito valioso, central para o estudo da toponímia do concelho. Esses livros de matrizes, da segunda década deste século, constituem como que uma estação arqueológica em que os diversos estratos, de vários séculos, estão «dispostos» horizontalmente. Só um outro trabalho de confronto com registos notariais e paroquiais poderia aferir a fidelidade do trabalho dos louvados, bem como as omissões impostas pela memória dos lugares.

Meio século após a publicação do Código de 1913, é publicado Código de Contribuição Predial e do Imposto sobre a Indústria Agrícola¹². A introdução do cadastro geométrico e razões de técnica tributável fizeram com que esta reforma ignorasse os métodos das avaliações anteriores. Eis porque a toponímia das matrizes prediais actuais não tem a riqueza toponímica verificada nas anteriores. Postos de parte, desde os

¹⁰ Louis Frédéric (1980) – *Manual Prático de Arqueologia*. Coimbra: Livraria Almedina.

¹¹ Na matriz de Oliveira, por exemplo, dos primeiros anos deste século, existem dois segundos volumes e muitos erros de numeração.

¹² Decreto-Lei n.º 45.104, de 1 de Julho de 1963 (Cfr. A. M. Cardoso da Mota (1972) – *Contribuição Industrial e Imposto sobre a Indústria Agrícola*. Coimbra: Atlântica Editora).

anos 60, os grossos volumes do cadastro matricial do concelho, utilizados nesta recolha, ficaram abandonados numa cave húmida que serve de arquivo àquele organismo¹³.

Ao levantamento toponímico existente acrescentámos as freguesias em falta e construímos uma base de dados para consulta e estudo toponímico do concelho¹⁴.

Após a selecção dos topónimos que eventualmente indiciassem a existência de vestígios com interesse arqueológico sobrevoámos os locais não cobertos de arvoredo e realizámos a batida de campo dos locais seleccionados.

Os trabalhos de arqueologia das primeiras décadas, de características pré-científicas acabaram por não ter continuidade. Em Aveiro limitaram-se quase à recolha de objectos e seu cotejo formal, tendo sido dada uma superlativa importância a Cacia e à descoberta da lendária Talábriga. Os outros lugares foram quase ignorados.

Até há muito pouco, a abertura de estradas, no concelho, não despertou a atenção de ninguém. É verdade que, ao contrário de outros países, em Portugal não se aplicam as regulamentações comunitárias que determinam, por exemplo, «que o património arqueológico seja contemplado nos estudos de impacte ambiental»¹⁵. É verdade que o «uso de maquinaria pesada atinge níveis mais profundos dos solos, destruindo o espólio que lá se encontra [...], que todos os dias são destruídas estações arqueológicas»¹⁶. Mas também é verdade que o fraco desenvolvimento e divulgação dos estudos de arqueologia entre nós constitui parte do problema, o que explica, por certo, o alheamento das associações de defesa do património para essa problemática. Essa situação permite concluir que a região continua à espera de um estudo arqueológico global, sistemático, necessariamente moroso e dispendioso, obra de uma equipa pluridisciplinar.

As fotografias aéreas zenitais com que podemos contar possibilitaram-nos a análise do parcelamento e da propriedade, a distribuição da mancha florestal, a identificação de caminhos mais antigos¹⁷. Mas não permitiram muito mais do que ter uma visão

¹³ Depois de termos alertado as autoridades municipais para o risco de perda daqueles volumes, contando com a cooperação do chefe daquela Repartição de Finanças, Sr. Jorge Claro, a quem ficámos em dívida pela enorme disponibilidade e simpatia com que olhou o nosso trabalho, os livros foram, algum tempo depois, entregues à guarda do Arquivo Distrital de Aveiro.

¹⁴ Base de dados realizada em dBase III Plus, compilada com Clipper. A base permite ordenar alfabeticamente os dados por freguesias ou topónimos. Possui ficheiros com extensão ".TXT" que podem ser lidos por qualquer processador de texto. Agradecemos ao Eng. Afonso J. Oliveira a colaboração na realização dessa base de dados. Esta base pode ser consultada na Biblioteca Municipal de Aveiro.

¹⁵ Cfr. José Morais Arnaud (nas IV Jornadas Arqueológicas, 1990.05.17-19) citado por Ana Ferreira, «Arqueologia sofre agressões diárias», *Público*, 1990.05.06, p. 26.

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ Fotografias realizadas em Junho e Julho de 1958. Encontram-se na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

global da região. Depressa vimos, com António J. Nunes Monteiro, que «se J. Baradez defendia as fotografias verticais como suficientes para a prospecção arqueológica, dada a sua experiência na zona desértica, hoje grande número de especialistas renunciaram quase completamente ao uso deste tipo de cobertura em favor das fotografias oblíquas obtidas a baixa altitude, com recurso a aviões lentos»¹⁸.

A *Arqueologia Aérea* despertou em nós enorme curiosidade. Depois da recolha e selecção toponímica sobrevoámos os diversos lugares do concelho¹⁹. Dada a natureza do trabalho não foi possível continuar os voos. Era necessário fotografar em condições atmosféricas e épocas do ano diferentes. Um número reduzido de voos só de uma forma muito feliz e excepcional permitiria divisar os índices pedográficos, o que não aconteceu, como os diapositivos revelaram.

Contudo, um dos diapositivos realizados em Verdemilho, em terrenos do *Crasto*, sobre uma grande mancha escura provocada pela água da rega, revela inúmeros círculos claros. Poderemos inferir da existência de vestígios arqueológicos? Seria desejável rever aquela propriedade com o terreno escassamente molhado.



Crasto de Verdemilho. 1990.05.06. Foto MFR

¹⁸ António J. Nunes Monteiro (1984) – *A Fotografia Aérea ao Serviço da Arqueologia*. Coimbra, p. 18. Trabalho mimeografado – Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra.

¹⁹ Estamos gratos ao Sr. Artur A. Vidal, do Aeroclube de Aveiro, por ter acedido ao nosso pedido. Depois de um contratempo com o seu aparelho (um ultra-ligeiro Commorano, de dois lugares e de fabrico italiano), sobrevoámos a região com o Sr. Capitão Abílio Alves Ferreira, no seu bimotor ultra-ligeiro, de dois lugares, fabricado em França, a cerca de 100 m de altitude, à velocidade média de 80 Km/hora. Queremos expressar ao Sr. Capitão Abílio Alves Ferreira a nossa gratidão.

Note-se que na freguesia de Aradas, de que faz parte o lugar de Verdemilho, além de *Crasto*, existem outros topónimos como *Chão das Pedras*, *Murtório*, *Ouro* ou *Eirô*, *Pedra Moura* e *Torreão de Verdemilho*. A atenção dada aos crastos na Arqueologia não é nova. Ainda que não tenha referido esta região, Irisalva Moita estudou em 1965 a distribuição e significado da toponímia castreja. «O singular “castrum” significava, no latim, lugar fortificado, entrincheirado»²⁰. Segundo esta autora, este designativo aparece, com muita frequência no Norte e na Galiza, e começa a rarear, conforme vamos caminhando para Sul. Contrariamente, o topónimo *Castelo* – que aqui aparece em S. Bernardo – é mais frequente no Sul do que no Norte. Não havendo grande abundância de crastos e castelos, aqueles são mais numerosos que estes.

Em Cacia, numa pequena elevação de terreno cultivada com milho, denominada *Aidos da Torre* (e não *Sítio da Torre*), a noroeste da igreja de S. Julião, encontramos um elevado número de fragmentos de cerâmica. Foi ali, por certo, que Alberto Souto realizou as suas escavações. Numa prospeção superficial pudemos confirmar a existência abundante da cerâmica referida por aquele investigador.

Com a ajuda dos topónimos, além destes lugares, pudemos analisar outros com eventual interesse arqueológico, como *Mamodeiro*, embora a mancha de eucaliptos não permita perceber a localização aérea da *Mamoá*. Este topónimo foi registado, também, em Eixo.

Mas a toponímia fornece, igualmente, matéria-prima para o estudo de outras épocas e actividades. Topónimos como *Amassadeiras*, *Barreiro*, *Barreiros*, *Barro*, *Barros*, *Cova do Barro*, *Forno*, *Forninho*, *Forno da Telha*, *Forno Velho* ou *Olarias* são bons exemplos, permitindo conhecer a localização e importância da actividade dos oleiros, na região de Aveiro. O fabrico de adobes deixou marcas em três freguesias: *adobes*, *adobeiro*, *adobeiros*, *Cova dos Adobes*, *Gândara dos Adobes*, *Leira dos Adobes* ou *Vale dos Adobes*. Noutras, é possível recensear topónimos tão diversos como *Saboaria*, *Agra dos Judeus*, *Cova do Ouro*. A minuciosa identificação e localização de quintas, moinhos e azenhas complementa as informações paroquiais e notariais.

Apesar da grande importância que a Toponímia assume nos trabalhos publicados no *Arquivo do Distrito de Aveiro*, a toponímia do concelho de Aveiro (como de outras regiões) continua desconhecida e à espera de ser estudada e sistematizada²¹.

²⁰ Irisalva Moita (1965) – *A Toponímia Castreja. Distribuição e Significado*. Comunicação apresentada ao IV Colóquio Português de Arqueologia. Porto, p. 11.

²¹ Além do *Arquivo do Distrito de Aveiro*, para o estudo toponímico da região, devem consultar-se os dicionários e enciclopédias do século XIX: Américo Costa (1929-1050) – *Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular*, Porto; António Carvalho da Costa (1868) – *Corografia Portuguesa*, Braga; Augusto Pinho Leal (1873) – *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa; Joaquim da Silveira, *Revista Lusitana*, tomos 16, 17, 24, 26, 33, 35 e 39; recentemente (1994) foi publicado, do mesmo autor, *Estudos da Toponímia da Bairrada e outras notas*. Porto: Figueirinhas.

A convicção de que a presente lista toponímica poderia ser útil a estudiosos e investigadores justifica a sua publicação. Porque, na sua totalidade, a base atingira mais do dobro dos topónimos aqui apresentados (2.750), inviabilizando a sua edição nesta revista, foram suprimidas as repetições e as indicações dos números das matrizes a que se referem, bem como os livros onde haviam sido registados.

Topónimos do Concelho de Aveiro

Códigos das Freguesias

Aradas	01	Glória	06
Cacia	02	Nariz	07
Eirol	03	Oliveirinha	08
Eixo	04	Requeixo	09
Esgueira	05	Vera Cruz	12

Açuda, 05
 Adobeiro, 01
 Adobeiros, 01
 Adobos, 02
 Adro da S^a. da Graça, 04
 Afeiteira, 02
 Agra Baixa, 02
 Agra de Aradas, 01
 Agra de Baixo, 02
 Agra de Cacia, 02
 Agra de Cima, 02
 Agra de Cima, 05
 Agra de Dentro, 02
 Agra de Esgueira, 05
 Agra de Fora, 05
 Agra de Sá, 12
 Agra de Verdemilho, 01
 Agra de Vilarinho, 02
 Agra do Facho, 05
 Agra do Meio, 02
 Agra do Norte, 02
 Agra do Paço, 05
 Agra do Sá, 12
 Agra dos Judeus, 06

Agra dos Selões, 02
 Agra dos Setões, 02
 Agra Grande, 05
 Agra Nova, 02
 Agra Nova, R. Direita da Ribeira, 02
 Agra Pequena, 05
 Agra, 01
 Agra, 01
 Agra, 02
 Agra, 05
 Agra, 06
 Agrads de S. Tomás, 06
 Agrinha, Vilar, 06
 Agrinhas, Vilar, 06
 Agro, 04
 Agro, 05
 Agro, 09
 Agrueira, 01
 Agueiros, 08
 Aguela, 04
 Aguião, 04
 Aidinho, 09
 Aido da Igreja, 03

Aido da Fonte, 02
 Aido da Poça, 03
 Aido da Velha de Verba, 07
 Aido de Baixo, 03
 Aido de Cima, 07
 Aido do Bicho, 07
 Aido do Bucho, 07
 Aido do Carcho, 09
 Aido do Cosme, 09
 Aido do Couteiro, 01
 Aido do Garrido, 01
 Aido do Machinho, 02
 Aido do Marco, 08
 Aido do Padre, 07
 Aido do Pereira, 07
 Aido do Queirós, 01
 Aido do Remédio, C. do Valado, 08
 Aido do Roque, 08
 Aido do Silva, Vilar, 06
 Aido Maria Morais, Carcaveiros, 03
 Aido Velho, 03
 Aidos, 05

- Aidos, 07
 Aidos, 08
 Aidos, 09
 Aidos, Oliveirinha, 08
 Aidos, Q. do Gato, 12
 Aidos d'Azurva, 05
 Aidos da Capela, 05
 Aidos da Torre, 02
 Aidos da Velha de Verba, 07
 Aidos da Vessada, 07
 Aidos de Azurva, 05
 Aidos de Celha, 07
 Aidos de Cima, 09
 Aidos de Verba, 07
 Aidos do Porto de Ílhavo, 07
 Alagôa, 04
 Alagôa, 07
 Alagôa, 09
 Alagôas, 02
 Alagoela, 04
 Alagoinha, 09
 Albariça, 02
 Albarroco, 07
 Albegada, 02
 Albegadas, 02
 Albergada, 05
 Alcaide, 08
 Alegrias, 05
 Alevegada, 03
 Alfândega de Cima, 01
 Alfândega, 01
 Algarvia, 01
 Algueirinho, 01
 Almas do Bragal, 09
 Almas do Pereira, 05
 Almoinhas, 04
 Alquebe, 01
 Alquebe, Q. do Picado, 01
 Alquebres, 08
 Alquieves, 08
 Altegadas, 02
 Altos da Matança, 02
 Altos de Lamamá, 02
 Altos de Matança, 02
 Alumieira, 05
 Alvadio, 07
 Alvariça, 02
 Alvegada, 02
 Alvegada, 03
 Alvegada, 09
 Alvegadas, 07
 Alvergada, 09
 Alvogadas, 07
 Amarôa, 05
 Amarôna, 01
 Amarôna, Bonsucesso, 01
 Amassadeira, 06
 Amassadeiras, Vilar, 06
 Ameiro, 09
 Amoreira, 02
 Amoreiras, 02
 Amorinha, Campo d'Horta, 04
 Amoroso, 05
 Amoroso, 12
 Andoeiro, S. Bernardo, 06
 Andoeiros, 05
 Andoeiros, 12
 Angejóa, 02
 Aos cinco caminhos, 02
 Apolical, 03
 Arada, 01
 Arada, Coimbrão, 01
 Aradas, 01
 Aradas, R. Direita, 01
 Aradas, Valinhos, 01
 Araújo, 08
 Arcola, 09
 Arcoza, 09
 Areal, 05
 Areal, 08
 Areal da Ponte Velha, 03
 Areal de Esgueira, 05
 Areal dos Ricos, 03
 Areal dos Ricos, Campo, 03
 Areia ou Cova do Ouro, 05
 Areia, 02
 Areia, 05
 Areias, 05
 Areias, Vilar, 06
 Areias de Verba, 07
 Areosa, 03
 Areosa, 09
 Arieira, 02
 Arieiro, 01
 Arieiro, 02
 Arieiro, 04
 Arieiro, 05
 Arieiro, 06
 Arieiro, 07
 Arieiro da Matança, 02
 Arieiro do Caldeira, 06
 Arieiro, lim. do Paço, 02
 Arieiro, S. Bernardo, 06
 Arinho, 09
 Ariosa, 04
 Arneiro, 09
 Arneiros, 05
 Arneiros, 05
 Arnelas, 04
 Arnelas, 12
 Arnelas, Campo de Eixo, 04
 Arrabeia, 09
 Arreais, 09
 Arrocheiras, 05
 Arrota, 01
 Arrota, 02
 Arrota, 03
 Arrota, 05
 Arrota, 09
 Arrota da Caluna, 03
 Arrota da Devesa, 03
 Arrota da Lavoura, 03
 Arrota da Maria Tomé, 04
 Arrota da Pereira, 03
 Arrota da Prêsa, 06
 Arrota da Quinta, 02
 Arrota da Rosa, 02
 Arrota da Tapada, 03
 Arrota da Velha, 02
 Arrota da Vila, 01
 Arrota das Canas, 09
 Arrota de Além, 03
 Arrota de Baixo, 06
 Arrota de Cima, 06
 Arrota do Areal, 02
 Arrota do Bajoco, 03
 Arrota do Bicho, 03
 Arrota do Couteiro, 09

- Arrota do Moliçal, 03
 Arrota do Monte, 02
 Arrota do Monte, 02
 Arrota do Monte, 03
 Arrota do Norte, 02
 Arrota do Rei, 04
 Arrota Grande, 05
 Arrota Nova, 05
 Arrota Velha, 05
 Arrota Velha Anjôa, 02
 Arrotas, 02
 Arrotas, 03
 Arrotas, 05
 Arrotas, 06
 Arrotas da Horta, 04
 Arrotas de Baixo, 03
 Arrotas de Baixo, 06
 Arrotas de Esgueira, 05
 Arrotas do Monte, 03
 Arrotinha, 02
 Arrotinha, 03
 Arrotinha, 04
 Arrotinha, 05
 Arrotinhas, 05
 Arrujo de Cima, 04
 Arrujo, 04
 Atalaia, 02
 Atalaia aos cinco caminhos, 02
 Atalho, 02
 Av. Araújo e Silva, 06
 Av. Central, 12
 Av. Eng. Oudinot, 12
 Av. Lourenço Peixinho, 12
 Aveiro, 12
 Avenida, 09
 Azenha, 09
 Azenha, Q. Velha, 04
 Azenha da Catarina, 06
 Azenha da Moita, 05
 Azenha das Devesas, 03
 Azenha de Baixo, 05
 Azenha de Baixo, A do Sul, 04
 Azenha de Baixo, junto da
 Vala Veia, 04
 Azenha de Baixo, Moita, Oli-
 veirinha, 08
 Azenha do Catão, 01
 Azenha do Cavaco, 06
 Azenha do Cavaco, Vilar, 06
 Azenha Nova, S. Bernardo, 06
 Azenhas da Horta, 03
 Azenhas da Moita, 05
 Azenhas de Baixo, 05
 Azinhaga, 07
 Azurva, 05
 Azurva, 05
 Bacelo, 02
 Bacelo, 03
 Bacelo, 07
 Bacelos, 02
 Bairro Eça de Queirós, 06
 Bairro João Afonso, 12
 Bairro Novo de S. Sebastião,
 06
 Bairro Novo do Rossio, 12
 Baixa de Matança, 02
 Baixeira, 01
 Baixeiro, 01
 Baixeiro, 06
 Baixeiro, Bonsucesso, 01
 Baixeiro, Q. do Gato, 06
 Baixeiros, 01
 Balça, 04
 Balinho, 04
 Banda d'Além, 07
 Banda d'Arada, Q. do Picado,
 01
 Banda de Arada, 01
 Baneeiro, Q. do Gato, 06
 Barachão, 01
 Barbelique, 09
 Barca de S. João, 04
 Barja, 08
 Barrancão, 07
 Barreeiros, 09
 Barreira Branca, 05
 Barreira Branca, 07
 Barreira Branca, 09
 Barreiras, 09
 Barreiras do Rio Vouga, Vila-
 rinho, 02
 Barreirinhas, 08
 Barreiro, 02
 Barreiro, 03
 Barreiro, 05
 Barreiro, 06
 Barreiro, 08
 Barreiro, 09
 Barreiro, Q. do Gato, 06
 Barreiro, Vilar, 06
 Barreiros, 01
 Barreiros, 02
 Barreiros, 05
 Barreiros, 06
 Barreiros, 08
 Barreiros, 09
 Barreiros da Taipa, 09
 Barricouvo, 09
 Barrimau, 04
 Barrinhos, 08
 Barrinhos, Quintãs, 08
 Barro, 01
 Barro, 02
 Barro, 05
 Barro, 07
 Barro da Rocada, 07
 Barro da Sobreira, 03
 Barro da Vinha, 02
 Barrocanço, 09
 Barrocão, 07
 Barrocas da Gândara, 02
 Barrocas da Q.^{ta}. do Loureiro,
 02
 Barrocas de Sôra, 07
 Barroco do Bacalhau, 05
 Barrôcos, 02
 Barrocos da Gandara, 05
 Barrocos da Gandara, 07
 Barrocos da Gandara, 09
 Barrocos da Q.^{ta}. do Loureiro,
 02
 Barros, 02
 Barros da Costa do Valado, 08
 Barros de Verba, 07
 Barrouco, 09
 Beçada do Véro, 05
 Beco do Calção, 12
 Beira

- Beiró, 02
 Belguinha, 09
 Bem Feitas, 04
 Berbigão, 02
 Berginha, 04
 Berginha do Carmanal, 04
 Bessadinha, 09
 Bica, 09
 Bicas ou Areal, Eirol, 03
 Bicos, 05
 Bicos Cravelhos, 05
 Boavista, 02
 Boavista, Ria de Aveiro, 12
 Boca da Viela, 07
 Boca da Viela, 07
 Boca do Raso, 09
 Boiça, 05
 Bolhões, 05
 Bonheiro, 04
 Bonsucesso, 01
 Bonsucesso, Cabeço, 01
 Bonsucesso, Cavadas, 01
 Bonsucesso, R. Direita, 01
 Bonsucesso, Reguinho, 01
 Boquia, 04
 Borriqueiro, 04
 Bouça, 04
 Bouças, 04
 Braça da Palha, Quintãs, 08
 Braçais de Baixo, 08
 Braçais, 08
 Braçal, 02
 Braçal, 08
 Braçal de Além, Cacia, 02
 Braçal de Baixo, 08
 Braçal de Cima, 08
 Braçal do Condell, 08
 Bragal, 01
 Bragal, 09
 Bragal, Q. do Bragal, 01
 Brandaia, 05
 Branha, 09
 Brasileira, 02
 Brasoeiro, 05
 Brejeira, 05
 Brejeira, 07
 Brejeira, Quintãs, 08
 Brejo, 01
 Brejo, 02
 Brejo, 03
 Brejo, 04
 Brejo, 05
 Brejo, 07
 Brejo da Pôça, 02
 Brejo da Póvoa, 02
 Brejo das Barreiras, 02
 Brejo das Vacas, 03
 Brejo de Baixo, 02
 Brejo do Barreiro, 02
 Brejo dos Outeiros, 03
 Brejo Largo, 06
 Brejo Largo, 06
 Brejoeiras, 08
 Brigeira, 01
 Brigeira, 06
 Brigeira, 06
 Brigeira, S. Bernardo, 06
 Brigeiras, 08
 Bujo, 01
 Bunheiras, 04
 Buragal, 01
 Burrinhal, 02
 Cabada, 02
 Cabada, 05
 Cabanas, 09
 Cabeçadas, 01
 Cabeceiro, 03
 Cabecinha, 09
 Cabecinha das Pedras, 05
 Cabecinho das Pedras, 02
 Cabeço, 01
 Cabeço, 02
 Cabeço, 03
 Cabeço, 05
 Cabeço, 07
 Cabeço, 08
 Cabeço, 09
 Cabeço, Bonsucesso, 01
 Cabeço, Granja de Baixo, 08
 Cabeço, Sarrazola, 02
 Cabeço d'Arrota, 02
 Cabeço d'Ereira do Roque, 07
 Cabeço d'Ereira, 07
 Cabeço d'Espinheiro na Samoqueira, 02
 Cabeço da Areia, 02
 Cabeço da Arrota, 02
 Cabeço da Arrota, 03
 Cabeço da Azenha, 09
 Cabeço da Baralha, 03
 Cabeço da Cilha, 09
 Cabeço da Cunha, Murtosa, 02
 Cabeço da Fonte Bela, 03
 Cabeço da Fonte, 09
 Cabeço da Galiza, 12
 Cabeço da Lavoura, 09
 Cabeço da Pinheira, 01
 Cabeço da Póvoa, 09
 Cabeço da Silha, 09
 Cabeço da Verba, Nariz, 07
 Cabeço da Vessada, 05
 Cabeço das Arrota, 03
 Cabeço das Hortas, 06
 Cabeço das Murtas, 03
 Cabeço das Oliveiras, 09
 Cabeço das Pedras, 04
 Cabeço das Pedras, 06
 Cabeço das Pedras, 08
 Cabeço de Barqueiro, 02
 Cabeço de Barqueiro, Murto-
 sa, 02
 Cabeço de Cima, 02
 Cabeço de Ereira, 07
 Cabeço de S. Bernardo, 06
 Cabeço de Sarrazola, 02
 Cabeço do Barqueiro, 02
 Cabeço do Barqueiro, Murto-
 sa, 02
 Cabeço do Brás, 09
 Cabeço do Brejo, 03
 Cabeço do Cabo, 02
 Cabeço do Cacto, 02
 Cabeço do Cego, 01
 Cabeço do Cego, 01
 Cabeço do Cortelho, 03
 Cabeço do Galego, 05
 Cabeço do Martelo, 02

- Cabeço do Martelo, Murtosa, 02
 Cabeço do Monte, 02
 Cabeço do Rego, 04
 Cabeço do Rego, Birginha, 04
 Cabeço do Ribeirinho, 07
 Cabeço do Rio, 08
 Cabeço do Serrano, 05
 Cabêço do Vale, 03
 Cabeço dos Aidos, 01
 Cabeço dos Montes, Mouros, 04
 Cabeço Grande, 08
 Cabeço Grande, Carrascal, 04
 Cabeço Negro, 06
 Cabeço Redondo, 04
 Cabeço Redondo, 08
 Cabeço Seco, 09
 Cabeços, 08
 Cabeços, 09
 Cabeços, Póvoa, 02
 Cabeços da Quinta, 02
 Cabeços dos Arieiros, Murto-
 sa, 02
 Cabeços Murtosa, 02
 Cabedelo, 09
 Cabo de Al Clero, 04
 Cabo dos Aidos, 01
 Cabo dos Aidos, Q. do Picado, 01
 Cabouco, 05
 Cabreira ou Barreiros, 01
 Cabreira, 01
 Cabreira, Aradas, 01
 Cabreiras ou Arrota do Silva, S. Bernardo, 06
 Cabreiro, 07
 Cabrita, 05
 Cabrita, Póvoa, 02
 Caceira, 01
 Cadeia, 06
 Cadeira, 09
 Cafelada, 09
 Caião, 05
 Cais das Falcóeiras, 12
 Cais Novo, 12
 Cal da Veia, 06
 Cal da Veia, 12
 Cal das Pirâmides, 06
 Cal do Espinheiro, 12
 Cal do Ouro, 12
 Cal do Paço, 12
 Calçada de Cacia, 02
 Caldeira, 05
 Caldeirão, 04
 Caldeireiro, 09
 Cale da Marta, 05
 Cale da Veia, 05
 Cale da Veia, Ria de Aveiro, 06
 Cale da Vila, 12
 Cale da Vila, Ria de Aveiro, 06
 Cale das Cilhas, Q.^a. Loureiro, 02
 Cale das Pirâmides, 06
 Cale do Ouro, 05
 Cale dos Tojos, 05
 Calixta, 05
 Calvário, 09
 Camarão, 06
 Camarnal, 08
 Caminho da Fonte, 08
 Caminho de Santiago, 06
 Caminho de Vilar, 05
 Caminho Velho, 04
 Campinhos, 02
 Campinhos, 05
 Campo da Azenha, 01
 Campo da Enguia, 02
 Campo de Carcavelos, 03
 Campo de Linhares, 01
 Campo Velho, 04
 Cana Lieira, 04
 Canal de S. Roque, 12
 Canastreira, 08
 Canastro, 12
 Canavial, 09
 Canceira, 01
 Cancela, 05
 Cancelada, 09
 Cancelas, 02
 Cancelha, 05
 Canecira, 01
 Caniões, 07
 Caniço Grande, 09
 Canseira, 01
 Cantadeira, 01
 Cantinho, 03
 Cantinho, 05
 Canto da Leira, 07
 Canto da Ponte, 02
 Canto das Macedas, 02
 Canto das Macedas, Vilarinho, 02
 Capadinho, 02
 Capela Seca, 05
 Capela, 09
 Capelada, 09
 Capoeiras, 03
 Caqueiro, 09
 Caradinha, 08
 Caramanha, 07
 Carapina, 01
 Carapina ou Vale do Rendeiro, 01
 Carcavelos, 03
 Carcavelos, Eirol, 03
 Carcavelos, S. Paulo, 03
 Cardal, 01
 Cardal, 07
 Cardal, Q. do Picado, 01
 Cardosa, 01
 Carmanal, 04
 Carniceira, 09
 Carocho, Q. do Picado, 01
 Carrajão, 03
 Carrajão, Covêlo, 03
 Carrajão, 08
 Carrancha, 01
 Carrancha, Ria de Aveiro, 01
 Carrasqueira, 05
 Carregais, 01
 Carregal, 05
 Carregal, 09
 Carregueiro, 01
 Carregueiro, 08
 Carregueiro, Q. do Picado, 01
 Carregueiro, Q. do Picado, 01
 Carregueiros, 01

- Carregueiros, 08
 Carreguinho, 02
 Carreira Branca, 05
 Carreira da Malhada, 07
 Carreira de Cima, 03
 Carreira do Pedro, 07
 Carreira Larga, 05
 Carreira, Sortes Grandes, 03
 Carreiras dos Vareiros, 05
 Carreirinhos, 05
 Carreiro do Marco, 08
 Carreiros, 09
 Carreirão do Bico, 03
 Carreirão, 09
 Carril, 01
 Carril, Q. do Picado, 01
 Carril de S. António, 06
 Carris, 07
 Carrol de Verba, 07
 Carvalhal, 04
 Carvalhal da Fonte, 03
 Carvalhal de Chão de Areias, 04
 Carvalheira, 09
 Carvalheiras, Verdemilho, 01
 Carvalho, 09
 Casa da Moita, Chãos 08
 Casa de S. Sebastião, 04
 Casais, 03
 Casais, 05
 Casal, 05
 Casal, 09
 Casas Velhas, 09
 Cascorra ?, 03
 Cascôrra, 05
 Caseiro, 06
 Caseiro, Vilar, 06
 Caseiro, Vilar, 06
 Caspenta, 04
 Caspenta, Eixo, 04
 Castanheira, 03
 Castanheira, 09
 Castanheiro, 09
 Castelo de S. Bernardo, 06
 Castelo, 03
 Castelo, S. Bernardo, 06
 Castro dos Aidos, 08
 Catarino, 05
 Cauceira, Mariza, 01
 Cavaco, 06
 Cavada, 07
 Cavada, 08
 Cavada, 09
 Cavada da Picota, 08
 Cavada da Q. de Aveiro, 08
 Cavada da R. dos Melões, 08
 Cavada de Baixo, 04
 Cavadas, 01
 Cavadas, 02
 Cavadas, 03
 Cavadas, 05
 Cavadas, 07
 Cavadas, 08
 Cavadas, 09
 Cavadas, Arada, 01
 Cavadas, Bonsucesso, 01
 Cavadas da Horta, 04
 Cavadas da Marinha de Vilari-
 nho, 02
 Cavadas da Picota, 08
 Cavadas da Q. de Aveiro, 08
 Cavadas de Arada, 01
 Cavadas de Aradas, 01
 Cavadas de Baixo, Bonsuces-
 so, 01
 Cavadas de Cima, 04
 Cavadas de Verba, 07
 Cavadinha, 08
 Cavadinha, S. Bento, 08
 Caverneiros, 05
 Celão do Coroado, 01
 Cêpa, 03
 Cêpa, 09
 Cerquinha, 06
 Cerradinho, 03
 Cerrado, 03
 Certã, 09
 Cevadas, 03
 Chameite, 09
 Chão, 05
 Chão, 06
 Chão d'Além, Vilar, 06
 Chão d'Azenha, 02
 Chão d'Azurva, 05
 Chão d'El Rei, Vilar, 06
 Chão da Agra, 02
 Chão da Água, 02
 Chão da Areia, 02
 Chão da Arrota, 03
 Chão da Azenha, 02
 Chão da Bela, 05
 Chão da Bica, 02
 Chão da Casa, 05
 Chão da Casa, 09
 Chão da Casinha, 02
 Chão da Estrada, 01
 Chão da Folsa, 12
 Chão da Fonte, 02
 Chão da Fonte, 05
 Chão da Fonte, Vilarinho, 02 2
 Chão da Igreja, 02
 Chão da Margarida, 05
 Chão da Marinha, 08
 Chão da Marinha, Oliveirinha,
 08
 Chão da Oliveira, 05
 Chão da Pêga, Q. do Picado,
 01
 Chão da Presa, 01
 Chão da Presa, Q. do Picado
 01
 Chão da Ralarha, 03
 Chão da Santa, 02
 Chão da Senhora, 05
 Chão da Viela do Monte, 02
 Chão da Viela, 04
 Chão da Vinha, 05
 Chão da Vinha, 06
 Chão das Almas, 03
 Chão das Almas, 05
 Chão das Casas, Aveiro, 06
 Chão das Cilhas, Verba, 07
 Chão das Covas, 05
 Chão das Fontes, 02
 Chão das Gestas, 05
 Chão das Murtas, 05
 Chão das Oliveiras, 05
 Chão das Palhas, 06

- Chão das Pedras de Verba, 07
 Chão das Pedras, 01
 Chão das Pedras, 02
 Chão das Pedras, 07
 Chão das Vencarias, S. Tiago, 06
 Chão de Arcos, Campo de Horta, 04
 Chão de Areias, Campo de Horta, 04
 Chão de Azurva, 05
 Chão de Baixo, 06
 Chão de Baixo, 08
 Chão de Baixo, 09
 Chão de Cacho, 02
 Chão de Carcavelos, 03
 Chão de Cima, 02
 Chão de Cima, Q.^{ta} do Loureiro, 02
 Chão de Dentro, Atrás dos Louros, 05
 Chão de Esgueira em Taboeira, 05
 Chão de Vilar, 06
 Chão Dinis, 08
 Chão do Monte, 05
 Chão do Almo, 05
 Chão do Ascenso, 08
 Chão do Bico, 05
 Chão do Bico, 06
 Chão do Bico, Aveiro, 06
 Chão do Borges, 08
 Chão do Branco, 08
 Chão do Brás, 02
 Chão do Cacho, 02
 Chão do Cacho, Sarrazola, 02
 2
 Chão do Calhau, 05
 Chão do Caminho, Vilar, 06
 Chão do Cego, 05
 Chão do Correia, 05
 Chão do Costa, 07
 Chão do Felício, 07
 Chão do Fonseca, 05
 Chão do Forno, 01
 Chão do Fura, 02
- Chão do Jerónimo, 05
 Chão do Lamego, 03
 Chão do Laranjal, 03
 Chão do Louro, 07
 Chão do Machado, 02
 Chão do Magro, Vilar, 06
 Chão do Marmato, 01
 Chão do Mato, 01
 Chão do Mato, Q. do Picado, 01
 Chão do Minhoto, 09
 Chão do Monte, 05
 Chão do Outeiro, 02
 Chão do Paço, 04
 Chão do Paço, Horta, 04
 Chão do Palhas, 06
 Chão do Pinhal, 05
 Chão do Pinheiro, 06
 Chão do Pinheiro, Vilar, 06
 Chão do Pocinho, 05
 Chão do Pôço, 03
 Chão do Rato, 01
 Chão do Rato, 08
 Chão do Rato, Q. do Picado, 01
 Chão do Rato, Quintãs, 08
 Chão do Redondo, Póvoa, 02
 Chão do Rêgo, 03
 Chão do Rito, 02
 Chão do Rodrigo, 08
 Chão do Salgueiro, 08
 Chão do Ventura, 08
 Chão dos Barcos, 05
 Chão dos Coices, 05
 Chão dos Moinhos, 03
 Chão dos Órfãos, 05
 Chão dos Paulos, 05
 Chão dos Ralos, 02
 Chão dos Três Bicos, 02
 Chão Grande, 03
 Chão Novo, 02
 Chão Novo, 07
 Chão por Trás das Vinhas, 05
 Chão Redondo, 02
 Chão Redondo, Q. da Póvoa, 02
- Chãos da Vinha, 08
 Chãos Dinis, 08
 Chãos Domado, 08
 Chãos, 09
 Chãosinho, 01
 Charneca, 08
 Charneca, Costa do Valado, 08
 Charneca, Póvoa do Valado, 09
 Charneca, Quintãs, 08
 Charpelo, 08
 Chãs das Almas, 08
 Chãs de Baixo, 06
 Chãs de Cima, 06
 Chãs Dinis, 08
 Chãs do Marmata, Coimbrão, 01
 Chãs, 06
 Chave, 06
 Chaves, 09
 Chiqueiro, 09
 Chão de Dentro, 05
 Choisa d'Além, 02
 Choisa d'Além, 02
 Choisa d'Além, Q.^{ta} Loureiro, 02
 Choisa do Arieiro, 06
 Choisa do Monte, 01
 Choisa do Muro, 02
 Choisa do Muro, 02
 Choisa Nova, 02
 Choisa Nova, Q.^{ta} Loureiro, 02
 Choisa Velha, 01
 Choisa Velha, Verdemilho, 01
 Choisa, 05
 Choepaga, 04
 Chosa da Paredes, 02
 Chosa do Viso, 02
 Chosa Nova, 02
 Choseira, 02
 Chousa da Maia, Q.^{ta} Loureiro, 02
 Chousa das Fontes, 02
 Chousa das Paredes, 02
 Chousa das Paredes, 02
 Chousa do Duarte, 02

- Chousa do Muro, 02
 Chousa do Muro, Cacia, 02
 Chousa do Negrito, 02
 Chousa do Pinheiro, 02
 Chousa do Vale Caseiro, 02
 Chousa do Velho, 02
 Chousa do Viso, 02
 Chousa dos Pinheiros, 04
 Chousa Duarte, 02
 Chousa Grande, 05
 Chousa Larga, 04
 Chousa Nova, 02
 Chousa Pequena, 05
 Chousa, 02
 Chouseira, 02
 Chousa, 07
 Chouseira, 02
 Cilha Sardinha, 04
 Cilhas, Porto de Ilhavo, 07
 Cilhas, S. Bernardo, 06
 Cilhas de Vilar, 06
 Cimo da Aldeia, Eirol, 03
 Cinco Caminhos, 04
 Cinco Caminhos, 08
 Cobilhão, 04
 Cobradouro, 09
 Cocaio, 09
 Cócoro, 05
 Codorneiros, 05
 Codornizes, 05
 Coelheira, 05
 Coimbrão, 01
 Coimbrão, Q. do Picado, 01
 Coimbrões, 01
 Coitos, 06
 Cojo, 06
 Colmeias ou Arrotas, 03
 Colmeias, 03
 Confraria, 09
 Congosta Grande, 06
 Congosta Grande, S. Tiago, 06
 Contralhada, 09
 Corcheta, 09
 Corcovado, 02
 Cordel, Costa do Valado, 08
 Corga, 09
 Corgo, 03
 Corgo, 05
 Corgo, 06
 Corisca, 05
 Coroada da Granja, 08
 Coroado, 01
 Corraes, 09
 Corredoira, 05
 Córregos, 05
 Correguinho, 02
 Correguinho ou Pinheiro Tor-
 to, 02
 Correlada, 02
 Correlada, Q^{ia}. do Loureiro, 01
 Cortã, 09
 Cortelha, 09
 Cortelho, 03
 Cortinhal, 09
 Costa Branca, 04
 Costa da Fonte, 03
 Costa de S. Jacinto, 12
 Costa do Forno, 04
 Costa do Meio, 09
 Costa do Povo, Vilar, 06
 Costa do Valado, 08
 Costa do Valado, Gândara, 08
 Costa Negra, 03
 Costa Negra, 04
 Costa, 01
 Costa, 09
 Costeira, 07
 Costeiras, 01
 Costeiras, 05
 Cotos, 09
 Cotovia, 09
 Cotulo, 04
 Coutinho, 09
 Cova d'Areia, 07
 Cova d'Areia, Sortes Peq. da
 Estrada (Carrajão), 03
 Cova da Areia, 03
 Cova da Areia, 07
 Cova da Areia, 08
 Cova da Areia, Alvegadas, 02
 Cova da Areia, Eirol, 03
 Cova da Horta, 04
 Cova da Malícia, 03
 Cova da Quinta, 02
 Cova da Raposa, 01
 Cova da Raposa, 03
 Cova da Raposa, 07
 Cova da Raposa, 09
 Cova das Baías, 04
 Cova das Hortas, Samouquei-
 ra, 02
 Cova do Barro, 03
 Cova do Barro, Sortes da
 Quintarola, 03
 Cova do Barro, Tomadias, 03
 Cova do Marçal, 05
 Cova do Ouro, 05
 Cova dos Adobes, Q^{ia}. do Lou-
 reiro, 02
 Cova dos Adobes, Samouquei-
 ra, 02
 Cova, 01
 Cova, 09
 Cova, Aradas, 01
 Covada, 08
 Covada, 09
 Covadas, 05
 Covães de Baixo, 08
 Covão de Baixo, 08
 Covão de Cima, 08
 Covão, 07
 Covão, 09
 Covêlo, 03
 Coverta, 07
 Covoad, lim. do Carregal, 09
 Covões, 02
 Covões, 03
 Covões, 05
 Covões, 09
 Covões, Eirol, 03
 Crasto, 01
 Crelgo, 05
 Cruz, 02
 Cruz, 05
 Cruz, 09
 Cruz Alta, S. Bernardo, 06
 Cruz Velha, 09
 Cruzeiro, 07

- Cruzeiro da Ponte Velha, 03
 Cruzeiros de Cima, 03
 Cruzinha, Aveiro, 06
 Cruzinho, 01
 Cruzinhos, 01
 Cubêlo, 03
 Cubêlo, 03
 Culmeias, 09
 Cumieira, 09
 Cumieira, Póvoa do Valado, 09
 Cupidas, 05
 Currais, 09
 Devesa, 04
 Devesa dos Outeiros, 03
 Devesas, 05
 Dizimo a Deus, Q. Picado 01
 Eira Velha, 04
 Eirinha, 05
 Eirô, Ria de Aveiro, 01
 Eirol, 03
 Eirol, Bravo, Picoto, 03
 Eirol, Sortes das Travancas,
 Vale do Inferno, 03
 Eirol, Vale Grande, 03
 Eixo, 04
 Encosta à Várzea de S. Bento,
 08
 Encosta da Fonte, 06
 Encosta da Granja, 08
 Encosta da Q. do Sino, 08
 Encosta da Valeeira, 05
 Encosta do Capitão, 07
 Encosta do Raso, 08
 Encosta do Veleeira, 05
 Encosta dos Andoeiros, 05
 Encosta dos Carvalhos, 05
 Encostas da Fonte, 05
 Encostas do Cabeço do Rio, 08
 Encostas do Raso, 08
 Encostas do Vale do Rio, 08
 Encostas dos Andoeiros, 05
 Engenho, lim. de Aradas, 01
 Ervideiras, 02
 Ervideiras, Sarrazola, 02
 Ervideiros, 02
 Ervedouros, 02
- Ervideiras, 02
 Ervideiros, 02
 Ervideiros, Sarrazola, 02
 Esgueira, 05
 Espadanal, 02
 Espadanal, 05
 Espoégos, 05
 Espondeira, 07
 Esproégos, 05
 Esqueiro, 03
 Estação, 03
 Esteira da Leiva, 05
 Esteiras, 04
 Esteiro, 04
 Esteiro, 09
 Esteiro Côvo, 02
 Esteiro Côvo, Vilarinho, 02
 Esteiro da Leiva, 05
 Esteiro da Mó Veia, 05
 Esteiro da Moça, 05
 Esteiro da Veia, 12
 Esteiro das Palhas, 12
 Esteiro de Esgueira, 05
 Esteiro do Covo, Vilarinho, 02
 Esteiro do Gramato, 05
 Esteiro dos Frades, 06
 Esteiro dos Frades, 12
 Esteiro Covo, Vilarinho, 02
 Esteiro Novo, Vilarinho, 02
 Estovainhas, 03
 Estrada da Esgueira, 05
 Estrada da Fonte, 03
 Estrada da Malhada, 06
 Estrada da Q. do Gato, 12
 Estrada de Esgueira, 06
 Estrada de S. Bernardo, 06
 Estrada de S. Bernardo, Q. do
 Pinheiro, 06
 Estrada do Americano, 12
 Estrada do Bonsucesso, 01
 Estrada Nova, 06
 Evaristo, 04
 Fanhoso, 05
 Feira, 08
 Feital de Verba, 07
 Feiteira, 09
- Felícia, 05
 Ferradoura, 05
 Ferreira, Crasto, 01
 Figueira, 09
 Figueiras de Cima, 01
 Figueiras, 03
 Figueiras, Queimadas, 03
 Figueirinhas, 05
 Flor de Esgueira, 05
 Folça, 12
 Fontainhas, 04
 Fontainhas, 05
 Fontainhas, 07
 Fontanheiro, 07
 Fonte, 02
 Fonte, 03
 Fonte, 07
 Fonte, 09
 Fonte, Q.^{da} do Loureiro, 02
 Fonte Bela, 03
 Fonte da Cortiça, 09
 Fonte da Pêga, 02
 Fonte da Pêga, 06
 Fonte da Rola, 02
 Fonte de S. João, 12
 Fonte de Vilarinho, 02
 Fonte do Cortiço, 04
 Fonte do Frade, 03
 Fonte do Gordo, Vilar, 06
 Fonte do Lila, 06
 Fonte do Olho, 07
 Fonte do Senhorio, 05
 Fonte dos Amores, 06
 Fonte dos Mártires, 07
 Fonte Nova, 06
 Fonte Velha, 01
 Fonte Velha, 05
 Fonte Velha, 09
 Fonte Velha de Verba, 07
 Fontilheira, 09
 Fontinha da Rota, 07
 Fontinha e Quintãs, 08
 Fora d'Aidos, 07
 Forca, 05
 Forca, 06
 Forca, 12

- Forca de Esgueira, 05
 Forcada, 01
 Forcadelas, 04
 Forcadelho, 04
 Formigueiro, 09
 Fornal de Azurva, 04
 Fornal do Guedes, 07
 Forninho, 06
 Forninho, S. Bernardo, 06
 Forno, 06
 Forno, 09
 Forno, S. Bernardo, 06
 Forno da Telha, 04
 Forno Velho, 01
 Fornos, 07
 França, 03
 Freitas, 05
 Freitas, 12
 Freitas da Presa, 05
 Freixieiro, 09
 Freixo, 07
 Freixo, 09
 Freixo, Verba, 07
 Freixo de Verba, 07
 Gabriela, 09
 Gaio, 05
 Gaiteira, 07
 Gaivota, 12
 Galega, 04
 Galega, 08
 Galega, Aido do Entrudo, 04
 Galinheira, Póvoa, 02
 Gândara, 05
 Gândara, 07
 Gândara, 08
 Gândara, Baldio Paroquial, 08
 Gândara, Costa do Valado, 08
 Gândara, Verba, 07
 Gândara da Cilha, 09
 Gândara da Ramalheira, 07
 Gândara da Ucha, 09
 Gândara das Almas, Taipa, 09
 Gândara de Nariz, 07
 Gândara de Oliveirinha, Lama-
 rosa, 08
 Gândara do Carrajão, 03
 Gândara do Ramalheiro, 07
 Gândara do Rocalheiro, 07
 Gândara dos Adobes, 08
 Gândaras, 05
 Gândra, 01
 Gândra, 05
 Gândra, Q. do Picado, 01
 Gerina, 05
 Gestas, 05
 Gonçalves, 09
 Gorgulhão, 09
 Gralheira, 02
 Gramão, 08
 Gramato, 12
 Gramaxa, 05
 Gramaximas, 05
 Granja, 09
 Granja, 12
 Granja de Baixo, 08
 Granja de Cima, 08
 Grelheira, 02
 Grilo, 09
 Groeira, 06
 Gróta, 03
 Grota, 04
 Guião, 09
 Herdeiros, 05
 Herveadeiras, 05
 Hervadeira, 08
 Hervedores, 05
 Horta, 03
 Horta, 04
 Horta, 08
 Horta, Arrota, 04
 Horta, Entre os Outeiros, 04
 Horta, Fonte, 04
 Horta, Ribeirinho, 04
 Horta, Sobral, 04
 Horta, Tojal, 04
 Horta, Viveiro, 04
 Horta da Carreira de Baixo, 05
 Horta da Fonte, 04
 Horta da Margarida, 05
 Horta da Riza, 05
 Horta do Teixeira, 02
 Horta dos Outeiros, 03
 Horta ou Pedras Bastas, 04
 Horta Rochio, 04
 Horta Rocio, 04
 Horta Velha, 08
 Hortas, 02
 Hortas, 03
 Hortas, 05
 Hortas, 06
 Hortas, 07
 Hortas, 09
 Hortas, Costa do Forno, 04
 Hortas, Q^{ta}. do Loureiro, 02
 Hortas da Carreira de Baixo,
 05
 Hortas da Póvoa, 02
 Hortas da Presa, 05
 Hortas de José de Chantre, 01
 Hortinha, 07
 Hortinhas, 01
 Ilha da Boa Vista, 12
 Ilha da Cêpa, Murtosa, 02
 Ilha da Gaga, Murtosa, 02
 Ilha da Gaivota, 12
 Ilha da Grota Velha, 02
 Ilha da Patinha, Murtosa, 02
 Ilha da Patinha, Vilarinho, 02 2
 Ilha da Rosa, 02
 Ilha da Rosa, Vilarinho, 02
 Ilha da Rouca, 02
 Ilha da Rouca, Vilarinho, 02
 Ilha da Sequeira, 12
 Ilha da Testada, 02
 Ilha da Testada, Murtosa, 02
 Ilha da Vestada, 02
 Ilha da Viúva, Murtosa, 02
 Ilha das Pedras, 02
 Ilha das Pedras, Murtosa, 02
 Ilha das Portas, 12
 Ilha de Lamamá, 02
 Ilha de Maçaricos, Vilarinho,
 02
 Ilha de Pedras, Murtosa, 02
 Ilha de Pedras, Vilarinho, 02
 Ilha de Pericos, 02
 Ilha de Pericos, Vilarinho, 02
 Ilha de Pricos, 02

Ilha de Pricos, Murtosa, 02	Ilhote de Azurveiros, 02	Lambro, 03
Ilha de Pricos, Vilarinho, 02	Ilhote de Lamamá, 02	Lameiro, 05
Ilha de Ronca, 02	Ilhote de Lamamá, Vilarinho, 02	Lameiro, 09
Ilha de Ronca, Vilarinho, 02	Ilhote do Cojo, 12	Lameiro do Abreu, 04
Ilha de Rouca, Vilarinho, 02	Ilhote do Gravato, 02	Lameiro do Arrujo, 04
Ilha de Sama, 06	Ilhote do Gravato, Murtosa, 02	Lamorosa, 06
Ilha de Sama, 12	Ilhote do Lamamá, 02	Lapa, 03
Ilha de Sama, Ria d'Aveiro, 06	Ilhote do Lamamá, Murtosa, 02	Laranjal, 02
Ilha do Esteiro do Espinheiro, 12	Ilhote do Lamamá, Vilarinho, 02	Lares, 02
Ilha do Feisil, Murtosa, 02	Ilhote Novo, 02	Largo da Fonte Nova, 06
Ilha do Fusil, Ria de Aveiro, 02	Ilhote Novo, Murtosa, 02	Largo da Mariscosa, 04
Ilha do Gramato, 12	Ilhote Novo, Vilarinho, 02	Largo de S. Brás, 06
Ilha do Machadual, Murtosa, 02	Ínsua, 04	Largo de S. Roque, 12
Ilha do Malhadral, Murtosa, 02	Ínsua, 09	Largo do Espírito Santo, 06
Ilha do Malhadual, 02	Ínsua, Próximo do Paredã, 03	Largo do Magalhães, 06
Ilha do Malhadual, Murtosa, 02	Ínsua, Terras do Vouga, 03	Largo do Passeio Público, 06
Ilha do Mariano, 02	João dos Santos, Quintãs, 08	Largo do Rocio, 12
Ilha do Paço, Ria de Aveiro, 12	Juncais, 02	Largo Municipal, 06
Ilha do Pereira, 02	Juncal, 08	Lavadouro, 04
Ilha do Pereira, Sarrazola, 02	Juncos, Q ^{ta} . do Loureiro, 02 12	Lavandeira, 01
Ilha do Poço, 12	Junqueira ou Cova da Quintã, 02	Lavopiro, 04
Ilha do Sardó, Ria d'Aveiro, 02	Junqueira, 04	Lavoura da Igreja, 07
Ilha do Sul, 12	Junqueira, 05	Lavoura da Moita, 08
Ilha dos Ovos, 12	Juntas, 07	Lavoura da Quinta, 09
Ilha dos Pericos, 02	Justina, 12	Lavoura da R. Cega, 06
Ilha dos Pricos, 02	Labona da Senhora da Graça, 04	Lavoura de Baixo, 09
Ilha Nova, 02	Ladeiros, 07	Lavoura de Carcavelos, 03
Ilha Nova, Murtosa, 02	Lagôa, 05	Lavoura de Nariz, 07
Ilha Nova, Vilarinho, 02	Lagôa, 07	Lavoura do Adro, 04
Ilha ou Gaivota, Ria de Aveiro, 12	Lagôa, 09	Lavoura do Cabeço d'Eira, 07
Ilha Pamplona, 12	Lagôa do Junco, 05	Lavoura do Esteiro, 04
Ilha Privada, 12	Lagôas, 01	Lavoura do Forno, 08
Ilha Privada, Gramato, 12	Lagoinha, 03	Lavoura dos Outeiros, 03
Ilha Rouca, Vilarinho, 02	Lagoinhas, 07	Lavoura, 09
Ilha Velha, 02	Lagos, 05	Lavouras, 08
Ilha Velha, Póvoa, 02	Lamamá, 02	Lavouras da Horta, 08
Ilha Viúva, Murtosa, 02	Lamarão, 09	Lavouras da Igreja, 07
Ilhote da Casinha - Vilarinho, 02	Lamarão, Oliveirinha, 08 5	Lavouras da Moita, 08
Ilhote da Grota Velha, Vilarinho, 02	Lamareirinho, 05	Lavouras da Moita, 08
Ilhote da Serra, Vilarinho, 02	Lamarosa, 06	Lavouras de Baixo, 08
Ilhote das Limas, 02	Lamarosa, 08	Lavouras de S. António, 08
	Lamas, 04	Lavouras de Trás-dos-Aidos, 08
		Lavradoiro, 12
		Leira Comprida, 05
		Leira da Figueira, 09

- Leira da Fonte, 09
 Leira da Q. do Gato, 06
 Leira da Senhora, Eixo, 04
 Leira do Moleiro, 09
 Leira dos Adobos, 02
 Leira Longa, 04
 Leira Longa, 09
 Leiral, 02
 Leiras da Cruz, 07
 Leiras da Matança, 02
 Leiras da Q. do Gato, 06
 Leiras de Dentro, 06
 Leiras de Dentro, S. Bernardo, 06
 Leiras de Matança, 02
 Leiras Dentro, S. Bernardo, 06
 Leiras do Monte, Vale da Horta, 08
 Leiras, 05
 Leiras, 06
 Leiras, 09
 Leirinha, 07
 Leirinhas, 01
 Leirinhas, 09
 Leirões da Murraceira em Matança, 02
 Lila, 01
 Lingueta, 02
 Linhares, 01
 Linhares, 05
 Lixa, 09
 Lodeiro, 04
 Lomba, 03
 Lomba, 08
 Lomba, S. Bernardo, 06
 Lomba da Azenha, 03
 Lomba do Corgo, 03
 Lomba dos Covões, 03
 Lomba dos Outeiros, 03
 Lombada, 09
 Lombas, 05
 Lombas, 08
 Longa, 05
 Longra, 03
 Lote do Bunhal, 05
 Loural, 02
 Loureiro, 01
 Loureiro, 03
 Louros, 01
 Lugar da Azurva, 05
 Lugar de Aradas, 01
 Lugar de Esgueira, 05
 Lugar de Verba, 07
 Lugar de Vilarinho, 02
 Luzia, 04
 Má Cristão, 01
 Macêdas, 02
 Macó, 05
 Madeiras, 04
 Madeiros, 04
 Madriz, 05
 Mairiza, 01
 Mal Amanhada, 05
 Malhada, 01
 Malhada, 05
 Malhada da Fonte Nova, 06
 Malhada de S. Tiago, 06
 Malhadas, 06
 Malhadas, 08
 Mama dos Pegos, 04
 Mama Rosa, 04
 Mamoá, 03
 Mamoá, 09
 Mamodeiro, 09
 Manesca, 05
 Maneta, 09
 Maninhos, 02
 Marafuza, 01
 Marco, 07
 Marco, 08
 Marco, S. Bernardo, 06
 Marco da Força, 12
 Marco da Murraceira, 02
 Marco da Oliveirimha, 05
 Marco da Oliveirimha, 08
 Marco de S. Bernardo, 06
 Marco Furado, 04
 Maria Frinha, 04
 Maria Rosa, 04
 Marinha Baixa, 02
 Marinha Baixa, Póvoa do Paço, 02
 Marinha Baixa, Sarrazola, 02 3
 Marinha Celta, 02
 Marinha da Póvoa, 02
 Marinha de Baixo, P. do Paço, 02
 Marinha de Cacia, 02
 Marinha de Cima, 02
 Marinha de Cima, P. do Paço, 02
 Marinho de Vilarinho, 02
 Mariscosa, 04
 Maritona, 08
 Marreca da Choisa Nova, 02
 Massada, 08
 Massó, 04
 Massuda, 08
 Mata, 02
 Mata, 05
 Mata da Arrôta, 03
 Mata Galega, 05
 Matadouro, 06
 Mataduchos, 05
 Matança, 02
 Matança, Sarrazola, 02
 Matas, 05
 Matêva, 01
 Matinho, 08
 Matinho, 09
 Mato da Arrota, 03
 Mato da Costa, 03
 Mato de Dentro, 01
 Mato de Eixo, 03
 Mato Dias, 06
 Mato Dias, S. Tiago, 06
 Mato do Simão, 08
 Mato do Tapado, 03
 Mato dos Cortiços, 03
 Mato entre as Vinhas, 07
 Mato Simão, 08
 Mato Soragaçal, 07
 Matoita, 04
 Matoita, Aguião, 04
 Matos da Palheira Alva, 07
 Matos da Palheira Alva, Vale da Seca, 07
 Matos da Vessada, 07

- Matos de Dentro, 05
 Matos do Carriço, 07
 Matos do Inácio, na Cova da Areia, 03
 Matos Novos, 02
 Matos, 02
 Matrimónio, 09
 Meães, 09
 Medela, 01
 Meio da Gandara, 09
 Mêlhera, 02
 Merendeira, 05
 Milão, 05
 Milheirica, 04
 Moinho, 09
 Moinho de Vento, 09
 Moinho do Carvalho, 09
 Moinho do Gago, 09
 Moinhos, 09
 Moirão, 09
 Moirinho, 01
 Moirinhos, 01
 Moita, 05
 Moita, 08
 Moital, 09
 Molareira, 05
 Molareiras, 05
 Moleiras, 05
 Moliçal, 03
 Moliçal, 08
 Moliçal da Sobreira, 03
 Moliceira, 04
 Moncócas, 05
 Monte, 02
 Monte, 04
 Monte, 05
 Monte, Machão (Quintã), 02
 Monte, Muchão, 02
 Monte, Oliveirinha, 08
 Monte da Atalaia, 02
 Monte da Atalaian, 02
 Monte da Silveira, 08
 Monte de Atalaia, 02
 Monte de Carcavelos, 03
 Monte de Eixo, Cabeço do Vale de Salgueiro, 04
 Monte de Eixo, Cabeço Grande, 04
 Monte de Eixo, Fontainhas, 04
 Monte de Sarrazola, 02
 Monte de Sito ou Picoto, 08
 Monte de Vilarinho, 02
 Monte do Meio, 02
 Monte do Meio, Cacia, 02
 Monte do Paço, 05
 Monte Farinha, 12
 Monte Gordo, 09
 Monte Grande, Cabeço Grande, 04
 Monte Machão, 02
 Monte Muchão, 02
 Monte Munchão, 02
 Monte Mundrão, 02
 Monte Negro, 09
 Monte Novo, 05
 Monte Redondo, 02
 Montes Largos de Freixo, 07
 Mor, 02
 Morraçal, 09
 Mortal, 09
 Mortoito, 04
 Mortório, 01
 Mortório, 02
 Mortório, 03
 Mortório, 05
 Mortuórios, 05
 Muacha, 05
 Murcainha, 02
 Murcainho, 02
 Murcainho, Sarrazola, 02
 Murraçal, 02
 Murraçal, 09
 Murraçal, Póvoa, 02
 Murraças, 05
 Murraceira e Toupinho, 02
 Murta Velha, 08
 Murta, Vilar, 06
 Murtas, 08
 Murtório, 01
 Murtório, 03
 Murtório, 04
 Nariz, 07
 Nariz, Barreiras, 07
 Olarias, 06
 Olhão, Quintãs, 08
 Olho d'Água, 01
 Olho d'Água, 05
 Oliveira, 02
 Oliveira, Bonsucesso, 01
 Oliveira, Sarrazola, 02
 Oliveirinha, 08
 Oliveirinha, R. da Feira, 08
 Ourô, 01
 Ourô, Q. do Ribeiro, 01
 Outeirinho Redondo, 07
 Outeirinho, 01
 Outeiro, 03
 Outeiro, 04
 Outeiro, 05
 Outeiro, 09
 Outeiro da Fonte, 04
 Outeiro de S. Sebastião, 05
 Outeiro Gordo, 07
 Outeiro Gordo, Verba, 07
 Outeiros da Taipa, 09
 Outeiros, 03
 Outeitinho, 01
 Pacheca, Vilar, 06
 Paço de Nível, 05
 Paço, 05
 Paço, 09
 Padeira da Costa, 08
 Padrão, 02
 Paizão, 07
 Palha
 Palha Canas, Rib^a. de Esgueira, 05
 Palha Corras, 12
 Palhaça, 05
 Palhagueira, 03
 Palhais, 09
 Palhal, 09
 Palhal da Fonte Velha, Verba, 07
 Palhas, 01
 Palhas, 12
 Palheira Alva, 07
 Paloia, 04

- Pampelona, 12
 Pano, 09
 Paradas, 01
 Paradas, 08
 Paradas, Q. do Picado, 01
 Paradas, Q. do Picado, 01
 Parada das Quintãs, 08
 Paradas das Quintãs, 08
 Paraíso do Fundo, 06
 Paraíso, 06
 Pardal, 05
 Parracha, 02
 Parrachil, 05
 Parrona, 08
 Partilha, 09
 Pasma [Panso?], 09
 Passadoiro, 09
 Passadouro, 03
 Passadouro, 05
 Passadouro, 07
 Passadouro, 09
 Passagem, 06
 Passagem, Ria de Aveiro, 06
 Pasto, 04
 Patas, 02
 Pateiras, 04
 Pateiras, 09
 Patela, 06
 Patela, Q. do Gato, 06
 Patela, S. Bernardo, 06
 Patelada, 12
 Patelada, Presa, 12
 Património, 09
 Pé de Eirol, 03
 Pé do Frade, 05
 Pecegueiro, 03
 Pedaco, 05
 Pedra Moura, 01
 Pedra Moura, Q. do Picado, 01
 Pedra, 07
 Pedras de Baixo, 03
 Pedras de Cima, 03
 Pedras Muitas, 09
 Pedras, 02
 Pedras, Cacia, 02
 Pedregal, 02
 Pedreira, 01
 Pedreira, 09
 Pedreiras, 09
 Pedrigal, 05
 Pêga, 06
 Pêgo do Salgueiro, 03
 Pelourinho, 04
 Penacha, 12
 Penedo, 03
 Peneotas, 06
 Peneotas, S. Bernardo, 06
 Pera Jorge, 08
 Pereira, 08
 Pereira, Póvoa do Paço, 02 2
 Pereira, Vilar, 06
 Pereiras, 02
 Pereiras, Cacia, 02
 Pereiras, Vilar, 06
 Pereiro, 04
 Pereiro, 05
 Pericos, 02
 Perneotas, 06
 Pernotas, 06
 Pêrra, 03
 Pês d'Ouros, 04
 Pestadas do Rio Águeda, 03
 Pestadas do Rio e Estrada
 Real, 03
 Petigais, 07
 Picada, 07
 Picado, 09
 Picôta, 04
 Picoto, 08
 Picoto, Oliveirinha, 08
 Picoto ou Carrajão, 03
 Pilôta, 01
 Pinhais da Rita, 04
 Pinhais das Cavadas, 01
 Pinhais das Ribas, 04
 Pinhal Batista, 01
 Pinhal da Força, 05
 Pinhal do Rato, 01
 Pinhal do Trancas, 05
 Pinhal do Ventura, 06
 Pinhal dos Lares, 05
 Pinheirinho, 01
 Pinheiro Manso, 01
 Pinheiro Manso, 07
 Pinheiro Torto, 02
 Pinheiros, 04
 Pinheiros Cortados, 09
 Pinheiros de Baixo, 03
 Pinheiros de Cima, 03
 Pirâmides, 06
 Pôça, 02
 Poças, 07
 Poçeira, 04
 Poço, 07
 Poço, 09
 Poço Limpo, 09
 Poços, 02
 Poços, 05
 Poeira, 03
 Poiso de Fora, 05
 Policarpo, Cacia, 02
 Pomaceira, 06
 Pomar, 03
 Pomar d'Além, 01
 Pombal, 09
 Ponte, 05
 Ponte, 07
 Ponte da Gafanha, 06
 Ponte da Rata, 03
 Ponte da Vessada, 07
 Ponte de Azurva, 04
 Ponte de Dobadoura, 06
 Ponte de Pau, Verdemilho, 01
 Ponte de Requeixo, 09
 Ponte de S. Pedro, 01
 Ponte do Engenho, 01
 Ponte Velha, 03
 Ponte Velha, 09
 Porreiras, 05
 Porta da Custódia, 05
 Portelas, 03
 Portinho, 08
 Portinho, 09
 Portinhos, 04
 Porto da Queda, 05
 Porto de Carcavelos, 03
 Porto de Ílhavo, 07
 Porto de Ílhavo, Nariz, 07

- Portos, 09
 Pousio, 09
 Pousios, 09
 Pousios da Gândara, 07
 Póvoa, 09
 Póvoa do Paço, 02
 Póvoa do Paço, Brejo, 02
 Póvoa do Paço, Pereira, 02
 Póvoa do Valado, 09
 Praça da Palha, 08
 Praça Marquês de Pombal, 06
 Praia da Areia, 02
 Praia das Tomásias, 12
 Praia de Maçaricos, Vilarinho, 02
 Praia de Maçaricos, Murtosa, 02
 Praia dos Sovacos, 12
 Prais da Mata, Vilar, 06
 Prais de Esgueira, 05
 Prazinhos, 05
 Prazo dos Covões, 03
 Presa, 02
 Presa, 05
 Presa, 06
 Presa, 09
 Presa, 12
 Presa de Taboeira, 05
 Progotinhos, 05
 Promaceira, 01
 Promaceira, 06
 Promaio, 02
 Quartas, 03
 Quartos da Taboeira, 05
 Quartos do Eramão, 05
 Quartos do Poço, 05
 Quartos dos Portos, 05
 Quartos, 05
 Quebrada, 02
 Quebrada, Cacia, 02
 Queimada, 02
 Queimada, 03
 Queimada, 04
 Queimadas, 02
 Queimadas, 03
 Queimado, 01
 Queimado, 05
 Queiroal, 03
 Quinchoso, 03
 Quinchoso, 09
 Quinhão, 03
 Quinta, 03
 Quinta, 08
 Quinta, Eixo, 04
 Quinta, Vilarinho, 02
 Quinta da Apresentação, Aveiro, 12
 Quinta da Azenha, 02
 Quinta da Caçadeira, 05
 Quinta da Calista, 05
 Quinta da Cardadeira, 05
 Quinta da Cardoso, 01
 Quinta da Casa, 01
 Quinta da Catarina, 05
 Quinta da Cunha, 06
 Quinta da Ferreira, 04
 Quinta da Fonseca, 01
 Quinta da Fonte, 02
 Quinta da Galinha, 05
 Quinta da Gândara, 08
 Quinta da Lebre, 09
 Quinta da Luísa das Cruzes, 04
 Quinta da Luísa de Cruz, 04
 Quinta da Malhada, 09
 Quinta da Mandanta, 02
 Quinta da Neta, 09
 Quinta da Oliveira, 01
 Quinta da Oliveira, Amarôna, 01
 Quinta da Paiva, 08
 Quinta da Pateira, 06
 Quinta da Patela, 06
 Quinta da Prêsa, 06
 Quinta da Quinta, 05
 Quinta da Sobreira, 04
 Quinta da Suzana, 04
 Quinta da Taboeira, 05
 Quinta da Velha, 04
 Quinta das Bicas, 02
 Quinta de Aveiro, 08
 Quinta de Cima, 05
 Quinta de Cima, 08
 Quinta de Esgueira, 05
 Quinta do Ajudante, 06
 Quinta do Albino, 04
 Quinta do Aranha, 02
 Quinta do Barbas, 05
 Quinta do Bento, 09
 Quinta do Bicos, 02
 Quinta do Branco, 04
 Quinta do Brás, 01
 Quinta do Cação, 05
 Quinta do Camorça, 05
 Quinta do Codia, 04
 Quinta do Cunha, 06
 Quinta do Cunha, S. Bernardo, 06
 Quinta do Forno, 01
 Quinta do Forte, 01
 Quinta do Forte, Bonsucesso, 01
 Quinta do Freire, 05
 Quinta do Galego, 05
 Quinta do Galego, 08
 Quinta do Gato, 05
 Quinta do Gato, 06
 Quinta do Gato, 12
 Quinta do Judeu, 03
 Quinta do Mandante, 02
 Quinta do Mandante, Sarrazola, 02
 Quinta do Marco, 04
 Quinta do Melo, 04
 Quinta do Mesma, 04
 Quinta do Moinho, 04
 Quinta do Moleiro, 02
 Quinta do Morais, 05
 Quinta do Muro, 09
 Quinta do Olhão, 08
 Quinta do Padre Ferreira, 04
 Quinta do Picado, Cavadas d'Arada, 01
 Quinta do Pinheiro, 06
 Quinta do Ramalho, 01
 Quinta do Raso, 08
 Quinta do Sanguinheiro, 04
 Quinta do Serrado, 05
 Quinta do Simão, 05

- Quinta do Sino, 08
 Quinta do Sol, 08
 Quinta do Tôrto, 05
 Quinta do Vale dos Ferreiros, 04
 Quinta do Vilar, Q. do Gato, 06
 Quinta dos Bicos, 02
 Quinta dos Bicos, Q.^{ta} do Loureiro, 02
 Quinta dos Gomes, S. Bernardo, 06
 Quinta dos Herdeiros, 09
 Quinta dos Lers, 05
 Quinta dos Morais, 05
 Quinta Nova, 01
 Quinta Nova, 05
 Quinta Nova, 08
 Quinta Nova, Q. do Gato, 06
 Quinta Rôta, Q. do Gato, 06
 Quinta Velha, 08
 Quinta Velha, 12
 Quintã, 01
 Quintã, 02
 Quintã, 09
 Quintal da Eira, S. Bernardo, 06
 Quintarola, 12
 Quintas, 01
 Quintas, 02
 Quintas, 05
 Quintas, 07
 Quintas, 09
 Quintas das Cardadeiras, 05
 Quintas de Esgueira, 05
 Quintas de Vilar, Q. do Gato, 06
 Quintas do Porto de Ílhavo, 07
 Quintas dos Gomes, 06
 Quintãs, 07
 Quintas, 08
 Quintãs, 08
 Quintãs de Eixo, 08
 Quintela, 04
 Quintilha, Sobreiro, 04
 R. 1º Visconde da Granja, 12
 R. Abel Ribeiro, 12
 R. Almirante Reis, Aveiro, 12
 R. Baixa, 02
 R. Bernardino Machado, 12
 R. Cândido dos Reis, 12
 R. Capitão João Sousa Pizarro, 06
 R. Céga, 01
 R. Cega, 06
 R. Céga, Aradas, 01
 R. Cega, S. Bernardo, 06
 R. Cega, S. Sebastião, 06
 R. Cons.^{ro} Pimentel Pinto, 12
 R. da Agra, Cacia, 02
 R. da Alagoela, Eixo, 04
 R. da Alaguela, 04
 R. da Alfândega, 06
 R. da Amarôna, 01
 R. da Arrochela, 06
 R. da Balça, 04
 R. da Bombarda, Presa, 12
 R. da Cadeia, 06
 R. da Canceleda, 02
 R. da Capela, 01
 R. da Capela, 02
 R. da Capela, Bonsucesso, 01
 R. da Congosta, 05
 R. da Corredoura, 06
 R. da Costeira, 06
 R. da Cruz, 06
 R. da Igreja, 01
 R. da Igreja, 08
 R. da Estação, 12
 R. da Fábrica, 06
 R. da Fonte da Póvoa, 02
 R. da Fonte Nova, 06
 R. da Fonte, 08
 R. da Fonte, Quintãs, 08
 R. da Granja, 12
 R. da Lavoura de Cima, 03
 R. da Lavoura, 03
 R. da Picôta, 04
 R. da Residência, 03
 R. da Ribeira do Paço, 02
 R. da Ribeira, 02
 R. da S.^a da Graça, Cruzes, 04
 R. da Senhora, 01
 R. da Simaldeia, 03
 R. da Vera Cruz, 12
 R. das Arrotas Novas, 04
 R. das Barcas, 06
 R. das Carmelitas, 06
 R. das Cêrcas, 02
 R. das Cêrcas, Vilarinho, 02
 R. das Olarias, 06
 R. das Poças, 09
 R. das Velas, 12
 R. de Jesus, 06
 R. de S. António, 06
 R. de S. Martinho, 06
 R. de S. Sebastião, 04
 R. de S. Sebastião, 06
 R. de Sá, 12
 R. de Santo António, 02
 R. de Santo António, 06
 R. Direita da Ribeira, 02
 R. Direita, 08
 R. Direita, 09
 R. Direita, Aradas, 01
 R. Direita, Bonsucesso, 01
 R. Direita, Cavadas, 01
 R. Direita, Q. do Picado, 01
 R. Direita, Quintãs, 08
 R. Direita, Valinhos, 01
 R. do Adro de Baixo, 04
 R. do Adro de Cima, 04
 R. do Alfena, 12
 R. do Areal, 02
 R. do Arinho, 05
 R. do Arrais, 12
 R. do Barreiro, 02
 R. do Barreiro, 04
 R. do Barril, 03
 R. do Barromau, Eixo, 04 5
 R. do Buragal, 01
 R. do Cabeço, 08
 R. do Cabeço, Quintãs, 08
 R. do Cabo de Eirol, 03
 R. do Cabo, 03
 R. do Canastro, 12
 R. do Carmo, 12
 R. do Carreiro, 06

- R. do Carril, 03
 R. do Carril, Aveiro, 12
 R. do Casal, 04
 R. do Celeiro, 05
 R. do Coimbrão, 01
 R. do Cruzeiro, 03
 R. do Espírito Santo, 02
 R. do Espírito Santo, 06
 R. do Leiral, Vilarinho, 02
 R. do Loureiro, 06
 R. do Malhadal, 02
 R. do Marco, S. Bernardo, 06
 R. do Matoito, 04
 R. do Miguel, 08
 R. do Norte, 12
 R. do Outeiro Becada, 04
 R. do Outeiro, 04
 R. do Paço, 01
 R. do Passeio, 03
 R. do Pedregal, 02
 R. do Peloirinho, 04
 R. do Pereiro, 06
 R. do Picado, Rapadura, 01
 R. do Pinhal, 08
 R. do Poço, 01
 R. do Rato, 06
 R. do Rego, 04
 R. do Rego, Roda, 04
 R. do Santo, 02
 R. do Santo, Vilarinho, 02
 R. do Seixal, 12
 R. do Sol, 01
 R. do Sol, 08
 R. do Sol, 12
 R. do Vento, 12
 R. do Visc. de S. Januário, 12
 R. dos Louros, Q. do Picado, 01
 R. dos Marnotos, 12
 R. dos Melões, 08
 R. dos Mercadores, 12
 R. dos Poços, 09
 R. dos Santos Mártires, 06
 R. dos Tavares, 06
 R. Dr. A. Souto, Aveiro, 12
 R. Dr. Marques da Costa, 02
 R. Eça de Queirós, Aveiro, 06
 R. Hintze Ribeiro, 12
 R. João de Moura, 12
 R. Manuel Luís Nogueira, 12
 R. Nova de Cacia, 02
 R. Nova de Cima, 02
 R. Nova, 02
 R. Nova, 06
 R. S. Geraldo, 12
 Rabo da Maça, 05
 Rabo da Naça, 04
 Ramal, 09
 Ramal, S. Bernardo, 06
 Ramal da Costa do Valado, 08
 Ramal da Costa do Valado, 08
 Ramal da Costa, 08
 Ramal do Castelo, S. Bernardo, 06
 Ramal do Costa, 08
 Ramalhão, 01
 Ramalheiro, 07
 Ramalinhos, 04
 Ramalhõa, 01
 Ramas, 07
 Ramelada, 02
 Rameladas, 02
 Rapada, 05
 Rapadeiro, 08
 Rapadura, 01
 Rapadura, Q. do Picado, 01
 Raposa, 05
 Raposa, 08
 Raralha, 03
 Raso, 04
 Raso, 05
 Raso, 08
 Raso, 09
 Raso, lim. das Quintãs, 08
 Raso d'Azurva, 05
 Raso da Queimada, 03
 Raso da Quinta do Judeu, 03
 Raso da Sobreira, 03
 Raso das Covas, 04
 Raso das Pedras, 09
 Raso das Quintas, 03
 Raso das Torcadelas, 04
 Raso de Fora, 09
 Raso do Carrajão, 03
 Raso de S. Pedro, 05
 Raso dos Covões, 03
 Raso dos Outeiros, 03
 Raso Grande, 05
 Raspões, 09
 Recanto, 01
 Redonda, 02
 Redondas, 02
 Redondos, 07
 Refuga, 05
 Regato, 02
 Rego, 02
 Rego, 04
 Rêgo, 05
 Rego, 08
 Rego da Canas, 01
 Rego da Gândara, 09
 Rêgo da Igreja, 09
 Rego da Venda, 08
 Rêgo das Canas, 01
 Rego de Verba, 07
 Rego do Babelo, 09
 Rêgo do Salgueiro, 03
 Rego do Seixo, 03
 Regueira da Cruz, 02
 Reguinho, 01
 Reguinho, Bonsucesso, 01
 Reguinho, Q. do Picado, 01
 Relva da Arrabeia, 09
 Relva dos Saltos, 09
 Relvada, 09
 Relvadas, 07
 Relvados, 08
 Relvão de Verba, 07
 Relvas, 07
 Remôlha, 09
 Repoutins, 07
 Requeixo, 02
 Resende, 02
 Restevas do Ruivo, 01
 Retortos, 04
 Ria de Aveiro, 01
 Ria de Aveiro, 02
 Ria de Aveiro, 06

- Ribas, 04
 Ribeira, 02
 Ribeira, 07
 Ribeira da Azenha, 02
 Ribeira da Cilha de Verba, 07
 Ribeira da Fonte, 05
 Ribeira da Horta, 05
 Ribeiras, 01
 Ribeirinho, 04
 Ribeirinho, 07
 Ribeirinho, 09
 Ribeirinho, Q^{ia}. do Loureiro, 02
 Ribeiro da Azenha, 05
 Ribeiro da Várzea de S. Bento, 08
 Ribeiro de Arada, 01
 Ribeiro de Arrota, 04
 Ribeiro de Arrujo, 04
 Ribeiro de Arrujo, Braço, 04
 Ribeiro de Horta, 04
 Ribeiro de Lamamá, 02
 Ribeiro de Vilarinho, 02
 Ribeiro do Alqueirinho, 01
 Ribeiro do Carnaval, 04
 Ribeiro do Outeiro Gordo, 07
 Ribeiro do Porto de Ílhavo, Frada, 07
 Ribeiro, 03
 Ribeiro, 04
 Ribeiro, 07
 Ribeiro, 12
 Ribeiro, lim. de Vilarinho, 02
 Ribeiro, Vilarinho, 02
 Ribeiro do Povo, 04
 Ribeiro do Sapata, 05
 Ribeiro do Viriato, 02
 Ribeiro do Viriato, Vilarinho, 02
 Ribeiro Largo, 09
 Ribeiro Longo, 09
 Ribeiro Seco, 05
 Ribeiros, 01
 Ribeiros, 05
 Ribeiros d'Aradas, 01
 Ribeiros da Azurva, 05
 Ribeiros de Arada, 01
 Ribeiros de Azurva, 05
 Ribeiros de Cima, 03
 Ribeiros de Verba, 07
 Ribeiros do Camarnal, 04
 Ribeiros do Rio, 08
 Ricos, Arcal Campo, 03
 Rigueira da Cruz, Murtosa, 02
 Rio das Cavadas, 01
 Rio do Roxo, Vilar, 06
 Rio Velho, 03
 Riza, 05
 Rizo, 03
 Robalos, 03
 Rocio, Horta, 04
 Roda, 04
 Rodas, 09
 Rodêlo, 01
 Rodêlo, 03
 Rodêlo, 05
 Rodelo, 09
 Rodêlos, 02
 Ronheiras de Carcavelos, 03
 Roque, 07
 Roque de Nariz, 07
 Rosa, 02
 Rosado Carmanal, 04
 Rosaria, 02
 Roseira, 02
 Rossadas, 05
 Rossadinhas, 02
 Rossário, 03
 Rouca, 02
 Roucalheiro, 07
 Ruripa do Rio Vouga à Barca de Alquerubim, 03
 Russadinhas, 02
 S. Bento, 08
 S. Bernardo, 06
 S. Bernardo, Arrota de Cima, 06
 S. Jacinto, 12
 S. Paio, 09
 S. Paulo, 03
 S. Paulo, Carcavelos, 03 3
 S. Paulo, Eirol, 03
 S. Pedro de Aradas, 01
 S. Roque, 12
 S. Sebastião, 06
 S. Simão Velho, 02 -
 S. Tiago, 03
 S. Tiago, 06
 Saboaria, Vilar, 06
 Sacovão, 01
 Saleta, S. Bernardo, 06
 Salgueira, 07
 Salgueiral, 02
 Salgueiral, 09
 Salgueirinha, 05
 Salgueiro, 09
 Salgueiro, Mamodeiro, 09
 Salgueiros, 02
 Salgueiros, Q^{ia}. do Loureiro, 02
 Salôa, Vilar, 06
 Salões, 06
 Salões, Vilar, 06
 Salreirinhas, 07
 Salvado, 02
 Samarão, Quintãs, 08
 Sambro, 03
 Samôcal, 02
 Samoqueira, 02
 Samoqueira, 05
 Samoqueirinha, 02
 Samoucal, 02
 Samouqueira, 02
 Samouqueirinha, 02
 Sanguinheira, 04
 Sanguinheira, 09
 Sanhal, 09
 Santa Rita, Vilar, 06
 Santo António do Rêgo, 02
 Santo António, 06
 Santos Mártires, 06
 Sapateira, 05
 Saracuto, 03
 Sargaçal da Ajuda, 06
 Sargaçal, 02
 Sargaçal, 06
 Sargaçal, 09
 Sargas, 02

- Sargeirinho, 04
 Sarjas, 02
 Sarrada, 05
 Sarradeira, 01
 Sarradinho, Q^{ta}. do Loureiro, 02
 Sarrado, 02
 Sarrazola, 02
 Saura, Ria de Aveiro, 06
 Saura, Ria de Aveiro, 06
 Seara, 09
 Sebreiros, 06
 Selões, 06
 Senhor das Barrocas, 05
 Senhor das Barrocas, 12
 Senhor dos Aflitos, 12
 Senhora da Ajuda, 06
 Senhora do Carmo, 01
 Senhorio, 05
 Serradinho, 02
 Serradinho, 05
 Serrado, 01
 Serrado, 02
 Serrado, 03
 Serrado, 04
 Serrado, 05
 Serrado, 07
 Serrado, 08
 Serrado, 09
 Serrado, Verdemilho, 01
 Serrado da Estrada, 01
 Serrado das Chãs, 06
 Serrado de Trás-dos-Aidos, 01
 Serrado do Barreiro, 05
 Serrenade, 09
 São, Vilar, 06
 Silha, 07
 Silhas d'Horta, 04
 Silhas da Vessada, 07
 Silhas de Vilar, 06
 Silhas, 05
 Silhas, 07
 Silhas, 09
 Silvaço, 05
 Silveira, 03
 Silveiro, 05
- Sinqueta, 02
 Sirgueiras, 08
 Sítio d'Areia, 02
 Sítio d'Areia, Murtosa, 02
 Sítio da Areia, 02
 Sítio da Areia, Murtosa, 02
 Sítio da Beira, Murtosa, 02
 Sítio da Canota, Murtosa, 02
 Sítio da Gramatal, Murtosa, 02
 Sítio da Ínsua, Murtosa, 02
 Sítio da Ísua, Sarrazola, 02
 Sítio da Ísua, Vilarinho, 02
 Sítio da Laveira, Vilarinho, 02
 Sítio da Murraceira, Murtosa, 02
 Sítio da Rascõa, 02
 Sítio da Rascõa, Vilarinho, 02
 Sítio da Valduja, Murtosa, 02
 Sítio das Canilhas, 02
 Sítio das Canilhas, Murtosa, 02
 Sítio das Caninhas, 02
 Sítio das Estradas, 02
 Sítio do Viveiro, Vilarinho, 02
 Sítio do Amaro, 02
 Sítio do Amaro, Murtosa, 02
 Sítio do Beiró, 02
 Sítio do Beiro, Murtosa, 02
 Sítio do Cabanau, 01
 Sítio do Cabanau, Murtosa, 02
 Sítio do Cabeço da Areia, 02
 Sítio do Cabeço do Martelo, 02
 Sítio do Cabeço do Monte, Sarrazola, 02
 Sítio do Cabedêlo, 02
 Sítio do Cabedelo, Murtosa, 02
 Sítio do Cabedêlo, Oliveirinha, 02
 Sítio do Cabedelo, Vilarinho, 02
 Sítio do Carrabau, Murtosa, 02
 Sítio do Corcovado, 02
 Sítio do Corcovado, Murtosa, 02
 Sítio do Policarpo, 02
 Sítio do Policarpo, Murtosa, 02
- Sítio do Sarvo, Murtosa, 02
 Sítio do Tesão, 02
 Sítio do Tesão, Vilarinho, 02
 Sítio do Valdejo, Murtosa, 02
 Sítio do Valdujo, Sarrazola, 02
 Sítio do Viveiro, Vilarinho, 02
 Sítio dos Cabêços, Murtosa, 02
 Sítio dos Juncas, Sarrazola, 02
 Sítio dos Juncos, Sarrazola, 02
 Sítio dos Poisio em Matança, Vilarinho, 02
 Sítio dos Poisios em Matança, Sarrazola, 02
 Soalheiro, 03
 Sobral, 09
 Sobreira, Granja de Baixo, 08
 Sobreiral, 09
 Sobreirinho, 07
 Sol Posto, 05
 Soleira, 05
 Soleiro, 05
 Solheira, 08
 Solheira, Bonsucesso, 01
 Solheiras, 01
 Sorte do Paço, 08
 Sortes da Carreira, 03
 Sortes de Verba, 07
 Sortes do Monte, 05
 Sortes Grandes da Carreira, 03
 Sortes Pequenas da Banda de Horta, 03
 Tabalhoado, 04
 Taboeira, 05
 Taboeira, Arrota do Corgo, 05
 Taipadas de Eirol, 03
 Tapada, 03
 Tapada, 09
 Tapada das Franqueiras, 05
 Tapada de Loure, 05
 Tapada de Lure, 05
 Tapada do Aldinho, 05
 Tapada do Ribeiro, 04
 Tapada dos Aldinhos, 05
 Tapada Nova, 05
 Tapadas das Tanqueiras, 05
 Tapadas de Eirol, 03

Tapadinho, 08	Travessas, 09	Vale da Andreza, 09
Tapado, 03	Travilhão, 05	Vale da Azenha, 01
Tapado, 04	Trimo Ligoso, 04	Vale da Brogueira, 05
Tapado, 09	Tronchão, 07	Vale da Cabana, 09-
Tapados, 07	Tubo ou Gramaxa, 05	Vale da Cana, 08
Tartinhoso, 09	Tubo ou Ribas, 04	Vale da Catarina, 03
Tecelão, 01	Tubo, 04	Vale da Cova, 08
Temudas, Presa, 12	Tubo, 05	Vale da Fontainha, 03
Tendeira, 05	Tujal, 04	Vale da Fonte, 03
Terços, 05	Ucha, 01	Vale da Fonte, 07
Terra de Corras, 12	Ucha, 05	Vale da Fonte, 08
Terra do Rato, 03	Ucha, 06	Vale da Fontinha, 03
Terra dos Melões, 08	Ucha, 08	Vale da Fontinha, 04
Terras da Igreja, 07	Ucha, Q. do Picado, 01	Vale da Fontinha, 05
Terras da Vessada, 07	Ucha, Q. do Picado, 01	Vale da Galinha, 09
Terras das Agradas, 07	Ucha, S. Bernardo, 06	Vale da Gamela, 09
Terras do Carreiro, 02	Ucha Alta, 05	Vale da Hora, 08
Terras Largas, 05	Ucha Pequena, 05	Vale da Horta, 08
Testada, 02	Uchas, 09	Vale da Ladra, 09
Tojal, 04	Uregieiras, 08	Vale da Lavoura, 03
Tojal, 07	Vala, 02	Vale da Lebre, 08
Tojal, 09	Valas, 02	Vale da Légua do Junco, 05
Tojal de Verba, 07	Valas, Q ^{ia} . do Loureiro, 02	Vale da Loba, 09
Tojala, Verba, 07	Valas, Sarrazola, 02	Vale da Moita, 08
Tojo, 04	Valbum, 05	Vale da Mula, 07
Tomadia das Carreirinhas, 03	Vale, 01	Vale da Mula, Porto de Ílhavo,
Tomadias da Queimada, 03	Vale, 02	Nariz, 07
Tomadias do Vale da Fontinha,	Vale, 03	Vale da Pera
03	Vale, 05	Vale da Pereira, 05
Torreão de Verdemilho, 01	Vale, 07	Vale da Quinta, 01
Trancas, 05	Vale, 08	Vale da Quinta, 09
Trapas, 09	Vale, 09	Vale da Rama, 09
Trás-dos-Aidos, 01	Vale Caseiro, 02	Vale da Videira, 03
Trás-dos-Aidos, 04	Vale Covo, 02	Vale das Cilhas, 02
Trás-dos-Aidos, 09	Vale d'Aguanada, 09	Vale das Cilhas, Q ^{ia} . do Lou-
Trav. da Gândara, 08	Vale d'Alagôa, 03	reiro, 02
Trav. da R. das Barcas, 06	Vale d'Alagôa, Tomadias, 03	Vale das Fontinhas, 09
Trav. das Leirinhas, 01	Vale d'António, 07	Vale das Janeirinhas, 04
Trav. de S. Brás, 06	Vale d'Arada, 01	Vale das Ladeiras, 07
Trav. de S. Martinho, 06	Vale d'Azenhas, 01	Vale das Tenças, 03
Trav. do Adro, 04	Vale da Agoaçada, 09	Vale das Tomadas, 03
Trav. do Canto, Aveiro, 12	Vale da Aguanada, 09	Vale de Andreza, 09
Trav. do Loureiro, 06	Vale da Alagôa, 03	Vale de Baixo, Vilar, 06
Trav. do Passeio, 06	Vale da Alagôa, 03	Vale de Carvão, 05
Trav. do S ^{or} . das Barrocas, 12	Vale da Alagôa, Tomadias, 03	Vale de Caseiro, 02
Travessas, 07	Vale da Alfândega, 04	Vale de Colmeias, 05

- Vale de Colmeias, 05
 Vale de Esgueira, 05
 Vale de Ferreiro, 04
 Vale de Godinho, 02
 Vale de Janeiro, 04
 Vale de João dos Santos, 01
 Vale de Lagôa do Junco, 05
 Vale de Lenda, 07
 Vale de Loure, 04
 Vale de Marinhas, 05
 Vale de Pedras, 05
 Vale de Pinheiros, 04
 Vale de Pinheiros, Mina, 04
 Vale de Ratinhas, 05
 Vale de Salgueiro, 04
 Vale de Videira, 03
 Vale Diogo, 08
 Vale do António, 07
 Vale do Barrêga, 01
 Vale do Branco, 01
 Vale do Branco, Bonsucesso, 01
 Vale do Bunheiro, 04
 Vale do Caseiro aos Cinco Caminhos, 02
 Vale do Caseiro, 02
 Vale do Castanheiro, 09
 Vale do Clérigo, 01
 Vale do Côvo, 02
 Vale do Côvo, Q.^{ta} do Loureiro, 02
 Vale do Ferreiro, 09
 Vale do Forro, 07
 Vale do Godinho, 02
 Vale do Inferno, Tomadia das Carreirinhas, 03
 Vale do Junco, 02
 Vale do Junco, 07
 Vale do Largo, 02
 Vale do Lino, 08
 Vale do Olho, 09
 Vale do Parrêlo, 09
 Vale do Passêlo, 09
 Vale do Pato, 09
 Vale do Pereira, 05
 Vale do Picanço, 09
 Vale do Pombo, 08
 Vale do Ramil, Vilar, 06
 Vale do Rato, 07
 Vale do Rendeiro, 01
 Vale do Rio, Oliveirinha, 08
 Vale do Seixo, 09
 Vale do Soão, 04
 Vale do Sobreirinho, 08
 Vale do Suão, 09
 Vale do Taipa, 04
 Vale dos Adobos, 04
 Vale dos Adros, 04
 Vale dos Cabaços, 08
 Vale dos Cavacos, 09
 Vale dos Cabaças, 04
 Vale dos Covões, 03
 Vale dos Juncos, 02
 Vale dos Ladeiros, 07
 Vale dos Tojos, 05
 Vale Escuro de Verba, 07
 Vale Godinho, 02
 Vale Grande, 03
 Vale Grande, 05
 Vale Grande, 09
 Vale Largo, 02
 Vale Pequeno, 04
 Vale Ratinha, 05
 Vale Ratinhas, 05
 Vale Rendeiro, 01
 Vale Rendeiro, 06
 Vale Rendeiro, 08
 Vale Salgado, 05
 Vale Ventoso, 04
 Vales, 02
 Vales, 05
 Valesinho, 01
 Valia de Vilarinho, 02
 Valia, 05
 Valinho, 05
 Valinho, 08
 Valinhos, 01
 Valinhos, 07
 Valinhos, 09
 Valinhos, Aradas, 01
 Valinhos, Q. do Picado, 01
 Valsa ou Bróco, 04
 Vangelho, 02
 Vangelho, Póvoa, 02
 Varja, Costa do Valado, 08
 Velho, S. Tiago, 06
 Verba das Cilhas, Nariz, 07
 Verba, 07
 Verba, Nariz, 07
 Verdemilho, Ourô, 01
 Verdemilho, Outeirinho, 01
 Verdemilho, Pedreira, 01
 Vergial, Cacia, 02
 Verigieiras, 08
 Véro, 05
 Verremum, 04
 Vessada do Ramalheiro, 07
 Vessada, 07
 Vessada, 09
 Vessada, Nariz, 07
 Vessadinha, 08
 Vessadinha, 09
 Viela d'Arnelas, 12
 Viela da Agra, 01
 Viela da Agra, 05
 Viela da Carreira de Baixo, 05
 Viela da Carreira, 01
 Viela da Cavada, 04
 Viela da Coelhoa, 08
 Viela da Colsa, 12
 Viela da Congosta, 05
 Viela da Folsa, 12
 Viela da Pilota, 01
 Viela das Almas, 09
 Viela das Gatas, Eixo, 04
 Viela de S. António, 06
 Viela de S. Martinho, 06
 Viela do Brandão, 04
 Viela do Caldeira, 06
 Viela do Campo, 02
 Viela do Canastro, 12
 Viela do Canto, 12
 Viela do Crasto, 01
 Viela do Gadim, 12
 Viela do Padoço, 02
 Viela do Reguinho, 01
 Viela do Ribeiro, 02
 Viela do Ribeiro, Cacia, 02

Viela do S^{or}. das Barrocas, 12
Viela dos Gatos, Rodinha, 04
Viela, 02
Vila Cova, 09
Vila da Ucha, 04
Vila dos Ferreiros, 06
Vilar, 06
Vilarinho, 02
Vinha, 01
Vinha, 05
Vinha Chão d'Além, 06
Vinha da Agra, 02
Vinha da Choisa, 06
Vinha da Choisa, Presa, 06
Vinha da Taipa, Carcavelos, 03
Vinha de Agra, 02
Vinha do Pires, 05
Vinha Longa, Vilar, 06
Vinha Velha, 01
Vinhas da Feira, 08
Vinhas da Gandara, 07
Vinhas de Ílhavo, Ribeiro, 07
Vinhas do Grilo, 07
Vinhas do Ribeiro, 07
Vinhas do Salgueiro, 07
Vinhas Velhas, 07
Vinhas, 03
Vinhas, 09
Virgial de Cima, 02
Virgial, 02
Virgial, Q^{ta}. do Loureiro, 02
Virginal, 02
Virgínia, 04
Viso, 03
Viso, 05
Viso, 09
Visolha, 08
Viveiro, 02
Viveiro, 04
Volta, 09
Voltas, 04
Zona Alagada, Ourõ, 01

Medien. 7. Aufl. Stuttgart: Deutscher Verlag, 1974. 516 p.

"Das große Handbuch der Medien" ist ein Buch, das sich mit den Medien beschäftigt. Es ist ein Buch, das sich mit den Medien beschäftigt. Es ist ein Buch, das sich mit den Medien beschäftigt.

Es ist ein Buch, das sich mit den Medien beschäftigt. Es ist ein Buch, das sich mit den Medien beschäftigt. Es ist ein Buch, das sich mit den Medien beschäftigt. Es ist ein Buch, das sich mit den Medien beschäftigt. Es ist ein Buch, das sich mit den Medien beschäftigt.

Es ist ein Buch, das sich mit den Medien beschäftigt. Es ist ein Buch, das sich mit den Medien beschäftigt. Es ist ein Buch, das sich mit den Medien beschäftigt. Es ist ein Buch, das sich mit den Medien beschäftigt. Es ist ein Buch, das sich mit den Medien beschäftigt.

Es ist ein Buch, das sich mit den Medien beschäftigt. Es ist ein Buch, das sich mit den Medien beschäftigt. Es ist ein Buch, das sich mit den Medien beschäftigt. Es ist ein Buch, das sich mit den Medien beschäftigt. Es ist ein Buch, das sich mit den Medien beschäftigt.

Es ist ein Buch, das sich mit den Medien beschäftigt. Es ist ein Buch, das sich mit den Medien beschäftigt. Es ist ein Buch, das sich mit den Medien beschäftigt. Es ist ein Buch, das sich mit den Medien beschäftigt. Es ist ein Buch, das sich mit den Medien beschäftigt.

Es ist ein Buch, das sich mit den Medien beschäftigt. Es ist ein Buch, das sich mit den Medien beschäftigt. Es ist ein Buch, das sich mit den Medien beschäftigt. Es ist ein Buch, das sich mit den Medien beschäftigt. Es ist ein Buch, das sich mit den Medien beschäftigt.

Es ist ein Buch, das sich mit den Medien beschäftigt. Es ist ein Buch, das sich mit den Medien beschäftigt. Es ist ein Buch, das sich mit den Medien beschäftigt. Es ist ein Buch, das sich mit den Medien beschäftigt. Es ist ein Buch, das sich mit den Medien beschäftigt.

bibRIA

Book of the Year Award
Vol. 10, 1990, 1991, 1992, 1993

Vol. 10, 1990, 1991, 1992, 1993

Vol. 10, 1990, 1991, 1992, 1993

Vol. 10, 1990, 1991, 1992, 1993

Vol. 10, 1990, 1991, 1992, 1993

Vol. 10, 1990, 1991, 1992, 1993

Vol. 10, 1990, 1991, 1992, 1993

Vol. 10, 1990, 1991, 1992, 1993

Vol. 10, 1990, 1991, 1992, 1993

Vol. 10, 1990, 1991, 1992, 1993

Vol. 10, 1990, 1991, 1992, 1993

Vol. 10, 1990, 1991, 1992, 1993

Vol. 10, 1990, 1991, 1992, 1993

Vol. 10, 1990, 1991, 1992, 1993

Vol. 10, 1990, 1991, 1992, 1993

Vol. 10, 1990, 1991, 1992, 1993

Vol. 10, 1990, 1991, 1992, 1993

Vol. 10, 1990, 1991, 1992, 1993

Vol. 10, 1990, 1991, 1992, 1993

Vol. 10, 1990, 1991, 1992, 1993

Vol. 10, 1990, 1991, 1992, 1993

Vol. 10, 1990, 1991, 1992, 1993

Vol. 10, 1990, 1991, 1992, 1993

Vol. 10, 1990, 1991, 1992, 1993

Vol. 10, 1990, 1991, 1992, 1993

bibRIA

Que papel desempenham os *media* nos nossos dias? Que linguagem adoptam? Cultura dos *media*? Quais os efeitos dessa cultura?

Estas são as questões-chave que Pierre Babin deixa transparecer nesta obra, ao mesmo tempo que preconiza para as nossas escolas, não só um estudo da linguagem de Gutenberg, mas também da linguagem dos *media*. Profundamente optimista quanto ao papel dos *media* no desenvolvimento humano e enriquecimento da cultura, o autor considera que a entrada na linguagem audiovisual só é possível através da *emoção*, ao sentir, quer a percepção auditiva, quer o peso da situação, bem como o próprio meio ambiente. Sentir os *media* significa que estamos sob a sua influência, isto é, que “nascemos com eles”, que passamos da percepção ao percebido.

E isto, porque os *media* electrónicos nos recolocam os pés na terra por serem uma invenção humana muito menos abstracta que a escrita alfabética. No dizer de McLuhan – opinião que Pierre Babin perfilha – os *media* são uma extensão dos sentidos, isto é, uma ampliação dos olhos, dos ouvidos e das mãos, um prolongamento do sistema nervoso central e do cérebro. São como que enxertados na própria natureza. Enquadrados na Galáxia Marconi, “graças aos utensílios electrónicos... banhamo-nos no som como os nossos antepassados nos ruídos da floresta” (p. 26), transformando o nosso tempo numa Galáxia Reconfigurada, onde não se verifica somente a predominância do ouvido sobre a visão, própria das sociedades tribais pré-letradas, mas sobretudo uma nova forma de percepção uma vez que a visão se alia à audição.

Mas sentir os *media* não basta. É necessário que se faça a encenação da *emoção*. Da linguagem e cultura dos *media* também

faz parte a *dramatização*. Títulos de jornais, sexo, droga, violência, “populismo” (recorde-se o programa da SIC acerca do processo do Padre Frederico) são actos dramáticos que levam alguns autores, nomeadamente Jean Baudrillard, à designação de “simulacros e simulação”. É que, nos *media*, o real acomoda-se à imagem para produzir a simulação do próprio real; isto graças à técnica do “deus electrónico” que coloca tudo presente, justaposto e brutal, nos ecrãs dos *media*. Adriano Duarte Rodrigues completa a ideia do autor ao apontar “o sedentarismo nomadizante” como ocorrência própria da sociedade mediática.

Mas Pierre Babin acrescenta algo mais. A *emoção* e a *dramatização* desenrolam-se em determinado local, com determinado ritmo, som, luz e corpo – “*ground* ou plano de fundo” – que, no dizer do autor, é “dador de sentido e dá razão de ser à figura que por ele é exaltada”. Ambos estão em relação, pelo que não se pode falar de *ground* sem se falar de figura (primeiro plano) e não se pode falar de cultura dos *media* sem se ter em conta aquelas entidades.

Parafraseando o autor “[...] a televisão é uma entrega ao domicílio da imagem” (p. 87). Os *media* têm a particularidade de pôr em imagem os ritmos, sons, tonalidades, vibrações que fazem ver a realidade. *Pôr em imagem* significa que, sem a utilização de palavras, os *media* conseguem desenvolver as suas “forças imaginantes”, como refere Gaston Bachelard. Imagens que podem corresponder a imagens-documento (as mais numerosas, mas menos audiovisuais) que restituem o presente, nos tornam presentes e suas testemunhas; imagens-conotação, por colocarem em forma, por situarem em determinado conjunto. Imagens-arquétipo, por permitirem o regresso das grandes experiências humanas

universais, através da modulação electrónica; imagens-electrónicas, por proporcionarem a interactividade. Imagens, finalmente, colocadas *sob a forma de história*, onde tudo é possível (encurtamentos, cenários, efeitos especiais) e *sob a forma de jogo*. É que “falar *media* é falar em história e em jogo” (p. 121). Nos *media* tudo é jogo, pela surpresa, desrazão, *thriller*, espectáculo e interactividade que eles propiciam. Porque preenchem o vazio do prazer e do imaginário dos homens, história e jogos fazem parte da linguagem e cultura dos *media* nesta sua missão de contribuírem para o desenvolvimento do homem. Mas que cultura, afinal? Do som? Da imagem? Da escrita?

Cultura que, tal como refere Francisco Gutierrez (in “*Linguagem Total – Uma Pedagogia dos Meios de Comunicação*”) resulta da mistura e é arte da linguagem total. “A comunicação é carnaval e festival...” (p. 148-149).

Cultura que resulta de uma composição que não é linear, nem didáctica, nem histórica e que não segue uma lógica dedutiva ou racional, mas é o resultado da colocação de pequenas “pedras” ao lado uma das outras sem ordem aparente. No dizer de McLuhan, cultura que na sua construção e composição segue a lógica do “mosaico” e que, com Pierre Babin, se faz por *flashing*.

Cultura, cujos efeitos não podem, de modo nenhum, ser encarados apenas pelo lado positivo, como faz o autor, mas que apresenta o reverso da medalha. Senão vejamos:

Quantas vezes em nome da democracia, o uso das potencialidades dos *media* serve outros desígnios, ou seja, fomenta a vigilância, o controlo, a regimentação de tudo e de todos? (Veja-se a este respeito o que diz David Lyon na sua obra *Sociedade de Informação* e McGarry, em *Da Documentação à Informação – um contexto em evolução*).

Por serem instrumentos e reflexo do poder/saber social, ter-se-ão transformado em cumpridores da tecnologia disciplinar do panóptico de Jeremy Bentham, aplicado por Michael Foucault às Ciências Sociais e Humanas? Designados como o quarto poder, o certo é que actuam nos interstícios, sem se verem, e envolvem um processo de autoformação e autocolonização.

Funcionando como dispositivos, redes, (veja-se a este respeito a opinião de Adriano Duarte Rodrigues, em *Estratégias da Comunicação*), constituirão uma tecnologia da normalização social?

Embora os defensores das Teorias Sociológicas e Psicológicas defendam que faliram os pressupostos preconizados pelas teorias dos efeitos totais, temos de ter em conta que, à luz da doutrina foucaultiana, os *media* modelam, coordenam e submetem a autoridades invisíveis os comportamentos dos indivíduos. Como refere Luís Humberto Marcos, os *media* «constituem uma tecnologia que reparte, seria, compõe e normaliza a realidade social e que isola e submete os utilizadores» (Cfr. *Revista de Sociologia*, n.º 6, p. 101-109).

A terminar, é forçoso dizer-se que este trabalho de Pierre Babin é mais um contributo para a reflexão sobre o «tremendo» problema da linguagem e cultura dos *media*, não isento, por isso mesmo, das limitações provenientes do estudo de um problema tão actual, tão complexo e tão longe ainda de uma formulação consensual.

Luís Souto de Miranda (1993) – *Alberto Souto. Vida e Obra. 1ª. Parte: das Origens... ao 28 de Maio de 1926.*
Aveiro: Edição da Câmara Municipal de Aveiro, 208 págs.

Como sublinhou Gilles Lipovetsky, «o ideal moderno de subordinação do indivíduo às regras racionais colectivas foi pulverizado; o processo de personalização promoveu e encarnou maciçamente um valor fundamental, o da realização pessoal, do respeito pela singularidade subjectiva, da personalidade incomparável, sejam quais forem, sob outros aspectos, as novas formas de controlo e de homogeneização simultaneamente vigentes [A Era do Vazio, 1988: 9].

Desta vaga, de final de século, dá-nos inúmeros testemunhos a vasta produção cultural hodierna, desde os ensaios filosóficos sobre as ideologias às representações filmicas do papel dos indivíduos, da literatura à ergonomia que se apoderou do *design* e da tecnologia mais recente.

Esta vaga do singular, da irredutibilidade do indivíduo, da subjectividade, do contingente e, até, do arbitrário constitui o magma que anima actualmente o movimento das placas da taxonomia dos saberes.

Assim, consensualiza-se um geral reconhecimento de que a distinção dicotómica entre conhecimento científico-natural e conhecimento científico-social «assenta sobre uma concepção mecanicista da matéria e da natureza» e que, «à medida que as ciências naturais se aproximam das ciências sociais, estas aproximam-se das humanidades» [Boaventura Sousa Santos, 1987: 37, 43].

A consagrada separação sujeito/objecto esboça-se perante a evidência de que «todo o conhecimento científico é auto-conhecimento», na medida em que «não é possível observar ou medir um objecto sem interferir nele, sem o alterar». O sujeito, «que a ciência moderna lançara na diáspora do conhecimento irracional, regressa investido da tarefa de fazer erguer sobre si uma nova ordem científica» [*idem*: 25, 43].

Vivemos, pois, um tempo de ruptura, um tempo de transição paradigmática, um tempo de assumido eclectismo metodológico. Entre um extremo fáctico e objectivista e o outro, relativista e subjectivista, entre a Cila do Po-

sitismo e a Caribidis do Relativismo, são múltiplos os perigos que espreitam.

A historiografia não é imune aos efeitos deste tempo de ruptura que vivemos. Pelo contrário. De forma explícita, pelo debate interno, ou implícita, pela omissão ou pelo silêncio, a historiografia do século XX tem registado, como um sismógrafo, as grandes mudanças culturais e ideológicas.

Nas últimas décadas, à medida que as relações entre a história e as ciências sociais se desenvolveram, «a história foi-se tornando mais “científica”: passou a validar as suas hipóteses, não já com base no testemunho objectivo dos documentos, mas com base nas teorias elaboradas noutros campos disciplinares, cujos preceitos adquiriram precedência em relação às tradicionais regras da crítica histórica. A velha hermenêutica cedeu, assim, o lugar a mais científicas “descodificações”» [M. F. Bonifácio, *Análise Social*, 122: 627].

Depois desse prolongado (e consentido) convívio com as ciências sociais – durante o qual a história se quis constituir como *uma ciência social* –, estamos a viver uma fase de forte investimento interdisciplinar em áreas até há pouco com fronteiras inacessíveis. Sem se pôr em causa o diálogo com outras disciplinas, como a antropologia, é no domínio da literatura, das teorias do texto, da linguagem, do livro e da leitura que a mais recente historiografia tem encontrado elementos para reflexão.

O «regresso» da narrativa decorre deste processo. Ainda que hesitantes, alguns autores vêm com agrado «o ressurgimento da narrativa e, com ele, a ressurreição da História como disciplina pertencente ao clássico campo de estudos denominado por “humanidades”, que, voluntária e explicitamente, rejeita um estatuto de cientificidade para as suas preocupações e os seus produtos. Com o ressurgimento da narrativa reabilitam-se os temas tradicionais e típicos da história, pela razão de que a narrativa é a única forma adequada para responder àquelas perguntas que são tipicamente as perguntas do historiador:

“E a seguir o que é que aconteceu?”; “O que levou Brutus a apunhalar César?”» [M. Fátima Bonifácio, *idem*: 625].

Depois de décadas de afirmação da *história como ciência*, estamos perante um ainda titubeante movimento de defesa da história como *disciplina literária*, como *ficção*, como *arte*, assumida em nome próprio e na primeira pessoa.

Analogamente, depois do fascínio pela longa duração, assistimos, seduzidos, ao regresso do acontecimento e de uma «história do presente». Para Marc Bloch o objecto da história não era o homem: «o homem: não; ainda uma vez, o homem nunca. As sociedades humanas, os grupos organizados: sim». Hoje, a história incorpora o estudo dos indivíduos concretos, entendidos como *sujeitos* e não como abstractos reflexos, agindo por determinação dos *traços estruturais*, dessas criações ficcionais que são os contextos.

Assistimos, pois, ao regresso da história à sua condição epistémica essencial de *ciência do particular*, de disciplina, no dizer de Carlo Ginsburg, «apesar de tudo, pré-paradigmática» [A *Micro-História*, 1991: 171].

É neste contexto que teremos de compreender a *emergência do nome na história* e, como configuração desse fenómeno, o resurgimento da *biografia* e de outros «géneros» como a *autobiografia* (ego-história) e a *prosopografia*, ou o renovado interesse pela *genealogia*. A recusa da análise macro-histórica cria um ambiente favorável à aceitação da «micro-história», de uma história «local».

A última geração dos *Annales* tem olhado de forma superlativa para os géneros biográficos. A história da história veio dar-lhes um impulso decisivo. O debate está centrado, agora, sobre as suas ambiguidades e limites.

G. Levi propõe a seguinte tipologia das biografias que hoje se apresentam como novas vias que permitem substituir o tradicional biografismo linear e factual que, todavia, tem resistido a tudo: 1. *Prosopografia e biografia modal*. 2. *Biografia e contexto*. 3. *A biografia e os casos limite*. 4. *Biografia e hermenêutica*. 5. *Psicografia*. Outras têm sido

sugeridas como as *biografias íntimas* [Cfr. E. Freitas, *O Estudo da História*, 3-4: 76 e J. M. Amado Mendes, *Munda*, 24: 33-42].

Vem esta visão, obviamente simplificada, de algumas tendências actuais da historiografia a propósito do estudo biográfico sobre Alberto Souto, realizado por um seu neto, sem formação de historiador, Luís Souto de Miranda. Detenhamos a nossa atenção sobre alguns aspectos da sua construção capazes de suscitar a discussão sobre os limites e ambiguidades da biografia, enquanto «género» historiográfico.

Com o desejo explícito de fazer uma *biografia-homenagem*, um «monumento» à pessoa, à obra e sobretudo à mensagem de Alberto Souto, Luís Souto de Miranda lançou mãos à obra, solicitando «compreensão perante o atrevimento de um biólogo que insiste em se apaixonar pela História».

Luís Souto de Miranda dividiu o seu estudo em duas partes, a que correspondem dois volumes: o que agora se comenta, e um outro, que se encontra em fase adelantada de elaboração.

Neste primeiro volume, Luís Souto de Miranda apresenta a biografia de seu avô em sete capítulos: as origens, os antepassados, a infância e a sua adolescência [cap. I]; o seu combate pela instauração da República [cap. II]; toda a sua actividade militante em defesa da República [cap. II, III e VI]; a sua actividade como deputado [cap. IV]; e, por fim, as suas «duas grandes paixões»: a sua família [cap. V] e Aveiro [cap. VI]. No último capítulo é documentada a insaciável curiosidade científica de Alberto Souto.

O autor alinha, cronológica e linearmente, um conjunto de episódios escorados pelo recurso a um variado conjunto de fontes, desde a imprensa periódica às valiosas notas do arquivo pessoal de Alberto Souto, cerzindo de forma diversa os esparsos testemunhos do percurso do Homem e do Político.

Um dos aspectos que tornam este livro decisivo é exactamente o facto de o seu autor ter utilizado, mais do que outras fontes – e de

forma deliberada —, as notas pessoais e a correspondência do biografado, aquilo a que Luís Souto de Miranda chama as «pedras autênticas», com que construiu o seu «monumento». Mais ainda do que as cartas, as notas que Alberto Souto acumulou ao longo da sua vida são testemunhos de grande importância para a compreensão do período em que viveu e das ideias que defendeu.

A forma como utiliza essas «notas a esmo» parece libertar o biógrafo do papel de narrador, convocando, assim, o biografado, convidando-o a ocupar esse papel. É como se Alberto Souto estivesse presente, como se, de vez em quando, fosse activada a sua participação. No entanto, como se verá, esse método de construção do texto constitui um campo minado.

Antes de mais, parece-me excessiva a sujeição desta biografia à cronologia política portuguesa. Penso mesmo, que o fim da Primeira Guerra e a viagem de Alberto Souto à Suíça (com escala em Paris) poderiam constituir o tal «corte» de que Luís Souto parece ter necessitado. E após estes dois acontecimentos que se descobre um Alberto Souto algo diferente do jovem republicano voluntarioso que fora nos anos precedentes, imediatamente antes e depois de Outubro de 1910. E a sujeição da biografia à evolução política não se limita apenas às balizas temporais do trabalho.

Para organizar e relacionar esses documentos do arquivo pessoal de seu avô, Luís Souto de Miranda descreve os contextos, aqui e ali, com pinceladas leves, de forma por vezes simplista e linear, sem recurso a bibliografia específica, com o intuito evidente de criar o fundo onde coloca, depois, a acção enunciada pelos textos transcritos, hesitando entre a determinação dos textos pelos contextos e a singularidade marcante do seu personagem.

Tomemos como exemplo, a questão da participação de Portugal na 1ª. Guerra Mundial, para enquadrar a acção de Alberto Souto [p. 95-96]. Sem a bibliografia especializa-

da sobre esse período, Luís Souto de Miranda acaba por incorrer em lugares comuns.

Como se sabe, a Guerra não foi «desencadeada como consequência» do atentado de Serajevo. Também a decisão da participação de Portugal no conflito, ou a forma como se lhe refere a imprensa local, até 1916, não são bem como o autor as expôs.

Outras vezes, os textos, perdendo o contacto com os contextos, induzem o seu autor em erros de interpretação. Luís Souto de Miranda quis que os textos falassem por si. Tomemos, como exemplo, um episódio interessante. Alberto Souto não baptizou sua filha Eneida. Para explicar esse acto deliberado, preferiu as justificações apresentadas, mais tarde, pelo próprio Alberto Souto, brancando, assim, a irreverência, a coragem e o significado cultural de tal acto, atendendo à dureza das pressões do meio. Note-se que havia inúmeros republicanos, seus confrades, que «conciliavam» o agnosticismo e o anticlericalismo militante com a matrícula dos filhos em escolas dirigidas pela Igreja!

Outras vezes adopta, sem mais, os pontos de vista dos republicanos no poder, nos primeiros anos da República, face a diversas personalidades; ver a apreciação sobre o governador civil H. Weiss de Oliveira [p. 68-69], ou a «questão» Pereira da Cruz [p. 90-92].

A natureza do material compulsado, a memória e ligação familiar entre biógrafo e biografado, possibilitaram a redacção de algumas passagens com um pendor deliberadamente (?) intimista. No entanto, as mais das vezes, o retrato é institucional e encomiástico, mais oficial e político, que singular e humano, se quisermos.

Assim, fica comprometida a tarefa do autor, que parece querer dar-nos um retrato da humana complexidade de Alberto Souto, um retrato entre o que há de individual e tipificado, entre o que se sabe e o que se imagina, integrado na teia complexa da época em que viveu.

Onde se estabeleceu Alberto Souto quando esteve em Lisboa como deputado, em 1911? De que vivia? Quem era o seu patrono?

Quem integrava os grupos em que se movia? Com quem se correspondia nesse período?

Como era importante, noutro plano, saber como dirigia o seu jornal *Liberdade*, como foram os primeiros anos de militância republicana, como via os diversos republicanos com que militou, como viu o jovem republicano a «viragem» de Homem Cristo, além do que fez publicar n' *O Democrata* ou na *Liberdade*. Ficam no ar questões a que o autor não poderia responder, como a de saber que razões adianta Alberto Souto para «absolver» politicamente o velho Homem Cristo, depois de 1918? Apenas «o reconhecimento da acção patriótica e desinteressada [?!]» do director de *O Povo de Aveiro*, ou o resultado da «correção de rumo» do próprio A. Souto?

A estada na Suíça, no Sanatório de Davos, constitui, é verdade, um momento decisivo na vida de Alberto Souto. Essa viagem permite-lhe tomar contacto com as correntes filosóficas e artísticas então em voga na Europa, com outros modelos de desenvolvimento, com outras mentalidades. As cartas publicadas em *O Democrata*, e as notas pessoais agora reveladas, dão disso um eloquente testemunho.

Desde o 1.º Congresso Beirão, em 1921 – de cuja comissão central faz parte –, Alberto Souto enfatiza o desenvolvimento regional, em detrimento da acção política parlamentar, pugnando para que Aveiro se torne a capital, o motor de uma região que envolve Águeda, de Mira a Estarreja, convenientemente dotada de infra-estruturas várias, com evidente relevo para as vias de comunicação.

A organização política e social suíça, decisiva para a solução dos graves problemas do pós-guerra, reforçam as teses de Alberto Souto sobre o atrofamento regional e a macrocefalia da capital, a seu ver, causa do atraso português: «E Portugal, tão mal dotado de caminhos de ferro, com as mais altas tarifas, as suas estradas destruídas, os seus portos impraticáveis e os seus rios assoreados? Santo Deus!».

No plano da acção, não há «corte» significativo entre o que defendia o jovem militante

republicano, o fúgado deputado ou o desiludido regionalista dos anos 20. Antes da instauração da República, Alberto Souto deixou inúmeros testemunhos da sua incansável actividade de jornalista *engagé*, batendo-se de forma inédita, na cidade, pela protecção ao trabalho infantil e à doença. O seu jornal, a *Liberdade*, é, nos dois primeiros anos da República, um periódico inovador, atento ao desenvolvimento económico do país e da região. Publica inúmeras entrevistas, estatísticas, reportagens, etc. Depois da 1.ª Guerra, perdidas as ilusões na solução política para a regeneração do País, Alberto Souto diversifica a sua actividade em favor do desenvolvimento da região. Disso são um bom testemunho – que Luís Souto de Miranda ou não refere ou reduz a um equívoco «aveirismo» –, a defesa da Escola Industrial, do Banco Regional de Aveiro, com Azeredo Perdigão, a participação, como sócio, na Jerónimo Pereira Campos & Filhos, a acção na Associação Comercial e Industrial, etc.

Onde, de facto, as mutações são assinaláveis e determinantes – deixando-nos compreender o percurso ideológico da sua geração e o seu –, é no domínio das ideias. A Suíça permitiu-lhe o contacto com as novas concepções de espaço, de tempo e matéria introduzidas por Einstein e Broglie. Ali terá sabido da psicanálise de Freud, das filosofias de Nietzsche, Bergson e Husserl. Esse turbilhão de descobertas e ideias abalou a fé na ciência, reactivou o irracionalismo, a vontade de poder, o instinto e a inquietação metafísica. Alguns textos publicados por altura do bicentário do nascimento de Kant (1924), testemunham essa influência, não permitindo, porém, avaliar a sua profundidade.

O pessimismo de Alberto Souto terá de filiar-se, pois, nesse ambiente europeu pré-fascista, mais do que nas desilusões que a República lhe trouxe, e poderá explicar a demissão do parlamentar e político republicano, em favor de um combate regionalista, ideologicamente «neutro» e suprapartidário.

Luís Souto de Miranda notou que a «crise da Suíça parece ter sido determinante na re-

lação de Alberto Souto com Deus». Mas a sobrevalorização da questão religiosa, com intuitos desculpabilizantes, tornando simples o que é complexo, parece ser mais uma questão do seu autor do que do biografado, que leu, a seu modo, as mudanças culturais operadas na Europa do pós-guerra. Em 1924, afirmava: «Mas poderia a matéria, só por si, como os materialistas clássicos a entendiam, adquirir vida, o *instinto*, a *inteligência*, o *génio*? Não. A intervenção de Deus poderia ter criado a matéria já dotada de todas as leis. Kant cumpriu um mandato divino, *redimindo e entronizando a Razão* que, se foi dada por Deus ao Homem, foi para ser por ele aproveitada na descoberta da verdade, e não algeimada ou deprimida em nome de um dogma, de um preconceito, de uma violência, de um erro, de uma conveniência, de um absurdo, venham eles das religiões, das seitas, dos partidos, do Estado ou da Sociedade, mesmo da Ciência, porque nem essa é absoluta, estável, certa e infalível como muitos a supõem» [*O Democrata*, 826, 1924.05.10].

Dias depois, acrescentava, provando o contacto com os mais recentes avanços científicos e correntes filosóficas: «[...] poderemos, em face das descobertas da ciência e dos nossos legítimos raciocínios, juntar materiais para uma filosofia nova pelo que respeita ao problema da matéria, da vida, da inteligência e do espírito? [...] A individualidade, diz Bergson, comporta uma infinidade de graus, mas em nenhuma ela se realiza plenamente [...]. A divisão taxonómica é uma utilidade pedagógica ou prática, mas pouco mais, porque o aforismo *Natura non facit saltus* parece continuar a ser mais ou menos verdadeiro». Meses depois, ainda às voltas com Deus e o problema da natureza da matéria, esclarecia: «Se eu fosse materialista [...] seria monista à maneira haeckeliana. Mas não sou porque não posso ser [...]. A matéria, amorfa, inerte, luminosa, viva, pensante, densa, como o mercúrio, leve como o hélio, repugnante no verme e na podridão, bela na flor, no lábio da criança, na pupila da mulher, no riso da Gioconda, no mármore de Fídias, nas cores da

aurora boreal, no arco-íris, dos tubos de Gleisser, nas gemas preciosas, no nácar das pérolas; sujeita às leis do peso e da gravidade ou liberta dessas leis grosseiras e tornada imponderável, etérea, espiritual, mais pura, mais perfeita, mais aproximada da essência de Deus, ela é sempre uma, uma e a mesma filha do acto da Criação, resumindo-se, talvez, em Deus e consumindo-se talvez com Deus. Tudo matéria. Tudo espírito? Tudo matéria? Tudo Deus?» [*idem*, 828 e 851].

O desconhecimento da natureza das dúvidas sentidas, neste período, não permitem, pois, uma leitura precipitada das suas posições. O seu conhecimento é condição necessária para a compreensão das atitudes políticas — das suas e das da sua geração. Pesem, embora, as diversas influências notadas por Luís Souto de Miranda, como o franciscanismo de Jaime de Magalhães Lima, Alberto Souto continuou um homem de acção, atento à «questão social». O próprio evangelho é lido a essa luz: «o que mais nos impressiona [nos Evangelhos], mais do que todas as elocubrações religiosas, são os princípios sociais que Cristo proclamou». Em 1925, o anticlericalismo da juventude continua vivo, ainda que mascarado por um organicismo mitigado, por um misticismo metafísico. Não será essa «inflexão» deísta um ingrediente do seu racionalismo voluntarista, algo eclético?

E como interpretar a sua dedicação à Geologia e à Geografia? Serão os estudos geológicos, a que se entrega, um imperativo inconsciente da procura do absoluto, da busca da «unidade da substância»? A apreciação de J. Magalhães Lima sobre o seu livro, *Origens da Ria de Aveiro*, fornece uma pista para a sustentação de que há um conteúdo intersubjectivo e ideológico por detrás da «opção» pela Geologia e pela Geografia, independentemente do efeito da moda dessas disciplinas, nessa década: «Se não estivesse tão velho, a Mineralogia e a Geologia entrariam ainda na mísera bagagem das minhas divagações de naturalista bárbaro. Porque são *ciências de uma magia fortificante*; parecem saciar-nos,

como nenhuma outras, *nas fontes e na comunhão da perdurabilidade*».

A única pecha deste trabalho – e que explica as fragilidades anotadas –, deve-se à *falta de uma problemática*. A *biografia-homenagem* – que não é o melhor caminho para uma homenagem – parece não mais aspirar do que a uma exposição (cronológica e linear) de virtudes, à construção de um «monumento» em memória do político e do cidadão íntegro e sonhador que foi Alberto Souto, embora sem recorrer aos processos típicos da biografia tradicional. O desejo de construir de um objecto sério e moderno, assente no recurso e citação de fontes várias é evidente.

Ainda que alguns aspectos importantes da sua actividade tenham ficado no olvido, estamos perante um contributo valioso. E pena foi que não tivesse ido mais longe, explorando as potencialidades do diálogo da biografia com o contexto, perseguindo fins prosopográficos, tentando estabelecer as relações entre *habitus* dos grupos e *habitus* individuais. É aí, nesse cruzamento, entre o destino individual e o colectivo, entre a Região e a Nação que se encontra Alberto Souto.

Importava olhar Alberto Souto no plano das suas ideias, primeiro, e no plano das realizações em que esteve envolvido, depois. Pôr em diálogo os enunciados e as acções, textos e contextos, indivíduos e gerações.

Quais as leituras decisivas na formação do jovem republicano? Como viu os movimentos culturais do período estudado? Que tipo de adesão manifestou ao bergsonismo, se é certo que nunca o seu fascínio pela Ciência e suas realizações terá sido fortemente abalado? Parece haver familiaridade com a fenomenologia de Husserl. Leu-o? Como conciliou Bergson com o *relativismo* Kantiano? Terá lido Nietzsche?

De que modo o meio em que viveu determinou o jogo das suas escolhas intelectuais e das suas opções práticas? Em que medida foi *um homem do seu tempo*? Qual o balanço da sua actividade de deputado? Que «pequenas» razões o levam a abandonar a Capital e a jun-

tar-se aos adversários políticos locais? Como viu toda a evolução política da República?

Em suma, muitas questões ficaram sem resposta, ou sem uma resposta satisfatória, mas Luís Souto de Miranda deu um forte e positivo contributo para a sua formulação.

O presente estudo é, por tudo o que se disse, um importante e decisivo contributo para um melhor conhecimento dessa figura marcante que foi Alberto Souto. Estou certo que vai constituir o ponto de partida para outros!

Por mim, continuo a julgar pertinente a publicação integral das notas e da correspondência de Alberto Souto. Se se lhe juntasse a copiosa quantidade de artigos dispersos pelos jornais, as suas intervenções na Câmara de Deputados, bem como uma lista dos títulos da sua biblioteca, teríamos, dele e da sua geração, uma imagem mais fiel, mais focada.

Do ponto de vista gráfico, esta obra merece os mais severos reparos. Um enorme cabeçalho domina todas as páginas à excepção da de rosto. O livro não tem ficha técnica, carece de revisão cuidada e, como infelizmente acontece em obras de edição semelhante, não há índice das fotografias reproduzidas (com informação sobre o formato, autoria, origem ou propriedade, etc.). Registe-se, positivamente, a existência de um índice onomástico, ainda que incorrectamente colocado. Mesmo assim, é coisa rara em obras de edição municipal ou de autor. Mas, se um índice toponímico era dispensável, sente-se a falta de um índice ideográfico. Também o papel escolhido deprecia o importante espólio iconográfico publicado (uma dúzia de retratos individuais num conjunto de cerca de quarenta imagens).

Uma figura como Alberto Souto, um dos melhores filhos da cidade e da região, merecia uma biografia com melhor qualidade gráfica. Isto deveria fazer reflectir a Câmara Municipal de Aveiro sobre os objectivos (e resultados) da sua política «editorial».

bibRIA

bibRIA

A PUBLICIDADE NO PENSAMENTO ESTRATÉGICO DA REGIÃO DE AVEIRO

Por iniciativa dos alunos dos cursos de Publicidade, Jornalismo e Relações Públicas, e com o apoio da JDM Publicidade, o ISCIA organizou, em 13 de Março, no Salão Cultural da Câmara Municipal de Aveiro, um encontro subordinado ao tema *supra*.

Depois das breves palavras de apresentação e boas vindas proferidas pelo Presidente dos ISCIA, Dr. João Pedro Dias, e pelo director da JDM Publicidade, Fernando Carvalho, foram apresentadas as seguintes comunicações: Dr. Gabriel Santos (ISCIA): *Aveiro – retrato sócio-económico*; Prof. Dr. Salvato Trigo (ISCIE): *Publicidade – a importância da Formação*; Dr. José Costa (Lacticoop): *Publicidade – a história de uma experiência*; João Paulo Rocha (Dir. de Marketing da Longa Vida): *A Publicidade como instrumento de Gestão*; Carlos Liz (APEME): *Research – a importância do Pensamento estratégico*; Ramos Pereira (Readers Digest): *A experiência de um meio Mundial*; Fernando Carvalho (JMD): *O horizonte próximo da Publicidade*.

Da importância da Publicidade no mundo de hoje como da pertinência de um encontro que juntou o mundo empresarial e o ensino superior, as palavras do director da JMD Publicidade, no discurso de apresentação, falam com eloquência:

Podia começar por agradecer a vossa presença – em termos protocolares e formais –, mas não o faço. Porque a vossa presença é um acto inteligente e a inteligência não se agradece.

A vossa presença é realmente um acto de inteligência. A inteligência de perceber que nas complexas sociedades e economias contemporâneas não há eficácia possível

sem uma clara, uma estratégia tão rigorosa na sua teorização como na sua concretização, uma estratégia que implica uma reflexão cada vez mais feita na empresa e pela empresa.

Há alguns anos atrás, não muitos, um empresário ou gestor que falasse em reflexão e quisesse reflectir, seria, no mínimo, olhado com estranheza e desconfiança – a reflexão era apenas para académicos de carreira ou intelectuais ociosos, com o vício de pensar. A empresa era um ser produtivo e não um ser pensante, o gestor era, por excelência, o técnico, o especialista de uma determinada área que, exactamente por ser e para continuar a ser especialista, estava condenado à ignorância global. Esse era o tempo em que a grande preocupação era produzir objectos perfeitos e conquistar mercados através dessa perfeição. mas esse era também o tempo das certezas, dos mercados protegidos e das economias apenas nacionais, o tempo em que a quem produzia não se pedia que pensasse, mas apenas que produzisse. Mas hoje é o tempo das incertezas, dos mercados abertos, da economia mundializada e interdependente, da crescente complexidade dos fenómenos socioeconómicos, de todas as interrogações, um tempo em que já não basta produzir bem este ou aquele objecto – na sociedade da informação, em que o maior capital são as ideias, a massa cinzenta, a empresa passou da condição de ser produtivo à condição de ser pensante – a esta mutação radical, na sua expressão de produtora de conceitos, chamam os sociólogos cultura de empresa. Naturalmente, vão continuar a produzir-se objectos, mas cada vez mais vai ser inevitável pensar esse gesto, pensar todos os gestos que desenham a nova geografia da empresa na sociedade pós-industrial.

E pensar é justamente a razão que hoje aqui nos reúne: e, entre outras coisas, pensar o Norte e o Centro, a singularidade do Norte e do Centro. Sem que signifique pensá-los contra o Sul, gesto que seria excessivo

face à nossa reduzida dimensão geográfica e significativa coesão cultural do todo nacional. Por isso, ao pensar o Norte e o Centro, não vamos erguer bandeiras contra o Sul – vamos pensá-los não para que ele se afirmem contra ninguém, mas sim em si e por si próprios.

Mas não basta pensá-los: é necessário falar deles ao mundo e no mundo, levá-los até à cidade da opinião pública. E, para isso, a publicidade é um aliado insubstituível – para articular o tecido industrial com a envolvência de toda a região e afirmar a vitalidade e identidade de um e de outro no novo mundo que nos vai trazer a plena integração europeia, um mundo aberto e competitivo, sem proteccionismos de natureza estatal ou corporativa, um mundo que será impiedosamente selectivo e onde será impossível sobreviver sem estratégias rigorosas, coerentes e sistemáticas.

Dessas estratégias, das estratégias para uma estratégia, vamos todos falar hoje, aqui e agora. Numa altura em que o desafio de '93 se ergue incontornável no nosso horizonte – '93 que não deve ser olhado em termos de cronologia e de calendário: porque a plena integração europeia espera por nós na próxima esquina dos nossos comportamentos...

Em tudo isto vamos pensar e reflectir – porque, como se sabe, não há nada mais prático do que uma boa teoria. De tudo o que aqui pensarmos e concluirmos, resultará, estou certo, uma estratégia de afirmação clara de todos os que protagonizam e fazem o Norte e o Centro, reflexamente, do Norte e do Centro, enquanto regiões na tão falada Europa das regiões.

A Publicidade é a forma por excelência de afirmar tudo isto dizendo-o, levando a identidade e a vitalidade do Norte e do Centro a todos os lugares e a todas as pessoas – porque, como nos ensinaram os Gregos, nada existe se o homem o não souber...

II JORNADAS SOBRE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

No início de Maio, realizou-se outra jornada de reflexão sobre a Administração Pública. A importância do encontro, dirigido a toda a comunidade, foi sublinhada pelo interesse que suscitou junto de um largo número de quadros técnicos superiores e técnicos da administração pública, de alunos e empresários.

O diagnóstico da situação da Administração Pública, a avaliação da natureza dos Programas de Reforma, a avaliação da eficácia dos modelos de gestão como instrumentos de optimização dos recursos públicos e a sensibilização do público-alvo para a aplicação desburocratizante do «Código do Procedimento Administrativo» constituíram o objectivo deste encontro, organizado pelo Departamento de Ciências da Administração do ISCIA, dirigido pelo Dr. Mário Santos.

A primeira intervenção esteve a cargo do Chefe de Divisão dos Serviços Jurídicos da Comissão de Coordenação da Região Centro, Dr. Carlos do Amaral – *Código do Procedimento Administrativo versus Desburocratização*. Seguiu-se a Directora dos Serviços de Desenvolvimento Organizacional do Instituto de Informática, Dra. Arminda Neves – *Modelos de gestão, modelos organizativos e sistemas de informação na Administração Pública*. A última comunicação foi da responsabilidade da Directora do Secretariado para a Modernização Administrativa, Dra. Joana Orvalho – *Retrato da Administração Pública. Programas de Reforma. Desafios presentes e futuros*.

Publicidade para que te quero?

***Distrito de Aveiro,
um mercado de futuro.***

I COLÓQUIO SOBRE PUBLICIDADE

Organizado pelos finalistas do Curso Superior de Publicidade, do ISCIA, realizou-se o *I Colóquio sobre Publicidade*, no dia 8 de Junho, no auditório do Instituto da Juventude, em Aveiro. Na medida e que a publicidade constitui uma poderosa alavanca do desenvolvimento, nas economias mais competitivas, este encontro pretendia diagnosticar a situação actual e sensibilizar os empresários da Região para uma efectiva viragem nas mentalidades.

O programa apresentado foi o seguinte: 14.30H – Recepção e boas vindas pelo presidente do ISCIA, Dr. João Pedro Dias. 15.00H – Alunos do 3º ano do Curso Superior de Publicidade do ISCIA: *Notas sobre História da Publicidade*. Alunos do 3º ano do Curso Superior de Publicidade do ISCIA – *Inquérito de Rua* (vídeo efectuado nas ruas da cidade de Aveiro). 15.30H – Dr. António Tavares Ribeiro (Assessor do Conselho de Administração da RDP): *O que é a Publicidade. Sua influência no cidadão comum*. 15.50H – Dr. Luís Reto (ISCTE): *Publicidade versus Economia*. 16.30H – Alunos do 3º ano do Curso Superior de Publicidade do ISCIA: *Aveiro como 3º distrito a nível nacional em todos os indicadores económicos*. 16.40H – Alunos do 3º ano do Curso Superior de Publicidade do ISCIA: *Inquérito a Agências de Publicidade da Região* (Vídeo). 16.50H – Carlos Nuno (Dir. Geral da Agência de Publicidade Três Pontos): *Posicionamento da Publicidade no distrito de Aveiro*. 17.15H – Espaço Público (agência de publicidade recentemente criada por ex-alunos do ISCIA): *O nascimento de uma Empresa de Publicidade*. 17.40H – José

Moura Bastos (Dir. de Marketing da Lacti-coop): *Porquê investir em Publicidade?*

Cerimónia de ENTREGA DE DIPLOMAS aos alunos do ISCIA

No passado dia 17 de Dezembro de 1994 o ISCIA realizou a sua primeira sessão solene de entrega de diplomas aos primeiros alunos da instituição. Numa cerimónia simples mas carregada de significado, após celebração de Eucaristia na Igreja da Misericórdia oficiada pelo P^{re}. João Gonçalves, em memória de todos aqueles – professores e alunos – que já deixaram o nosso convívio, realizou-se a sessão solene de entrega de Diplomas no Salão Nobre da Associação Comercial de Aveiro. Na oportunidade usaram da palavra o Director do ISCIA, Dr. Amaro Neves, o Presidente do Conselho Científico-Pedagógico Prof. Eng. José Simões Cortez e o Presidente do ISCIA, Dr. João Pedro Simões Dias.

A jornada festiva culminou com um jantar-convívio no Hotel Imperial que reuniu Directores, Professores, Alunos e familiares dos Diplomados.

PRIMEIROS DIPLOMADOS a quem foi entregue o respectivo DIPLOMA DE CURSO

CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

LEITÃO, José Ricardo Seabra Vital (Aveiro)

MENDONÇA, João António da Silva Caldas de Oliveira (Aveiro)

OLIVEIRA, João António da Silva Caldas de (Santiaís – Estarreja)



O Presidente do Conselho Científico,
Prof. Doutor José Simões Cortez



Primeiros diplomados do ISCTE

COMÉRCIO

CORREIA, Helena Cristina Franco Diniz
(Aveiro)

GIL, Jacinta da Graça Ramos (Figueira da Foz)

LOPES, Miguel Filipe Martins (Gafanha da Nazaré – Ílhavo)

OLIVEIRA, Paulo Jorge Santos de (Oliveira do Bairro)

PINTO, António Luís Barroqueiro (Cacia – Aveiro)

RAMOS, Maria de Lurdes Pereira (Ílhavo)

SILVA, Augusto Manuel da Rocha (Gafanha da Encarnação – Ílhavo)

SILVA, Maria de Fátima Ferreira de Carvalho e (Costa do Valado – Aveiro)

VALE, Nuno Pedro Veloso Mendes do (Malaposta – Anadia)

JORNALISMO

CARVALHO, Rita Filomena Senos (Ílhavo)

COSTA, Maria Teresa Carvalho Dias (Porto)

NEVES, Ana Maria Ferreira Alves Silva (Cucujães – Oliveira de Azeméis)

SARDO, Rosa Magueta (Gafanha da Nazaré – Ílhavo)

PUBLICIDADE

GAMELAS, Maria João Pinho

MATOS, António José de (Aveiro)

RODRIGUES, Florbela Maria Tavares (Avanca – Estarreja)

RELAÇÕES PÚBLICAS

ANJOS, Florbela Barreto dos (Bonsucesso – Aveiro)

BEM, Ana Paula Adão S. Salvador – Ílhavo

DIAS, Paula da Conceição Rita de Oliveira (Coutada – Ílhavo)

FILIPPE, Paula Cristina da Cruz Rodrigues (Presa – Aveiro)

FINO, Ágata Marques (Aveiro)

LOUREIRO, Luís Miguel de Campos Mota (Sangalhos – Anadia)

MELO, Marlene Resende de (Aveiro)

MIRANDA, Anabela Almeida (Aveiro)

PONTES, Carla Maria Miranda (Estarreja)

RAMOS, Helena Maria Ferreira Pinto (Esgueira – Aveiro)

RÉ, Salomé Pereira de Oliveira (Agra – Ílhavo)

SÁ, Sónia Maria Monteiro de (Vagos)

SANTOS, Ana Lúcia Gonçalves dos (Ílhavo)

SILVA, Anabela Martins da (Silva Escura – Sever do Vouga)

SILVA, Maria da Graça Ferreira Alves da (Cucujães – Oliveira de Azeméis)

SILVEIRA, Natália Maria Fernandes (Costa do Valado – Aveiro)

SOARES, Maria João da Silva (Aveiro)

SOARES, Maria de Lurdes Coutinho (Ribeirada – Sever do Vouga)

SOUSA, Paula Maria Teixeira de (Aradas – Aveiro)

TEIXEIRA, Dina Paula Ribau (Gafanha da Nazaré – Ílhavo)

VIDAL, Carla Isabel da Conceição (Ílhavo)

TRANSPORTES E GESTÃO ADUANEIRA

DOMINGUES, Maria Leonor Paiva (Ermida – Mira)

FERNANDES, Maria de Fátima Valente (Avanca – Estarreja)

OLIVEIRA, Maria de Lurdes Barros de (Esgueira – Aveiro)



Prof. Doutor Pedro Dias no uso da palavra

PIRES, Maria João Ferreira Rodrigues
(Aveiro)

SANTOS, Vera Lúcia Lemos de Sá (Aveiro)

SILVA, Paula Alexandra Rodrigues da
(Avanca – Estarreja)

SIMÕES, Fernando José Nunes Vicente
Teixeira (Figueira da Foz).

SESSÃO SOLENE DE ABERTURA DO ANO LECTIVO 1994-1995

No passado dia 16 de Dezembro realizou-se no salão Nobre da Associação Comercial de Aveiro a sessão Solene de Abertura do Ano Lectivo de 1994-1995.

Retomando uma prática que se impõe que seja mantida, foi esta sessão dignificada pela presença do Professor Doutor Pedro Dias, académico e catedrático da Universidade de Coimbra que proferiu a habitual Oração de Sapiência subordinada ao tema: *Aveiro e os Descobrimentos – Peregrinação e Regresso*.

ESTATUTOS DO ISCIA INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO E DA ADMINISTRAÇÃO

Publicados no Diário da República, III série, nº. 275 de 1994.11.28

PREÂMBULO

Criado no ano de 1989, para começar a funcionar no ano lectivo de 1989-1990, o *ISCIA – Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração* assume-se como um estabelecimento de ensino superior de natureza politécnica que, pretendendo contribuir para o desenvolvimento da região em que se encontra inserido e através dele para o desenvolvimento mais vasto do todo nacional, outorga o primado ao saber, à investigação e à cultura, numa perspectiva de respeito e promoção pela pessoa humana e pelos seus direitos fundamentais, fazendo seus todos os objectivos enunciados nos presentes Estatutos.

Enquanto instituição de ensino superior particular, o ISCIA proclama a sua vontade determinada e o seu propósito firme de, dentro das suas possibilidades e com especial predominância nas áreas das Ciências da Informação e das Ciências da Administração, contribuir para o desenvolvimento educativo e cultural do País, elevando o seu nível e promovendo a sua dignificação, no respeito pleno pelos princípios constitucionais e legais que caracterizam o Estado de direito democrático.

Apostando num ensino superior pautado por rigorosos padrões e critérios de qualidade, optando pela primazia conferida aos Cursos Superiores nos novos domínios do conhecimento e do saber, considerando fundamental a valorização da componente prática assegurada por uma efectiva ligação ao mundo empresarial, dos serviços e da administração, nas suas vertentes pública e priva-

da, o ISCIA pretende constituir um importante pólo de desenvolvimento científico e cultural da comunidade onde se radica, na certeza de que assim justificará a sua criação e de que assim cumprirá a sua missão.

CAPÍTULO PRIMEIRO

DA NATUREZA E OBJECTIVOS DO ISCIA

Artigo 1º. *Natureza do ISCIA*

1. O Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração (ISCIA) é um estabelecimento de Ensino Superior de natureza politécnica integrado no Sistema Nacional de Educação, como tal reconhecido pelo Ministério da Educação, que se rege pela Lei de Bases do Sistema Educativo, pelo Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo e demais legislação aplicável.

2. Pela sua própria natureza, o ISCIA garante e promove a liberdade de criação científica, cultural e tecnológica, assegurando a pluralidade e a livre expressão dos seus docentes e dos seus alunos.

Artigo 2º. *Objectivos do ISCIA*

1. O ISCIA, que outorga o primado ao saber, à investigação e à cultura, numa perspectiva de respeito e promoção da pessoa humana e da comunidade em que aquela se insere, tem por objectivos:

- a. ensinar, formar e diplomar, em diferentes áreas de conhecimento, sobretudo nas Ciências da Informação e da Admi-

nistração, cidadãos que, pela formação científica, cultural e técnica obtida, possam satisfazer as necessidades do mercado de trabalho e contribuir, de forma decisiva, para o desenvolvimento da sociedade portuguesa em geral e da região de Aveiro em particular;

- b. contribuir para a formação contínua e recorrente dos seus diplomados e de outros profissionais que se insiram nas áreas do saber ministradas no Instituto;
 - c. incentivar a pesquisa e a investigação científicas, preferencialmente nos domínios que se reconhecem essenciais para a modernização do tecido social e económico português, que o mercado de trabalho procura, e, nomeadamente, nas áreas que correspondem à sua actividade de ensino ou a elas afins;
 - d. estimular a criatividade e a capacidade crítico-analítica dos seus diplomados, de modo a promover a produção e a divulgação, didáctica e editorial, dos conhecimentos que façam aumentar os capitais científicos, culturais e técnicos da sociedade portuguesa e da região em que se insere, tornando-os agentes activos em áreas do saber onde somos, tradicionalmente, mais carenciados;
 - e. desenvolver a curiosidade científica nos seus alunos a fim de que possam ser, de facto, cidadãos esclarecidos e empenhados nos problemas sociais e culturais da comunidade local, regional, nacional ou internacional, cultivando os valores da liberdade e aprofundando o seu sentido de humanidade.
2. Para a realização e prossecução dos objectivos enunciados no número anterior, o ISCIA pode realizar acções conjuntas com outras entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, nomeadamente participando ou criando associações com ou sem fins lucrativos que, pelo respectivo objecto social, se mostrem adequadas à realização dos referidos objectivos.

CAPÍTULO SEGUNDO

DA ESTRUTURA ORGÂNICA DO ISCIA

Artigo 3º. *Departamentos*

1. O ISCIA tem uma estrutura departamental.
2. São Departamentos do ISCIA:
 - o Departamento de Ciências da Informação;
 - o Departamento de Ciências da Administração.
3. As áreas abrangidas por cada Departamento são definidas no Regulamento Interno do ISCIA.
4. Além dos mencionados no número anterior, poderá o ISCIA criar outros Departamentos se tal se mostrar necessário para a consecução plena dos objectivos previstos no Artigo 2º. destes Estatutos.
5. Cada Departamento poderá organizar-se em unidades orgânicas inferiores, nomeadamente Centros e Gabinetes, desde que tal seja considerado fundamental.

Artigo 4º. *Órgãos auxiliares*

1. Integram-se ainda na estrutura orgânica do ISCIA o Conselho Departamental e o Conselho Científico-Pedagógico, constituído nos termos do Artigo 11, nº 2 e 3 do Decreto-Lei 271/89, de 19 de Agosto, e demais disposições legais aplicáveis.
2. A composição e o funcionamento do Conselho Departamental e do Conselho Científico-Pedagógico constam dos presentes Estatutos e dos respectivos Regulamentos.
3. Faz também parte da estrutura orgânica do ISCIA a Secção Administrativa e o Serviço da Biblioteca.

CAPÍTULO TERCEIRO

DA ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO ISCIA

Artigo 5º. *Princípio geral*

Os órgãos do ISCIA previstos no presente capítulo obedecem, na respectiva composição e competências, aos princípios constitucionais e legais da independência ou autonomia de gestão relativamente à entidade instituidora e da participação e representação dos docentes e dos alunos nesses mesmos órgãos.

Artigo 6º. *Estrutura orgânica do ISCIA*

São órgãos do ISCIA:

1. O **Presidente do ISCIA**, nomeado pelo Conselho de Administração da **FEDRAVE** para um mandato de três anos, renovável.

2. A **Direcção da ISCIA**, órgão colegial, composta pelo:

- Presidente do **ISCIA**, que preside e dispõe de voto de desempate;
- um representante **DA FEDRAVE** enquanto entidade instituidora do **ISCIA**, nomeado pelo respectivo Conselho de Administração para mandatos anuais, renováveis;
- um professor **DO ISCIA** eleito de entre todos os docentes do **ISCIA** por aqueles que estejam em exclusividade para mandatos bienais, renováveis;
- um representante **DOS** alunos do **ISCIA**, eleito de entre os mesmos por sufrágio directo, secreto e universal para mandatos anuais;
- quando a direcção se reúna para tratar de questões exclusivamente pedagógicas ou administrativas o Presidente poderá convidar a nelas participar, sem direito a voto, o Presidente da Direcção da Associação de Estudantes do

ISCIA e o Chefe dos Serviços Administrativos.

3. O **Conselho Científico-Pedagógico**, composto por uma secção científica e por uma secção pedagógica.

a. O **Conselho Científico-Pedagógico**, secção científica, é constituído por um mínimo de cinco docentes habilitados com o grau de mestre ou de doutor;

b. poderão ainda integrar o **Conselho Científico-Pedagógico**, secção científica, docentes do **ISCIA** que frequentem Cursos de mestrado ou de doutoramento;

c. os membros do **Conselho Científico-Pedagógico** referidos em a) e b) são nomeados pela Direcção do **ISCIA**, sob proposta do respectivo Presidente, para mandatos trienais, renováveis;

d. no mínimo três dos membros do **Conselho Científico-Pedagógico**, secção científica, já habilitados com o grau de mestre ou de doutor, deverão leccionar no **ISCIA** a tempo integral e na sua área de formação, nos termos do nº 4 do artigo 34 Decreto-Lei 271/89 e demais legislação aplicável;

e. O **Conselho Científico-Pedagógico**, secção pedagógica, é presidido pelo Presidente da secção científica e composto pelos restantes membros da secção científica, pelos membros do **Conselho Departamental** e por dois representantes dos alunos do **ISCIA**, eleitos por sufrágio secreto e universal para mandatos anuais.

4. O **Conselho Departamental do ISCIA** que, como órgão de coordenação das actividades dos Departamentos é constituído:

- pelo Presidente do **ISCIA** ou um seu representante, que preside e dispõe de voto de desempate;
- pelos coordenadores de cada Departamento, todos nomeados pela Direcção do **ISCIA** sob proposta do respectivo

Presidente, para mandatos anuais, renováveis.

5. A Assembleia Magna do ISCIA, órgão de consulta e reflexão do ISCIA, presidido pelo docente do ISCIA que possua maior habilitação académica, composto pelo:

- Presidente do ISCIA;
- membros da Direcção do ISCIA;
- membros do Conselho Departamental do ISCIA;
- docentes do ISCIA academicamente habilitados com doutoramentos, mestradados ou pós-graduações;
- um docente de cada uma das áreas científicas ministradas nos diferentes Cursos leccionados no ISCIA, eleito para mandato anual e renovável pelos docentes da área respectiva;
- um aluno de cada ano e de cada Curso leccionado no ISCIA, eleito para mandato anual e renovável em processo eleitoral próprio organizado pela Direcção da Associação de Estudantes do ISCIA;
- Presidente da Direcção da Associação de Estudantes do ISCIA;
- um representante do pessoal administrativo e auxiliar do ISCIA eleito para mandato anual renovável pelos funcionários do ISCIA.

CAPÍTULO QUARTO

DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DO ISCIA

Artigo 7º.

Competências do Presidente

1. O Presidente do ISCIA, a quem está atribuída a respectiva gestão administrativa e pedagógica e que goza da autonomia prevista no Decreto-Lei 271/89 e demais legislação aplicável.

2. O Presidente do ISCIA é o responsável pela concretização das resoluções e delibera-

ções da Direcção, competindo-lhe, nomeadamente:

- a. convocar e presidir às reuniões de Direcção, fixando a respectiva ordem de trabalhos;
 - b. representar o ISCIA;
 - c. coordenar a actividade dos restantes órgãos do ISCIA em termos de gestão administrativa e pedagógica;
 - d. superintender na actividade do ISCIA, orientando o seu funcionamento de acordo com as orientações gerais fixadas pela sua Direcção, assegurando a coordenação da acção das suas unidades orgânicas;
 - e. elaborar e submeter à aprovação da Direcção os documentos necessários a apresentar ao Ministério da Educação e à FEDRAVE – Fundação para o Estudo e Desenvolvimento da Região de Aveiro, entidade instituidora do ISCIA, nos termos da lei e dos presentes Estatutos;
 - f. elaborar relatórios trimestrais sobre a situação do ISCIA a enviar ao Conselho de Administração da FEDRAVE;
 - g. velar pela observância das leis, dos Estatutos e dos Regulamentos Internos do ISCIA;
 - h. orientar e superintender o funcionamento da Biblioteca e dos serviços administrativos;
 - i. exercer todos os demais actos que lhe sejam atribuídos por lei, pelos presentes Estatutos ou por Regulamentos Internos do ISCIA, designadamente os que, não sendo de competência de outros órgãos, se mostrem necessários ao eficiente funcionamento do ISCIA.
3. no desempenho das suas funções será o Presidente do ISCIA coadjuvado pelos restantes membros da Direcção, em quem poderá delegar algumas das suas competências e pelos Conselhos Científico-Pedagógico e Departamental no

âmbito das respectivas esferas de competência.

Artigo 8º.

Competências da Direcção

1. À Direcção do ISCIA que reúne ordinariamente duas vezes por mês e extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente ou por dois dos seus membros, enquanto órgão colegial de gestão, compete a definição das linhas gerais de orientação do ISCIA e a fixação dos objectivos a atingir pela Instituição, e nomeadamente:

- a. propor ao Conselho de Administração da **FEDRAVE – Fundação para o Estudo e Desenvolvimento da Região de Aveiro** a aquisição de todo o material e equipamento necessários ao normal funcionamento da actividade lectiva do ISCIA, nos termos do Artigo 28 nº 1 alínea a) dos presentes Estatutos;
- b. A aprovação dos planos de actividades e orçamentos anuais, a submeter ao Conselho de Administração da **FEDRAVE – Fundação para o Estudo e Desenvolvimento da Região de Aveiro**, nos termos do Artigo 28 nº 1 alínea c) dos presentes Estatutos;
- c. propor ao Conselho de Administração da **FEDRAVE – Fundação para o Estudo e Desenvolvimento da Região de Aveiro** a contratação, dispensa ou substituição do pessoal docente e não docente do ISCIA, de acordo com as necessidades deste, nos termos do Artigo 28 nº 1 alínea d) dos presentes Estatutos;
- d. aprovar o relatório anual de actividades do ISCIA a submeter ao Ministério da Educação nos termos da lei;
- e. definir a política editorial do ISCIA;
- f. aprovar o Regulamento Interno do ISCIA, ouvido o Conselho Científico-Pedagógico, no respeito pelo previsto nestes Estatutos e demais legislação aplicável;

- g. exercer todas as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei ou pelos presentes Estatutos.

Artigo 9º.

Competências do Conselho Científico-Pedagógico

1. Ao Conselho Científico-Pedagógico, secção científica, compete o estímulo e o incremento da investigação e o desenvolvimento de formação, podendo deliberar sobre todos os assuntos de natureza científica e competindo-lhe, nomeadamente:

- a. aprovar o seu Regulamento Interno;
- b. eleger anualmente o seu Presidente;
- c. aprovar a política científica do ISCIA;
- d. pronunciar-se sobre a criação, suspensão ou extinção de Cursos e a alteração de planos curriculares;
- e. analisar os conteúdos programáticos das diferentes disciplinas leccionadas no âmbito dos Cursos ministrados no ISCIA;
- f. aprovar o Regulamento de Prestação de Provas Académicas e de Avaliação de docentes;
- g. ratificar pareceres da coordenação pedagógica relativos a equivalências e à fixação de planos de estudos;
- h. pronunciar-se sobre a contratação de docentes para o ISCIA;
- i. pronunciar-se sobre eventuais acordos de cooperação científica que venham a ser celebrados com instituições científicas nacionais ou estrangeiras;
- j. pronunciar-se sobre o relatório de actividades anual elaborado pelo Presidente do ISCIA e aprovado pela respectiva Direcção;
- k. exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei.

2. ao Conselho Científico-Pedagógico, secção pedagógica, compete a coordenação dos Cursos ministrados no ISCIA e a regulamentação de todas as actividades de ensino, na

observância de padrões de qualidade desse mesmo ensino, competindo-lhe nomeadamente:

- a. aprovar o seu Regulamento Interno;
 - b. apresentar propostas sobre políticas de desenvolvimento pedagógico do ISCIA;
 - c. pronunciar-se sobre a estrutura pedagógica dos Cursos ministrados no ISCIA;
 - d. fixar critérios de acesso, inscrição, transferência, frequência e avaliação dos alunos;
 - e. fixar regras para transferências, mudanças de Curso e reingressos;
 - f. pronunciar-se sobre os materiais de ensino, a qualidade e a expansão das instalações e a respectiva distribuição;
 - g. elaborar e aprovar esquemas de prece-dências;
 - h. pronunciar-se sobre eventuais acordos de cooperação pedagógica que venham a ser celebrados com instituições nacionais ou estrangeiras;
 - i. exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei.
3. AS secções científica e pedagógica do Conselho Científico-Pedagógico reúnem ordinariamente uma vez por semestre e extraordinariamente sempre que convocadas pelo seu Presidente, pela Direcção do ISCIA ou por um terço dos seus membros.

Artigo 10º.

Competências do Conselho Departamental

Ao Conselho Departamental, que reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que convocado pela Direcção do ISCIA, pelo seu Presidente ou pela maioria dos seus membros, compete:

- a. aprovar o seu Regulamento Interno;
- b. propor à Direcção do ISCIA alterações aos planos curriculares dos Cursos, sempre que ache essencial tal procedi-

mento para a melhoria da qualidade e da eficácia do ensino;

- c. coordenar os programas das diferentes disciplinas e velar pela sua efectiva realização;
- d. elaborar o Regulamento de Frequência e o Regulamento de Avaliação de Conhecimentos;
- e. propor o Regulamento de Prestação de Provas Académicas e de Avaliação dos docentes;
- f. coordenar os projectos de investigação a desenvolver em qualquer dos Departamentos;
- g. dar parecer sobre pedidos de equivalências de habilitações e consequente fixação de planos de estudo;
- h. propor a realização de colóquios, seminários, debates e outras actividades de carácter científico-cultural, bem como acções de formação e de extensão universitária.

Artigo 11º.

Competências da Assembleia Magna

1. A Assembleia Magna, órgão consultivo e de reflexão do ISCIA, reúne ordinariamente durante o mês de Maio competindo-lhe:

- a. emitir o seu parecer sobre todas as questões que lhe sejam submetidas por qualquer dos restantes órgãos do ISCIA;
- b. emitir o seu parecer sobre a forma como decorrem as actividades lectivas e extra-lectivas do ISCIA;
- c. formular as propostas e sugestões que entender necessárias para o bom funcionamento do ano lectivo imediatamente subsequente.

2. A Assembleia Magna poderá reunir extraordinariamente por convocação do Presidente ou da Direcção do ISCIA.

3. Nos termos do nº 5 do Artigo 6 dos presentes Estatutos a Assembleia Magna é presidida pelo docente do ISCIA que possua

maior habilitação académica. Em caso de igualdade de habilitações académicas presidiará à Assembleia Magna o docente que leccionar há mais tempo no ISCIA.

CAPÍTULO QUINTO

DA ESTRUTURA DOS CURSOS

Artigo 12º.

Estrutura dos Cursos

1. Os Cursos funcionam no regime de unidades de crédito, correspondendo uma unidade de crédito a 15 horas pedagógicas.

2. Entende-se por horas pedagógicas aquelas que o aluno utiliza assistindo e participando nas aulas e aquelas que são atribuídas pelo professor para a realização de diferentes trabalhos de avaliação da sua disciplina: aquelas fazem parte dos chamados créditos lectivos, e estas, dos créditos não lectivos.

3. As unidades de crédito correspondentes a cada ciclo serão definidas, por Curso, pelo Conselho Científico-Pedagógico.

Artigo 13º.

Projecto final

A conclusão, com aproveitamento, de todo o plano curricular e do relatório terminal denominado "Projecto", confere o grau que tiver sido homologado pelo Ministério da Educação.

CAPÍTULO SEXTO

DO REGIME DE MATRÍCULAS

Artigo 14º.

Condições de matrícula

A matrícula nos Cursos do ISCIA está sujeita às exigências legais fixadas para o ingresso no Ensino Superior, acrescidas do pagamento da respectiva propina de inscrição e frequência.

Artigo 15º.

Exame de ingresso

1. Quando tal não contrarie o regime legal de acesso ao Ensino Superior poderá existir um exame de ingresso que conste de duas provas cujo regime será fixado anualmente pelo Conselho Científico-Pedagógico, secção pedagógica, sob proposta do Conselho Departamental.

2. O resultado final do exame obtém-se por média ponderada e não por média aritmética.

3. Do exame de ingresso serão dispensados os alunos que demonstrem possuir frequência de Ensino Superior.

4. A candidatura ao exame pressupõe o pagamento de uma propina e a demonstração da titularidade das habilitações legalmente exigidas para o ingresso no Ensino Superior.

Artigo 16º.

Inscrição em mais de um Curso

Nos termos do Artigo 46º. do Decreto-Lei 271/89 e demais legislação aplicável, um aluno não pode inscrever-se em mais de um Curso Superior, em cada ano lectivo.

CAPÍTULO SÉTIMO

DA INSCRIÇÃO E FREQUÊNCIA

Artigo 17º.

Propinas

1. Cumpridas as formalidades da matrícula o aluno considera-se matriculado no Curso que escolheu desde que satisfaça o pagamento da propina de frequência.

2. O pagamento das propinas de inscrição e frequência dá direito ao aluno de frequentar o máximo de 50 unidades de crédito anuais.

Artigo 18º.

Frequência de unidades de crédito

1. A frequência das unidades de crédito lectivas práticas e teórico-práticas é obrigatória para todos os alunos.

2. Os trabalhadores-estudantes são dispensados da frequência das unidades lectivas teóricas.

CAPÍTULO OITAVO

DA AVALIAÇÃO DE CONHECIMENTOS

Artigo 19º.

Regime de avaliação de conhecimentos

1. A avaliação de conhecimentos pode ser periódica ou final.

2. A avaliação periódica será feita apenas em disciplinas anuais, traduzindo-se na realização de duas provas escritas de frequência, em períodos próprios de avaliação no final de cada semestre, que, para todos os efeitos, substituem a prova escrita de exame final.

3. A avaliação final consiste na realização de um exame final.

4. Os alunos deverão obrigatoriamente optar por um destes regimes, exceptuando-se as disciplinas semestrais, para as quais apenas há regime de avaliação final.

5. Considera-se que optou pelo regime de avaliação periódica o aluno que, estando presente à 2ª prova de frequência, não declare a sua desistência durante a realização da mesma.

6. Ficará sujeito a regime de avaliação final o aluno que, numa frequência, obtiver classificação inferior a 6 valores, podendo efectuar exame final em época de recurso.

7. Poder-se-á submeter a exame final em primeira época o aluno que, tendo optado pelo regime de avaliação periódica, tiver sido excluído na primeira frequência ou dela tiver desistido.

8. Independentemente do regime de avaliação escolhido, os alunos podem, durante o ano e de acordo com o professor, elaborar trabalhos individuais que serão tidos em conta na classificação final.

9. A avaliação de conhecimentos é feita através de uma prova escrita e de uma prova oral.

10. Ficam dispensados da prova oral os alunos classificados com nota igual ou superior a 10 valores na média aritmética das duas frequências ou na prova escrita.

11. São admitidos à prova oral os alunos classificados com nota entre 8 e 9 valores na média aritmética das duas frequências ou na prova escrita.

12. A nota final dos alunos admitidos à prova oral equivale à média aritmética entre a nota da prova escrita e a nota da prova oral.

13. O aluno que pretenda melhorar nota a uma disciplina em que já foi aprovado pode requerer um exame para esse efeito no prazo de um ano a contar da aprovação.

a. No requerimento referido em 13., o aluno optará pela realização de uma nova prova escrita ou pela realização de uma prova oral.

b. A classificação obtida no exame destinado a melhoria de nota só será tida em conta no caso de beneficiar o aluno;

c. O requerimento referido em 13. será acompanhado do pagamento de uma taxa de valor a fixar anualmente.

14. Noventa dias após a conclusão do elenco curricular do respectivo plano de estudos, o aluno deverá apresentar para defesa oral um relatório terminal denominado "Projecto" no qual conste a apreciação de um estágio realizado e uma reflexão teórica sobre um tema relacionado com a área de especialização estagiada.

a. O "Projecto" terá uma ponderação equivalente às disciplinas do 3º ano na determinação da classificação final do Curso.

15. A classificação final do curso é expressa em valores, de dez a vinte, e determina-se de acordo com a seguinte fórmula:

$$(M1^\circ \text{ ano} \times 1) + (M2^\circ \text{ ano} \times 2) + (M3^\circ \text{ ano} \times 3) : 6$$

em que

$M1^\circ \text{ ano} = \text{Média do } 1^\circ \text{ ano;}$

$M2^\circ \text{ ano} = \text{Média do } 2^\circ \text{ ano;}$

$M3^\circ \text{ ano} = \text{Média do } 3^\circ \text{ ano.}$

16. Os princípios enunciados neste Artigo constarão do Regulamento Interno do ISCIA a ser elaborado pela Direcção depois de ouvido o Conselho Científico-Pedagógico.

CAPÍTULO NONO

DO PESSOAL DOCENTE

Artigo 20º.

Formação do corpo docente

1. O corpo docente do ISCIA é recrutado entre titulares das habilitações legalmente exigidas para a docência no Ensino Superior.

2. O pessoal docente do ISCIA respeitará o previsto no Decreto-Lei 271/89 e demais legislação aplicável.

3. Dada a especificidade e a inovação do Ensino ministrado pelo ISCIA, uma parte dos seus docentes é recrutada entre profissionais qualificados, exercendo a sua actividade em regime de prestação de serviços.

4. Os docentes pertencentes ao quadro do ISCIA terão de cumprir o estipulado no Regulamento do Serviço Docente, aprovado pelo Conselho Científico-Pedagógico, para efeitos de promoção académica.

5. O regime laboral aplicável aos docentes do ISCIA é o que vier a ser fixado pela legislação que for aplicável.

CAPÍTULO DÉCIMO

DO BOLETIM DO ISCIA

Artigo 21º.

Periodicidade

1. O ISCIA é responsável pela publicação semestral de um boletim denominado *Estudos Aveirenses - Boletim do ISCIA*.

2. O *Boletim do ISCIA* é editado pela **FEDRAVE - Fundação para o Estudo e Desenvolvimento da Região de Aveiro**, sua proprietária, enquanto entidade instituidora do ISCIA.

Artigo 22º.

Objectivos

O *Boletim do ISCIA* tem por objectivo contribuir para a evolução das ciências da informação e da administração, baseado em critérios de rigor científico e inspirado nos valores que presidiram à criação do ISCIA, contidos nos presentes Estatutos.

Artigo 23º.

Crítérios Editoriais

1. O *Boletim do ISCIA* acolherá essencialmente trabalhos de docentes, investigadores e alunos dos diferentes Cursos Superiores ministrados no ISCIA.

2. Numa perspectiva de intercâmbio e aprofundamento científico, o *Boletim do ISCIA* poderá, contudo, incluir trabalhos de outras pessoas e instituições.

Artigo 24º.

Órgãos do Boletim do ISCIA

São órgãos do *Boletim do ISCIA*: o Director e o Conselho Editorial.

Artigo 25º.

Competências do Director do Boletim do ISCIA

1. O Director do *Boletim do ISCIA* é o Presidente do ISCIA, a quem compete

- definir as orientações gerais que deverão presidir aos trabalhos de publicação do *Boletim do ISCIA*;
- coordenar os trabalhos da sua publicação, adoptando todas as providências necessárias;
- promover a colaboração do corpo docente do ISCIA no fornecimento dos originais necessários à publicação regular do *Boletim do ISCIA* e seleccionar os trabalhos de alunos dignos de publicação, sob proposta dos respectivos docentes;

- d. determinar o número de volumes do *Boletim do ISCIA* a publicar em cada ano e aprovar o plano concreto de cada um desses volumes;
- e. fixar a tiragem do *Boletim do ISCIA* e dos seus eventuais suplementos, bem assim como o número de separatas dos trabalhos nela inseridos;
- f. determinar o preço de venda do *Boletim do ISCIA*;
- g. proceder aos necessários depósitos legais, ofertas e permutas.

2. O Director do *Boletim do ISCIA* poderá delegar todas ou algumas das suas competências nos membros da Direcção do ISCIA, podendo atribuir a um ou alguns dos seus membros determinadas tarefas específicas, tendo em conta a necessidade de a edição do *Boletim do ISCIA* obedecer a um planeamento ordenado e criterioso.

Artigo 26º.

Competências do Conselho Editorial

1. O Conselho Editorial, composto por um mínimo de dois e um máximo de cinco elementos, é nomeado pelo Presidente do ISCIA de entre os docentes do Instituto.
2. Compete ao Conselho Editorial:
 - a. contribuir com trabalhos para a publicação do *Boletim do ISCIA*;
 - b. definir critérios de rigor e qualidade científica dos originais para publicação.

Artigo 27º.

Financiamento do Boletim do ISCIA

1. A gestão financeira do *Boletim do ISCIA* ficará a cargo da Direcção do ISCIA, em conformidade com os parâmetros orçamentais aprovados pelo Conselho de Administração da FEDRAVE.
2. Todas as decisões de carácter financeiro relacionadas com a publicação do *Boletim do ISCIA* que se traduzam em custos não cobertos por receitas previsíveis deverão ser tomadas pelo Director do *Boletim do ISCIA*

depois de obtido o parecer prévio favorável do Conselho de Administração da FEDRAVE.

CAPÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO

DAS RELAÇÕES COM A ENTIDADE INSTITUIDORA

Artigo 28º.

Disposições gerais

1. O ISCIA é tutelado pela FEDRAVE – Fundação para o Estudo e Desenvolvimento da Região de Aveiro, sua entidade instituidora, a quem compete:

- a. criar e assegurar as condições para o normal funcionamento do ISCIA, nomeadamente no capítulo de instalações e de equipamentos didácticos, assim como de recursos humanos;
- b. assumir a responsabilidade pela gestão económica e financeira do ISCIA;
- c. aprovar o Plano de Actividades e o Orçamento que lhe deve ser apresentado pela Direcção do ISCIA até ao dia 30 de Julho de cada ano, para vigorar no ano lectivo seguinte;
- d. contratar o pessoal docente e não docente que lhe for proposto pela Direcção do ISCIA;
- e. garantir as condições de efectivo exercício da autonomia científica e pedagógica do ISCIA e do cumprimento rigoroso dos objectivos consignados no Artigo 2º. dos presentes Estatutos;
- f. exercer as demais competências previstas nestes Estatutos e demais legislação aplicável.

CAPÍTULO DÉCIMO SEGUNDO

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 29º.

Disposições finais

1. Compete à Direcção do ISCIA, ouvido o Conselho Científico-Pedagógico em ambas

as secções, aprovar o Regulamento Interno do ISCIA que, subordinado às disposições legais em vigor e aos presentes Estatutos, desenvolve e regulamenta os princípios enunciados nestes Estatutos.

2. Os presentes Estatutos, aprovados pelo Conselho de Administração da **FEDRAVE – Fundação para o Estudo e Desenvolvimento da Região de Aveiro**, depois de registados no Ministério da Educação, serão publicados na Série III do Diário da República, após o que se consideram em vigor.

3. Além da publicação em Diário da República, dos Estatutos será dado conheci-

mento directo aos docentes, alunos e funcionários do ISCIA.

Artigo 30º

Alterações aos Estatutos

Alterações aos presentes Estatutos poderão ser propostas pelos órgãos do ISCIA ao Conselho de Administração da **FEDRAVE**, para a aprovação e a tramitação previstas no número anterior.

bibRIA

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

POR PERMUTA

Africana – Universidade Portucalense.

Análise Social – Instituto Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – Universidade de Coimbra.

Ciências Históricas – Universidade Portucalense.

Direito e Justiça – Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa de Lisboa.

Estudos Políticos e Sociais – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Imagem-Símbolo – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Lusiada. Revista de Ciência e Cultura, série de Engenharia e Gestão Industrial – Departamento de Engenharia e Gestão Industrial da Universidade Lusiada.

Lusiada. Revista de Ciência e Cultura, série de Gestão – Departamento de Gestão da Universidade Lusiada.

Revista da Faculdade de Letras de Lisboa – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Revista da Faculdade de Letras de Lisboa – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Revista da Universidade de Aveiro – Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro.

A TÍTULO DE OFERTA

ARROJA, Pedro (1993) – *Abcissas. Crónicas de Economia Política*, Lisboa: Areal Editores.

BAHALA, A. S. et al (1994) – *Ambiente, Emprego e Desenvolvimento*, Lisboa: Conselho Económico e Social.

Portugal, a Europa e as Migrações (1995) – Lisboa: Conselho Económico e Social.

SANTOS, Francisco Lopes dos (1994) – *Estratégia e Competitividade*, Lisboa: Quarta Vaga.

SUMÁRIOS

Estudos Aveirenses, nº 1, 1993

Amaro Neves – Os Judeus em Aveiro. Contributo para o seu estudo ❖ *António Nogueira* – Camões e as Letras russas ❖ *Carlos Braga* – Homem Cristo jornalista ❖ *Costa Carvalho* – De Prometeu ao «Homo-domus» vai que eternidade? ❖ *João Pedro Dias* – A ideia de Europa e o anseio de unidade europeia ❖ *José Arménio Rego* – Efeitos das reduções da força de trabalho nos sobreviventes: a sua gestão ❖ *Luís Seabra Lopes* – São João da Azenha. Um espaço rural em evolução no vale do Cértima ❖ *Manuel Ferreira Rodrigues* – Arquivos das empresas: património ignorado ❖ *Paulo Matos* – Ideias para uma fundamentação do Tratado de Maastricht ❖ *Rui de Melo* – A privatização mediática do subsídio?

Estudos Aveirenses, nº 2, 1994

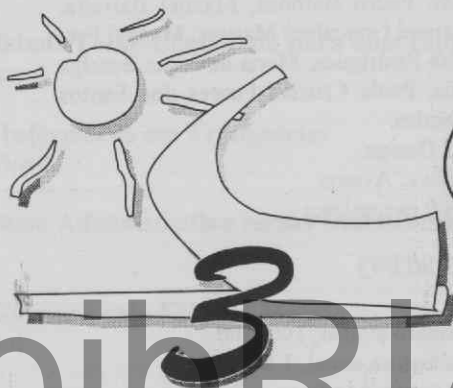
Amaro Neves – Os Cristãos-Novos de Aveiro e a Inquisição, nos séculos XVI-XVII ❖ *Armando Teixeira Carneiro* – A função Direcção num mundo em Mudança ❖ *Arménio Rego* Gestores e Ingestões. As pessoas e a competitividade ❖ *Cacilda Marado* – A comunicação audiovisual na relação Ensino-Aprendizagem ❖ *Francisco Braga e Gilberto Ferreira* – O “boom” de revistas sobre Transportes ❖ *Henrique de Oliveira* – Por terras de Arouca. Quatro antigas oficinas oleícolas ❖ *João Pedro Dias* – Principal Cronologia Comunitária ❖ *Manuel Ferreira Rodrigues* – A Fábrica Nacional de Vidros Aveirense, 1888-1891 ❖ *Carla Emília Ramos Pereira* – O Livro da Finta dos Homens de Nação da Comarca de Esgueira, 1627 ❖ *Manuel Ferreira Rodrigues* – Cartas de Oliveira Martins a Acácio Rosa.

FL
3
135



estudos aveirenses

revista do iscia



biblioteca

Informática ao serviço do Auditor
Américo Vieira F. Grego

*Tecnologias de Informação. Modelos de gestão e sócio-organizativos
na Administração Pública. Alguns contributos*
Arminda Neves

Gestão da Qualidade Total. Contributo para uma rápida evolução
F. Gonçalves Ramos

Tecnologias de Informação em Transportes
João Pedro Barbosa

Código do Processo Administrativo versus Desburocratização
José Amaral

De Portugal a Coimbra pela Estrada Mourisca
Luís Seabra Lopes

Os Portugueses e o Tratado de União Europeia
Manuel Gonçalves Martins

Comité das Regiões
Maria de Jesus Beselga Pais e Paula Cristina dos Santos Mendes

Toponímia aveirense
Manuel Ferreira Rodrigues e Manuel Barreira



ENTRADA
AO
EMPRESTIMO

estudos aveirenses

nº 3, 1994

Revista semestral do ISCIA – Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração, Aveiro

<i>Director</i>	João Pedro Dias
<i>Conselho Editorial</i>	Amaro Neves e Manuel F. Rodrigues
<i>Coordenador</i>	Manuel Ferreira Rodrigues
<i>Colaboradores deste número</i>	Américo Vieira F. Grego, Arminda Neves, F. Gonçalves Ramos, José Amaral, João Pedro Barbosa, Manuel Barreira, Manuel Gonçalves Martins, Manuel Ferreira Rodrigues, Maria de Jesus Beselga Pais, Paula Cristina Fontes dos Santos Mendes.
<i>Capa</i>	TC Design
<i>Impressão</i>	Tipave, Aveiro
<i>Tiragem</i>	1000 exemplares
<i>Edição</i>	
<i>Depósito Legal</i>	66 803/93

<i>Preço</i>	Número avulso, 1000\$00 Assinatura anual, 1 800\$00 Estes preços não se aplicam aos números especiais. IVA incluído
--------------	---

A correspondência relativa a colaboração, pedidos de permuta, oferta de publicações, assinaturas, etc., deve ser dirigida ao editor e proprietário

FEDRAVE – Fundação para o Estudo e Desenvolvimento da Região de Aveiro

R. João Mendonça, 17, 2º, Apartado 292, 3800 Aveiro
Tel: (034) 23045; Fax: (034) 381406

ESTATUTO EDITORIAL

A revista *Estudos Aveirenses* pretende ser um espaço de diálogo cultural e científico com o meio que nos envolve, aberto a investigadores, docentes e discentes do ISCIA ou não. Pretende ser um *forum* de diálogo interdisciplinar, visando tornar-se um instrumento de reflexão científica e pedagógica para professores e alunos, como para o público em geral. Orientada essencialmente para o estudo da Região de Aveiro, no domínio das Ciências Sociais, a revista dará particular atenção aos aspectos mais próximos das áreas disciplinares lecionadas no ISCIA, a Informação e a Administração.

Artigos

- **A Informática ao serviço do Auditor** 5
Américo Vieira F. Grego
- **Tecnologias de Informação. Modelos de gestão e sócio-organizativos na Administração Pública. Alguns contributos** 27
Arminda Neves
- **Gestão da Qualidade Total. Contributo para uma rápida evolução** 41
F. Gonçalves Ramos
- **Tecnologias de Informação em Transportes** 51
João Pedro Barbosa
- **Código do Processo Administrativo versus Desburocratização** 71
José Amaral
- **De Portugal a Coimbra pela Estrada Mourisca** 79
Luís Seabra Lopes
- **Os Portugueses e o Tratado de União Europeia** 111
Manuel Gonçalves Martins
- **O Comité das Regiões** 135
Maria de Jesus Beselga Pais e Paula Cristina dos Santos Mendes

Documentos

- **Toponímia do Concelho de Aveiro. Elementos para o seu estudo** 167
Manuel Ferreira Rodrigues e Manuel Barreira

Recensões

- **BABIN, Pierre (1993) – *Linguagem e Cultura dos Media*. Venda Nova: Bertrand Editora, 184 págs.** 197
Cacilda Marado
- **MIRANDA, Luís Souto de (1993) – *Alberto Souto. Vida e Obra. 1ª Parte: das origens ao 28 de Maio de 1926*. Aveiro: Edição da Câmara Municipal de Aveiro, 208 págs.** 199
Manuel Ferreira Rodrigues

○ A Publicidade no pensamento estratégico da Região de Aveiro	207
○ II Jornadas da Administração Pública	208
○ I Colóquio sobre Publicidade	209
○ Cerimónia de entrega de Diplomas aos alunos do ISCIA	209
○ Primeiros diplomados do ISCIA	209
○ Sessão Solene de Abertura do Ano Escolar 1994-1995	212
○ Estatutos do ISCIA	213

bibRIA